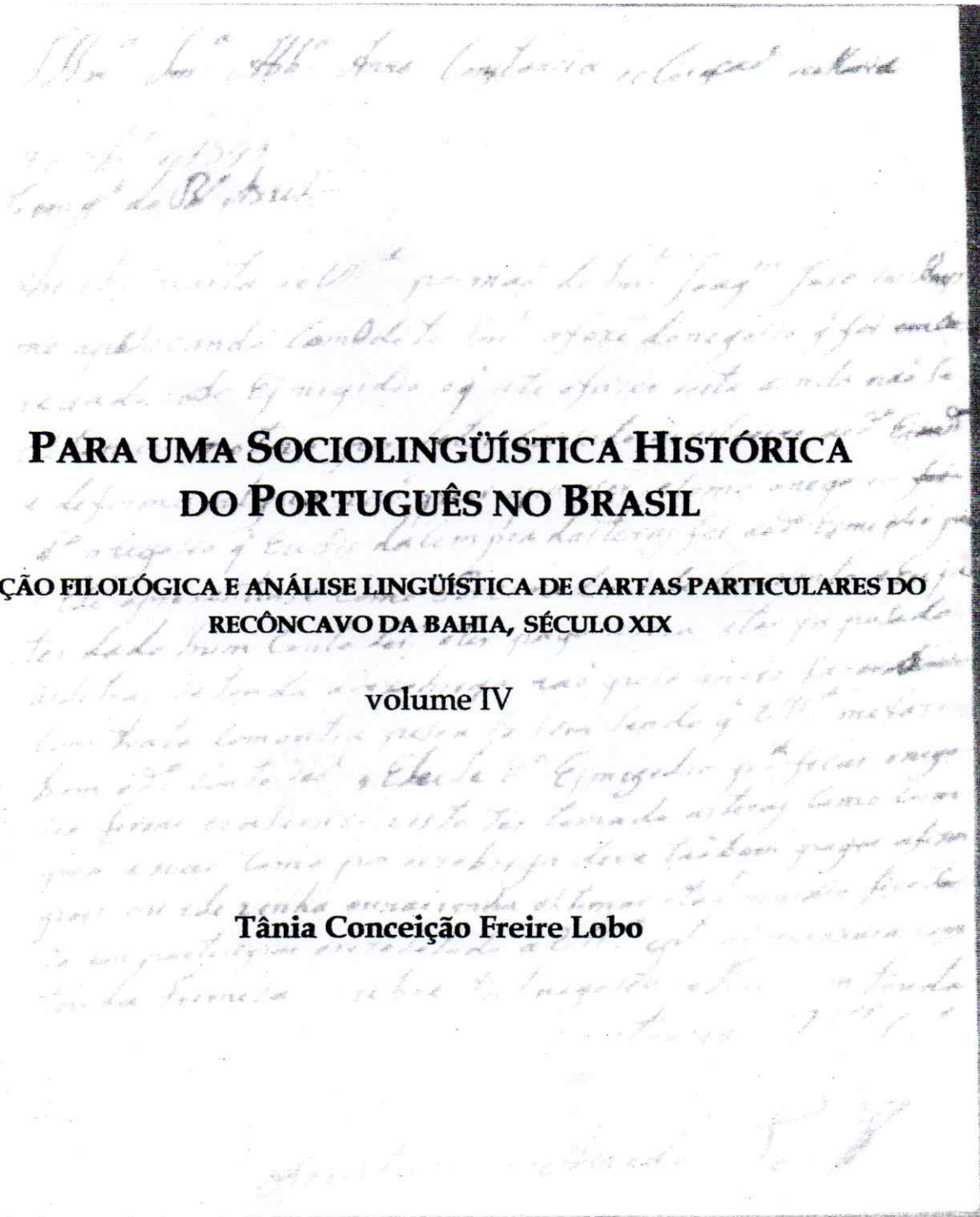


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS



**PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA
DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE CARTAS PARTICULARES DO
RECÔNCAVO DA BAHIA, SÉCULO XIX**

volume IV

Tânia Conceição Freire Lobo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA
DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE CARTAS PARTICULARES
DO RECÔNCAVO DA BAHIA, SÉCULO XIX**

Tânia Conceição Freire Lobo

Tese de Doutorado em Filologia e
Língua Portuguesa apresentada à
Coordenação dos Cursos de Pós-
Graduação da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo

Orientador: Prof. Dr. Ataliba
Teixeira de Castilho

São Paulo/2001

SUMÁRIO

Apresentação

Volume I **A Sócio-História Lingüística do Brasil:** **O Estado da Questão**

Introdução

1. Periodização

1.1. Propostas existentes

1.2. Elementos para uma nova proposta

1.2.1. De país generalizadamente multilíngüe a país generalizadamente unilíngüe

1.2.2. De país rural a país urbano

1.2.3. De país analfabeto a país parcialmente alfabetizado

2. Formação sócio-histórica do português brasileiro

2.1. A transplantação do português para o Brasil

2.2. Estratificação sociolingüística e contato lingüístico

2.2.1. Panoramas isolados

2.2.1.1. Línguas indígenas

2.2.1.2. Línguas negro-africanas

2.2.2. História demográfica e correlatos lingüísticos

2.3. Agentes promotores da hegemonia e da estandarização lingüística

2.3.1. Políticas lingüísticas

2.3.2. Escolarização

3. Hipóteses explicativas sobre a formação do português brasileiro

3.1. Histórico do debate

3.1.1. Século XIX: antecedentes

3.1.2. Século XX: o debate

3.1.2.1. Primeira fase

3.1.2.2. Segunda fase

Conclusão

Volume II

Apresentação do *Corpus*

Introdução

1. Descrição do *Corpus*

1.1. Considerações preliminares

1.1.1. Sobre a necessidade de constituição de *corpora* lingüísticos para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil

1.1.2. Sobre a natureza de um *corpus* lingüístico diacrônico

1.1.2.1. *Corpus* escrito

1.1.2.2. Gêneros de textos

1.1.2.3. Tratamento filológico

1.1.2.4. Um *corpus* geral diacrônico para o estudo da formação histórica do português brasileiro

× 1.2. O *corpus*: a sua especificidade

1.2.1. O *corpus*: quadro geral

1.2.1.1. Onde estão preservados os documentos

1.2.1.2. Caracterização temático-estilística dos documentos

1.2.1.3. Onde foram escritos os documentos

1.2.1.4. Quando foram escritos os documentos

1.2.1.5. Por quem foram escritos os documentos

1.2.1.5.1. Sobre a identificação dos remetentes das cartas

1.2.1.5.2. Cartas autógrafas e cartas apógrafas

1.2.1.5.3. Nacionalidade *versus* profissão, escolaridade e outros índices sócio-culturais

1.2.1.5.3.1. Remetentes portugueses

1.2.1.5.3.2. Remetentes brasileiros

1.2.1.5.3.2.1. Mulheres

1.2.1.5.3.2.2. Homens

1.2.1.5.3.3. Remetentes de nacionalidade não identificada

1.2.1.6. Para quem foram escritos os documentos

Anexos: I. Fichas de identificação dos remetentes; II. Árvores genealógicas.

Volume III
Edição do *Corpus*:
Cartas Particulares do Recôncavo da Bahia, Século XIX

1. Apresentação da edição
 2. Cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX
- Anexos: I. Fac-símiles das cartas de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16)
II. Quadro 3: Localização dos documentos no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro (ACSCD)

Volume IV
Sintaxe Portuguesa e Sintaxe Brasileira
na Bahia do Século XIX

Introdução

1. A sintaxe dos clíticos: motivações para a escolha do tema
 - 1.1. Divergências entre o português europeu e o português brasileiro
 - 1.2. Divergências entre a norma vernácula e a norma oral culta brasileiras
 - 1.3. Divergências entre a norma oral culta e a norma padrão brasileiras

2. A sintaxe dos clíticos: mudanças estruturais na história da língua portuguesa
 - 2.1. Da sintaxe medieval à sintaxe clássica dos clíticos
 - 2.1.1. Orações não-dependentes
 - 2.1.2. Orações dependentes
 - 2.1.2.1. Finitas
 - 2.1.2.2. Não-finitas
 - 2.1.2.2.1. Infinitivas não regidas por preposição
 - 2.1.2.2.2. Infinitivas regidas por preposição
 - 2.1.2.2.3. Gerundivas não regidas por preposição
 - 2.1.2.3. Interpolação
 - 2.1.3. Conclusão
 - 2.2. Da formação das sintaxes brasileira e europeia modernas
 - 2.2.1. Bases empíricas das análises sobre o tema
 - 2.2.2. Mudanças estruturais, datação, hipóteses explicativas
 - 2.2.3. Mudanças estruturais e gramáticas do português europeu

3. A sintaxe dos clíticos: portugueses e brasileiros
 - 3.1. Portugueses

3.1.1. Caracterização do contingente de imigrantes portugueses na Bahia no século XIX

3.1.1.1. Profissão

3.1.1.2. Local de origem

3.1.1.3. Faixa etária

3.1.1.4. Sexo

3.1.1.5. Estado civil

3.1.1.6. Síntese

3.1.2. Análise lingüística

3.1.2.1. Verbos simples

3.1.2.1.1. Orações não-dependentes

3.1.2.1.1.1. Contextos de ordem fixa

3.1.2.1.1.2. Contextos de ordem variável

3.1.2.1.2. Orações dependentes

3.1.2.1.2.1. Finitas

3.1.2.1.2.1.1. Completivas

3.1.2.1.2.1.2. Relativas

3.1.2.1.2.1.3. Adverbiais

3.1.2.1.2.1.4. Clivadas

3.1.2.1.2.2. Não-finitas

3.1.2.2. Grupos verbais

3.1.2.3. Interpolação

3.1.2.4. Conclusão

3.2. Brasileiros

3.2.1. Caracterização da estratificação social na Bahia no século XIX: a posição dos remetentes portugueses e dos remetentes brasileiros

3.2.2. Análise lingüística

3.2.2.1. Verbos simples

3.2.2.1.1. Orações não-dependentes

3.2.2.1.2. Orações dependentes

3.2.2.1.2.1. Finitas

3.2.2.1.2.1.1. Completivas

3.2.2.1.2.1.2. Relativas

3.2.2.1.2.1.3. Adverbiais

3.2.2.1.2.1.4. Clivadas

3.2.2.1.2.2. Não-finitas

3.2.2.2. Grupos verbais

3.2.2.3. Interpolação

3.2.2.4. Conclusão

3.3. Últimas considerações

**SINTAXE PORTUGUESA E SINTAXE BRASILEIRA
NA BAHIA DO SÉCULO XIX**

VOLUME IV

SINTAXE PORTUGUESA E SINTAXE BRASILEIRA NA BAHIA DO SÉCULO XIX

INTRODUÇÃO

O século XIX é, por excelência, o momento em que, pela primeira vez, emerge, no Brasil, um fenômeno que se convencionou chamar, a partir da tradição cultural européia ocidental, de a “Questão da Língua”. Segundo Buescu (1984:218), “em cada momento, a história cultural – e sociológica do homem – coloca a sua “Questão da Língua””. Por outro lado, ainda segundo a mesma autora, como “a língua é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo ou estético da sociedade que a própria língua define e individualiza, (...) o conceito que está na origem duma “Questão da Língua” parte duma dialéctica interna e mais profunda, que transcende, decerto, os limites mais ou menos académicos que exteriormente parece revestir”.

Se, no século XV, na Itália, a “Questione della Lingua” – modelo conceitual das demais “Questões” que, a partir do Renascimento, se sucederam na Europa Ocidental – se traduz na oposição latim X vulgar, sendo Dante o representante do triunfo do vulgar; se, no século XVI, em Portugal, os termos opositivos da “Questão” já são – conforme os definem os gramáticos humanistas – dois vulgares, o português e o castelhano; no Brasil, na segunda metade do século XIX, dada a lembrança e, em simultâneo, a necessidade de superação de um recentíssimo passado colonial, a “Questão da Língua” se pode definir como a “Questão da Língua Brasileira”, questão, pois, de afirmação de uma nova identidade, a identidade de uma nacionalidade brasileira distinta da portuguesa. O que se poderia designar, sem risco de exagero, de a “Questão da Sintaxe dos

que marcou o séc. XVIII
escande na transição?

↳
Lobo (2001: 515-516) discute que a “Questão da Língua Brasileira”, no século XIX, estava para a afirmação de uma identidade nacional, e a sintaxe dos clíticos, a materialização da questão.

Clíticos” é, se não o principal, um dos principais lugares estruturais em que se materializou a “Questão da Língua” no Brasil, naquele momento.

Toda “Questão da Língua” é, para cada momento histórico de crise de definição de identidade, uma questão de definição da norma lingüística digna de representar a comunidade que a elege. Nas sociedades letradas européias ou em sociedades cujas estruturas são herdadas dos modelos socioculturais europeus, a definição dessa norma se faz superiormente em dois planos – o plano estético-literário e o plano normativo-gramatical. De fato, no Brasil, os grandes protagonistas da “Questão da Sintaxe dos Clíticos” serão, por um lado, os escritores – José de Alencar X Pinheiro Chagas – e, por outro, os gramáticos. A história da gramatização, no Brasil, inicia-se na segunda metade do século XIX¹ e, não por acaso, todos os gramáticos brasileiros, desde então, dedicarão um capítulo à “Colocação dos pronomes oblíquos átonos”, o que, claramente, contrasta com a tradição gramatical portuguesa, que, desde os gramáticos do século XVI, passando por Antônio dos Reis Lobato, em meados século XVIII, até Jerônimo Soares Barbosa, na primeira metade do século XIX, não dá tratamento especial a este item da sintaxe.

sem tratamento especial na gramática XVI a XIX

Este Volume é dedicado à análise lingüística das cartas particulares editadas no Volume III. Distinguindo-se o conjunto de cartas escritas por remetentes de nacionalidade portuguesa do conjunto de cartas escritas por remetentes de nacionalidade brasileira, faz-se uma análise da sintaxe dos clíticos, com o objetivo fundamental de averiguar o grau de proximidade/distanciamento, no Recôncavo da Bahia, no final da primeira metade do século XIX, entre a sintaxe de imigrantes portugueses e a sintaxe de brasileiros maioritariamente integrantes da elite e do grupo social que lhe é imediatamente inferior na hierarquia social.

¹ Cf. Guimarães, 1996 e 1997.

1 A SINTAXE DOS CLÍTICOS: MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA

1.1 DIVERGÊNCIAS ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

A posição imediatamente pré-verbal é a forma normal de colocação do clítico no português vernáculo brasileiro contemporâneo. Isto é, independentemente de qual seja o contexto sintático envolvido, o clítico ocorre adjacente ao verbo, posiciona-se antes dele e dele depende fonologicamente, sendo-lhe, portanto, proclítico².

Como se verá, posteriormente (Cf. Capítulo 2), na história da formação do português brasileiro, quanto à ordem dos clíticos, ocorreram mudanças radicalmente qualitativas, na medida em que:

- a) Enquanto, no século XVI, a posição pré- ou pós-verbal do clítico era determinada a partir de contextos sintáticos muito claramente definidos, no português brasileiro, a interferência dos contextos sintáticos foi sobrepujada, generalizando-se a anteposição do clítico ao verbo no âmbito das orações não-dependentes;
- b) Enquanto, no século XVI, se verificava a possibilidade da não adjacência do clítico ao verbo – ou seja, a possibilidade de interpolação de constituintes entre o clítico anteposto e o verbo -, no português brasileiro, a adjacência do clítico ao verbo tornou-se uma regra categórica e, finalmente,
- c) Enquanto, no século XVI, em contextos favorecedores da

Sec. XVI
cl - V ou V - cl
definido //
Contexto Sint
↓
PB
=

Generalização

² Os termos anteposição/procliticização e posposição/encliticização não serão aqui empregados como sinônimos. Por anteposição/posposição, entende-se a ordem do clítico na frase, tomando-se como referência o verbo. Próclise/ênclise são termos que vão designar a direção da cliticização fonológica, se para a direita ou se para a esquerda, respectivamente.

~~entender~~

colocação pré-verbal, se observava o alçamento (*clitic climbing*) quase categórico do clítico para a posição pré-auxiliar, no português brasileiro, o clítico geralmente ocorre anteposto e proclítico ao verbo principal, o que, segundo Galves (1998:83), “aponta para uma relação mais lexical, com o verbo fonte da interpretação, do que gramatical, com o verbo auxiliar portador dos morfemas de tempo e concordância”.

Também na história da formação do português europeu, houve mudanças qualitativas relativamente à ordem dos clíticos. Embora, no português europeu contemporâneo, a posição pré- ou pós-verbal do clítico ainda varie em função dos contextos sintáticos, os contextos sintáticos específicos que determinam a colocação pré- ou pós-verbal não são necessariamente os mesmos que os do século XVI. Assim,

↳ quais são esses?

- a) No âmbito das orações não-dependentes, mantém-se a colocação pós-verbal categórica quando o verbo está em posição inicial absoluta; todavia, em sentenças de ordem SV, com sujeito referencial, a colocação passa a ser categoricamente pós-verbal; ocorrendo a anteposição de um constituinte subcategorizado pelo verbo: 1. verifica-se a colocação pré-verbal categórica se o constituinte anteposto for um foco; 2. ou a colocação pós-verbal categórica se o constituinte anteposto for um tópico; quando o verbo que inicia uma oração principal é precedido de oração subordinada, a colocação passa a ser categoricamente pós-verbal; quando o verbo é imediatamente precedido por

conjunção coordenativa, a colocação passa a ser categoricamente pós-verbal;

- b) Nas orações dependentes finitas, mantém-se a colocação pré-verbal categórica;
- c) Diferentemente do que ocorria no século XVI, já não se verifica, no português europeu contemporâneo, a possibilidade de não adjacência do clítico ao verbo e, finalmente, PE Mod → clítico adjacente ao verbo
- d) Em contextos favorecedores da colocação pré-verbal, observa-se ainda, tal como no século XVI, o alçamento (*clitic climbing*) quase categórico do clítico para a posição pré-auxiliar.

O quadro de mudanças acima esboçado configurou, na atual sincronia, divergentes formas de estruturação sintática do português europeu e do português brasileiro no que tange à ordem dos clíticos na frase.

1.2 DIVERGÊNCIAS ENTRE A NORMA VERNÁCULA E A NORMA ORAL CULTA BRASILEIRAS³

Do ponto de vista sociolingüístico, um aspecto relevante, quanto à sintaxe dos clíticos, é que há, no Brasil, diferenças entre a norma vernácula e a norma dos indivíduos cultos em situação formal de comunicação oral.

Para a caracterização da norma oral culta de colocação dos clíticos do português brasileiro contemporâneo, Lobo (1992) descreveu uma amostra lingüística oral constituída por 15 inquéritos de natureza formal que integram o *Corpus Compartilhado do Projeto de Estudo da*

³ Sobre os conceitos de norma vernácula e norma culta, cf. Lucchesi (1994).

*Norma Lingüística Urbana Culta — Projeto NURC*⁴, tendo obtido os seguintes resultados, que serão aqui retomados:

I A Sintaxe dos Clíticos no Português Brasileiro Oral Culto Contemporâneo

1 Orações Não-Dependentes

1.1 Orações Absolutas/Principais

a) Verbo em posição inicial — **variável**, com ligeira preferência pela colocação pré-verbal: 55%

(1) **Me** impressionou notadamente uma ... uma série de artigos do historiador e sociólogo Oliveira Viana SP. III. M

(2) **Se** lembrem da...da...da fonte de infecção que [sic] eu falei SSA. I. F

(3) Chama-se esta mastectomia de mastectomia alargada SSA. II. F

(4) Distingue-se [sic] três fases da doença SSA. I. F.

b) Verbo precedido por sujeito nominal – **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 90%

(5) O ameninado príncipe **se** transforma num velho POA. III. M

(6) O povo de Roma levantou-se contra esta decisão SSA. III. M

c) Verbo precedido por sujeito pronominal pessoal – colocação pré-verbal **categorica**: 100%

(7) Eles **se** classificam em: virgens de tratamento, PS, ou possivelmente sensível, crônico I e crônico II SSA. I. F

⁴ O chamado *Corpus Compartilhado* do Projeto NURC é um *mini-corpus* que preserva as características do *corpus* total. Cf., a este respeito, Lobo 1992:23-25.

Note-se, porém, que, sendo o verbo precedido por sujeito pronominal pessoal “lembrete”⁵, a ordem do clítico na frase se apresentou **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 90%

(8) a glândula mamária, ela se acha constituída... SSA. II. F.

(9) então, o homem, ele acha-se...RE. II. F.

d) Verbo precedido por negação — colocação pré-verbal **categórica**: 100%

(10) Não **me** parece que possa ser já POA, III, M

e) Verbo precedido por SADV ou SP adverbial — **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal :88%

(11) Então, dessa maneira, se faz diagnóstico SSA. I. F

(12) No prólogo do fi...filme, lia-se: “numa luta entre irmãos, não há vencedores nem vencidos” SP. III. M

f) Verbo precedido por oração subordinada — **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal : 67%

(13) Quando...ah...se faz uma análise crítica de uma determinada...determinada idéia, se coloca não para derrubar RE. I. F

(14) Se você parou nesta fase, liquidou-se o assunto RJ, III, M

1.2 Orações Coordenadas

a) Aditivas introduzidas pelo conectivo e – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 64%

(15) E daí vocês façam o cruzamento e **me** digam o que deu POA. I. F

⁵ No *corpus* analisado, não houve ocorrências de construções com pronome “lembrete” entre os falantes da faixa etária III. mas, apenas, entre os falantes das faixas etárias I e II.

(16) Resolve, então, chamar o filho e pergunta-lhe POA. III. M

b) Adversativas introduzidas pelo conectivo **mas** – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 67%

(17) mas filmava-se em São Paulo, no Rio SP. III. M

(18) mas se diz que uma face plana SSA. II. F

2 Orações Dependentes

2.1 Finitas (Completivas, Relativas e Adverbiais) — **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 98%

(19) vamos dizer que o progresso se deve a todos RE. I. F

(20) E temos visto, de fato, que a UNESCO ligou-se SSA. III. M

2.2 Não-Finitas

a) Infinitivas não regidas por preposição⁶ – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 71%

(21) Precisa **se** manter a...a cor da tez SP. II. F

(22) Nesse clima, não seria possível estabelecer-se o desejo de uma contratação razoável RJ. III. M

b) Infinitivo regidas por preposição⁷ – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 73%

(23) De acordo com a possibilidade que ele tem de **se** recuperar SSA. I. F

(24) Ele pode atuar sobre a comunicação sem modificar-lhe o sentido POA. II. F

⁶ Não houve ocorrências de infinitivas flexionadas não regidas por preposição.

⁷ Houve apenas três ocorrências de infinitivas flexionadas regidas por preposição, estando o clítico, em todas elas, em posição pré-verbal.

c) Gerundivas não regidas por preposição⁸: **variável**, com ampla preferência pela colocação pós-verbal: 82%

(25) Colocam uma interpretação nas suas sentenças, fundamentando-se em conhecimentos RE. II. F

(26) Se, na mulher, se retiram os ovários, se retirando, portanto, a fonte prod...eh...eh... elaboradora de hormônio feminino. o...as glândulas mamárias, elas se atrofiam SSA. II. F

Observando-se os resultados referidos, pode-se afirmar que, no Brasil, enquanto, na **norma vernácula**, a colocação dos clíticos é **pré-verbal**, na **norma oral culta**, em situação formal de comunicação, a posição dos clíticos é **variável**, na grande maioria dos contextos sintáticos. Os resultados acima apresentados podem ser assim sintetizados:

- Total de contextos sintáticos analisados: 12

- Total de contextos sintáticos com **regra categórica** – 2:
 - a) colocação pré-verbal categórica: 2 contextos;
 - b) colocação pós-verbal categórica: nenhum contexto;

- Total de contextos sintáticos com **regra variável** – 10:
 - a) preferência pela colocação pré-verbal: 9 contextos.
 - b) preferência pela colocação pós-verbal: 1 contexto.

Para explicar-se a variabilidade posicional dos clíticos na fala culta brasileira, ou, mais restritamente, a manutenção de significativas frequências da variante pós-verbal de colocação dos clíticos, deve buscar-

⁸ Não houve ocorrência de gerundiva regida por preposição.

se não apenas o encaixamento social do fenômeno – aqui caracterizado, fundamentalmente, a partir da ação exercida pela norma padrão difundida pelo sistema escolar sobre os usos lingüísticos dos indivíduos escolarizados (Cf. item 1.3., a seguir) –, mas também o encaixamento lingüístico, na medida em que a frequência de ocorrência da colocação pós-verbal não é idêntica em todos os contextos sintáticos, passando do pólo extremo de frequência nula ao pólo extremo oposto de regra categórica.

Segundo os dados anteriormente apresentados, apenas um contexto sintático — *gerundivas não regidas por preposição* — teria sido favorecedor da colocação maioritariamente pós-verbal do clítico (82%). Todavia, uma análise mais refinada permite ainda alguns outros resultados que, à primeira vista, ficam encobertos. Assim, para além desse contexto, outro também deve ser destacado:

- *a ocorrência da colocação categoricamente pós-verbal do clítico acusativo de terceira pessoa diante de infinitivo verbal não flexionado: 100%;*

Sobre o clítico acusativo da terceira pessoa, é sabido que a sua ocorrência no português brasileiro contemporâneo é também produto da ação do sistema escolar, já não sendo, portanto, esse clítico um elemento do vernáculo. As tabelas a seguir, adaptadas por Nunes (1993), a partir de Corrêa (1991), demonstram de forma incontroversa esse fato:

Objetos diretos anafóricos encontrados na fala

Tipo de Objeto	Adultos Analfabetos (%)	Série (%)					Total (%)
		1 ^a /2 ^a	3 ^a /4 ^a	5 ^a /6 ^a	7 ^a /8 ^a	Univers.	
Obj. Nulo	66,6	72,4	77,7	71,2	71,1	67,8	72,0
Pron. Tônico	25,6	24,1	8,6	19,1	20,1	7,1	18,2
NP Anafórico	7,6	3,4	3,6	7,4	7,6	14,2	8,3
Clíticos	—	—	—	2,1	0,9	10,7	1,3

Tabela 9

(Nunes 1993: 217; a partir de Corrêa 1991)

Objetos diretos anafóricos encontrados na escrita

Tipo de Objeto	Série (%)					Total (%)
	1 ^a /2 ^a	3 ^a /4 ^a	5 ^a /6 ^a	7 ^a /8 ^a	Univers.	
Obj. Nulo	57,5	65,6	52,3	53,5	9,5	51,4
Pron. Tônico	7,5	6,2	15,3	10,7	—	9,8
NP Anafórico	35,0	18,7	13,8	5,3	4,7	15,4
Clíticos	—	9,3	18,4	30,3	85,7	23,3

Tabela 10

(Nunes 1993: 218; a partir de Corrêa 1991)

Entender a regra categórica da colocação pós-verbal quando o clítico acusativo de terceira pessoa ocorre junto a infinitivos verbais significa, pois, entender como esse elemento não-vernáculo assume categoricamente uma posição não-vernacula, a posição pós-verbal, em um contexto morfossintático específico.

A resposta a tal questão não deve passar ao largo do fato de que a ênclise do clítico *o(s)*, *a(s)* ao infinitivo permite a reestruturação do padrão silábico CV, constituindo-se, por assimilação ao morfema *-r* do infinitivo verbal, as variantes *lo(s)*, *la(s)* do clítico acusativo de terceira pessoa; tal resposta, portanto, não deve passar ao largo dos processos de licenciamento do *onset* da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa.

Por outro lado, inicialmente pareceu também não dever passar ao largo da observação de que a seqüência *infinitivo + clítico* vai sempre corresponder a um vocábulo fonológico paroxítono. A importância explicativa do padrão acentual paroxítono se confirmaria, na medida em que as variantes *no(s)*, *na(s)* — como em *Eles mandaram-no(s)/na(s) sair* —, que também apresentam o padrão silábico CV, não apresentam, na fala culta, a mesma freqüência de ocorrência das variantes *lo(s)*, *la(s)*: o vocábulo fonológico resultante nos contextos relevantes para a constituição das variantes *no(s)*, *na(s)* do clítico acusativo de terceira pessoa será sempre proparoxítono. Nos dados da amostra lingüística aqui retomada, não houve sequer uma atestação das variantes *no(s)*, *na(s)*.

E quanto à regra variável, com preferência maioritária pela colocação pós-verbal, em orações subordinadas reduzidas de gerúndio? Observe-se que a seqüência *gerúndio + clítico* vai sempre corresponder a um vocábulo fonológico proparoxítono, o que nega a importância explicativa do padrão acentual paroxítono, anteriormente referida, para explicar que, diante de infinitivos, o clítico acusativo de terceira pessoa ocorra sempre em posição pós-verbal.

Finalmente, ainda quanto à ocorrência da colocação pós-verbal do clítico, vale mencionar a observação de Mattoso Câmara (1979:254) de que, no Brasil, só seria espontânea em se tratando “da partícula pronominal *se* em perífrase verbo-pronominal para indicar uma atividade sem sujeito determinado”, como, por exemplo, em expressões cristalizadas do tipo *vende-se o livro*, cuja interpretação seria *o livro está à venda*. Segundo esse autor, “a anteposição da partícula *se* ao verbo, associada à anteposição de um nome substantivo paciente, dá a esse nome substantivo uma função de sujeito ativo”; este seria o caso de *o livro se vende*, correspondente a *o livro sai*, *o livro tem boa aceitação do público*. Ainda de acordo com

Mattoso Câmara, o contraste entre estas duas construções já teria sido assinalado por Said Ali, que, contudo, só o teria atribuído à anteposição/posposição do nome substantivo, sem atentar para a importância da posição ocupada pelo clítico *se*.

1.3 DIVERGÊNCIAS ENTRE A NORMA ORAL CULTA E A NORMA PADRÃO BRASILEIRAS

Afirmou-se, anteriormente, que a ocorrência da colocação pós-verbal dos clíticos na norma culta brasileira não reflete padrões vernáculos de uso da língua; está-se assumindo, portanto, que a ocorrência da variante pós-verbal de colocação do clítico reflete a interferência da norma padrão – norma histórico-literária socialmente prestigiada – sobre a constituição da norma oral culta, gerando, portanto, um fenômeno sociolinguístico que se pode caracterizar como sendo a recuperação de uma perda diacrônica através da escolarização.

Tal fenômeno é, obviamente, acompanhado de uma outra consequência no plano sociolinguístico, ou seja, a “ascensão” da variante pós-verbal de colocação do clítico à condição de variante de prestígio; disso, pode-se presumir que o crescimento no índice de ocorrência dessa variante aumente na proporção em que se avança em direção ao pólo mais formal do contínuo estilístico, devendo, portanto, atingir índices máximos de frequência, expressos, inclusive, através de uma maior frequência de construções hipercorretas, em textos formais escritos, representativos, pois, da norma escrita culta.

Segundo a norma padrão ainda hoje vigente no Brasil, quanto à sintaxe dos clíticos, constituiria tarefa para o estudante brasileiro aprender

a dominar os seguintes contextos para os quais se prescreve a colocação pós-verbal⁹:

- Verbo em posição inicial absoluta;
- Verbo precedido apenas por conjunção coordenativa, exceto quando se trata de conjunção alternativa;
- Verbo precedido por sujeito nominal¹⁰;
- Verbo no imperativo afirmativo;
- Orações reduzidas de gerúndio; exceto as introduzidas pela conjunção *em*;
- Orações reduzidas de infinitivo, com ou sem marcas de flexão, não regidas por preposição;

Obs.: Nas reduzidas de infinitivo não flexionado, regidas por preposição, admite-se a variabilidade posicional do clítico, exceto quando se trata de ocorrência do clítico o(s), a(s) em reduzidas de infinitivo regidas pela preposição *a*, caso em que se indica a colocação pós-verbal.

- Pausa entre o verbo e o termo antecedente que provoque a anteposição do clítico ao verbo.

Caracterizou-se a ocorrência da variante pós-verbal de colocação do clítico na norma oral culta como resultante de um processo de recuperação de uma perda diacrônica através da escolarização. Outra questão fundamental, decorrente dessa caracterização, é saber em que medida a

⁹ De acordo com Bechara (1982); Cegalla (1981); Cunha (1981); Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (1976).

¹⁰ O gramático Rocha Lima (1976) também indica a colocação pós-verbal no contexto *Verbo precedido por sujeito pronominal pessoal*, contexto que não será aqui considerado por apresentar divergência com o tratamento dado por outros gramáticos.

constituição histórica do vernáculo tenderia a estar sujeita aos parâmetros que atualmente regem a norma oral culta ou, em que medida, é a constituição dessa norma oral culta que tendencialmente se fará cada vez mais sob o influxo dos parâmetros da norma vernácula.

Duas questões fundamentais, se averiguadas conjugadamente, permitem obter-se uma possível projeção quanto ao grau de convergência entre a norma vernácula e a norma oral culta; são elas:

- a) em que medida se traduz o grau de “obediência/desobediência” dos falantes escolarizados brasileiros ao padrão de ordem dos clíticos prescrito pelas gramáticas tradicionais e que se supõe ser o veiculado pelas escolas?
- b) como essa “obediência/desobediência” se manifesta entre falantes escolarizados de faixas etárias distintas?

Os resultados da Tabela 11, abaixo, apresentados em Lobo (1992) enfocaram as questões acima apontadas:

Faixa etária X obediência / desobediência à norma padrão

Faixa Etária	Obediência	Prescrição Gramatical	
		Pré-verbal	Pós-verbal
Faixa I	Sim	110 – 100%	12 – 26%
	Não		35 – 74%
Faixa II	Sim	82 – 99%	11 – 22%
	Não	01 – 01%	39 – 78%
Faixa III	Sim	138 – 95%	37 – 45%
	Não	07 – 05%	46 – 55%
TOTAL	Sim	330 – 98%	60 – 33%
	Não	08 – 02%	120 – 67%

Tabela 11

(Lobo 1992: 194)

Destacando-se, inicialmente, os resultados totais antes de se passar ao comentário dos resultados parciais obtidos segundo as faixas etárias, observa-se ser de 33% a frequência de obediência dos falantes cultos ao modelo que define a norma padrão de colocação dos clíticos¹¹. Observa-se ainda que a hipercorreção — que aqui se define como a utilização da colocação pós-verbal em contextos para os quais se prescreve a colocação pré-verbal e tomada, portanto, como uma forma particular de observância à norma padrão — não é um comportamento recorrente entre os falantes analisados, atingindo a frequência de apenas 02%.

Quando considerados em função das distintas faixas etárias a que pertencem, a Tabela 11 mostra haver entre os falantes cultos um claro desnível de comportamento quanto à obediência à norma padrão. Enquanto os falantes das faixas etárias I e II apresentam um comportamento bastante semelhante, com frequências de 26% e 22%, respectivamente, de obediência à norma padrão — inferiores à média geral de 33% —, entre os falantes da faixa etária III, o índice de obediência ao padrão cresce significativamente para 45% - superando, pois, a média geral de 33%. Em nenhuma das faixas etárias, porém, o índice de obediência superara o de desobediência.

Paralelamente, é significativo ainda observar que a hipercorreção é também um fenômeno associado à faixa etária do falante culto. Apesar de não ser expressiva no *corpus* analisado (02% do total das ocorrências), a sua maior frequência é atestada entre os falantes da faixa etária III (05%), não sendo sequer observada entre os falantes da faixa etária I.

O que, em síntese, de mais significativo a Tabela 11 permite

¹¹ Os 98% de ocorrência da colocação pré-verbal nos contextos indicados pela norma padrão devem ser *a priori* desconsiderados, pois esta é a forma vernácula de colocação do clítico no português brasileiro contemporâneo. Assim, trata-se, antes, uma convergência entre a norma vernácula e a norma padrão, e não propriamente de obediência dos falantes cultos à norma padrão.

verificar é a emergência de um padrão inclinado, já que, por um lado, o índice de maior influência da norma padrão está associado ao comportamento lingüístico dos falantes de faixa etária mais elevada e, por outro lado, o índice de menor influência da norma padrão está associado ao comportamento lingüístico dos falantes de faixas etárias menos elevadas. Tal padrão é interpretável sociolingüísticamente como indicador de um processo de mudança em curso, o qual permite constatar a tendência de que o processo de constituição da norma de colocação dos clíticos no português brasileiro oral culto contemporâneo se faça cada vez mais sob o influxo da norma vernácula que sob o influxo da norma padrão.

Fez-se uma breve descrição da sintaxe dos clíticos, considerando-se as atuais divergências entre o português europeu e o português brasileiro, bem como entre a norma vernácula e a norma oral culta brasileiras e ainda entre a norma oral culta e a norma padrão brasileiras. A seguir, passa-se a uma abordagem do fenômeno no tempo real – do século XIII ao século XIX –, com o objetivo de destacar os aspectos mais significativos do quadro das mudanças estruturais da sintaxe dos clíticos na história da língua portuguesa, o que terá o papel de situar diacronicamente as divergências atuais anteriormente apresentadas e, em simultâneo, apoiar a análise contrastiva entre portugueses e brasileiros no século XIX, apresentada no Capítulo 3.

2 A SINTAXE DOS CLÍTICOS: MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

2.1 DA SINTAXE MEDIEVAL À SINTAXE CLÁSSICA DOS CLÍTICOS

2.1.1 ORAÇÕES NÃO-DEPENDENTES

Em função do fato de, no âmbito das orações não-dependentes – absolutas, principais e coordenadas –, a colocação pré-verbal basicamente só não se verificar quando o verbo ocupa posição inicial absoluta, tem-se apontado a sintaxe clássica dos clíticos – como bastante singular em relação à sintaxe dos clíticos em outros períodos da história do português europeu. A este respeito, note-se, por exemplo, a seguinte observação de Salvi (1990:204):

*I dati sono disturbati dal fatto che la lingua letteraria mostra, fra il XVI e il XVIII sec. una tendenza alla proclisi che sembra estranea all'evoluzione della lingua parlata.*¹²

A partir da seriação cronológica de dados extraídos de documentos notariais, relativos ao período que se estende do século XIII ao século XVI, Martins (1992, 1994) indica ter atestado um lento processo de mudança em curso no português antigo¹³, cuja implementação, no século XVI, teria desaguado em uma sintaxe marcadamente pré-verbal.

★ ★ Século XVI é pré-verbal

¹² Sobre as divergências na datação das mudanças que distinguem a sintaxe clássica e a sintaxe moderna dos clíticos na história do português europeu, cf. item 2.2.3. Mudanças estruturais e gramáticas do português europeu.

¹³ Observe-se que, na sua análise da sintaxe dos clíticos, Martins (1994) não se atém aos dados extraídos do *corpus* de documentos não-literários notariais produzidos no Noroeste e na região de Lisboa por ela editado. Conforme a sua justificativa (1994:13): “A coleção e análise de dados provenientes de fontes diversas justifica-se por ser minha intenção descrever a colocação dos pronomes pessoais átonos no português medieval e clássico e não, estritamente, num dado *corpus*.” Dada, pois, esta abrangência de perspectiva, o estudo de Martins (1994) será a referência básica aqui adotada para se discutir a sintaxe medieval e clássica dos clíticos. Todavia, para além desse estudo, também se terá em conta a análise da sintaxe dos clíticos no português quinhentista feita por Lobo (1992), a partir de um *corpus* de documentos não-literários do gênero prosa epistolar.

No português medieval, em orações não-dependentes¹⁴, o clítico apresentava três distintos padrões de ordem – ordem fixa pós-verbal, ordem fixa pré-verbal e ordem variável –, em função da variável configuração estrutural dos contextos sintáticos.

Os contextos de ordem fixa – pós ou pré-verbal –, a seguir discriminados, mantiveram-se inalterados em toda a história do português europeu, do português medieval ao português contemporâneo:

ORDEM FIXA PÓS-VERBAL:

a) Verbo em posição inicial absoluta

ORDEM FIXA PRÉ-VERBAL:

a) Verbo precedido por operador de negação predicativa

b) Verbo precedido por quantificador¹⁵

c) Verbo precedido por sintagma –qu

¹⁴ Para Martins (1994:15), “excetuando as disjuntivas, não há variação na colocação dos pronomes dependente da natureza de simples/principais e coordenadas das orações.” Diz ainda “quase 100% das orações coordenadas são do tipo aditivo (coordenadas copulativas). Disponho por isso de pouca informação sobre os outros tipos de oração coordenada. Mas assumo a hipótese de que, excetuando as disjuntivas, nenhum outro tipo de coordenação implicará uma colocação dos clíticos diferente da que se encontra nas orações simples/principais.” (1994:227) Considera que a relação existente entre orações disjuntivas do tipo *ou ... ou, quer ... quer* é quase de dependência subordinativa – razão de não incluí-las entre as não-dependentes – e, apesar do número escasso de dados de que dispõe, admite que no português medieval e no português clássico a anteposição, tanto quanto no português europeu atual, seria de regra nessas estruturas.

¹⁵ Ocorrendo à esquerda do verbo, em posição interna à oração, o quantificador determina a colocação pré-verbal do clítico. Porém, Martins (1994:18-19) chama a atenção para o fato de elementos diversos serem rotulados de quantificadores, não se estabelecendo a necessária distinção entre uma leitura propriamente quantificacional e uma leitura de grupo. A ordem cl-V deixa de se verificar se o elemento dito quantificador apresentar uma leitura de grupo e/ou se ocorrer em posição pós-nominal: Todos aqueles beschos partiron-se do horto (Martins 1994:20). E elles todos louvarom-no (Martins 1994:20).

leitura de grupo

- d) Verbo precedido por certos advérbios¹⁶
- e) Verbo precedido por sintagma focalizado

No âmbito das orações não-dependentes, dentre os cinco contextos identificados como desencadeadores da colocação pré-verbal do clítico no português medieval, merece destaque a análise proposta para as ocorrências apresentadas sob o rótulo verbo precedido por sintagma focalizado.

No português europeu contemporâneo, quando um complemento subcategorizado pelo verbo surge anteposto, estando vazia a posição argumental que lhe corresponde, duas possibilidades de interpretação se oferecem à partida: pode-se interpretar o complemento verbal anteposto como um tópico ou um foco marcados. Tanto a construção de Topicalização¹⁷, quanto a de Focalização, se caracterizam por apresentarem entre o complemento verbal anteposto e a categoria vazia a ele indexada propriedades de conectividade referencial, de traços

¹⁶ Martins (1994:19-32) indica como condicionadores da anteposição do clítico ao verbo os advérbios *agoralora*; *ainda*; *alilaqui*; *ante(s)* (na acepção de 'pelo contrário'); *assi*; *bem/mal*; *item* (advérbio latino usado em documentos notariais na acepção de 'também'); *ja*; *logo*; *mais* (na acepção de 'também'); *outrossi* (advérbio arcaico que vai cair em desuso, sendo progressivamente substituído por 'também') e *sempre*. Nota, porém, que os advérbios *agoralora*; *ainda*; *alilaqui* e *item*, por funcionarem em certas ocorrências como adjuntos frásicos, e não como constituintes que incidem diretamente sobre o verbo, levam à posposição do clítico ao verbo. Assim, mais que ser um dos advérbios dos acima mencionados, é o fato de o advérbio incidir sobre o verbo ou ter escopo sobre toda a frase que explicará, respectivamente, a anteposição ou a posposição do clítico ao verbo. Chama ainda a atenção para a importância da ordem linear dos constituintes. Assim, em frases como *et logo sem ajuda nihūu ergime* (Martins 1994:27) e *E eu outrossy semelhauilmente obligome a defender a uos os ditos bēes e erāças* (Martins 1994:29), justifica a posposição do clítico ao verbo pelo fato de o advérbio dito "proclitizador" – *logo* e *outrossi* – não preceder imediatamente o conjunto 'verbo-clítico'. Todavia, em um conjunto de três ocorrências como *Enton o abade ... deitou-se aos pees do monge Libertino ... e o monge Libertino outrossi deitou-se ante os pees de seu abade* (Martins 1994:29), a posposição do clítico ao verbo, apesar de o advérbio *outrossi* preceder imediatamente a seqüência 'verbo-clítico', vai ser justificada a partir da posição pós-SN sujeito de *outrossi*, em contraste com uma ocorrência do tipo *e outrossy Johā ffermādi: se oblligou ...* (Martins 1994:29), em que o advérbio, para além de iniciar a oração, não está posposto ao SN sujeito.

¹⁷ Cf. Mateus et alii (1989:228-234) acerca dos quatro processos sintáticos de marcação de tópico no português europeu contemporâneo: Tópico Pendente, Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente, Deslocação à Esquerda Clítica e Topicalização. Note-se que, enquanto os dois primeiros têm em comum o fato de o tópico ser interpretado como um elemento externo à predicação contida no comentário, os dois últimos têm em comum o fato de o tópico ser interpretado como um elemento interno à predicação contida no comentário.

sintáticos, casual e temática. Aponta Martins, porém, do ponto de vista sintático, uma distinção entre ambas, dada pelo fato de o constituinte topicalizado ser um adjunto frásico e o constituinte focalizado ocupar uma posição interna à frase. No português europeu contemporâneo, saber se o constituinte anteposto é um adjunto frásico ou se ocupa uma posição interna à frase, seria tarefa relativamente simples, pois:

- a) do ponto de vista prosódico, enquanto o adjunto frásico, ou tópico, é seguido de pausa, o constituinte em posição interna à frase, ou foco, não pode ser seguido de pausa e recebe um acento de intensidade¹⁸;
- b) do ponto de vista sintático, enquanto o adjunto frásico, ou tópico, desencadeia a colocação pós-verbal do clítico, o constituinte em posição interna à frase, ou foco, desencadeia a colocação pré-verbal;

Não podendo levar em consideração o argumento prosódico na análise de textos escritos – sobretudo os medievais e clássicos, cujo sistema de pontuação não é ainda devidamente conhecido –, o argumento sintático que relaciona Topicalização à ordem V-cl e Focalização à ordem cl-V foi o teste privilegiado para distinguir Topicalização de Focalização na história da língua portuguesa.

Assim, baseando-se no argumento sintático acima referido, Martins (1994:43-44), ao analisar dados do português medieval em que um complemento subcategorizado pelo verbo ocorria anteposto, estando vazia a posição argumental que lhe era correspondente, concluiu tratar-se de construções de Focalização, e não de Topicalização, pois, em todas as

¹⁸ Cf. Mateus et alii (1989:227-228) acerca dos processos prosódicos de marcação de tópico e foco.

ocorrências relevantes, a colocação do clítico era pré-verbal. Tal conclusão apoiou-se ainda em dois outros fatos:

- a) o de que, se o complemento anteposto subcategorizado pelo verbo fosse interpretado como foco, se estaria “mais uma vez [como nos contextos “verbo precedido por operador de negação predicativa”, “verbo precedido por quantificador”, [“verbo precedido por sintagma –qu”] e “verbo precedido por advérbio”] [diante de] uma construção em que a colocação obrigatoriamente pré-verbal dos clíticos se mantém constante desde o português antigo até ao actual”;
- b) o de que, se o complemento anteposto subcategorizado pelo verbo fosse interpretado como tópico, “[haveria] uma mudança radical a registar, pois actualmente o pronome é necessariamente pós-verbal”; “seria esta a única construção em que haveria evolução da anteposição obrigatória para a posposição obrigatória” (1994:43-44). Tal conclusão, por outro lado, levou ainda a autora a propor que “a construção de Topicalização não existiria no português medieval” (1994:45). Para apoiar a sua proposta, diz que a construção de Topicalização, com as características que tem no inglês e no português europeu moderno, não existe em outras línguas românicas, como o galego, o espanhol e o italiano e que o tem sido designado nessas línguas como Topicalização corresponde ao que designa como Focalização.

Para além de interpretar como focalizados complementos verbais antepostos subcategorizados pelo verbo, Martins (1994:46-47) apontou

ainda haver focalização de sujeito em expressões como *El Rey o mandou* e *Eu Ayras monit a fit*, recorrentes nos documentos notariais para a identificação de quem mandou fazer o documento, e ainda de SP adverbial na fórmula notarial cristalizada em expressões do tipo *E nos dom Stevam eanes Abbade e cõuento suso dito que este prazo mandamos fazer cū nossas mãos próprias o reuoramos*. Em ambos os casos, observou a anteposição categórica do clítico em qualquer época.

Conforme se verá no item 2.2.3., no final deste capítulo, Martins irá propor que o progressivo decréscimo das ocorrências de anteposição do clítico ao verbo que se verifica entre os séculos XVII e XIX, no domínio das chamadas “orações neutras”, no português europeu, seja resultado de uma mudança exterior à sintaxe dos clíticos, mas com implicações na colocação dos mesmos. Tal mudança seria o decréscimo da produtividade da construção de Focalização no referido período e, paralelamente, o nascimento da construção de Topicalização.

ORDEM VARIÁVEL:

Excluídos os contextos de ordem fixa pós ou pré-verbal, acima apresentados, haveria ainda, como já se referiu, contextos de ordem variável – os quais foram englobados sob o rótulo de “orações neutras” –, nos quais, contudo, Martins apontou um processo de mudança em curso. O processo de mudança apontado foi quantificado e sinteticamente descrito, como segue abaixo (Cf. Martins, 1994:55-56):

A par desta possibilidade de oscilação entre anteposição e posposição dos clíticos, que existe durante toda a época medieval (e também, embora com uma frequência muito mais baixa, no português clássico), observa-se, todavia, uma mudança em curso: a posposição dos clíticos, largamente dominante (em termos quantitativos) durante o século XIII, vai ser progressivamente substituída pela anteposição maioritária no século XV e quase exclusiva no XVI. Quer isto dizer que a

mudança em causa esboça-se já no século XIV, e consolida-se nos séculos XV e XVI.

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-50
cl-V	6,7%	18,8%	37,8%	71,4%	94,4%	100,0%
V-cl	93,3%	81,2%	62,2%	28,6%	5,6%	0%

Tabela 12

(Martins 1994:56)

Segundo os dados da Tabela 12, extraídos de um *corpus* de documentos não-literários notariais, observou-se 0% de ocorrência de posposição do clítico em orações não-dependentes “neutras” no século XVI. Contudo, segundo dados extraídos de textos literários, apresentados abaixo, na Tabela 13, a variação entre anteposição e posposição continuaria a ser possível no século XVI:

	cl-V	V-cl
Afonso de Albuquerque (1462? – 1515)	73.5% (119)	26.5% (43)
Damião de Góis (1502 – 1574)	97.1% (130)	2.9% (4)
Fernão Mendes Pinto (1510 ? – 1583)	98.1% (102)	1.9% (2)
Diogo do Couto (1542 – 1616)	72.5% (74)	27.5% (28)

Tabela 13

(Adaptada de Martins:1994:273)

Do confronto entre os dois conjuntos de dados, concluiu Martins (1994:274) que:

Característica do português do século XVI é a preferência clara (em termos de uso) pela colocação pré-verbal dos clíticos, com

percentagens de actualização da opção pela próclise situadas entre, aproximadamente, os 70% e os 100%.

A leitura do rol de ocorrências apresentadas sob o rótulo de “orações neutras”¹⁹ permite explicitar o seguinte conjunto de configurações sintáticas como o espaço de ocorrência do processo de mudança em curso discutido:

1. Verbo precedido por conectivo de coordenação:

- (1) E o Apresentou por autor Aa dicta demanda das dictas cassas (Martins 1994:54)
- (2) E rreleuarõno de todencarrego de Satisdaçõ (Martins 1994:54)

2. Verbo precedido por sujeito nominal/pronominal:

- (3) e sse hy algúú directo auya ou entendia a auer que o renúciaua todo ao dito mosteyro. e que sse saysse do dito logar atẽ santa maria de Agosto esta primeyra que uẽ e o dito Steuã díaz u octorgou e quitousse aõ dito mosteyro da demãda que fazia contra a dõna (Martins 1994:62)
- (4) e Móór eanes obligouse a dar os filhus a outorga. (Martins 1994:60)
- (5) E entõ disse o Juiz senpre uimos Pero mendiz por procurador e eu o Dou por procurador (Martins 1994:53)
- (6) E pidirom A m̃j Stevam gonçalvez Tabeliõ sobredito que lhjs desse hũu strumento e Eu deylho de meu offizio e con meu Signal (Martins 1994:53-54)

3. Verbo precedido por SP com função adverbial / com função de oblíquo:

- (7) E per uertude do dito escãbho o poseron e trasmudaron todo nos sobreditos Prior e Racoeyros e ãna sobredita sa Eigreja de sam Bertholameu (Martins 1994:68)
- (8) E daquel dia que o seruiço for pidido ata terçar dia denno a aquel que o pedir (Martins 1994:64)

¹⁹ Cf. Martins 1994: 53-55; 60-77.

4. Verbo precedido por oração subordinada adverbial:

(9) E visto per mjm seu dizer e pedir porquanto ffuj certo (...) que o dito prazo he fecto en proueito do dito mosteiro **ho** Confirmo e Mando que sse compra como elle fas mencom (Martins 1994:70)

(10) E porque entêderõ que era desenbargamêto de ssa alma, e que depouys que lhes nõ reteuesse nêgũu esse casal per sa razõ; quitarõ-se desse casal ao dito Moesteiro e poserona a ese Moesteiro de vilarinho (Martins 1994:63)

5. Verbo precedido por advérbios como então, depois, porém, especialmente etc. :

(11) e porque se nos a nos o Priol agrauou e se nos queyxou que nos tragiamos o dito quarto do dito Cassal contra a voentade de deus e a perigoo de nossas almhas. nos porẽ **nos** quytamos e nos partimos do dito quarto do dito Cassal (Martins 1994:62)

(12) E sse as nos comprar nõ quisermos entõ uêderdelas uos a atal pessõa que faça a nos o dito foro como dito he (Martins 1994:65)

6. Verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica (DEC):

Trata-se de construções em que um complemento subcategorizado pelo verbo surge anteposto, porém a posição argumental que lhe corresponde não é vazia, e sim preenchida por um clítico. Há, pois, entre o complemento verbal anteposto e o clítico a ele indexado propriedades de conectividade referencial, de traços sintáticos, casual e temática. Em tais construções, afirma Martins (1994:38), contrapondo-se a outros autores que já trataram da sintaxe dos clíticos no português medieval, que “os clíticos podem preceder ou seguir o verbo, não condicionando o constituinte topicalizado um particular posicionamento do clítico.” O conjunto de exemplos abaixo é apontado para corroborar a sua idéia:

(13) E peço e Rogo ao Arçebispo de braga e seus vigairos e a cada hũu delles que asy o Julguem e determijnhem per sentença ou sentenças e da sentença ou sentenças que em esta razom derem eu as ey por firmes e estaiijs pera todo o senpre (NO, 1411)

(14) Mais as cousas que forem ãalhedas cõ todo meu poder E vontade as demãdarey E tornarey aa propriedade e direito do dicto moesteiro (NO, 1434)

(15) As virtudes, que eu perdi com prigiça, com santa diligencia elles as percalçaram (Pádua 1960:85)

(16) A ssanha, injurias, agravos, como se devem desprezar, nosso senhor o demonstra (Pádua 1960:69)

(17) E a que despraz a algũus, por lhe parecer scura, outros a julgam por simplesmente feita (Pádua 1960:70)

(18) e has cartas que leuaua pera ho Rei da terra lhas desse (Góis 1566: Parte II, 3)

(19) e a nosso senhor lhe aprouve damostrar vos a necessidade que a india tynha (Bulhão Pato: carta XII)

Conforme observou Lobo (1996:95-96), nos exemplos de (13) a (17), ocorre – em destaque – um constituinte interposto entre o tópico e o verbo, o qual é o responsável pela colocação pré-verbal do clítico. (18) parece ser um exemplo de oração optativa, conforme o indica o verbo *dar* no subjuntivo; em uma oração optativa, apesar de a posição do complementador não estar preenchida lexicalmente, a colocação do clítico é sempre pré-verbal. Efetivamente, só o exemplo (19) constitui um contra-exemplo para a análise, geralmente aceita, de que as construções com DEC determinem a ordem categoricamente pós-verbal do clítico.

Na análise da sintaxe dos clíticos no português quinhentista feita por Lobo (1992), a partir de um *corpus* de documentos não-literários do gênero prosa epistolar, não se observou 0% de ocorrência de posposição do clítico em orações não-dependentes “neutras”. Excetuando o contexto verbo precedido por sujeito nominal/pronominal, os demais contextos apresentaram variação, destacando-se, inclusive, dentre eles, o contexto

Fazer uma observação sobre este exemplo a respeito de...

verbo precedido por conectivo de coordenação, largamente favorecedor não da colocação pré-verbal, conforme se esperaria para a sincronia em questão, mas da colocação pós-verbal:

1. Verbo precedido por conectivo de coordenação – 73% de preferência pela colocação pós-verbal²⁰:

(20) Bernardo Peixoto, escudeiro da casa d'elRey, meu senhor, que vos esta dara, foy meu criado e servio **me** tantos anos 64, 42

(21) mostrou cõsolação cõ elle, e cõfesou **se** mui bẽ segũdo o padre me dise 132, 32

2. Verbo precedido por sujeito nominal/pronominal – 100% de colocação pré-verbal:

(22) João Mõteyro **me** dixeu oye pola manhã que tynha vostos e emẽndados os apontamẽtos 4, 34(?)

(23) Eu **o** vi em Coimbra 43, 48

3. Verbo precedido por SP adverbial — 92% de preferência pela colocação pré-verbal:

(24) Por amor de Deus **lho** peço e pollas suas chagas lho Requeiro 98, 31

(25) Por derradeiro pedio **lhe** a mão pera lhe tomar a menagẽ 114, 31

4. Verbo precedido por oração subordinada adverbial — 78% de preferência pela colocação pré-verbal:

(26) Quando de qua fostes **vos** fallei e emcomendei que, ante de vyrdes d'esa cidade, asementes cõ hos mercadores 50, 33

(27) Se dom Garcia for partido, e ouver de hir algũna caravela pera lla apos ell, peço **vos** 143, 34

²⁰ Note-se que, nas orações em que o verbo ocorreu imediatamente precedido pelo conectivo **mas**, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal: *mas pareceome que era necessário* 46, 48.

5. Verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica:

(28) e este **daloyamos** a Amtonio de Sousa 141, 33

(29) A sua alteza **lhe** pareceo que nã era bem escusarse Lopo de Brito 143, 34

Tendo-se em conta o conjunto dos dados de Martins (1994) e de Lobo (1992), observa-se, no que respeita às mudanças operadas no âmbito das chamadas “orações neutras”, que não se pode pretender uma generalização que aponte o domínio dos textos não-literários como o espaço de implementação da mudança e o domínio dos textos literários como o espaço de preservação da variação, na medida em que, em um gênero de textos não-literários, a prosa epistolar, a variação ainda se manifesta. Como, porém, interpretar o fato de que, por um lado, em textos não-literários do gênero notarial, há 0% de frequência da colocação pós-verbal e, por outro, em textos não-literários do gênero epistolar e em textos literários, a colocação pós-verbal, ainda que com baixa frequência, ocorre? Ou seja, o que tal diferença estaria refletindo, em termos sociolingüísticos? A seriação cronológica de dados relativos ao período que se estende do século XIII ao século XVI, não deixa dúvidas de que, no século XVI, se concluiu um processo de mudança, ou seja, a mudança terá atingido todos os indivíduos de uma comunidade de falantes. A hipótese que aqui se levanta é, portanto, diferente da interpretação dada por Martins de que, no século XVI, haveria preferência, apenas em termos de uso, pela colocação pré-verbal dos clíticos. Os textos que, no século XVI, ainda apresentaram variação foram textos não-literários do gênero prosa epistolar e textos literários. Quanto aos textos do gênero prosa epistolar, trata-se de um conjunto de cartas da corte do Rei D. João III, cartas de familiares do rei e de personalidades da sua corte. Mesmo não se tratando de documentos

sempre autógrafos, certamente refletirão o que se poderá definir como uma das normas escritas cultas do período em questão. Portanto, defende-se aqui a hipótese de que tanto as cartas quanto os textos literários deverão estar refletindo menos a norma vernácula dos seus escribas que os textos notariais. E, sendo assim, as baixas freqüências de colocação pós-verbal do clítico atestadas nesses textos não refletirão regras de suas respectivas gramáticas individuais, e, sim, regras de uma norma lingüística mais conservadora e, socialmente, ainda prestigiada.

2.1.2 ORAÇÕES DEPENDENTES

2.1.2.1 FINITAS

No âmbito das orações dependentes finitas – completivas, relativas e adverbiais –, não há mudança a registrar entre a sintaxe medieval e a sintaxe clássica dos clíticos. Nessas estruturas, a ordem dos clíticos na frase manteve-se categoricamente pré-verbal. A ordem categoricamente pré-verbal do clítico é também atestada nas duas épocas, mesmo quando, em orações completivas, a posição do complementador não é preenchida lexicalmente.

Apesar da regra acima enunciada, a colocação pós-verbal do clítico em orações dependentes finitas não está de todo ausente dos dados já conhecidos do português medieval e clássico. Afirma Martins (1994:100) que apenas em completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e consecutivas se verificaria a posposição do clítico ao verbo na história da língua portuguesa. Quanto às completivas, justifica a ordem pós-verbal a partir de Uriagereka (1992)²¹, que admite interpretar orações completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* como estruturas paratáticas –

²¹ Em Martins (1994), há cinco referências para o referido autor no ano de 1992. No seu texto, não indica a qual dessas referências estaria remetendo.

com o caráter, portanto, de não-dependentes –, na medida em que tais estruturas permitiriam paráfrases com substituição do conectivo *que* ou pela expressão nominal *o seguinte* ou pelo pronome *isto*: João disse que Maria é inteligente; João disse o seguinte/isto: Maria é inteligente. Por sua vez, Martins propõe ainda uma aproximação entre as completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e as consecutivas, já que ambas apresentam verbo no indicativo, admitem tópicos pendentes, admitem pausa a seguir ao conectivo *que*, além de admitirem a colocação pós-verbal dos clíticos.

Em Lobo (1992), em um universo de 847 ocorrências de orações dependentes finitas, apenas uma vez não se verificou a regra de colocação pré-verbal do clítico, podendo-se considerar a ocorrência em questão uma completiva introduzida por verbos da classe de *dizer*, apesar de o verbo *dizer* não estar explícito:

(30) E porque eu anteparey pollo Recado que sua alteza e vos, senhor, me mandastes por meu filho que, se tardar, desmancharsemehaa tudo, Relleva me a vida ser Francisco de Mello comiguo dentro nesta somana com boa Reposta, ou com maa, ou sem ella (Lobo, 1992)

Admite-se, para (30), uma leitura como:

(31) E porque eu anteparey pollo Recado que sua alteza e vos, senhor, me mandastes por meu filho [**dizendo**] que, se tardar, desmancharsemehaa tudo, Relleva me a vida ser Francisco de Mello comiguo dentro nesta somana com boa Reposta, ou com maa, ou sem ella (Lobo, 1992)

Da mesma forma, em Lobo (1996), em um universo de 104 ocorrências de orações dependentes finitas, apenas uma vez não se

verificou a regra de colocação pré-verbal do clítico, sendo a ocorrência em questão uma consecutiva:

(32) E em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem (Lobo, 1996)

Descarta-se a justificativa geralmente apontada da distância entre o conectivo de subordinação e o clítico – aspecto que, de fato, é também característico dos exemplos (28) e (30) acima apresentados –, pelo fato de o número de contra-exemplos ser largamente superior.

Tanto no português medieval, quanto no português clássico, quando uma oração subordinada se encontra ligada a uma ou várias orações por coordenação, verifica-se a possibilidade de o clítico ocorrer anteposto ou posposto ao verbo:

Português medieval:

(33) E o rrato rrespomdeo que lhe prazia e **lh'o** agradeçia muyto (Lobo 1991:157)

(34) diz que hũu lobo furtou hũu bode e leuou-**ho** a hũu gram ssiluido (Lobo 1991:157)

Português clássico²²:

(35) Praza a Nosso Senhor que se vos nã apegue isto, e **se vos** gaste a de qua 159, s.d. (Lobo 1992)

(36) E porque a duquesa tẽ algũas joyas d'ouro e assy prata de servir que nã he muita quantidade, e ser**lhe**haa necessaria pera seu serviço 119, 32 (Lobo 1992)

Partindo do raciocínio de que a colocação pré-verbal é a que se esperaria encontrar em orações dependentes e a colocação pós-verbal, a

²² Tendo feito um estudo quantitativo da sintaxe clássica dos clíticos, Lobo (1992) pôde verificar que a ocorrência da colocação pós-verbal em exemplos com a configuração sintática de (31) a (34) foi da ordem de 3%.

(33) anote

que se esperaria encontrar em orações não-dependentes, Martins (1994) propõe, então, que, em ocorrências como as acima mencionadas, verificando-se a colocação pré-verbal, haveria, efetivamente, coordenação de orações subordinadas, porém, verificando-se a colocação pós-verbal, a oração não estaria coordenada a uma oração subordinada, mas, sim, à frase. E conclui (1994:88): “A escolha entre um ou outro tipo de estrutura, ou seja, a escolha do nível (mais alto ou mais baixo) a que se situa a coordenação, parece decorrer de uma opção estilística (opção que, aliás, se mantém no português actual).”

2.1.2.2 NÃO-FINITAS

2.1.2.2.1 INFINITIVAS NÃO REGIDAS POR PREPOSIÇÃO:

No que diz respeito às infinitivas não regidas por preposição, Martins (1994) analisou apenas os casos em que, em uma seqüência verbal,

o segundo verbo correspondia a uma sentença subcategorizada por um verbo volitivo ou por um verbo causativo/sensitivo, casos correspondentes, respectivamente, às construções ditas de “controle” ou de “união de orações”. Diante de tais construções, a colocação dos clíticos fazia-se, no português medieval, como diante de locuções verbais, com auxiliares temporais, modais ou aspectuais.

Na sua análise da sintaxe dos clíticos no português quinhentista, Lobo (1992) considerou apenas as ocorrências de clíticos em orações constituídas por formas verbais simples, tanto finitas, quanto não finitas, não analisando as locuções verbais, com auxiliares temporais, modais ou aspectuais. Assim, justamente “em virtude do fato constantemente referido de que, sob muitos aspectos, inclusive do ponto de vista da colocação dos clíticos, as seqüências verbais formadas por verbos [volitivos e] causativos

e sensitivos se comportariam como locuções verbais”, excluiu da sua análise as ocorrências de clíticos em construções de “controle” e em construções de “união de orações”, tendo classificado como orações infinitivas não regidas por preposição os demais tipos de orações subordinadas infinitivas.

Nessas orações infinitivas – não subcategorizadas, portanto, por verbos volitivos ou causativos/sensitivos –, a colocação dos clíticos foi categoricamente pós-verbal, conforme atestam os exemplos a seguir:

(37) E para isto convem, primeiro que tudo, darsse conta ao Reitor da rrezão d'esta mudança 46, 48 (Lobo 1992)

(38) Eu tomo a muy boa dyta vyrem **me** cartas do governador da Yndia 39, 38 (Lobo 1992)

A hipótese que se levanta é a de que, entre o português medieval e português clássico, não tenha havido qualquer mudança quanto à sintaxe dos clíticos em infinitivas não regidas por preposição.

2.1.2.2.2 INFINITIVAS REGIDAS POR PREPOSIÇÃO:

Enquanto, no português clássico, uma oração infinitiva não regida por preposição (não subcategorizada por verbo volitivo ou causativo/sensitivo) desencadeava a colocação categoricamente pós-verbal do clítico, uma oração infinitiva regida por preposição desencadeava uma situação praticamente inversa, sendo quase categórica a colocação pré-verbal.

Embora seja possível, *grosso modo*, no que tange ao português clássico, estabelecer este contraste entre as duas estruturas em questão, no que tange ao português medieval, cabe, quanto às orações infinitivas regidas por preposição, observar a sensibilidade do clítico a cada

preposição individualmente. Assim, estabelece Martins (1994) que as orações introduzidas pela preposição *de* apresentam sempre, do século XIII ao século XVI, a colocação pré-verbal do clítico; que as orações introduzidas pela preposição *pera* apresentam alternância entre a colocação pré-verbal e a colocação pós-verbal do clítico entre o século XIII e a primeira metade do século XIV e, a partir daí, passam a apresentar apenas a colocação pré-verbal e que as orações infinitivas introduzidas pela preposição *a* apresentam a colocação pós-verbal do clítico entre o século XIII e a primeira metade do século XIV e, a partir daí, passam a apresentar apenas a colocação pré-verbal.

É importante referir que, em nota, Martins (1994:245) faz a seguinte observação:

Tal como nas orações infinitivas introduzidas por pera, também nas introduzidas por a, a ordem verbo-clítico regista-se até mais tarde em textos literários. Os exemplos transcritos abaixo são dados por Huber (1933) e pertencem a um Fabulário do século XV: (1) Mandou seus sergentes a catá-la (2) Mandou este pator ... a combaterse com este cavaleyro.

Os resultados obtidos por Lobo (1992) para o português clássico, com base em análise de textos não-literários do gênero prosa epistolar, confirmam o observado para as orações infinitivas introduzidas pela preposição *pera*. Todavia, quanto às orações infinitivas introduzidas pelas preposições *de* e *a*, há ligeiras divergências.

DE:

Houve 56 ocorrências de orações infinitivas regidas pela preposição *de*. Em 55 ocorrências, o clítico ocupou a posição pré-verbal; em 1, a posição pós-verbal:

(39) o comẽdador moor de Avys lhe deu esperança de cas**alla** com dõ Jorge seu filho 86, 30 (Lobo 1992)

A:

Houve 6 ocorrências de orações infinitivas regidas pela preposição *a*. Em 4 ocorrências, o clítico ocupou a posição pré-verbal; em 2, a posição pós-verbal:

(40) dom Antonio chegar**.ao** emperador a dar**lhe** conta de tudo 106, 31 (Lobo 1992)

(41) e quãto a tom**allo** eu pera minha casa 141, 33 (Lobo 1992)

Constata-se, nas orações infinitivas regidas por preposição, mais uma vez, o contraste observado anteriormente entre, por um lado, textos não-literários do gênero notarial e, por outro, textos não-literários do gênero epistolar e textos literários. Em textos não-literários do gênero notarial, na segunda metade do século XIV, as orações infinitivas regidas pelas preposições *de*, *pera* e *a* já apresentavam o clítico, uniformemente, em posição pré-verbal. Todavia, em textos não-literários do gênero epistolar e em textos literários, a colocação pós-verbal, ainda que com baixa frequência, ainda se manteve em fases posteriores. Mais uma vez, portanto, tanto as cartas quanto os textos literários deverão estar refletindo menos a norma vernácula dos seus escribas que os textos notariais.

2.1.2.2.3 GERUNDIVAS NÃO REGIDAS POR PREPOSIÇÃO:

Nas orações gerundivas não regidas por preposição, a colocação dos clíticos era categoricamente pós-verbal, tanto no português medieval, quanto no português clássico:

(42) Dona Isabel Freire me escreveo, pedindome que pedise por merce a elRei, meu senhor, que a mandase viir 143, 34 (Lobo 1992)

2.1.2 INTERPOLAÇÃO

Quanto à interpolação, não há mudança a registrar entre o português antigo e português clássico. A seguinte generalização capta o que, sobre este fenômeno, pode ser observado em ambas as fases (Cf. Martins 1994:182-183):

(...) exceptuados os elementos que precedem o clítico em estruturas com interpolação [conjunção e pronome relativo, nas orações dependentes finitas; preposição, nas orações dependentes não-finitas; advérbio, quantificador ou sintagma focalizado, nas orações não-dependentes], qualquer constituinte que, no português medieval e clássico, pudesse ocupar na oração uma posição pré-verbal podia ocorrer interpolado entre o clítico e o verbo. Se alguns dos constituintes interpoláveis ocorrem mais frequentemente entre o clítico e o verbo do que outros, isso deve-se apenas ao facto de serem necessariamente (no caso do operador de negação predicativa), normalmente (no caso do sujeito) ou frequentemente (no caso dos oblíquos adverbiais e preposicionais) pré-verbais.

2.1.3 CONCLUSÃO

No século passado, a partir da observação do francês e do italiano antigos, Tobler e Mussafia constataram que nessas línguas não se verificava a ocorrência de clítico em primeira posição na frase; de tal constatação, resultou a conhecida “lei de Tobler e Mussafia”. Posteriormente, Wackernagel afirmou que, não apenas nas línguas românicas, mas nas línguas indo-européias de modo geral, as palavras não acentuadas dependiam fonologicamente do primeiro elemento acentuado da frase; ou seja, eram enclíticas ao primeiro elemento. A explicação para a impossibilidade de ocorrência de clíticos em posição inicial de frase passou, então, a ser explicada como resultado da aplicação da chamada “lei

de Wackernagel”. A sintaxe dos clíticos, no século XVI, é a representação mais evidente da aplicação da “lei de Wackernagel”, podendo ser descrita a partir de um simples esquema:

- V-cl
- X-cl V

Ou seja, se o verbo ocupa a primeira posição, o clítico ocorre em posição pós-verbal (enclítico ao verbo); porém, se o verbo está precedido por algum elemento, o clítico ocorre em posição pré-verbal (enclítico ao primeiro elemento). É com base neste tipo de arranjo sintático que ocorreu na língua portuguesa no período dito clássico da sua história que a tradição gramatical, ao fixar uma norma padrão para a sintaxe dos clíticos, desenvolveu a chamada “teoria da atração”. No conjunto das línguas românicas, esta situação, em linhas gerais, mantém-se apenas no português europeu e no galego contemporâneos. Nas demais línguas românicas, assim como no português brasileiro, passou a ser possível o clítico ocorrer em posição inicial absoluta.

2.2 DA FORMAÇÃO DAS SINTAXES BRASILEIRA E EUROPÉIA MODERNAS

Ao longo da década de 90, sob o escopo teórico do que se convencionou chamar de Sociolingüística Paramétrica, e graças ao trabalho pioneiro de Fernando Tarallo e de Mary Kato, a história da sintaxe do português brasileiro começou a ser sistematicamente investigada.

No que respeita ao conhecimento da história da sintaxe dos clíticos, serão destacadas, aqui, particularmente, as contribuições de Pagotto (1992,

1993)²³, Cyrino (1990, 1993, 1997), Galves (1993, 1998), Nunes (1993), Torres Morais (1995) e Ribeiro (1998), abordando-se o seguinte conjunto de questões:

- a) Que bases empíricas foram levadas em conta nas análises desenvolvidas sobre o tema?
- b) Que mudanças estruturais foram identificadas? Quando ocorreram tais mudanças? Quais as hipóteses para explicá-las?
- c) As mudanças identificadas ocorreram em relação a que gramática do português europeu?

2.2.1 BASES EMPÍRICAS DAS ANÁLISES

Pagotto (1993) – que investiga a mudança na ordem dos clíticos na história do português brasileiro – e Cyrino (1997) – que investiga a emergência do objeto nulo característico do português brasileiro – assumem haver uma relação estreita entre os três seguintes fenômenos sintáticos: a mudança na ordem dos clíticos, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto; assumem, ainda, que o conjunto de mudanças inter-relacionadas acima apontado indica uma mudança paramétrica na história do português brasileiro, portanto, uma mudança de ordem gramatical.

Investigando a relação entre os três fenômenos mencionados, ora tomando como foco principal da análise a mudança na ordem dos clíticos, ora a história da emergência do objeto nulo característico do português brasileiro, os referidos autores constituíram dois *corpora* diacrônicos

²³ Considerando que Pagotto (1993) retoma, essencialmente, os resultados de Pagotto (1992), as referências ao texto de 1992 só serão feitas quando o texto de 1993 não der suficiente apoio à discussão que aqui se pretende desenvolver.

distintos, ambos, contudo, abrangendo o mesmo espaço temporal que vai do século XVI ao século XX.

Caracteriza-se o *corpus* lingüístico constituído por Pagotto (1992) por apresentar os seguintes tipos de fontes, cuja descrição e distribuição em períodos de cinquenta anos é assim feita pelo autor (1992: 64-66):

1ª metade do século XVI: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Documentos Históricos do Espírito Santo* – série de documentos históricos – cartas, um relatório e um testamento; *Annaes de Elrei Dom João Terceiro; Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (Capítulos I e II); *Crestomatia Arcaica* – fragmentos do *Sacramentale do Ho Flos Sanctorum em lingoage portugues*.

2ª metade do século XVI: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* – conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento; *Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil* – Vol. III (Cartas 34 e 35)

1ª metade do século XVII: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* – conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento; *Documentos Históricos do Espírito Santo*.

2ª metade do século XVII: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* – conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento; *Documentos Históricos do Espírito Santo*.

1ª metade do século XVIII: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* – conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento; *Documentos Históricos do Espírito Santo; Governadores do Rio de Janeiro – Correspondência activa e passiva com a Corte* (Cartas das páginas 11 a 24); *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Rio de Janeiro*.

2ª metade do século XVIII: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* – conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento; *Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas do Rio de Janeiro* – série de cartas do Vice-Rei Marquês de Lavradio.

1ª metade do século XIX: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo* – conjunto de documentos que arrolam as posses do Mosteiro de São Bento.

2ª metade do século XIX: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*; Processo contra escravos – Arquivo Público Municipal de Uberaba – MG; Cartas diversas do século XIX – conjunto de cartas de diversas origens.

1ª metade do século XX: Cartas diversas – Arquivo de cartas pessoais de diversas origens.

2ª metade do século XX: Cartas do Nordeste – Arquivo de cartas pessoais de A.C.; Arquivo de cartas de S.L. – conjunto de cartas pessoais²⁴.

Já o *corpus* lingüístico constituído por Cyrino (1997: 232-236) assim se apresenta:

Século XVI: Gil Vicente – *Auto da Índia* (1509), *Auto da Alma* (1518), *Farsa de Inês Pereira* (1523), *Auto da Feira* (1527), *Auto da Mofina Mendes* (1534); Camões – *El-Rei Seleuco* (157?) e *Filodemo* (157?).

Século XVII: Gregório de Matos – algumas páginas aleatórias da sua poesia satírica, lírica e graciosa, extraídas de suas *Obras Completas* (1655-1690).

Século XVIII: Antônio José da Silva, o Judeu – *Guerras do Alecrim e da Manjerona* (1737) e Domingos Caldas Barbosa – coleção de cantigas e lundus em *Viola de Lereno* (1760-1780).

Século XIX: Martins Pena – *O Juiç de Paz na Roça* (1837) e *O Judas no Sábado de Aleluia* (1844); Artur de Azevedo – *O Tribufe* (1891) e José de Alencar – *O Demônio Familiar* (1857).

Século XX: Marques Rebelo – *Rua Alegre, 12* (1940); Dias Gomes – *O Pagador de Promessas* (1960); Gianfrancesco Guarnieri – *Um Grito Parado no Ar* (1973) e Miguel Falabela – *No Coração do Brasil* (1992).

Excetuando a *Peregrinação* e os fragmentos do *Sacramentale do Ho Flos Sanctorum em lingoage portugues*, exemplares de textos correspondentes, respectivamente, à prosa histórica e à prosa hagiográfica, gêneros tradicionalmente estabelecidos como integrantes da literatura portuguesa, o *corpus* lingüístico constituído por Pagotto (1992) é um

²⁴ Sem referência ao local de origem.

corpus de textos não-literários, enquanto o *corpus* constituído por Cyrino (1997) contém, exclusivamente, textos literários.

Ainda do ponto de vista da tipologia, distinguem-se os dois *corpora*, na medida em que, enquanto Pagotto (1992) apresenta uma extensa variedade de sub-tipos de textos não-literários – dentre outros, carta pessoal, carta oficial, processo criminal, escritura, relatório e testamento –, não uniformemente distribuídos por todos os períodos de cinquenta anos considerados em sua análise, Cyrino (1997) é, tipologicamente, bastante mais uniforme, apresentando peças teatrais para todos os períodos considerados, exceto apenas para o século XVII, representado através da poesia de Gregório de Mattos, autor considerado “popular”, assim como Domingos Caldas Barbosa para o século XVIII.

Esclarece Cyrino (1997) que a constituição do seu *corpus* obedeceu ao princípio de eleger textos que supostamente reproduzissem a língua oral, tendo, assim, optado por peças teatrais, preferencialmente comédias; a inclusão, portanto, de um segundo sub-tipo de texto não-literário ocorreu por não ser o sub-tipo preferencial sempre disponível, mas esteve subordinada ao mesmo princípio já enunciado, daí a opção por cantigas, modinhas, poesia satírica etc., gêneros “populares”, que seriam aproximáveis, em termos de registro lingüístico, das comédias. A preocupação atinente à relação entre tipologia textual e variação de registros está, pois, sob controle no *corpus* organizado por Cyrino, o que não ocorre no *corpus* organizado por Pagotto, que, pelo fato de apresentar uma extensa variedade de sub-tipos de textos não-literários, não uniformemente distribuídos por todos os períodos de tempo considerados em sua análise, não permite inferências seguras quanto à co-variação entre o fenômeno sintático observado e a diversidade de registros lingüísticos.

Ainda dentre o conjunto de diferenças que se podem apontar entre os dois *corpora*, destaca-se, como das mais relevantes, o fato de o *corpus* constituído por Cyrino, permitir o traçado da história da emergência do objeto nulo característico da gramática do português brasileiro a partir do nível da própria gramática individual, na medida em que cada sincronia, em sua análise, está representada por textos de autores claramente identificados. Tal distinção é relevante, pois estabelece dois lugares distintos para o tratamento da mudança lingüística; conforme assinala Lightfoot (1999:49), “Grammars vary from one person to another, and they may change in groups of people from one generation to the next”.

A última, e talvez mais relevante das distinções observadas entre os dois *corpora*, refere-se à identificação da “nacionalidade” dos autores dos textos analisados. Estando ambos os estudos comentados claramente inseridos em uma linha de investigação que privilegia a identificação de estruturas lingüísticas tipicamente “brasileiras” por oposição às estruturas “portuguesas”, com o intuito de apontar a formação histórica diferenciada do “português brasileiro” em face do “português europeu”, de apontar o momento de emergência de uma “gramática brasileira” distinta de uma “gramática portuguesa”, é, pois, indispensável o direcionamento da atenção para dados da biografia dos autores dos textos analisados e também para a própria história da transmissão textual. Assim, enquanto a composição do *corpus* organizado por Cyrino é feita, atentando-se para tal exigência, o *corpus* composto por Pagotto apresenta, sob tal ponto de vista, indícios de ser eminentemente misto. Para além de, sob títulos tais como *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Rio de Janeiro*, *Documentos Históricos do Espírito Santo*, ser claramente possível estarem reunidos

documentos escritos por brasileiros e portugueses, no caso de outros títulos, tais como, *Governadores do Rio de Janeiro – Correspondência activa e passiva com a Corte* (para a primeira metade do século XVIII) e *Cartas do Rio de Janeiro* – série de cartas do Vice-Rei Marquês de Lavradio (para a segunda metade do século XVIII), trata-se, sendo documentos autógrafos das autoridades referidas, indubitavelmente de textos produzidos por portugueses.

2.2.2 MUDANÇAS ESTRUTURAIS, DATAÇÃO, HIPÓTESES EXPLICATIVAS

É pressuposto basilar das análises sociolingüísticas sincrônicas que a diversidade de bases empíricas possíveis para a realização de análises lingüísticas deva apresentar como correlato toda a diversidade de normas sociais que definem uma comunidade lingüística em um dado momento da sua história. Por extensão, deve-se pressupor, em análises sociolingüísticas diacrônicas, que textos tipológica e estilisticamente distintos, postos em seriação cronológica, devam também refletir diversos padrões de mudança estrutural, bem como permitir datação diferenciada para tais mudanças.

Assim, considerando-se, a partir do item 2.2.1., anteriormente abordado, a distinta caracterização dos *corpora* lingüísticos adotados nas análises de Pagotto (1992, 1993) e Cyrino (1997), a discussão que se fará a seguir quanto à identificação das mudanças estruturais que definiram a história da sintaxe dos clíticos no português brasileiro, bem como quanto à datação de tais mudanças, estará indissociavelmente amparada na base empírica de que partem as análises em questão.

↳ base na experiência, na prática (não da teoria)

PAGOTTO (1992, 1993):

Na sua análise da história da colocação dos clíticos no português brasileiro, Pagotto (1993:190) opta por uma abordagem estritamente sintática e assume que:

- (i) Os clíticos se movem para núcleos funcionais – AGR ou T;
- (ii) Este movimento se dá conjuntamente com o verbo ou não;
- (iii) A posição pré-verbal é a posição natural do clítico; a pós-verbal é fruto de um movimento suplementar do verbo.

Conclui que o processo de mudança do qual resultou a sintaxe vernácula dos clíticos no português brasileiro contemporâneo se caracterizou pela *perda do movimento do clítico* e pela *perda do movimento do verbo*. Enquanto a *perda do movimento do clítico* pôde ser observada em orações com grupos verbais e em orações com verbos precedidos de negação ou advérbios – a partir da ocorrência ou não de *interposição* –, a *perda do movimento do verbo* evidenciou-se em dois outros contextos estruturais: orações não-dependentes com verbos simples e orações dependentes infinitivas (não preposicionadas) e gerundivas.

I. Sobre a *perda do movimento do clítico*:

1º Contexto – Orações com grupos verbais²⁵:

Em orações com grupos verbais, Pagotto (1993) identificou quatro variantes posicionais do clítico:

²⁵ Pagotto (1993) observa que, sob o rótulo *grupos verbais*, foram consideradas construções com dois verbos, divididas em três tipos – V + Infinitivo, V + Gerúndio e V + Particípio –, sendo o clítico, em todas elas, complemento do segundo verbo. Tais construções, do ponto de vista sintático, podiam ser de dois tipos: grupos verbais em que o segundo verbo realizava uma sentença subcategorizada pelo primeiro verbo (volitivo ou causativo) e grupos verbais em que o primeiro verbo era claramente auxiliar.

Variantes que indicavam a subida do clítico²⁶:

- a) Próclise ao primeiro verbo: Ex.: "... afim deque entrando povo, quesem estabelecimento o não quer fazer ...” (Documentos históricos do Espírito Santo, 1ª metade do século XVIII);
- b) Ênclise ao primeiro verbo: Ex.: Foi-me dado o livro²⁷;

Variantes que indicavam a não subida do clítico:

- c) Próclise ao segundo verbo: Ex.: “Estamos nos deliciando com a presença da Sylvinha” (Arquivo de cartas pessoais de S.L. – 2ª metade do século XX);
- d) Ênclise ao segundo verbo: Ex.: Porém devo dizer-lhe a verdade” (Cartas do Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio, 2ª metade do século XVIII).

pagotto fala do XVIII

Os seus dados demonstraram que, do século XVI ao século XIX, o clítico subia quase categoricamente até o primeiro verbo, sendo a variante próclise ao primeiro verbo amplamente maioritária. A leitura que Pagotto faz dos seus próprios dados é divergente da que aqui se apresenta, na

medida em que considera ser até o século XVIII (1993:192-193), e não até o XIX, que o clítico subia quase categoricamente ao primeiro verbo. Note-se, porém, que, no século XIX, os percentuais que apresenta para as ocorrências de subida de clítico são ainda mais altos que os do século XVIII:

↳ praticamente os mesmos dados no séc. XVIII

²⁶ Ao descrever as variantes posicionais do clítico utilizando os termos *próclise* e *ênclise*, Pagotto (1993:191) não dá conta da questão da direção da cliticização fonológica em sua análise, conforme o demonstra a própria ocorrência apresentada pelo autor para exemplificar a variante denominada *próclise ao primeiro verbo* –, em que o clítico *o* nem sequer está adjacente ao verbo.

²⁷ Sem indicação da fonte.

- Século XVIII: V+Infinitivo: 85%; V+Gerúndio: 80%;
Verbo+Particípio: 100%;
- Século XIX: V+Infinitivo: 84%; V+Gerúndio: 100%;
Verbo+Particípio: 100%.

No século XX, a frequência de subida do clítico foi drasticamente reduzida: a variante próclise ao segundo verbo, inovação característica do português brasileiro, ocupou a posição de variante majoritária, vindo a seguir a variante ênclise ao segundo verbo, que, apesar de não ser uma construção vernácula brasileira, também não se caracteriza por apresentar subida de clítico.

2º Contexto – Orações com verbos precedidos de negação ou advérbios:

Pagotto (1993:194) argumenta ainda que o movimento do clítico se caracterizava por ser de natureza independente. Para tal, apoiou-se nos resultados obtidos para a posição do clítico em relação à negação, os quais indicaram ter havido, do século XVI ao século XVIII, uma forte tendência para a anteposição do clítico à negação, ou seja, uma forte tendência para a interpolação, que se perdeu no século XIX. Isto, segundo o autor, “mostra que o clítico, no português clássico, se movia independentemente para posições mais altas da sentença”. A análise dos resultados obtidos para a posição do clítico em relação aos advérbios pré-verbais, porém, pôde demonstrar ainda que a anteposição dos clíticos aos advérbios pré-verbais não perdurou do século XVI ao século XVIII, tendo praticamente deixado de existir já no século XVII. Assim, pode-se concluir, de acordo com os seus dados, que o movimento longo do clítico passou a estar restrito à negação e aos grupos verbais nos séculos XVII e XVIII, apenas aos grupos verbais no século XIX e desapareceu no século XX.

II. Sobre a perda do movimento do verbo:

1º Contexto – Orações não-dependentes com verbos simples:

Em orações não-dependentes com verbos simples, o percentual de ocorrência de anteposição do clítico ao verbo apresentou-se estável, em torno dos 85%, do século XVI à primeira metade do século XIX, decrescendo, significativamente, a partir daí:

- 55% na segunda metade do século XIX;
- 29% na primeira metade do século XX;
- 54% na segunda metade do século do século XX.

Também quanto a este ponto, a leitura que Pagotto faz dos seus próprios dados é divergente da que aqui se apresenta, na medida em que considera ser até o século XVIII (1993:188-189), e não até o XIX (mais precisamente, até a primeira metade do século XIX), que o percentual de ocorrência de anteposição do clítico ao verbo se mantém estável, em torno dos 85%. Os seus dados, porém, são claros:

- 1ª met. do séc. XVI – 83%; 2ª met. do séc. XVI – 84%;
- 1ª met. do séc. XVII – 92%; 2ª met. do séc. XVII – 88%;
- 1ª met. do séc. XVIII – 85%; 2ª met. do séc. XVIII – 85%;
- 1ª met. do séc. XIX – 89%; 2ª met. do séc. XIX – 55%;
- 1ª met. do séc. XX – 29%; 2ª met. do séc. XX – 54%.

A Tabela 14, abaixo, ao discriminar as distintas configurações estruturais analisadas por Pagotto no âmbito das orações não-dependentes com verbos simples, permite uma leitura mais sofisticada dos resultados gerais acima apresentados:

Frequência da colocação pré-verbal e da colocação pós-verbal do clítico em orações não-dependentes com verbos simples, em três períodos de tempo

Elemento em posição pré-verbal	Colocação	Período		
		XVI – XVIII	XIX	XX
Verbo em posição inicial absoluta ²⁸	Pré	(03) 16%	- -	(03) 11%
	Pós	(16) 84%	(07) 100%	(24) 89%
Sujeito ²⁹	Pré	(71) 96%	(16) 80%	(22) 88%
	Pós	(03) 04%	(04) 20%	(03) 12%
Material lexical argumental ou não que integra a sentença ³⁰	Pré	(157) 91%	(10) 67%	(07) 44%
	Pós	(15) 09%	(05) 33%	(09) 56%
Oração subordinada ³¹	Pré	(31) 84%	(05) 63%	(03) 30%
	Pós	(06) 16%	(03) 37%	(07) 70%

Tabela 14

(Adaptada a partir de Pagotto, 1993:198 – Tabela 5)

Considerando, inicialmente, os contextos *verbo precedido por sujeito, por material lexical argumental ou não que integra a sentença e por oração subordinada*, observa-se, de fato, um aumento na ocorrência da variante pós-verbal de colocação do clítico a partir do século XIX, sem que, contudo, o incremento na frequência de uso tenha levado essa variante à condição de claramente majoritária, exceto, no século XX, no contexto *verbo precedido por oração subordinada*.

Os resultados apresentados para o contexto *verbo em posição inicial absoluta* são, porém, mais surpreendentes. Inicialmente, destaca-se a incongruência entre a frequência de 16% de ocorrência da variante pré-verbal de colocação do clítico entre o século XVI e o século XVIII e a afirmação de Pagotto (197) de que “a ênclise a verbos simples era

²⁸ Aqui se reuniram os resultados dos contextos assim descritos (1993:197): “o verbo está no começo do período e o sujeito está elidido” e “o sujeito está numa posição pós-verbal e o verbo começa o período”

²⁹ Aqui se reuniram os resultados do contexto assim descrito (1993:198): “a sentença se apresenta na sua ordem canônica”.

³⁰ Aqui se reuniram os resultados dos contextos assim descritos (1993:199): “o sujeito está elidido, mas o verbo é precedido de material lexical argumental ou não que integra a sentença” e “o sujeito está numa posição pós-verbal, mas o verbo é precedido de material lexical – argumental ou não – que integra a sentença”.

³¹ Aqui se reuniram os resultados dos contextos assim descritos (1993:197-198): “o sujeito está elidido, o verbo inicia a sentença principal, mas é precedido de uma sentença adverbial que integra o período” e “o sujeito está em posição pós-verbal, o verbo inicia a sentença, mas é precedido de uma sentença adverbial que integra o período”.

categorica todas as vezes que o verbo era cabeça de período”. Portanto, conclui-se que, nos dados analisados pelo autor, no contexto em foco, a colocação pós-verbal era categorica entre o século XVI e o século XVIII, assim se manteve no século XIX e, no século XX, já não sendo categorica, apresentou-se, todavia, na condição de variante amplamente maioritária – 89%.

Tal fato, assim como o incremento geral nas frequências de uso da variante pós-verbal de colocação do clítico a partir do século XIX, surpreendem, na medida em que a posição imediatamente pré-verbal será a forma vernacula de colocação do clítico no português brasileiro contemporâneo. A explicação para esta “aparente contradição” nos resultados obtidos por Pagotto para os séculos XIX e XX é, nas palavras de Galves (1993), de natureza sociolingüística:

Com efeito, não é só o português brasileiro que muda em relação a isso no século XIX, mas também o português europeu. Isso está na origem de um aparente paradoxo nos dados colhidos em cartas por Pagotto: o que a gente vê acontecer no PB do século XIX é o aumento da ênclise. Ora, sabemos que o PB moderno é fundamentalmente proclítico. Essa aparente contradição pode ser atribuída à forte pressão da norma portuguesa na escrita, mesmo na escrita informal.

Claramente, Galves formula a hipótese de que, no século XIX, estava estabelecida uma norma padrão portuguesa (européia) para a sintaxe dos clíticos, que tal norma se estabeleceu em conformidade com as mudanças por que passou a sintaxe dos clíticos no português europeu a partir do século XIX³², que tal norma se afastava do português vernáculo brasileiro e, finalmente, que tal norma exerceu desde então “forte pressão”

³² Cf. 2.2.3. para as divergências sobre a cronologia da mudança do posicionamento dos clíticos na história do português europeu.

sobre a escrita brasileira. Tal hipótese será objeto de discussão nos capítulos 3 e 4 desta tese.

Segundo Pagotto, em orações não-dependentes com verbos simples, a colocação pré-verbal do clítico seria resultante de um movimento conjunto do clítico e do verbo até o nódulo T. Observando, todavia, o fato de que, do século XVI ao século XIX, a colocação pós-verbal do clítico era categórica sempre que o verbo se apresentava em posição inicial absoluta, concluiu que, no referido período, o verbo realizava um movimento suplementar, deixando o clítico em T, movimento este que se perdeu a seguir.

2º Contexto – Orações dependentes infinitivas (não preposicionadas) e gerundivas:

As orações infinitivas não preposicionadas e as gerundivas, que, do século XVI à primeira metade do século XIX, apresentaram um padrão categórico de colocação pós-verbal do clítico, são os dois outros contextos estruturais apresentados para a comprovação da existência do movimento do verbo.

Finalmente, ainda também quanto a este ponto, vale destacar ser a leitura que Pagotto faz dos seus próprios dados divergente da que aqui se apresenta, na medida em que considera ter o movimento do verbo atuado apenas no “português clássico”, portanto, do século XVI ao século XVIII, enquanto os dados numéricos apontam a passagem da primeira para a segunda metade do século XIX como o momento de ocorrência da mudança.

A datação das mudanças estruturais que teriam definido a história da sintaxe dos clíticos no português brasileiro é, a partir da base empírica que sustenta a análise de Pagotto (1992, 1993), em síntese, a seguinte:

- a) *Perda do movimento do clítico*: a passagem do século XIX ao século XX;
- b) *Perda do movimento do verbo*: 1) Em orações não-dependentes com verbo simples: a passagem do século XIX ao século XX; 2) Em orações dependentes infinitivas (não preposicionadas) e gerundivas: a passagem da primeira à segunda metade do século XIX³³.

A linha de abordagem privilegiada por Pagotto para explicar o processo de mudança do qual resultou a sintaxe vernácula dos clíticos no português brasileiro contemporâneo favoreceu uma hipótese estritamente sintática.

Também resultou de uma hipótese estritamente sintática a sua explicação para a relação entre a mudança na ordem dos clíticos e o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa. Propõe Pagotto que, tendo ocorrido, na história do português brasileiro, a *perda do movimento*

do clítico e a *perda do movimento do verbo*, restou aos clíticos ocupar uma posição não funcional, estranha à sua natureza, a posição pré-verbal em que foram gerados. Ocupando uma posição não mais marcada por concordância, restaria aos clíticos desaparecer do sistema ou passar por um processo de reanálise, mudando o seu estatuto categorial. Assim, concluiu, o clítico acusativo de terceira pessoa desapareceu do sistema por ser, justamente, o clítico que mais traços de concordância apresenta,

³³ A análise da *perda do movimento do clítico* em orações com grupos verbais, bem como a análise da *perda do movimento do verbo* em orações não-dependentes com verbos simples (discriminando-se as distintas configurações estruturais, de acordo com a Tabela 14), não foram feitas com base em uma distribuição do *corpus* em períodos de 50 anos, conforme se deu para outros contextos. Assim, é possível que a datação das mudanças estruturais analisadas por Pagotto se situe na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX.

traços, pois, incompatíveis com a posição que lhe restou; os demais clíticos teriam passado por um processo de reanálise.

CYRINO (1997):

O foco principal da análise de Cyrino (1997) não é a mudança na ordem dos clíticos, e, sim, a história da emergência do objeto nulo característico do português brasileiro. Todavia, pelo fato de esta autora, tal como Pagotto, assumir haver uma relação entre a mudança na ordem dos clíticos, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto, a sua proposta de análise para a emergência do objeto nulo característico do português brasileiro será, a seguir, sumariamente referida, com o objetivo central de se destacar aquilo que elucida sobre a história da sintaxe dos clíticos.

Cyrino (1997) identificou quatro formas variantes do objeto nulo, segundo o tipo de antecedente:

- a) Antecedente SN [+ específico] – objeto nulo X preenchimento;
- b) Antecedente SN [- específico] – objeto nulo X preenchimento;
- c) Antecedente sentencial – elipse sentencial X clítico neutro “o”;
- d) Antecedente predicativo – elipse predicativa X clítico neutro “o”.

Desconsiderando, inicialmente, a interferência de qualquer outro fator, concluiu que (1997:246-247), apesar de o objeto nulo ter sido sempre possível na língua, sofreu uma mudança em termos de incidência. O aumento na frequência de incidência do objeto nulo atingiu, em primeiro lugar, a partir do século XVIII, a posição nula com antecedente “sentencial”; em segundo lugar, a partir do século XIX, a posição nula com

antecedente predicativo; em terceiro lugar, a partir do século XIX, a posição nula com antecedente SN [+ específico] e, finalmente, no século XX, a posição nula com antecedente SN [- específico].

O desenvolvimento da análise apontou, a seguir, para a interferência de dois fatores nas alterações nos dados acima mencionadas: o fator *animacidade* e o fator *ilha*³⁴. Observando o papel exercido pelo fator *animacidade* sobre a realização de objetos nulos cujos antecedentes eram SNs [+ ou - específicos], Cyrino pôde identificar duas situações distintas (1997:247-248): primeiramente, que o aumento na frequência de incidência da variante de objeto nulo cujo antecedente era um SN [+ específico], a partir do século XIX, estava associado ao traço [- animado]; a seguir, que o aumento na frequência de incidência da variante de objeto nulo cujo antecedente era um SN [- específico], a partir do século XX, não sofreu a interferência do fator *animacidade*. Quanto ao fator *ilha*, verificou que a ocorrência de objetos nulos em *ilha* sempre foi possível desde o século XVI, exceção apenas observada para a variante de objeto nulo cujo antecedente fosse um SN [+ específico], que só passou a ser atestada, no *corpus*, a partir do século XVII. Assim, pôde constatar também que, apesar de a ocorrência de objetos nulos em *ilha* já se verificar desde o século XVI, o quadro das variantes permitidas em *ilha* sofreu mudanças diacrônicas, apresentando-se, portanto, distinto no século XX.

O cruzamento dos fatores *animacidade* e *ilha* veio justamente esclarecer em que sentido se processaram as mudanças diacrônicas responsáveis pela emergência do objeto nulo característico do português brasileiro:

³⁴ Cf. Cyrino (1997), para a definição de *ilha*.

- a variante de objeto nulo cujo antecedente é um SN [+ específico] só passou a ser atestada, em *ilha*, a partir do século XVII, e a sua ocorrência neste tipo de estrutura estava restrita a antecedentes [- animado];
- a variante de objeto nulo cujo antecedente é um SN [- específico] era possível em *ilha* já desde o século XVI, mas a sua ocorrência neste tipo de estrutura estava também restrita a antecedentes [- animado]; tal restrição deixou de vigorar no século XX.

Em síntese, a análise desenvolvida por Cyrino levou às seguintes conclusões, apresentadas nos itens a seguir (1997:250):

- “houve uma mudança com relação ao objeto nulo permitido no PB;
- “a mudança [foi] com o objeto nulo cujo antecedente [era] um [SN] [+ específico/referencial] e ating[iu] somente antecedentes [- anima-do]³⁵;
- “a criança passou a produzir objetos nulos com antecedente [- ani-mado] em qualquer estrutura, *ilhas* ou não;
- “o antecedente [SN] [- específico] [passou a] leva[r] a um objeto nulo quase que categoricamente no século XX;
- “houve um aumento nos casos de posições nulas, como a elipse sentencial”.

³⁵ Para o objeto nulo cujo antecedente era um [SN] [+ específico, + animado], para além de o preenchimento da posição de objeto poder ser feito pelo demonstrativo “isso” ou pela repetição do SN, verificou-se a emergência de mais uma opção: o preenchimento da posição de objeto pelo pronome tônico.

Descrita a mudança, Cyrino passou à questão relativa a saber **como** se deu o surgimento do objeto nulo característico do português brasileiro ou, em outras palavras, **como** se tornou possível o processo de “reconstrução” em (F)orma (L)ógica e “inaudibilia”/elipse em (F)orma (F)onética de um antecedente [+ específico/referencial, – animado]. A resposta, buscou-a partir da observação do preenchimento/não-preenchimento da posição de objeto, considerando o tipo de verbo. Assim, pôde constatar ser maioritário no seu *corpus* o número de ocorrências de verbos do tipo saber/dizer, os quais podem apresentar como complemento um clítico neutro com antecedente [+específico/referencial, – animado] ou uma elipse sentencial. Considerou serem estes os dados centrais para a explicação de como se deu o surgimento do objeto nulo característico do português brasileiro, “pois o efeito da elipse sentencial nesse caso é a evidência da reconstrução em FL de um antecedente [+ específico/referencial, – animado].”

Finalmente, a sua análise chegou à questão relativa a saber **por que** se deu o surgimento do objeto nulo característico do português brasileiro ou, em outras palavras, **por que**, diante de duas opções igualmente autorizadas pela gramática – clítico neutro X elipse –, o falante do século XVII preferia a variante clítico neutro, mas o falante do século XVIII começou a preferir a variante elipse, que, no século XX, já estará apresentando um índice de 100% de ocorrências, mudança não atestada na história do português europeu.

Concluiu Cyrino que um fator externo à sintaxe, neste caso, uma mudança de ordem fonológica – a mudança na direção da cliticização fonológica, de acordo com Nunes (1993) –, seria a explicação para a opção preferencial pela elipse, a partir do século XVIII.

Segundo Nunes (1993), a mudança da ordem dos clíticos na frase, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto são três mudanças sintáticas inter-relacionadas, cuja origem, na história do português brasileiro, deriva de uma mudança na direção da cliticização fonológica, conforme a proposta a seguir descrita:

1. Em português, os clíticos acusativos de terceira pessoa originaram-se dos pronomes demonstrativos latinos ILLUM, ILLAM, ILLUD;
2. Em português, perdeu-se, aparentemente, o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa;
3. Tornando-se, porém, visível quando precedido de algumas formas verbais, formula-se a hipótese de que esse *onset*, em realidade, não se tenha perdido, mas esteja subespecificado subjacentemente;
4. Estando subespecificado subjacentemente, esse *onset* deve ser licenciado;
5. O licenciamento do *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa não será feito pelo nóculo da sílaba, como para os clíticos *me*, *te*, *se*, *lhe* (s), *nos*, *vos*;
6. O licenciamento do *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa será feito por outros processos;
7. Os processos de licenciamento do *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa estão relacionados à direção da cliticização fonológica;

8. No português europeu moderno e no português antigo, a direção da cliticização fonológica é da direita para a esquerda, sendo os clíticos sempre enclíticos³⁶;
9. No português brasileiro, houve uma mudança na direção da cliticização fonológica, que passou a ser da esquerda para a direita, tornando os clíticos sempre proclíticos;
10. No português brasileiro, passou, então, a ser possível iniciar uma sentença com clítico;
11. Porém, devido à falta de condições para o licenciamento do *onset* da sua sílaba, não se pode iniciar sentença com clítico acusativo de terceira pessoa no português brasileiro;
12. O resultado final é que as crianças brasileiras passaram a adquirir um gramática sem clíticos acusativos de terceira pessoa³⁷, o que permitiu a emergência do objeto nulo característico do português brasileiro e ainda do pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto.

Cyrino (1997) assume, portanto, a idéia da mudança na direção da cliticização fonológica proposta por Nunes (1993), que, levando em conta Cyrino (1990), cujo *corpus* organizado para a coleta de dados do português brasileiro se inicia a partir do século XVIII, propõe a virada para o século XIX como a data em que teria ocorrido a mudança na direção

³⁶ Sobre os processos de licenciamento do *onset* da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa no português antigo e no português europeu moderno, veja-se Nunes (1993:209-214).

³⁷ Inicialmente, a não ocorrência dos clíticos acusativos de terceira pessoa na gramática do português brasileiro deve ter estado restrita a certos lugares estruturais – por exemplo, posição inicial de sentença –, mas, a seguir, estendeu-se a outros contextos.

da cliticização fonológica³⁸. Porém, diferentemente de Nunes (1993), Cyrino (1997), cujo *corpus* organizado para a coleta de dados do português brasileiro se inicia a partir do século XVI, defende que a mudança na direção da cliticização fonológica, em curso já desde o século XVII, estava implementada no século XVIII.

Para corroborar a sua proposta de recuo da datação da mudança na direção da cliticização fonológica, ocorrida no português brasileiro, Cyrino (1997:258-260) apresenta, em textos de Gregório de Matos, representativos, portanto da sincronia século XVII do seu *corpus*, “inúmeros exemplos de clíticos de primeira e segunda pessoa aparecendo em início de verso, em posições em que não poderiam ter se cliticizado a nenhuma palavra anterior”, alguns dos quais vêm, abaixo, transcritos:

*E como isto lhe vem por geração,
Lhe ficou por costume em seus tetrós
Morder os que provêm de outra nação.*

(10 sílabas)

*E se acaso tiver vindo,
Vos peço que lhe mandeis
Este romance fechado
Em um molhado papel.*

(7 sílabas)

³⁸ Anteriormente a Cyrino (1990) e a Nunes (1993), Paul Teyssier (1997[1980]:95-96) já fazia referência ao fato de que, na passagem do século XVIII ao XIX, certamente já havia, no Brasil, uma sintaxe diferenciada dos clíticos: “É interessante, a esse propósito, estudar a maneira como é apresentada a personagem do brasileiro no teatro português da segunda metade do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX. Trata-se do brasileiro rico, de origem europeia, chamado quase sempre “mineiro”. A primeira alusão à maneira de falar desse tipo de personagem aparece numa peça de 1788 (*O Miserável Enganado*). É necessário, no entanto, esperar o *O Periquito ao Ar* ou *O Velho Usurário*, de Manuel Rodrigues Maia (comédia transmitida por um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris copiado em 1818, mas que reproduz um texto anterior), para encontrar uma série de pormenores caracterizadores da língua da personagem: *mi diga (diga-me)*, *di lá (de lá)*, *sinhorinho*, emprego generalizado de *você*, etc.”

Todos estão com saúde
Me disse o crioulo esquivo,
Um tanto triste de cara,
Pouco alegre de focinho.
(7 sílabas)

Com base, portanto, em uma análise métrica de versos como os anteriormente referidos, Cyrino (1997) propôs o século XVII como o momento para a datação da emergência de uma ordem brasileira de colocação dos clíticos na frase. Retornando, finalmente, à questão que lhe competia explicar – por que, diante de duas opções igualmente autorizadas pela gramática (clítico neutro X elipse), o falante do século XVII preferia a variante clítico neutro, mas o falante do século XVIII começou a preferir a variante elipse, preferência esta que teria levado ao surgimento do objeto nulo característico do português brasileiro –, concluiu Cyrino (258-263):

Século XVII:

1. Mudança na direção da cliticização fonológica;
2. Mudança na ordem dos clíticos na frase;
3. Impossibilidade de o clítico acusativo de terceira pessoa ocorrer em certos contextos – em posição inicial absoluta de oração ou proclítico ao verbo principal, por exemplo –, devido à falta de condições para o licenciamento do *onset* da sua sílaba.

Século XVIII:

1. Diminuição da ocorrência de clíticos neutros X aumento da ocorrência de elipses sentenciais;

Século XIX:

1. Extensão para os objetos mais semelhantes, portanto, os objetos com antecedente SN [+ específico/referencial, – animado] da

mesma estrutura existente em elipse sentencial: reconstrução de SN em FL e elipse em FF.

2. Emergência da opção pronome tônico para o preenchimento da função sintática de objeto direto, quando o antecedente é [+ específico/referencial, + animado].

Século XX:

1. Mudança paramétrica – radical, catastrófica: alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto.

A apresentação da proposta de análise de Cyrino (1997) para a emergência do objeto nulo característico do português brasileiro teve como objetivo central destacar aquilo que elucidava sobre a história da sintaxe dos clíticos. Pode-se, assim, concluir que a contribuição de Cyrino é fundamental, na medida em que, com base em Nunes (1993), a linha de abordagem privilegiada para explicar o processo de mudança do qual resultou a sintaxe vernácula dos clíticos no português brasileiro contemporâneo colocou na cena das discussões uma hipótese de viés fonológico, distinta da hipótese de Pagotto, de viés sintático.

CONCLUSÃO:

Nota-se, na profusão de estudos que, sobretudo na última década, foram realizados sobre a colocação dos clíticos, não apenas no português, mas também nas mais variadas línguas, a partir de distintos enquadramentos teóricos, uma divisão entre uma perspectiva estritamente fonológica ou estritamente sintática na abordagem da questão, sendo mais raras as análises que buscam a interface fonologia/sintaxe. Com base em Pagotto (1992, 1993) e Nunes (1993)-Cyrino (1997), pode-se afirmar que, em português, a posição dos clíticos na frase é sensível a restrições de

ordem fonológica e sintática. Assim, as hipóteses explicativas apresentadas – a sintática e a fonológica – não serão aqui tomadas como hipóteses explicativas excludentes, mas como hipóteses que devem necessariamente convergir para a explicação do fenômeno em causa.

Isto posto, coloca-se a seguinte questão: por que não houve, então, nas investigações dos referidos autores, coincidência na datação das mudanças sintáticas – século XIX – e fonológicas – século XVII – que determinaram a sintaxe brasileira dos clíticos? Duas respostas podem ser dadas a essa questão – uma primeira, a partir dos distintos *corpora* considerados nas análises, e uma segunda, a partir de considerações de ordem sociolingüística.

Conforme foi dito anteriormente nos comentários sobre as bases empíricas que deram sustentação às análises, o *corpus* composto por Pagotto (1992) apresenta indícios de ser eminentemente misto, aparentando ser constituído do século XVI ao século XVIII de textos talvez predominantemente escritos por portugueses e, só a partir do século XIX, de textos talvez exclusivamente escritos por brasileiros. Conseqüentemente, a emergência de padrões tipicamente brasileiros de colocação do clítico na frase não poderia ter sido atestada anteriormente ao século XIX.

Todavia, é numa resposta calcada em considerações de ordem sociolingüística, atentando-se, centralmente, para o problema do encaixamento, para o problema da avaliação e para o problema da difusão das variantes lingüísticas no contexto social que se encontrará uma explicação ainda mais cabal para a não coincidência apontada. Traduzindo as hipóteses explicativas para a mudança apresentadas por Pagotto (1992, 1993) e Cyrino (1997) para os termos dos problemas a partir dos quais Weinreich-Labov-Herzog (1968) propõem fazer-se a análise da mudança

lingüística, pode-se dizer, no que respeita ao problema do encaixamento, que ambos os autores se limitam a dar conta da questão do encaixamento da mudança na estrutura, parecendo ambos concordar com Clark e Roberts (1992) que “innovation may arise from one of two sources: either internally, when a parametric change makes new construction available, or externally, when phonological or morphological change weakens evidence for certain hypothesis”.

Conforme se verá no item 2.2.3., a seguir, aqui se propõe que as mudanças que definiram a atual sintaxe vernácula brasileira dos clíticos são mudanças que se podem caracterizar, quanto ao seu encaixamento na sociedade, como “mudanças vindas de baixo” – que se originaram, portanto, entre falantes integrantes dos estratos sócio-econômicos e culturais menos prestigiados –, enquanto as mudanças que definiram a atual sintaxe vernácula portuguesa dos clíticos são mudanças que se podem caracterizar sociolingüisticamente como “mudanças vindas de cima” – que se originaram, portanto, entre falantes integrantes dos estratos sócio-econômicos e culturais mais prestigiados.

O caráter geralmente conservador dos textos escritos impede o registro das mudanças lingüísticas no ritmo em que elas se processam na língua falada, sobretudo quando tais mudanças, na sua origem, são “mudanças vindas de baixo”. Da mesma forma, no processo sociocultural de elaboração de uma norma padrão, tais mudanças quase nunca chegam a atingir o estatuto de “norma padrão”. Assim, embora se tenha assumido a proposta de recuo da datação da emergência de uma ordem brasileira de colocação dos clíticos na frase do século XIX para o século XVII, tal ordem – mais claramente representada através do emblemático contexto “clítico em primeira posição” – dificilmente será atestada em textos escritos por brasileiros nos séculos XVII e XVIII e mesmo no século XIX e

também dificilmente emergirá entre o conjunto de regras propostas pelos gramáticos tradicionais brasileiros como regras de uso socialmente prestigiado da língua. A partir da análise métrica proposta por Cyrino (1997), pode-se inferir, todavia, que a ocorrência de “clítico em primeira posição” já distinguisse, no século XVII, um português brasileiro de um português europeu. Ou melhor, pode-se inferir que a ocorrência de “clítico em primeira posição” já distinguisse, no século XVII, ao menos, um segmento social de falantes do português brasileiro. A difusão da mudança na sociedade, atingindo os falantes dos outros segmentos sociais como um todo, terá sido, certamente, mais lenta.

Finalmente, uma última questão. Assumindo-se, conforme o propõem Pagotto, Cyrino e Nunes, que a mudança na sintaxe dos clíticos está relacionada ao desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e à emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto e que a relação entre essas mudanças configura uma mudança paramétrica³⁹, portanto uma mudança de ordem gramatical, poder-se-ia propor o recuo, em aproximadamente dois séculos, não apenas da datação da emergência de uma sintaxe brasileira dos clíticos, mas da própria emergência de uma “gramática brasileira”, que, nos termos de

³⁹ A Teoria Gerativa, segundo o modelo dos Princípios e Parâmetros, trata todo um conjunto de mudanças em termos de um novo assentamento no valor de um único parâmetro. Quando se fala de mudança paramétrica, fala-se, pois, não de uma, mas necessariamente de um conjunto de mudanças inter-relacionadas. Todavia, no que respeita ao parâmetro que teria mudado a partir da inter-relação estabelecida entre a mudança na sintaxe dos clíticos, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto, tem sido proposta a mudança em mais de um parâmetro. De acordo com Cyrino (1997:264). “Várias mudanças e reanálises interagindo ocasionam mudanças paramétricas. Uma dessas mudanças seria a alteração nas possibilidades de realização fônica da posição de objeto (Kato, 1993): em PB, além de mais um tipo de objeto nulo, temos o pronome tônico sendo possível para essa posição quando o antecedente é [+específico/referencial, + animado], já a partir do século XIX”(264). E ainda (1997:268-269): “Outras mudanças mencionadas na literatura como estando relacionadas com a perda de do clítico em PB seriam: a perda da posição F, mudança paramétrica sugerida para o PB em Uriagereka (1992) e enfraquecimento de AGR, sugerido em vários estudos em Roberts e Kato (1993), entre eles, Galves (1993), e referências ali”

Tarallo (1993), teria despontado na passagem do século XIX ao século XX?

Note-se, a este respeito, que Cyrino (1997: 282) permite aventar-se tal hipótese quando diz que, “no caso do PB, embora seja proposto, nesta obra, que primeiramente houve uma mudança fonológica e depois o aumento da elipse, é possível que tudo tenha ocorrido ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo”.

2.2.3 MUDANÇAS ESTRUTURAIS E GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS EUROPEU

A transplantação do português para o Brasil iniciou-se no século XVI, manteve-se ao longo de todo o período colonial e estendeu-se até meados deste século. Ilza Ribeiro (1998:102) afirma que “os dados do [português europeu] que serviram de *input* para a aquisição da língua portuguesa pelos brasileiros foram produzidos por diferentes gramáticas”. Com isso, quer essa autora chamar a atenção para a necessidade de que os estudos que privilegiam análises diacrônicas comparatistas levem em conta o fato de que, ao longo do período de migração portuguesa para o Brasil, o sistema gramatical transplantado não foi o mesmo e, portanto, quando se fala em mudanças no português brasileiro em relação ao português europeu, é preciso identificar o momento histórico de tais mudanças e, conseqüentemente, a gramática do português europeu em relação à qual o português brasileiro operou mudanças.

Mesmo admitindo que o conhecimento acerca da sintaxe do português europeu no período que se estende do século XVI ao século XIX é ainda bastante inicial, sintetiza conclusões de diversos estudos realizados sobre a história da sintaxe dos clíticos e aponta os seguintes fatos como

características fundamentais daquelas que sugere terem sido as duas gramáticas do português europeu transplantadas para o Brasil:

Gramática 1 x Gramática 2 do PE

	GRAMÁTICA 1 dita do português clássico	GRAMÁTICA 2 dita do português moderno
Em Orações Não-Dependentes	Colocação pós-verbal categórica quando o verbo está em posição inicial absoluta:	Manutenção da colocação pós-verbal categórica quando o verbo está em posição inicial absoluta:
	Excetuando o contexto anterior, uso quase sistemático da colocação pré-verbal:	Mudança para a colocação pós-verbal categórica em sentenças de ordem SV, com sujeito referencial:
		Em sentenças de ordem XV(S): a) colocação pré-verbal categórica se X for um foco; b) colocação pós-verbal categórica se X for um tópico:
	Variação entre a colocação pré-verbal e a colocação pós-verbal, com predomínio da primeira, quando o verbo que inicia uma oração principal é precedido de oração subordinada:	Mudança para a colocação pós-verbal categórica quando o verbo que inicia uma oração principal é precedido de oração subordinada:
	Variação entre a colocação pré-verbal e a colocação pós-verbal, com predomínio da primeira, quando o verbo é precedido de conjunção coordenativa:	Mudança para a colocação pós-verbal categórica quando verbo é imediatamente precedido por conjunção coordenativa.
Interpolação	Não adjacência categórica entre o clítico e o verbo, havendo a possibilidade de diferentes tipos de constituintes serem interpolados entre o clítico anteposto e o verbo.	Mudança para adjacência categórica entre o clítico e o verbo, havendo apenas a possibilidade de interpolação do <i>não</i> entre o clítico anteposto e o verbo.
Clitic Climbing	Em estruturas de "verbo finito" (auxiliar ou não) + infinitivo, alçamento categórico do clítico para a posição pré-"verbo finito" nos contextos favo-recedores da colocação pré-verbal: [cl V _{finito} + V _{infinitivo}]	Em estruturas de "verbo finito" (auxiliar ou não) + infinitivo, alçamento opcional do clítico para a posição pré-"verbo finito" nos contextos favorecedores da colocação pré-verbal: [cl V _{finito} + V _{infinitivo}]-[V _{finito} + V _{infinitivo} -cl]

Quadro 4

Em linhas gerais, a Gramática 1 é reconhecida como a gramática da "próclise" – uma vez que, em orações não-dependentes, a ocorrência da colocação pré-verbal praticamente só não se verificava em posição inicial absoluta –, e a Gramática 2, como a gramática da "ênclise". Conforme salientou Ribeiro, *grosso modo* a Gramática 1 e a Gramática 2 têm sido identificadas como correspondendo, respectivamente, aos séculos XVI a XVIII e aos séculos XIX e XX.

O que de fato se observa entre os autores que trataram da história da sintaxe dos clíticos no português europeu é uma divergência quanto à cronologia das mudanças que afetaram o posicionamento dos clíticos em orações não-dependentes, espaço onde estão situadas as diferenças mais profundas entre a sintaxe dita clássica e a sintaxe dita moderna⁴⁰.

A proposta que aqui se assume é a defendida por Martins (1994), segundo a qual as mudanças que distinguiram a gramática clássica e a gramática moderna dos clíticos no português europeu teriam ocorrido no século XVII. Tais mudanças, localizadas no domínio das orações com verbo em forma finita, podem ser sumariamente assim descritas:

- a) nas orações não-dependentes afirmativas e não introduzidas por quantificadores, certos advérbios, sintagmas *qu-* e sintagmas focalizados, os clíticos podiam antepor-se ou pospor-se ao verbo no português medieval e clássico; a partir do século XVII, começam a ocorrer maioritariamente em posição pós-verbal e, no português atual, apresentam-se categoricamente pospostos ao verbo;
- b) nas orações dependentes, os clíticos ocorriam categoricamente em posição pré-verbal no português medieval e clássico e ainda podiam ocorrer separados do verbo pela interpolação de constituintes de diversos tipos; a partir do século XVII, os clíticos continuam ocorrendo categoricamente em posição pré-verbal em orações dependentes, mas passam a estar necessariamente adjacentes ao verbo, preservando-se apenas a possibilidade de o advérbio de negação *não* ocorrer interpolado.

⁴⁰ Cf. Salvi (1990); Torres de Morais (1995).

Martins identifica Vieira como um falante que, no século XVII, já seria portador dessa nova gramática, de uma gramática individual inovadora, convivendo, porém, com falantes que ainda preservavam a gramática anterior. Inversamente ao que observou para o período que se estende do século XIII ao século XVI, em que as percentagens de atualização da colocação pré-verbal do clítico em orações não-dependentes afirmativas e não introduzidas por quantificadores, certos advérbios, sintagmas *qu-* e sintagmas focalizados variavam entre 70% e 100%, em Vieira, a frequência de atualização da colocação pré-verbal cai para cerca de 30%, revelando, portanto, uma mudança radical, sem gradualidade. Também inversamente ao que observou para o período que se estende do século XIII ao século XVI, em que havia interpolação generalizada de constituintes, a partir de Vieira, só o advérbio de negação *não* continua podendo separar o clítico do verbo.

Considerando, porém, que a frequência de cerca de 30% de colocação pré-verbal do clítico em Vieira apresenta um significativo contraste com, por exemplo, a frequência de 2.4 % de colocação pré-verbal do clítico em Oliveira Martins, autor da segunda metade do século XIX, questiona-se, então, se não seria o século XIX o momento em que estaria completada a mudança que definiu a sintaxe moderna dos clíticos no português europeu. A sua resposta a essa questão é negativa: atribui o progressivo decréscimo da ocorrência da colocação pré-verbal do clítico, observado do século XVII ao século XIX – 31.6% em Vieira, 27.3% em Verney, 19.3% em Garret e 2.4% em Oliveira Martins –, a uma mudança exterior à sintaxe dos clíticos, mas com implicações na colocação dos mesmos. Essa mudança exterior seria o decréscimo da produtividade da construção de Focalização no português europeu. Intuitivamente, considera que a construção de Focalização estaria hoje praticamente ausente do

português falado e só esporadicamente emergiria no registro escrito. Finalmente, tendo presumido que a construção de Topicalização não existiria no português antigo, vai propor que o nascimento da construção de Topicalização no português europeu seja produto de uma reanálise da construção de Focalização, ocorrida, provavelmente, em meados do século XIX.

Também no domínio das orações com verbo em forma não finita, Martins aponta diferenças entre a sintaxe clássica e a sintaxe moderna dos clíticos no PE:

- a) nas estruturas de “verbo finito” (auxiliar ou não) + infinitivo que permitem elevação dos clíticos, a elevação ocorria generalizadamente no português clássico, mas, a partir do século XVIII, torna-se opcional;
- b) Apesar de indicar que, nas orações infinitivas regidas por preposição, a colocação dos clíticos é distinta no português clássico e no português atual, não dispõe de informações relativas ao período posterior ao século XVI sobre a datação das mudanças ocorridas. Afirma, porém, que (1994:269) “as mudanças relativas à colocação dos clíticos em construções de infinitivo regido de preposição dependem provavelmente da evolução da sintaxe de cada uma das preposições em causa, sendo independentes da sintaxe dos clíticos.”

Contudo, dada a não coincidência entre a cronologia da mudança da colocação dos clíticos em orações finitas – século XVII – e a cronologia da mudança da colocação dos clíticos em orações não finitas – século XVIII – não estabelece interdependência entre as referidas mudanças.

Quando se discutiu a questão da constituição de um *corpus* lingüístico diacrônico para o estudo da formação histórica do português brasileiro (Cf. Volume II), Antônio Vieira e Gregório de Mattos, no século XVII, foram particularmente referidos como exemplos de autores potencialmente “problemáticos” quanto à identificação, a partir da análise dos seus textos, de características que tipificariam o português brasileiro ou o português europeu.

Antônio Vieira nasceu em Lisboa em 1608. Em 1614, com aproximadamente sete anos de idade, transferiu-se com a família para Bahia. Completou seus estudos no Colégio dos Jesuítas, em Salvador. Retornou a Portugal em 1641. Foi pregador régio, tribuno da restauração, embaixador de Portugal junto às cortes da França e da Holanda. Finalmente, em 1653, retornou ao Brasil, onde morreu em 1697.

Gregório de Mattos nasceu na Bahia em 1636. Foi educado no Colégio dos Jesuítas, em Salvador. Em 1650, aos catorze anos de idade, transferiu-se para Portugal. Doutorou-se em Leis em Coimbra em 1661 e, em 1663, assumiu o cargo de juiz de fora em Alcácer do Sal. Retornou à Bahia em 1681 e, em 1694, foi deportado para Angola. Finalmente, retornou ao Brasil, onde morreu em 1695.

Indagou-se, então, se o português de Antônio Vieira, que viveu dos seis aos trinta e três anos no Brasil, seria mais europeu que o de Gregório de Mattos, que viveu dos catorze aos quarenta e seis anos em Portugal; se, por outro lado, seria o português de Gregório de Mattos mais brasileiro que o de Vieira ou se, finalmente, seriam ambos representantes de uma “máxima universalidade genérica escrita” (Antônio Houaiss, 1985:14), não sendo possível distinguir, a partir da análise dos seus textos, características de um português brasileiro em oposição a um português europeu.

Todavia, de acordo com as análises aqui assumidas – Martins (1994) e Cyrino (1997) –, a datação da emergência de uma *sintaxe de expansão da “ênclise”*, para o português europeu, e a datação da emergência de uma *sintaxe de expansão da “próclise”*, para o português brasileiro, foram estabelecidas com base, respectivamente, em Antônio Vieira e em Gregório de Mattos⁴¹.

Se se considerar que, no passado, tal como no presente, a avaliação acerca de uma sintaxe marcadamente pré-verbal de colocação dos clíticos na frase era negativa, haverá razão para se concluir que as mudanças que definiram a sintaxe brasileira de colocação dos clíticos na frase terão sido “mudanças vindas de baixo” – ou seja, mudanças cuja origem, sociolingüisticamente, se pode localizar entre falantes integrantes de estratos sócio-econômica e culturalmente não privilegiados. O fato de, representando o século XVII, só haver, no *corpus* organizado por Cyrino (1997), textos de um único autor, Gregório de Mattos, não permite, inicialmente, especular sobre o grau de difusão da mudança – ou seja, se estaria limitada a algumas gramáticas individuais, mais inovadoras, ou se já se teria difundido amplamente na comunidade. Assumindo-se a hipótese de que as mudanças que definiram a sintaxe brasileira de colocação dos clíticos na frase terão sido “mudanças vindas de baixo”, pode-se dizer, então, que, se, no século XVII, tais mudanças já estavam representadas na gramática de Gregório de Mattos, indivíduo integrante da elite colonial, é porque a sua difusão na comunidade terá sido muito rápida. Como, porém, explicar que, sendo avaliadas negativamente, tais mudanças se tenham

⁴¹ Aqui se assume que, enquanto no português brasileiro contemporâneo, a “sintaxe da próclise” já está implementada, no português europeu contemporâneo, a “sintaxe da ênclise” ainda se encontra em processo de implementação. Confirma-se, a este respeito, Duarte, Matos e Faria (2000:1), que, analisando dados atuais de aquisição e desenvolvimento da linguagem, afirmam que “in contemporary European Portuguese, enclisis is not only the unmarked pattern for clitic placement but is also spreading to contexts where proclisis should be used”.

difundido com rapidez, atingindo falantes de estratos sócio-economicamente prestigiados? Uma primeira hipótese é a de que a dita *sintaxe de expansão da "próclise"* ainda não caracterize, no século XVII, gramáticas de indivíduos integrantes da elite colonial nascidos no Brasil. Considerando, conforme propõe Suzanne Romaine (1982), que os diferentes estilos de textos podem refletir, em análises históricas, diferentes padrões lingüísticos que se captam, em análises sociolingüísticas sincrônicas, através do contínuo das classes sociais, pode-se supor, então, que o fato de a emergência da *sintaxe de expansão da "próclise"* ter-se verificado em textos ditos "populares" de Gregório de Mattos seja um indício de que tal sintaxe não seria própria da gramática do autor e, sim, da gramática de indivíduos integrantes dos estratos populares da sociedade. A relação entre contínuo estilístico e contínuo das classes sociais, proposta por Suzanne Romaine como um artifício para a reconstrução do contexto social no passado, não pode, todavia, ser tomada de forma tão mecânica. Assim, dadas as reais condições de formação histórica do Brasil, cuja sócio-história lingüística, em sua primeira fase – do século XVI a 1850 – foi determinada pelo multilingüismo generalizado, pela não-urbanização, pela não-escolarização e pela não-estandarização lingüística, pode-se evocar uma certa "pressão demográfica" como tendo sido capaz de rapidamente fazer expandir para as classes privilegiadas padrões lingüísticos que se originaram entre as classes sociais não privilegiadas. Alusão a este aspecto, que terá particularmente caracterizado a história lingüística brasileira em sua primeira fase, já se fez quando da referência aos depoimentos do viajante francês Le Gentil de la Barbinais, do bispo D. Azeredo Coutinho e do médico José Lino Coutinho, segundo os quais haveria proximidade entre a fala de moças brancas da elite, da Bahia e de

Pernambuco, e a fala dos escravos (Cf. item 1.2.1.5.3.2. do Capítulo 1 do Vol. II).

Se, no Brasil, a emergência de uma sintaxe marcadamente pré-verbal, com maior ou menor difusão entre os falantes brasileiros que integravam a elite, se deu no século XVII, “o aparecimento em força da ordem verbo-clítico” (Martins, 1994:269), em Vieira, poderia ser uma reação à sintaxe brasileira, não refletindo seus padrões vernáculos de uso da língua? Julga-se que não. Considerou-se, anteriormente, que se, no passado, tal como no presente, a avaliação acerca da expansão de uma sintaxe marcadamente pré-verbal de colocação dos clíticos na frase era negativa, terão sido, então, “mudanças vindas de baixo” as mudanças que definiram a sintaxe brasileira de colocação dos clíticos na frase. Com base no mesmo raciocínio, defende-se a hipótese que terá sido socialmente oposta a origem das mudanças que determinaram a expansão de uma sintaxe marcadamente pós-verbal de colocação dos clíticos na frase no português europeu. Corrobora essa a hipótese a seguinte observação de Martins (1994:310):

sempre que me referi ao “português actual” (ou “português contemporâneo”), tive em conta apenas a variedade normativa. Esta identifica-se, quanto à colocação dos clíticos, com as gramáticas mais inovadoras (...). Dialectalmente, encontramos variedades conservadoras, com gramáticas que não diferem das que foram apresentadas como características de fases mais recuadas da história do português.

Assim, não há – nunca terá havido –, no português europeu, conflito entre a variedade normativa e as gramáticas mais inovadoras, quanto à colocação dos clíticos. A inexistência do conflito permite, pois, localizar entre falantes sócio-econômica e culturalmente privilegiados a origem da mudança. Reforça ainda essa hipótese o fato de que “o aparecimento em

força da ordem verbo-clítico”, em Vieira, foi atestado por Martins com base na análise dos Sermões. Os Sermões foram impressos em dezesseis volumes, em Lisboa, entre 1679 e 1748. Trata-se de impressões que se iniciam ainda em vida do autor e, mais ainda, segundo Stegagno-Picchio (1997:108) de “impressões aviadas pelo próprio autor depois da sua volta a Portugal”. Portanto, se as impressões dos Sermões foram “aviadas” depois de sua estada na Europa e do seu intenso contato com a Corte portuguesa, ainda que, supostamente, “o aparecimento em força da ordem verbo-clítico”, em Vieira, não reflita padrões da sua própria gramática individual, certamente, refletirá padrões de outras gramáticas inovadoras, e socialmente prestigiadas, características de indivíduos integrantes da elite portuguesa do século XVII.

Uma última e necessária observação. Quando trata dos tipos de mudança, em função da classe social, Labov (1994:78)⁴² distingue mudanças vindas de cima e mudanças vindas de baixo nos seguintes termos:

Changes from above are introduced by the dominant class, often with full public awareness. Normally, they represent borrowings from other speech communities that have higher prestige in the view of the dominant class. Such borrowings do not immediately affect the vernacular patterns of the dominant class or other social classes, but appear primarily in careful speech, reflecting a superposed dialect learned after the vernacular is acquired. Frequently the newly borrowed linguistic features are inconsistent with the vernacular system, and their use involves correlated changes in other features.

⁴² A distinção entre os dois tipos de mudança é pela primeira vez estabelecida já no seu estudo de 1966 sobre Nova Iorque.

Changes from below are systematic changes that appear first in the vernacular, and represent the operation of internal, linguistic factors. At the outset, and through most of their development, they are completely below the level of social awareness. No one notices them or talks about them, and even phonetically trained observers may be quite unconscious of them for many years. It is only when the changes are nearing completion that members of the community become aware of them. Changes from below may be introduced by any social class, although no cases have been recorded in which the highest-status social group acts as the innovating group.

Neste trabalho, assume-se a concepção segundo a qual a discussão sobre a mudança lingüística deve distinguir dois planos: a mudança no plano da Língua-I e a mudança no plano da Língua-E; além disso, enquanto, no plano da Língua-I, a mudança lingüística é catastrófica, no plano da Língua-E, ou no plano da sua difusão pela sociedade, é gradual⁴³. Assim, quando os conceitos de mudança vinda de cima e mudança vinda de baixo foram anteriormente referidos, na proposta de encaixamento social das mudanças operadas na sintaxe dos clíticos no português europeu e no português brasileiro, respectivamente, não apresentaram exatamente o sentido da sua formulação original, de conceitos propostos para explicar a mudança fonológica, no âmbito da sociolingüística laboviana.

A diferença fundamental reside no fato de que aqui se considerou como mudanças vindas de cima mudanças que têm origem em gramáticas individuais inovadoras de indivíduos integrantes de estratos sócio-econômica e culturalmente privilegiados e como mudanças vindas de baixo mudanças que têm origem em gramáticas individuais inovadoras de

⁴³ A este respeito, veja-se Lightfoot (1999). Capítulo 4: Gradualism and Catastrophes.

indivíduos integrantes de estratos sócio-econômica e culturalmente não privilegiados. A origem da mudança é, pois, o indivíduo, a gramática individual. Dentro desta concepção, tanto para o que se definiu como mudança vinda de cima, quanto para o que se definiu como mudança vinda de baixo, a mudança afetaria imediatamente os padrões do vernáculo.

3 A SINTAXE DOS CLÍTICOS: PORTUGUESES E BRASILEIROS

Neste capítulo, o objetivo fundamental é analisar a sintaxe dos clíticos, confrontando-se portugueses e brasileiros, a partir de cartas particulares escritas no Recôncavo da Bahia no século XIX e editadas no Vol. III.

3.1 PORTUGUESES

Na identificação das duas gramáticas do português europeu que ofereceram dados para a aquisição da língua portuguesa no Brasil (Cf. item 2.2.3., Capítulo 2, Vol. III), Ribeiro (1995) apoiou-se nas conclusões de diversos estudos sobre a história da sintaxe dos clíticos – Salvi (1990), Lobo (1990 e 1992), Pagotto (1992), Martins (1994), Ribeiro (1995) e Torres Morais (1995) –, estudos cujos *corpora* lingüísticos foram basicamente constituídos por documentos escritos por portugueses que não migraram para o Brasil.

A partir de documentação escrita por imigrantes portugueses que viveram na Bahia no século XIX, pretende-se discutir se a Gramática 2 do português europeu para aqui transplantada se manteve intacta, segundo os termos definidos por Ribeiro, ou se se reestruturou a partir do influxo da gramática do português brasileiro, alterando-se, assim, os dados lingüísticos disponíveis para a aquisição.

Faz-se, inicialmente, uma caracterização da comunidade de imigrantes portugueses na Bahia no século XIX, com o intuito de refletir se os indicadores sociais apontam para um comportamento lingüístico conservador ou inovador por parte dos imigrantes. A seguir, caracteriza-se a gramática dos imigrantes portugueses, confrontando-a com a Gramática 2 identificada por Ribeiro. Finalmente, com base nas conclusões anteriores, discute-se a relevância da Gramática 2 do português europeu para a aquisição da língua portuguesa no Brasil.

3.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTINGENTE DE IMIGRANTES PORTUGUESES NA BAHIA NO SÉCULO XIX

Segundo Joel Serrão⁴⁴, a emigração portuguesa para o Brasil no século XIX pode ser caracterizada a partir de dois modelos – um primeiro, por ele designado de “tradicional”, e um “novo” modelo, que passa a coexistir com o anterior e que emerge a partir da segunda metade do século, quando da extinção do tráfico de escravos⁴⁵.

Por “tradicional”, entende um tipo de corrente emigratória eminentemente masculina, composta de jovens em sua maioria originários de famílias rurais das aldeias minhotas ou beirãs, os quais, muitas vezes, já saíam de Portugal – ou antes dos catorze anos, para escaparem ao recrutamento militar, ou entre os vinte e os trinta anos – recomendados a parentes e previamente destinados a empregos em casas comerciais de portugueses, situadas em Recife, na Bahia e, principalmente, no Rio de Janeiro. Esse tipo de emigração teria significado uma fonte de benefícios financeiros para Portugal – principalmente para as aldeias de Entre Douro e Minho e para a cidade do Porto –, quer pelas somas que muitos dos que retornavam, os chamados “brasileiros”, levavam consigo, quer pelas remessas feitas do Brasil a familiares, quer ainda pelas heranças deixadas aos parentes portugueses. Além disso, tais benefícios teriam ainda significado um fator de constante incentivo para a continuidade da saída de jovens.

⁴⁴ Cf. SERRÃO, Joel. (1977). *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte. _____. (1976). “A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX”. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gessellschaft. Latinamerikas*. Band 13. Sonderdruck. Bohlan, Verlag, Loh Wien e _____. (1972). *Fontes de demografia portuguesa, 1800-1862*. Lisboa: Livros Horizonte; *apud* MONTEIRO, 1982.

⁴⁵ Os dois modelos de experiência emigratória para o Brasil referidos – o “tradicional” e o “novo” – corresponderiam, respectivamente, ao que também se designou de “emigração clássica” e “emigração agrícola” – cf. MARTINS, Oliveira. (1956). *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães & Cia.; *apud* MONTEIRO, 1982 – e ainda de “emigração livre ou espontânea” e “emigração contratada” – cf. Relatório do primeiro inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa. Lisboa, 1875. Biblioteca Nacional de Lisboa (SC 4494P); *apud* MONTEIRO, 1982.

Já o “novo” modelo de emigração, que se torna predominante no final do século, se insere no quadro mais geral da política de importação de mão-de-obra assalariada europeia e, mais eventualmente, asiática, para substituir o trabalho escravo, em vias de extinção, nas fazendas brasileiras. Trata-se, assim, de uma corrente emigratória não mais destinada ao trabalho nas casas comerciais dos centros urbanos, e, sim, ao trabalho agrícola nas zonas rurais. A abundância da oferta de mão-de-obra portuguesa que se verificou naquele momento deve, segundo Monteiro (1982:41), ser atribuída ao subemprego crônico existente em Portugal, em função de o subdesenvolvimento do setor agrário e o lentíssimo ritmo de industrialização do país não terem absorvido toda a mão-de-obra produzida pela chamada “revolução” demográfica, então em curso.

De fato, considerando-se o contingente imigratório de cerca de 4.500.000 indivíduos que se integraram à população brasileira entre 1850 e 1960, os portugueses foram os que chegaram em maior número:

Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Japoneses	Alemães	Total
1851/1960	1.732.000	1.619.000	694.000	229.000	250.000	4.523.000

Tabela 15

(Adaptada de RIBEIRO, Darcy. 1995:242)

Com o objetivo de captar as características particulares da emigração portuguesa para a Bahia na segunda metade do século XIX, Monteiro (1982:46) toma como ponto de referência os dois modelos propostos por Joel Serrão e afirma:

Na Bahia, onde a crise do sistema escravista abalara toda a estrutura da produção e do comércio, tendo também nesta época seu principal produto [o açúcar] pouca aceitação no mercado internacional, não foi possível ser sustentado um programa de imigração para a lavoura. Descapitalizada, a agricultura baiana era incapaz de absorver grandes contingentes de imigrantes, inclusive portugueses.

Manteve-se, portanto, para Bahia, na segunda metade do século XIX, o modelo “tradicional” de emigração portuguesa, verificando-se, além disso, a tendência de o número de imigrantes ir gradativamente diminuindo à proporção que se aproximava o final do século, em flagrante contraste com o que se observava para as regiões rurais meridionais do Brasil, onde, estando localizada a lavoura cafeeira, se localizava o novo pólo responsável pelo desenvolvimento econômico do país, conseqüentemente, o pólo que seria canalizador não apenas da imigração lusa, mas da imigração em geral.

Mantendo o traço de um tipo de imigração seletiva para o comércio, o contingente populacional português que chega à Bahia na segunda metade do século XIX fixa-se efetivamente em Salvador – a grande praça comercial da Província –, sendo irrelevante o número dos que, neste período, se destinaram a centros urbanos do interior ou mesmo do Recôncavo.

A partir dos dados fornecidos por uma série documental básica, constituída por “habilitações”⁴⁶ – ou seja, formulários através dos quais os imigrantes deveriam inscrever-se no Consulado de Portugal, até 30 dias após o desembarque, para legalizar a sua situação –, Monteiro (1982) apresenta uma caracterização geral do contingente de imigrantes portugueses que chega à capital baiana entre 1852 e 1889, considerando as seguintes categorias: profissão, local de origem, faixa etária, sexo e estado civil. Para tal, consultou a autora um total de 8.942 habilitações, das quais selecionou 3.169 para a sua análise. As exclusões feitas corresponderam aos seguintes conjuntos de habilitações:

⁴⁶ Informa a autora (1982:16) que “Duas séries de ‘habilitações’ fazem parte dos documentos do século XIX do Consulado de Portugal na Bahia, que ora se encontram no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. A primeira série começa em Janeiro de 1830 e vai até Maio de 1852, contendo 6.883 inscrições. A segunda série recomeça uma numeração própria, iniciada em Maio de 1852, com a inscrição nº 1 do livro 1. Em Lisboa, o último livro desta série é o número 19. Os livros que se seguem, com inscrições do final do século passado e do século XX até o presente, estão em Salvador e fazem parte da documentação de rotina do Consulado de Portugal nesta cidade.”

- 4.646 habilitações de imigrantes que se declararam “nauticos/marítimos”, por considerar que integravam a população flutuante da cidade;
- 485 habilitações de portugueses que se destinaram ao interior ou ao Recôncavo;
- 438 habilitações de passageiros em trânsito ou que permaneceram em Salvador por alguns meses;
- 115 habilitações de mulheres, cujas inscrições eram feitas apenas em circunstância especial, como, por exemplo, a de terem viajado sem companhia masculina;
- 89 habilitações feitas para naturalizar filhos de portugueses nascidos no Brasil.

Passa-se, a seguir, à apresentação da caracterização do contingente de imigrantes portugueses em Salvador na segunda metade do século XIX, conforme Monteiro (1982)⁴⁷.

⁴⁷ Embora o estudo de Monteiro cubra o período que se estende de 1852 a 1889, dando conta, portanto, de um período imediatamente posterior ao período em que, fundamentalmente, estão concentradas as cartas que servirão de base para a análise lingüística, considera-se que tal estudo também permita uma aproximação da realidade da primeira metade do século XIX, dada a sua conclusão de que se mantém para a Bahia, na segunda metade do século XIX, o modelo “tradicional” de imigração portuguesa. Portanto, se se mantém na segunda metade do século XIX, o modelo já existia anteriormente.

3.1.1.1 PROFISSÃO

Do ponto de vista profissional, os portugueses chegados à Bahia na segunda metade do século XIX dedicavam-se predominantemente a atividades marítimas (59.45%), vindo a seguir o grupo dos que se dedicavam a atividades comerciais (31.08 %) ⁴⁸, conforme o demonstra a Tabela 16 abaixo, em que se indicam as profissões de acordo como as declararam os imigrantes nas suas respectivas habilitações:

⁴⁸ Das profissões elencadas na Tabela 16, relacionam-se a atividades comerciais as de caixeiro, negociante, comerciante, "comércio" e mascate.

Profissão dos imigrantes portugueses – Salvador, 1852-1889

Profissão	Número de pessoas	%
Náutico/Marítimo	4.646	59.45
Caixeiro	1.940	24.82
Negociante	218	2.79
Comerciante	106	1.36
Comércio	159	2.03
Mascate	06	0.08
Padeiro	40	0.51
Carpinteiro	41	0.52
Tanoeiro	34	0.44
Canteiro	12	0.15
Serralheiro	09	0.12
Pedreiro	11	0.14
Ourives	14	0.18
Tecelão	12	0.15
Chapeleiro	55	0.70
Alfaiate	35	0.45
Sapateiro	20	0.26
Estudante	27	0.35
Professor	02	0.03
Farmacêutico	10	0.13
Médico	07	0.09
Proprietário	12	0.15
Eclesiástico	05	0.06
Pescador	24	0.31
Remador	09	0.12
Feitor	11	0.14
Artista	05	0.06
Músico	06	0.08
Barbeiro	05	0.06
Servente	09	0.12
Copeiro	12	0.15
“Lavoura”	77	0.99
“Trabalhador”	124	1.59
“Outras”	96	1.23
Não declararam	16	0.20
TOTAL	7.815	100.00

Tabela 16

(Fonte: “Habilitações”, 2ª série, documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; *apud* Monteiro, 1982:60)

Sendo o seu objetivo caracterizar o contingente de imigrantes que efetivamente se fixou em Salvador, Monteiro, como já se referiu, excluiu do seu estudo o estrato maioritário da população imigrante portuguesa,

integrado por “náuticos/ marítimos”, com a justificativa de que compunha a população flutuante da cidade. Conseqüentemente, é ao grupo dos que se dedicavam a atividades comerciais que corresponde, em termos numéricos, a mais significativa posição na estratificação profissional do contingente populacional de imigrantes portugueses que se fixou em Salvador na segunda metade do século XIX. No novo universo (3.169) delimitado, os caixeiros passam a corresponder a 61.21% (1.940) do total. A seguir, mas com representatividade bastante inferior, vem o estrato integrado por negociantes/comerciantes, representando 10.22% do total. Finalmente, correspondendo a 5.01%, aparece o estrato cuja atividade profissional é designada a partir do termo genérico “comércio”, o qual engloba tanto pequenos comerciantes, quanto caixeiros.

Caixeiro era uma designação corrente para todos os empregados das casas comerciais, os quais desempenhavam as mais diversas funções. Já quanto aos termos negociante e comerciante, Monteiro (1982:61-62) faz a ressalva de que, embora não tenha observado distinção clara entre ambos, tanto na série documental que analisa, quanto em outras do mesmo período, parecem referir-se, respectivamente, “aos que entravam no negócio de exportação/importação” e “aos grossista e retalhistas”, ocorrendo ainda, muitas vezes, casos de “retalhistas mais abastados declararem-se “negociantes””. Nos casos, pois, em que é possível observar-se alguma distinção semântica na aplicação dos termos negociante e comerciante, o primeiro parece corresponder, preferencialmente, a indivíduos mais abastados.

Apesar de brasileiros também serem admitidos como caixeiros nas casas comerciais portuguesas, foi prática comum entre os comerciantes/negociantes lusos, não apenas na Bahia, mas em outras partes do Brasil, buscar mão-de-obra portuguesa para o desempenho dessa função. Razões de ordem vária são alegadas para justificar tal prática: razões afetivas, dada

a indiscutibilidade das relações de parentesco entre muitos dos jovens e os comerciantes/negociantes e razões práticas, já que os jovens imigrantes seriam empregados mais estáveis e menos exigentes quanto às árduas condições de trabalho, baseadas em relações de trabalho semi-assalariado e de cunho autocrático. Também os comerciantes/negociantes estrangeiros não portugueses prefeririam contratar compatriotas, alegando, dentre outras, razões de natureza sociocultural: os jovens brasileiros não teriam educação especializada, bem como desconheciam línguas.

Segundo Monteiro (1982:78-79) “a maioria dos caixeiros “importados” de Portugal chegava ao Brasil em tenra idade, alguns não sabendo ler e escrever”. Se, relativamente à *tenra idade* de chegada dos caixeiros portugueses à Bahia, os dados apresentados são indiscutíveis – 46.5% dos caixeiros chegam com idade de até 14 anos; 46.0% de 15 a 25 anos; 7.1% de 26 a 40 anos; 0.3% de 41 a 50 anos e 0.1% acima de 50 anos –, relativamente à alfabetização, porém, não há qualquer indicação mais precisa sobre quantos, do universo considerado, sabiam ler e escrever. Se a afirmação de que *alguns* chegavam não sabendo ler e escrever parece indicar ser o conjunto dos analfabetos minoritário, a sua *tenra idade* e a observação de que “muitos deles só entravam em contato com as funções comerciais ao chegarem ao Brasil, sendo, como filhos de camponeses afeitos à atividade rural em Portugal” levam, exatamente, à hipótese contrária. Ser ou não ser o imigrante alfabetizado não foi, porém, uma das categorias analíticas privilegiadas por Monteiro na sua caracterização do contingente luso que aportou em Salvador na segunda metade do século XIX, apesar de dar a entender ser este um dos itens constantes dos formulários de inscrição consular dos portugueses. Também não há qualquer informação sobre a possibilidade de a alfabetização do imigrante ter-se feito já no Brasil.

Conforme já se mencionou, era exigência do Consulado de Portugal que a inscrição dos imigrantes se efetivasse até 30 dias após a data do desembarque. Todavia, foi notável ter havido, em muitos casos, defasagem entre a chegada e a inscrição do imigrante, que, em 60% dos casos se fez no primeiro ano, mas, nos 40% dos casos restantes, em um intervalo de tempo que variou entre 2 e mais de 20 anos. Foi notável ainda que, embora, para 67% dos caixeiros, praticamente tenha havido coincidência entre a data de chegada e a data da inscrição consular, apenas 12% dos comerciantes e 23% dos negociantes se matricularam no primeiro ano após a chegada, tendo, muitos dos que se inscreveram posteriormente, dado a impressão de que eram caixeiros e ascenderam socialmente.

Efetivamente, os comerciantes/negociantes ocupavam o topo da pirâmide sócio-econômica não apenas no âmbito do universo restrito da comunidade portuguesa, mas, de modo mais amplo, no âmbito da própria cidade do Salvador (Cf. item 3.2.1 deste Capítulo), uma cidade, por excelência, comercial no século XIX. De acordo com Mário Augusto da Silva Santos,⁴⁹ na Bahia, no primeiro século após a Independência, as grandes fortunas “foram conquistadas por comerciantes, e não por proprietários agrícolas”. O espaço dominado por portugueses no comércio baiano, hegemônico sobretudo em fases anteriores à abolição do tráfico de escravos, cujo controle sempre detiveram, foi, paulatinamente, sendo reduzido, à proporção que se aproximava o final do século. Contudo, o prestígio de que gozava o setor mais rico da comunidade portuguesa manteve-se inabalado até o final do século, apesar da descolonização.

⁴⁹ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O comércio português na Bahia, 1870-1930*. Centenário de Manoel Joaquim de Carvalho. Salvador: Irmão Paulo, 1977; *apud* MONTEIRO, 1982.

3.1.1.2 LOCAL DE ORIGEM

A Tabela 17 abaixo indica o local de origem dos imigrantes portugueses:

Distrito de origem dos imigrantes portugueses – Salvador, 1852-1889

Distrito de origem	Número de pessoas	%
Porto	1.068	33.70
Braga	542	17.10
Aveiro	354	11.17
Coimbra	186	5.86
Viseu	177	5.58
Viana do Castelo	162	5.11
Ilha Graciosa	153	4.82
Lisboa	130	4.10
Vila Real	122	3.84
Leiria	57	1.79
Guarda	53	1.69
Ilha Terceira	37	1.16
Ilha de São Miguel	24	0.75
Ajudá (África)	15	0.47
Bragança	12	0.37
Ilha da Madeira	11	0.34
Santarém	10	0.31
Faro	08	0.25
Ilha do Faial	08	0.25
Ilha do Pico	08	0.25
Castelo Branco	08	0.25
Angola (África)	03	0.09
Ilha do Príncipe	03	0.09
Ilha de São Jorge	03	0.09
Évora	02	0.06
Beja	02	0.06
Ilha de São Tomé	02	0.06
Ilha do Fogo	02	0.06
Ilha das Flores	01	0.03
Macau (Ásia)	01	0.03
Não declararam	05	0.15
TOTAL	3.169	100.00

Tabela 17

(Fonte: "Habilitações", 2ª série, documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal: *apud* Monteiro, 1982:69)

Diferentemente do que sugere o seu título, a Tabela 17 não se limita a indicar os imigrantes procedentes do território português, a partir dos

distritos que o integram⁵⁰. Indica ainda todos os casos em que os imigrantes procederam de áreas portuguesas extra-européias – Arquipélago dos Açores (Ilha Terceira, Ilha de São Miguel, Ilha do Pico, Ilha Graciosa, Ilha do Faial, Ilha de São Jorge, Ilha das Flores), Arquipélago da Madeira (Ilha da Madeira), Arquipélago de Cabo Verde (Ilha do Fogo), São Tomé e Príncipe, Ajudá, Angola e Macau.

De fato, quanto ao local de origem, a posição largamente maioritária era ocupada não pelos imigrantes provenientes de áreas portuguesas extra-européias, mas, sim, de Portugal, os quais corresponderam a 91.29% do total analisado. Note-se que, considerando-se o conjunto total dos distritos portugueses – Viana do Castelo, Vila Real, Braga, Bragança, Porto, Viseu, Aveiro, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Portalegre, Lisboa, Évora, Setúbal, Beja e Faro –, só não há imigrantes de Portalegre e Setúbal. Relacionando-se o distrito de origem dos imigrantes à classificação dos dialetos (galego-)portugueses proposta por Cintra (1982), constata-se que cerca de 70% dos distritos de origem dos imigrantes se integram à zona ocupada pelo grupo dos dialetos portugueses setentrionais, os quais não constituem a base da língua padrão⁵¹, ficando os cerca de 30% restantes integrados à zona ocupada pelo grupo dos dialetos portugueses centro-meridionais:

- Distritos integrados à zona dos dialetos portugueses setentrionais: Porto, Braga, Viseu, Viana do Castelo, Vila Real, Guarda e Bragança;
- Distritos integrados à zona dos dialetos portugueses centro-meridionais: Coimbra, Lisboa, Leiria, Santarém, Faro, Évora e

⁵⁰ Destacados em negrito na Tabela 17.

⁵¹ Destacados em negrito e em itálico na Tabela 17.

Beja.

- Excluíram-se deste cômputo os imigrantes de Aveiro e Castelo Branco, por serem distritos cujas áreas se dividem entre dialetos portugueses setentrionais e dialetos portugueses centro-meridionais.

Para além de ser relevante ter-se observado que, em sua maioria, procederam da zona correspondente aos dialetos portugueses setentrionais, é importante destacar ainda que eram, também em sua maioria, procedentes de freguesias situadas em zonas rurais de Portugal (1982: 90).

3.1.1.3 FAIXA ETÁRIA

Na Tabela 18 abaixo, indica-se a idade de chegada do imigrante português, considerando-se sete faixas etárias distintas:

Idade dos imigrantes portugueses – Salvador, 1852-1889

Idade no ano de chegada	Número de pessoas	%
Menos de 9 anos	10	0.30
De 9 a 14 anos	1.086	34.20
De 15 a 25 anos	1.347	42.50
De 26 a 40 anos	569	18.00
De 41 a 50 anos	102	3.20
De 51 a 60 anos	31	1.00
Mais de 60 anos	10	0.30
Não declararam	14	0.50
TOTAL	3.169	100.00

Tabela 18

(Fonte: "Habilitações", 2ª série, documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; *apud* Monteiro, 1982:68)

Das sete faixas etárias consideradas, apenas três – de 9 a 14 anos; de 15 a 25 anos e de 26 a 40 anos – foram efetivamente representativas, tendo correspondido, juntas, a 94.70% do total. Dessas três, a mais expressiva é a que se estende dos 15 aos 25 anos, abrangendo 42.50% dos imigrantes. A seguir, vem a faixa etária dos 9 aos 14 anos, na qual se incluiu um percentual também expressivo de 34.20% de imigrantes.

O que de mais relevante a leitura da Tabela 18 faz destacar é, portanto, a juventude da corrente emigratória que saiu de Portugal com destino a Salvador, na segunda metade do século XIX. Cerca de 80.00% dos imigrantes não ultrapassava a idade dos 25 anos e, destes, aproximadamente a metade era constituída por adolescentes. As razões apontadas para explicar a imigração de um contingente tão jovem de indivíduos são, conforme já se referiu, por um lado, a fuga ao recrutamento militar, em Portugal, e, por outro, a prática adotada pelos comerciantes/negociantes portugueses no Brasil de contratar patrícios, muitas vezes, parentes e, quase sempre, jovens, para a função de caixeiro.

3.1.1.4 SEXO

Basicamente, a população portuguesa que chegou a Salvador a partir de meados do século XIX era composta por indivíduos do sexo masculino.

3.1.1.5 ESTADO CIVIL

86.50% dos imigrantes portugueses chegaram solteiros, o que, claramente, está correlacionado ao fato de que eram muito jovens. Analisando 555 registros de óbitos de portugueses falecidos em Salvador entre 1878 e 1883, Monteiro (1982:74) informa ainda que, destes, 54.50% morreram solteiros, o que a faz concluir que a maioria dos imigrantes ou optou pelo celibato ou não teve condições materiais de se casar. Quanto aos que se casavam, parece ter sido rara a situação de terem retornado a

Portugal para contrair matrimônio; o mais comum era casarem-se com mulheres nascidas na Bahia. Relativamente à questão do grau de endogamia da comunidade portuguesa, não faz a autora qualquer averiguação mais sistemática, mas indica não ter sido incomum que muitos portugueses se casassem com filhas de portugueses.

3.1.1.6 SÍNTESE

Como síntese da caracterização apresentada, pode-se afirmar que os imigrantes portugueses que se fixaram em Salvador na segunda metade do século XIX eram, basicamente, indivíduos do sexo masculino, provenientes, em sua maioria – cerca de 70% –, de freguesias rurais situadas na zona dos dialetos portugueses setentrionais, os quais não constituem a base da língua padrão. Dedicaram-se, sobretudo, à atividade comercial, na qual 61.21% desempenhavam a função de caixeiro. Cerca de 80% dos imigrantes não ultrapassava a idade de 25 anos e, destes 80%, aproximadamente a metade eram adolescentes, com idade entre 9 e 14 anos. Dada a sua pouca idade, também chegavam, quase sempre solteiros – 86.5% – e, em sua maioria, assim permaneciam; os que se casaram quase sempre o fizeram com mulheres nascidas na Bahia, muitas das quais filhas de portugueses.

3.1.2 ANÁLISE LINGÜÍSTICA

Uma caracterização da gramática dos imigrantes portugueses na Bahia no século XIX deveria realizar-se com base em um *corpus* lingüístico cuja constituição refletisse o perfil dessa comunidade de imigrantes, segundo os termos definidos no item anterior. O sentido em que o termo gramática está sendo aqui empregado corresponde ao de gramática como um conjunto de *outputs* de gramáticas individuais, gramática social, portanto. Compreende-se também, quando se fala de *output* de uma

gramática individual, que há muito mais na linguagem de um adulto que a sua gramática individual, biológica. De acordo com Lightfoot (1999:79), uma gramática social define-se como “(...) a *corpus* of sentences belonging to some socially or politically defined entity, not the knowledge of an individual person.”

Aqui, contudo, as considerações sobre tal gramática social serão basicamente feitas a partir da análise da sintaxe dos clíticos em uma série de 51 cartas escritas por apenas um negociante português – João Pinto Leite (R. 25) –, no período que se estende entre 1847 e 1861. Assim, é legítimo indagar em que medida a linguagem deste indivíduo é representativa da gramática social que se pretende caracterizar.

Uma coleção de fontes documentais primárias – Certidão de Óbito, Registro de Enterramento em Carneiro, Inventário e Certidão de Batismo (do filho) – e ainda esparsas referências em uma fonte secundária (Cf. item 1.2.1.5.3.1. do Capítulo 1 do Volume II) permitiram, para além de identificar o autor das 51 cartas aqui analisadas como português, situá-lo de forma bastante precisa em face da comunidade de imigrantes de que é parte. Como a maioria, trata-se de um indivíduo dedicado ao comércio; como a maioria, trata-se de um imigrante originário do Porto; como a maioria, terá chegado, se não antes dos 25, certamente antes dos 30 anos ao Brasil; finalmente, também como a maioria dos que contraíram matrimônio, parece ter-se casado com filha de português nascida no Brasil. Distingue-se esse imigrante da maioria dos seus compatriotas, todavia, por ser um negociante e, conseqüentemente, pertencer à elite dessa comunidade. Pode-se dizer, assim, que a análise a que aqui se procederá dará conta de uma face da gramática social dos imigrantes portugueses na Bahia do século XIX, aquela representada pelos falantes de maior prestígio em termos sócio-econômicos dentro da comunidade.

Para além de João Pinto Leite (R. 25), quatro outros remetentes foram indubitavelmente identificados como de nacionalidade portuguesa: Felizardo José de Faria (R. 12), Manuel José de Almeida (R. 37), Manuel José Dias (R. 38) e Manuel Pinto Leite (R. 40). Para Felizardo José de Faria (R. 12), Manuel José de Almeida (R. 37) e Manuel Pinto Leite (R. 40), foi ainda possível uma identificação segura quanto ao local de origem – eram todos provenientes de distritos do Norte de Portugal – e quanto à profissão – eram todos comerciantes/negociantes (Cf. item 1.2.1.5.3.1. do Capítulo 1 do Volume II). Conclui-se, assim, que, do ponto de vista sociolinguístico, o *corpus* constituído para a análise da sintaxe “portuguesa” dos clíticos na Bahia no século XIX, é razoavelmente homogêneo.

A análise linguística que a seguir se apresenta terá em conta, separadamente, três conjuntos de dados: os que constituem a base fundamental da descrição, extraídos das cartas autógrafas de João Pinto Leite (R. 25) e numerados (1), (2) etc.; os extraídos de cartas autógrafas de outros remetentes portugueses, numerados (1'), (2') etc. e indicados como ocorrência(s) de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es) e, finalmente, os extraídos de cartas apógrafas de outros remetentes portugueses, numerados (1''), (2'') etc. e indicados como ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es). Para os dois últimos conjuntos, por serem pouco expressivos quantitativamente, apenas se observará em que medida confirmam ou não as regras inferidas a partir do primeiro conjunto de dados. Também se discutirá em que medida os dados extraídos das cartas apógrafas permitem inferir se se trata de cartas apógrafas de remetente português escritas por mão brasileira ou por mão portuguesa.

A análise terá em conta, separadamente, as ocorrências de orações com verbos simples e as ocorrências de orações com grupos verbais.

3.1.2.1 VERBOS SIMPLES

3.1.2.1.1 ORAÇÕES NÃO-DEPENDENTES

Em orações não-dependentes (absolutas, principais e coordenadas), ocorreram contextos de ordem fixa – pós- ou pré-verbal – e de ordem variável do clítico.

3.1.2.1.1.1 CONTEXTOS DE ORDEM FIXA:

O clítico apresentou um padrão de ordem fixa pós-verbal quando o verbo ocorreu em posição inicial absoluta e de ordem fixa pré-verbal quando o verbo ocorreu precedido de negação, de sintagma quantificado em posição de sujeito, de sintagma focalizado ou de certos advérbios. Portanto, no domínio das orações não-dependentes, os contextos de ordem fixa do clítico aqui observados corresponderam exatamente a contextos identificados como de ordem fixa do clítico em toda a história do português europeu (Cf. item 2.1.1 do Capítulo 2 deste Volume). Qualquer movimento em direção à gramática do português brasileiro, identificável através de uma possível violação da regra de colocação categoricamente pós-verbal do clítico em contexto de *verbo em posição inicial absoluta*, não se verificou.

Ordem fixa pós-verbal

a. Verbo em posição inicial absoluta (12 – 100 %):

(1) Digame quanto ficou com | o Mello de abater afinal, para | meu governo. JPL, XXV⁵²

(2) Mandarão-me aqui hontem | hum presente JPL, XXXIV

(3) Disselhe na minha ultima que oseu | devedor Mello, pela divida ao Parnag[u]já, fora para a Bahia; ecom | effeito foe, más inda por lá está, e eu a espera delle. JPL, XLV

⁵² Cada ocorrência lingüística apresentada virá seguida de uma sigla, que identificará o remetente, e de um número, que indicará a carta da qual foi extraída. O Quadro 5, ao final deste Capítulo, apresenta todos os remetentes com as suas respectivas siglas, para a identificação da autoria das ocorrências lingüísticas analisadas.

(4) Lembrolhe que há negocios que sedevem con[cl]u- | ir sem demora, e antes que appareção estorbos e arrepen | dementos, ou decedillos que não sefás. JPL, XLVII

xxxxx

(5) Fis acarta para Almeida, porver que | inda o não podia procurar paralhe falar: | mandeilha, porem elle está fora da Cida | de, e estará por alguns dias JPL, III

(6) Mandarão-me aqui hontem | hum presente; apreta *que* orecebeo da | mão de hum rapás, não sabe dizer *quem* | mo mandou: digame se veio dahi | seu ou deminhas sobrinhas. JPL, XXXIV

(7) o *Senhor* Pedro Barboza Madoreira | (...) vai falarlhe arespeito do terreno | que asua Comonidade tem a *Nossa* Se | nhora da Ajuda, já que eu me te | nho esquecido em vezes que ahi tenho | hido falar: escuzome de dizer alguma | couza arespeito por que o mesmo Senhor | dirá. JPL, XXXVII

(8) não deixando de lhe estranhar odito | de dizer que eu soffri, como que estevesse algum dia com | a cabeça perdida: constame que elle tem dito o mesmo | a outros JPL, XLI

(9) afinal me veio dizer, que tomava onegocio | asi, areceber daforma que podesse ao comprador, eque dava | 1:800\$000: respondilhe que não convinha darse menos de 2000\$reis | livre de qu[a]lquer despeza nesta transferencia, e athe mesmo de | dapiquena d[e]speza etrabalho que elle teve neste negocio como | se vê dos auttos. JPL, XLV

xxxxx

(10) O No | gueira, tinha deixado copia da carta que eu escre | vi ao Mello, deu-**ma**, e atenho aqui JPL, XXV

xxxxx

(11) ADeus creiame | DeVossa Excelencia | Compadre Criado Venerador JPL, XXIII

(12) De qualquer forma, não ha diferença considerouse | que he o que se quer JPL, XLI

ocorrência(s) de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(1') cumpre | **me** dizer-lhe que eu não tenhos o espolio | que dis respeito acada uma das Cazas FJF, I

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(1'') Desejo-**lhe** todo alivio nos seus encomodo MJA, II

Nas ocorrências de (1) a (4), o clítico apresenta-se indubitavelmente posposto a *verbo em posição inicial absoluta* de frase, estando o verbo, de acordo com as regras ortográficas também hoje vigentes, grafado com maiúscula. As ocorrências de (5) a (9) dão exemplo de uma característica própria ao *usus scribendi* do remetente João Pinto Leite (R. 25) e que consiste na larga utilização do sinal de pontuação dois pontos em contexto em que a utilização do ponto, ao menos hoje, seria a opção mais generalizada⁵³. Não há dúvida, porém, de que, tanto nas ocorrências de (5) a (9), como na (10), em que o verbo *dar* está coordenado assindeticamente e, portanto, precedido de vírgula, se trata do contexto sintático em foco – *verbo em posição inicial absoluta* de frase ou de oração. As ocorrências (11) e (12), contudo, fogem quer às regras atuais de pontuação, quer às que se podem inferir como generalizadas neste *corpus* representativo da escrita epistolar do século XIX, quer ainda às que se podem inferir como generalizadas nesse remetente; nelas, apesar de os verbos *crer* e *considerar* ocorrerem em posição inicial de frase, não estão grafados com maiúsculas nem precedidos de qualquer sinal de pontuação indicador de conclusão da frase anterior.

As ocorrências (1') e (1''), extraídas, respectivamente, de carta(s) autógrafa(s) e de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es), também apresentam o clítico posposto a *verbo em posição inicial absoluta*.

Ordem fixa pré-verbal:

b. Verbo precedido por negação (06 – 100%):

(13) Não **me** ocorre por agora mais ||| nada, findo portanto asignandome JPL, XIII

⁵³ Não se fez uma análise sistemática da pontuação. Contudo, algumas observações pontuais sobre a pontuação vão permitir esclarecer certos aspectos relevantes para a análise da sintaxe dos clíticos.

(14) este Senhor Mello não **me** deu resposta ahua | carta ultima, em que lhe pedia copia das escriptu ||| ras da compra que fes aSenhora do Bom Jardim ao Emi | gdio, e daque este fes ao Frutuozo JPL, XV

(15) Hoje contavamos ir | ahi; não **o** fomos porsenos dizer que | não podião falar ou que não ha | via grade JPL, XX⁵⁴

(16) não | **me** esqueci as suas fazendas JPL, XXI

(17) não sabendo que erros tenha elle achado em | contas, pelo menos inda não **me** perguntou arespei | to de nenhuma. JPL, XLI

(18) Responda ao Aurelio, espere o que elle diz, enão | **lhe** dê canceira com qualquer ballanço que venha aever. JPL, XLI

Em todas as orações negativas não-dependentes, verificou-se apenas a ocorrência do advérbio de negação sentencial *não*. Contudo, a sensibilidade dos clíticos a quaisquer outros elementos negativos – quer outros advérbios de negação sentencial (por exemplo, *nunca*), quer ainda sintagmas negativos em posição pré-verbal (por exemplo, *ninguém*) – é atestada como categórica em toda a história do português europeu.

c. Verbo precedido por sintagma quantificado em posição de sujeito ou por sintagma focalizado (07 – 100 %):

(19) pelo | que me emformão talvez que ninguem **as** traga de emco | menda por menos JPL, XXII

(20) porem asim mesmo | nada **sefás** JPL, XXX

(21) Hua sirconstancia | **se** offeresse dipois que lhe escrevi, que me impuciblita | de contár com serteza, com aminha ida ahi JPL, XIII

xxxxx

(22) O | mesmo Mello **medeu** noticia damorte do Doutor Justino! JPL, XXII

(23) se Vossa Excelencia quizer mandar procuralo para realizar | onegocio como elles querem, tão bem elle **ofará** JPL, XXVII

⁵⁴ Note-se que, nesta ocorrência, surpreendentemente, o clítico **o** retoma o locativo **ahi**, e não um constituinte com a função de objeto direto.

(24) ADeus: goze melhor saude | que todo o bem **lhe** dezeja o | Compadre Criado Venerador JPL, XVIII

(25) eeu sem | vontade de procuralo, emenos aoNogueira, que he quem | oGuia, para não dezimbolçar odinheiro, que nenhum mal | **lhe** fás telo em si JPL, XXVII

Sintagmas quantificados em posição de sujeito ou sintagmas focalizados são os desencadeadores da colocação pré-verbal do clítico nas ocorrências acima. As ocorrências (19), (20) e (21) apresentam sintagmas quantificados em posição de sujeito – *ninguem, nada* e *Hua sirconstancia*, respectivamente; note-se também que, em (19) e (20), o sujeito vem expresso por quantificadores que expressam negação, os quais, portanto, devem ser tomados aqui como elementos que favorecem duplamente a anteposição do clítico ao verbo: por serem quantificadores e por serem elementos negativos. As ocorrências (22), (23), (24) e (25) apresentam sintagmas focalizados em posição pré-verbal. Em (22) e (23) o sujeito está focalizado por operadores de marcação de foco: *mesmo* (O *mesmo* Mello), em (22), e *tão bem* (*tão bem* elle), em (23)⁵⁵. Em (24) e (25), a focalização dos sintagmas acusativos *todo o bem* e *nenhum mal*, respectivamente, determina a colocação pré-verbal do clítico.

d. Verbo precedido por locativos e por advérbios e adverbiais qualificadores (25 – 100%):

AQUI (8)

(26) eu aqui estou; elle que venha, por que | aqui **se** arranção. JPL, XXII

(27) como elles querem da | quela forma, aqui **lhe** invio as letras que lhe mostrei, | assim como hua notta por minha letra, aindicar aforma pe | la qual querem as Freiras, eoutra por diverça pela qual que | rem aqueles JPL, XXVIII

⁵⁵ De acordo com Mateus et alii (1989:330), em “frases em que o sujeito (em posição pré-verbal) está sob o escopo de um operador como *apenas, até, mesmo, só, também*”, verifica-se a ordem clítico-verbo no português europeu contemporâneo.

(28) Continuo adizer que porora não sepode | concluir o negocio da divida do Lacerda, cuja conta me mandou | bem que eu estava ao alcance della com outra que cá tenho; e | por que não devo cá ter aprocuração aqui **ajunto**, para seguardar | em seu poder, equando for occazião denovo apedirei. JPL, XLVIII

XXXXX

(29) Aqui **me** | acho nesta desde 25 de Março com afamilia JPL, XIV

(30) Aqui **me** tem | as suas ordens JPL, IV

(31) detoda aforma aqui **me** tem sendo | DeVossa Excelencia | Compadre Afeitoozo munto obrigadissimo JPL, VIII

(32) Aqui inda que empe aca | mado aqui **me** tem JPL, XVI

(33) ADeus | aqui **me** tem inda que empalmado JPL, XXII

AÍ (1)

(34) Como digo, não poço co | migo, logo que poça ahi **lhe** apparecerei JPL, XXXII

LÁ (1)

(35) elá **se** foe com ella, não me apparecendo hontem nin | guem JPL, XXXI

INDA (3)

(36) O Senhor Antonio inda | **menão** appareceo dipois da primeira vez | que veio mostrarme a copia da conta. JPL, II

(37) Vou | escrever ao Mello. aroguntarlhe o que tem | feito; pois ficando de apparecerme inda **onão** | fes. JPL, VIII

(38) O tal SenhorFrotuozo, inda ontem **se** | achava nesta Cidade JPL, XXVII

ASSIM (1)

(39) Deus | asim o quer: vamos penando. JPL, XXII

MAL (1)

(40) eu não tenho aqui | os papeis que ahi estão emal **me** lembro já de como | tudo isso he JPL, XV

TALVEZ (1)

(41) e | talvez amanhãá se abra a terra, para se infincarem os | mourons, sem o que não se deve conduzir as estacas. JPL, XXIII

MUITO (3)

(42) O mesmo Froctoozo muito | **lhe** recomenda que não pague nada | porora, por cuja razão o Nogueira nada | paga porora tão bem. JPL, XX

(43) Munto **lhe** rogo que me escreva logo, adizerme | se recebo aquela minha carta. JPL, XLVI

(44) Suas Comadres e affilhada ficão certas no | que **lhes** mandizer receberão com gosto seus reca | dos igualmente munto **selhes** recommendão JPL, XV

SÓ (1)

(45) eu so **lhe** respondi, que dis | cesse ao Emigdio, que se aduvida estivesse em hua quantia | que elle Mello ou eu poderemos perder, que contasse | com isso e acabasse. JPL, XXII

DESDE JÁ (1)

(46) sequizer aprovei | tar esta occazião, antes que se tenha dado princi | pio ameios judiciais, aproveite; se não aproveitar | desde já **lhe** digo, que tendosse dado tal principio, [?] | rá afinal, não deverá ser Senhor dessas terras JPL, XXIX

DE NOVO (3)

(47) Se | o Senhor Antonio me apparecer, denovo **lhe** | darei explicaçõs JPL, II

(48) Denovo **lhe** digo que denada lhede canceira, e | não se importe com oballanço qualquer, pois nada fará sem | falarmos JPL, XLI

(49) Continuo adizer que porora não se pode | concluir o negocio da divida do Lacerda, cuja conta me mandou | bem que eu estava ao alcance della com outra que cá tenho; e | por que não devo cá ter aprocuração aqui ajunto, para seguardar | em seu poder, equando for occazião denovo apedirei. JPL, XLVIII

Os diversos autores que já trataram dos clíticos na história do português europeu são unânimes em afirmar que a sua posição na frase é

sensível a um certo conjunto de formas, englobadas sob o rótulo genérico de “advérbios”. Assim, em posição pré-verbal, tais “advérbios” levariam à colocação pré-verbal dos clíticos.

Há, todavia, certa variação entre os conjuntos de formas que se apresentam como enquadradas nesta situação, o que, certamente, se pode atribuir menos à extensão temporal dos *corpora* analisados e mais ao acaso de os *corpora* apresentarem uma variedade de construções com as distintas formas ditas adverbiais. Assim, por exemplo, analisando textos dos séculos XIII e XIV, Martins (1994) apresenta um rol de quinze formas – *agora, ora, ainda, ali, aqui, ante(s)* (na acepção de ‘pelo contrário’), *assim, bem, mal, item* (advérbio latino usado em documentos notariais na acepção de ‘também’), *já, logo, mais* (na acepção de ‘também’), *outrossim* (advérbio arcaico que vai cair em desuso, sendo progressivamente substituído por ‘também’) e *sempre* –, enquanto Salvi (1990), analisando textos do século XIII ao século XIX, apresenta um rol de apenas cinco – *ainda, já, sempre, só e também*.

No *corpus* aqui analisado, desencadearam a colocação pré-verbal dos clíticos os locativos *aqui* (8), *aí* (1) e *lá* (1)⁵⁶, os advérbios *inda* (3), *assim* (1), *mal* (1), *talvez* (1), *muito* (3) e *só* (1) e as locuções adverbiais *desde já* (1) e *de novo* (3).

Destaca-se, dentre o conjunto das referidas formas “proclitizadores” atestadas no *corpus*, uma frequência razoavelmente maior de *aqui* em relação às demais, o que se explica pelo fato de, em 5 das suas 8 ocorrências – de (29) a (33) – *aqui* figurar em fórmulas cristalizadas para início ou finalização de cartas, nas quais o seu sentido de locativo é, por assim dizer, esvaziado. Em duas das suas três ocorrências – em (36) e (37) –, o advérbio *inda* co-ocorre com o advérbio de negação sentencial *não*, o

⁵⁶ *Aqui, aí e lá* são dêiticos e, portanto, “pronomes circunstanciais”, e não advérbios

qual se apresenta interpolado entre o clítico e o verbo. Efetivamente, *inda não* corresponde a uma unidade, que se opõe, em termos semânticos, a *já*. Em (38), apesar de o advérbio *inda* não se encontrar em posição imediatamente pré-verbal, considera-se que esteja modificando o verbo. Em (41), o advérbio *talvez* também não se encontra em posição imediatamente pré-verbal, mas não há dúvida de que modifique o verbo, que, inclusive, se apresenta no subjuntivo.

3.1.2.1.1.2 CONTEXTOS DE ORDEM VARIÁVEL

O clítico apresentou um padrão de ordem variável quando o verbo ocorreu precedido de conectivo de coordenação, de sujeito, de SP com função adverbial/com função de oblíquo ou de oração subordinada adverbial. Portanto, no domínio das orações não-dependentes, os contextos de ordem variável do clítico aqui observados corresponderam exatamente a contextos identificados como de ordem variável do clítico em toda a história do português europeu (Cf. item 2.1.1 do Capítulo 2 deste Volume).

a. Verbo precedido por conectivo de coordenação (09):

Colocação pré-verbal (4 – 44%):

(50) O No | gueira, tinha deixado copia da carta que eu escre | vi ao Mello, deu-ma, e atenho aqui JPL, XXV

(51) Dito | Senhor Emigdio, nos pedio que por em quanto elle não | se retirava para fora, ehia falar com Vossa Senhoria arespeito | deste negocio nenhum paço se desse (...) emepedio que aMadre Abbadeça | escrevesse aVossa Senhoria, ou eu mesmo. JPL, XXIX

(52) o que | eu pretendo arespeito do Senhor Japi Assú, he hua ou | mais folhas de papel, escritas por mim, ese mos- | tra que he relativo aos quintais da rua do tijolo | ou cazas dessa rua. JPL, XXXIX

xxxxx

(53) os dias paça | dos porem quis o Senhor Emigdio Cavalcante de Mello, falar | como falou a Madre Abbadeça, e falou tão bem comigo; | más lhe contamos, o que se tinha

paçado com Vossa Senhoria | quando aqui estive, eque se retirou sem nada con | cluir,
mesmo sem dizer nada arespeito. JPL, XXIX

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(2'') porisso como ella se | acha nesta Cidade me entenderei árespeito e **lhe** darei
solução do que hover MJA, I

(3'') pois **me** dice á tempos que havia | uma differença entre ella e a ditta Abbadeça
MJA, I

Colocação pós-verbal (5 – 56%):

(54) dipois de ler tudo, mande chamar o Senhor Lins: | e entreguel**he** a minha carta
mesmo [ab]erta, e peça | **lhe** que elle aleia na sua presença. JPL, X

(55) dipois de ler tudo, mande chamar o Senhor Lins: | e entreguelhe a minha carta
mesmo [ab]erta, e peça | **lhe** que elle aleia na sua presença. JPL, X

(56) Mostre tão bem ao | meu Amigo *Senhor* Lins, acarta que eu escrevo | ao meu
Amigo Prezidente Zacharias; ede | pois, mande intregala ameu Irmão *Manoel* |
erecomend**elhe** que amande porboa via se | gura, o quanto antes. JPL, X

(57) *A*Deus athe a vinda que farei por que seja bre | ve: ecrei**ame** | DeVossa Excelencia |
Compadre Criado munto Venerador JPL, XXVII

(58) Se por ahi for o Senhor Frei Macario, agradecolhe adeligencia | de me procurár,
como ficou de fazer, esafousse: Hefrade! | e que taes são as Freiras? Héomesmo genero,
ou não? JPL, XLV

Estando o verbo precedido por conectivo de coordenação, a posição do clítico apresentou-se variável, com leve preferência pela colocação pós-verbal (56%). À exceção de (53), todas as demais ocorrências com verbo precedido por conectivo de coordenação apresentaram o conectivo *e*, quase sempre com o seu valor mais recorrente de copulativa, mas também ocorrendo com o valor de adversativa, como em (58).

É de se notar que, das cinco vezes em que ocorreu em posição pós-verbal, em quatro – (54), (55), (56) e (57), o clítico está posposto a verbo no imperativo, o que dá margem à interpretação de que o imperativo possa

ser um fator condicionador da colocação pós-verbal do clítico na frase, como, de resto, ocorre em outras línguas românicas modernas, como, por exemplo, o espanhol, o francês e o italiano.

Para além das ocorrências (54) a (57), acima apresentadas, verifica-se ainda nesse *corpus*, em orações não-dependentes, o seguinte conjunto de ocorrências de frases imperativas:

(59) Digame quanto ficou com | o Mello de abater afinal, para | meu governo. JPL, XXV

(60) Mandarão-me aqui hontem | hum presente; apreta *que* orecebeo da | mão de hum rapás, não sabe dizer *quem* | mo mandou: digame se veio dahi | seu ou deminhas sobrinhas. JPL, XXXIV

(61) ADeus creiame | DeVossa Excelencia | Compadre Criado Venerador JPL, XXIII
xxxxx

(62) Responda ao Aurelio, espere o que elle diz, então | **lhe** dê canceira com qualquer ballanço que venha aever. JPL, XLI

xxxxx

(63) e eu espero que | odito meu amigo, nos ajude: eVossa Excelencia appe | **guese** com elle, por que he munto bom Senhor, | e assim elle queira. JPL, X

(64) Adoze mezes precizos data desta minha unica | letra segura, servão-se Vossas Mercedes pagarem a Madre | A[bb]adeça do Convento deSanta Clara do Desterro desta Cidade JPL, XXVIII

(65) se antes precizar | que eu lá vá, avize-**me**; por que irei JPL, XX

De (59) a (61), o verbo, no imperativo, está em posição inicial absoluta. Como notam Lobo (1992:110) e Martins (1994:240), em frases imperativas, é freqüente o verbo ocorrer em posição inicial absoluta; sendo a posição inicial absoluta um fator que já condiciona a colocação categoricamente pós-verbal do clítico, não se poderá, portanto, atribuir a grande freqüência da posposição do clítico ao verbo necessariamente ao modo verbal quando o imperativo ocorrer em posição inicial absoluta. Em

(62), a presença do advérbio de negação sentencial *não* leva à colocação pré-verbal do clítico; portanto, também em (62), o modo verbal não seria o único fator a condicionar um particular posicionamento do clítico.

Em (63) – *verbo precedido por sujeito* –, (64) – *verbo precedido por SP com função adverbial* – e (65) – *verbo precedido por oração subordinada adverbial* –, contextos, como se verá nos itens **b**, **c** e **d**, a seguir, de regra variável de colocação do clítico na frase, o clítico apresenta-se posposto ao verbo, tal como nas ocorrências (54) a (57). Portanto, em contextos de regra variável, sendo o verbo uma forma imperativa, o clítico apresentou-se categoricamente em posição pós-verbal. Assim, apesar de não se poder afirmar que o imperativo seja fator condicionador de um modo categórico de colocação do clítico na frase, não se pode também deixar de notar que, nesse *corpus*, parece favorecer a colocação pós-verbal.

Excluindo-se, então, do contexto sob análise – *verbo precedido por conectivo de coordenação* – as ocorrências com verbo no imperativo, observa-se que, em um total de cinco, quatro (80%) apresentam a colocação pré-verbal e uma (20%), a colocação pós-verbal do clítico. Apesar do número exíguo de dados, a colocação pré-verbal parece ser favorecida.

b. Verbo precedido por sujeito (11):

Colocação pré-verbal (9 – 82%):

(66) o meu amigo Senhor Lins, **nos** dará razão | por que he todo cheio dela JPL, X

(67) Vejo tristeza em que tem estado e está | pela perda de 4 Irmans Religiozas: eu ácompanho no | justo Sentimento: vamos nos rezignando esperando | anossa ora, que talvez esteja bem proxima. JPL, XVI

(68) Vai a | lista do vencimento das letras: a1a sevence a 28 deste | mez. JPL, XVI

(69) Sua Comadre já esta boa; esua affilhada da | mesma forma; ella **lhe** pede abenção. JPL, XVII

(70) se asim não convier, este | dezingano se spera the 24 de Junho proximo; para se | cuidar na cobrança por inteiro, da peçoa que estiver | deposite das terras vendidas para este pagamento JPL, XIX

(71) esses mesmos 10 por % que | o Convento pedia, Deus os remonerara aodito Senhor Li | ma conjuntamente com seus feitos praticados e | que esta praticando com suas enthiadas JPL, XIX

(72) eu lhe disse que tratasse defazer o muro e | que deixasse oVezinho embargár, dipois devermos | amateria dos embargos nos sabemos regular. JPL, XXIII

(73) em cujo cazo, acho melhor procurar | mos omeio de propormos açção pedindo juro que | montão a 512\$000 por anno, e em a açção posta | elles se chegarão ao Rego JPL, XXVII

(74) Dito | Senhor Emigdio, nos pedio que por em quanto elle não | se retirava para fora, ehia falár com Vossa Senhoria arespeito | deste negocio nenhum paço se desse JPL, XXIX

Colocação pós-verbal (2 – 18%):

(75) e eu espero que | odito meu amigo, nos ajude: eVossa Excelencia appe | gueise com elle, por que he munto bom Senhor, | e asim elle queira. JPL, X

(76) más o Mello dame ares | posta que aqui verá JPL, XXIV

Em oração com *verbo precedido por sujeito*, a colocação do clítico também se apresentou variável, sendo amplamente maioritária a preferência pela colocação pré-verbal, que ocorreu com uma frequência de 82%, enquanto a frequência da colocação pós-verbal foi de apenas 18%. Aceitando-se ainda a hipótese anteriormente referida de que o imperativo favoreça a colocação pós-verbal e excluindo-se, então, do contexto sob análise – *verbo precedido por sujeito* – a ocorrência (75), com verbo no imperativo, o índice de preferência pela colocação pré-verbal eleva-se para 90%.

c. Verbo precedido por SP com função adverbial / com função de oblíquo (10):

Colocação pré-verbal (5 – 50.0%)

(77) com efeito se apresentou ao Nogueira somente para | sever e ouvir o que elle dizia JPL, XI

(78) Afinal na mesma conta **lhe** debeto aquantia | de 94\$000 como vera JPL, XLI

(79) Ficamos nisto, más eu creio que o | tal pretendente, fáz algum empenho, por que o apertão acon | cluir onegocio, e elle Manoel Antonio já me mandou dizer | que pedisse aprocuração, por que por alguma diferença **nos** arran | jariam. JPL, XLV

xxxxx

(80) Denada **me** | esqueço. JPL, XXIII

(81) e eu com qualquer deles | **me** intenderei atodos os respeitos JPL, I

Colocação pós-verbal (5 – 50.0%):

(82) Adoze mezes precizos dadata desta minha unica | letra segura, servão-se Vossas Mercedes pagarem a Madre | A[bb]adeça do Convento deSanta Clara do Desterro desta Cidade JPL, XXVIII

(83) Para | qualquer arranjo caressesse ver os auttos em San | to Amaro JPL, XXXV

(84) S[o]bre todos os | mais achaques, veerão-**me** huas febres, que já soffr[i]a quando **lhe** | deitei aminha ultima JPL, XLV

(85) O meu Amigo Hanrique ameu pedido, deli | berousse tomár asi com aquele pardo que lá foe, a | fatura do Trono e Altares JPL, LI

(86) pois | alem disto, precisasse de comprarse huas vigottas para Mou | rõns, e ripas ou caibros para amarralas. JPL, XXII

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(4'') porem emquanto á esta é **me** necessário entender me prim | eiramente com aquella Senhora Dona Theodora MJA, I

Em oração com verbo precedido por SP com função adverbial / com função de oblíquo, também se atesta a variabilidade posicional do clítico; todavia, diferentemente do que se observou para os contextos verbo

precedido por conectivo de coordenação (se excluídas as ocorrências com verbo no imperativo) e *verbo precedido por sujeito*, não houve indicação de preferência por nenhuma das duas variantes de colocação do clítico na frase, ocorrendo ambas com uma frequência de 50.0%. Deve-se notar ainda que, embora o contexto aqui tratado englobe *orações com verbo precedido por SP com função adverbial* e *orações com verbo precedido por SP com função de oblíquo*, efetivamente não se atestou a variabilidade posicional do clítico em ocorrências com SP com a função de oblíquo; em (80) e (81), em que ^{se} atesta a presença dos SPs *Denada* e *com qualquer deles* desempenhando a função de oblíquo, a colocação do clítico foi pré-verbal.

d. Verbo precedido por oração subordinada (9):

Colocação pré-verbal (2 – 22%):

(87) elogio que | eu poça oprocurarei JPL, III

(88) Emfim, eu farei por | aparecer lá hoje, e se não opoder fazer | hoje, ofarei amanhãá. JPL, XXX

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(5'') porisso como ella se | acha nesta Cidade **me** entenderei árespeito e lhe darei solução do que hover MJA, I

Colocação pós-verbal/ intraverbal (7 – 78%):

(89) se antes precisar | que eu lá vá, avize-**me**; por que irei JPL, XX

(90) Avis | ta disto, não se contando com tal recebimento | para dali sepagár acalçada ao Correia; epor que | elle me tinha pedido por vezes aquantia, visto que | adezimbolçou, então querendo eu que elle por mais | tempo sofresse seu embolço, pague**ilhe** JPL, XXXII

(91) Se por ahi for o Senhor Frei Macario, agradecol**he** adeligencia | de me procurár, como ficou de fazer, esafousse: Hefrade! | e que taes são as Freiras? Héomesmo genero, ou não? JPL, XLV

(92) Como me disse que podia receber | o Ballanço de nossa conta particular, rogolhe ofavor | de dar a minha Sobrinha Maria Cecilia vinte mil | reis, e quize mil reis aminhaSobrinha Liopoldina JPL, LI

(93) Fue intregue doseu favor de 26 | esem inda po[de]r por encom[od]ado porasua | ultima edizer o que tiver, apreço me | em mandarlhe aprocuração, constituin | o Senhor Manoel Lopes Roiz procurador JPL, IX

(94) portanto como elle Salgueiro esta | com munta preça para que amanhãá se conclua | rogolhe de quando hoje não poça r[es]pon | derme afinal para meu governo, ofaça ama ||| amanhãá sedo, m[an]da[n]dome cá, para eu | saber o que devo fazer JPL, XXXVIII

(95) se com o exame lhe agradar | a obra, etiver darlhehá adita quantia de 57\$000 | ; ese não tiver elle receberá demim. JPL, XXXIV

Em contexto de *verbo precedido por oração subordinada*, os percentuais de ocorrência de colocação pré- e pós-verbal do clítico na frase – 22% e 78%, respectivamente – distanciaram-se dos atestados para os contextos de *verbo precedido por conectivo de coordenação (se excluídas as ocorrências com verbo no imperativo)*, *verbo precedido por sujeito e verbo precedido por SP com função adverbial/com função de oblíquo*, já que a preferência maioritária foi pela variante pós-verbal. Nota-se, ainda, que, nas ocorrências (87) e (88), em que o clítico está em posição pré-verbal, o verbo se apresenta no futuro do indicativo, o que permite indagar se a opção pela variável pré-verbal não seria uma estratégia para evitar a variável intraverbal de colocação do clítico na frase. Em orações não-dependentes, para além de (87) e (88), as seguintes ocorrências apresentaram o verbo no futuro do indicativo:

(96) Se | oSenhor Antonio me apparecer, denovo lhe | darei explicaçõs JPL, II

(97) Continuo adizer que porora não sepode | concluir o negocio da divida do Lacerda, cuja conta me mandou | bem que eu estava ao alcance della com outra que cá tenho; e | por que não devo cá ter aprocuração aqui ajunto, para seguardar | em seu poder, equando for occazião denovo apedirei. JPL, XLVIII

xxxxx

(98) Ficamos nisto, más eu creio que o | tal pretendente, fáz algum empenho, por que o apertão acon | cluir onegocio, e elle Manoel Antonio já me mandou dizer | que pedisse aprocuração, por que por alguma diferença **nos** arran | jariam. JPL, XLV

(99) o meu amigo Senhor Lins, **nos** dará razão | por que he todo cheio dela JPL, X

(100) esses mesmos 10 por % que | o Convento pedia, Deus **os** remonerara aodito Senhor Li | ma conjuntamente com seus feitos praticados e | que esta praticando com suas enthiadas JPL, XIX

(101) em cujo cazo, acho melhor procurar | mos omeio de propormos ação pedindo juro que | montão a 512\$000 por anno, e em a ação posta | elles se chegarão ao Rego JPL, XXVII

(102) e | que prociga na ação com João Adão athe alcançar Senten | ça, edipois sefará ajuste para a excução o quanto hade ganhár; | visto que Vossa Excelencia nada mais deve responder, ou Escre[ver], as[e]melhante | respeito que temo seu rezultado. JPL, XLIX

Excetuando as ocorrências (96) e (97), em que a presença de *denovo* é determinante da colocação pré-verbal do clítico na frase, nas ocorrências (98), (99), (100), (101) e (102), correspondentes a contextos de regra variável, o clítico também se apresenta em posição pré-verbal. A variante intraverbal de colocação do clítico na frase não está, todavia, ausente nesse *corpus*, conforme o atesta a ocorrência (95) acima. Considerando o total das oito ocorrências em que, em orações não-dependentes, o verbo se apresenta no futuro do indicativo e em que, sendo contextos de regra variável, o clítico poderia estar em posição intraverbal – a saber, ocorrências (87), (88), (95), (98), (99), (100), (101) e (102) –, constata-se que, apenas em uma – (95) (12.5%) –, o clítico não ocorreu em posição pré-verbal. A alta frequência da opção pela colocação pré-verbal (87.5%) em contextos de regra variável de colocação do clítico, mas com orações com o verbo no futuro do indicativo seria aleatória ou uma estratégia para evitar a colocação intraverbal? A segunda hipótese parece ser a mais

provável, pois, de acordo com Duarte, Matos e Faria (2000:5), no português europeu contemporâneo, “mesoclysis is the substitute pattern for enclisis with future and conditional verb forms; however, mesoclysis is regressing and EP speakers are using increasingly enclisis in such contexts”.

Nos dois contextos a seguir, *verbo precedido por certos advérbios* e *verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica*, todas as ocorrências apresentam o clítico em posição pré-verbal. Contudo, tais contextos não foram incluídos entre os de ordem fixa do clítico na frase, apresentados no item 3.1.2.1.1.1., pois trata-se de contextos de regra variável de colocação do clítico na frase na história do português europeu (Cf. item 2.1.1 do Capítulo 2 deste Volume). Considerou-se, portanto, que o fato de aqui não se ter atestado a variabilidade posicional dos clíticos nos referidos contextos seja explicável pelo baixo número de ocorrências.

e. Verbo precedido por certos advérbios (2):

DEPOIS (2)

(103) Dipois **me** apparecerão o | Mestre Pedreiro, eo meu Amigo Domingos JozedaSilva | Lima, adizerme que a obra segurança do muro | que divide a roça do mesmo com o Convento, se acha | va prompta JPL, XXXIV

(104) e | que prociga na acção com João Adão athe alcançar Senten | ça, edipois sefará ajuste para a excução o quanto hade ganhár; | visto que Vossa Excelencia nada mais deve responder, ou Escre[ver], as[e]melhante | respeito que temo seu resultado. JPL, XLIX

PORÉM (1)

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(6'') e | para ditto fim já havia mandado procurar áVossa Senhoria, porém **me** disserão | que estava fóra da Cidade. MJA, II⁵⁷

f. Verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica:

(104) chame o *Senhor* Simberto para fazer | apresentar hua procuração, constituindome procurador pelo | fim somente em falta de outro, cuja procuração, deve conter ||| pouco mais ou menos o seguinte – Procuração. cons | tituindo pro procurador – a João Pinto Leite (em falta de outro) para | poder assignar perante oJuizo Municipal da Cidade de Santo Amaro, | eCartorio do Escrivão Estanslão Joze de Almeida, termo | de Seção na Excução que o Convento por sua *Madre* Abbadeça e | mais *Senhoras* do Governo do mesmo Convento, movem, contra An | tonio Peixoto de Lacerda, ehoje seus herdeiros, na pessa do Ca | pitão Manoel Antonio Coelho de Souza Guimarães, ou aoutra | qualquer peçoa, aquem convenha paçar adita Seção, mediante | quantia por quanto mais se poderem justar, ereceber ao assignar | a mesma Seção; e aquem com oajustado pagamento fique perten | cendo amesma excução, sem mais responsabilidade do convento, por isso | aquem quer que for o comprador, o constituem procurador em | rem proprio – Ex aqui o que aminha debil | cabeça ocorre JPL, XLV

Na ocorrência (104), o clítico acusativo de terceira pessoa recupera a oração relativa *quem quer que for o comprador*, uma relativa sem antecedente e que, no contexto, ocorre preposicionada.

⁵⁷ Não se classificou *porém* como conjunção, mas sim como advérbio. Acerca de itens como *todavia* e *contudo*, Said Ali (1964:223) faz a seguinte observação, também aplicável a *porém*: “à tendência de incluí-los na categoria das partículas adversativas em atenção a terem sentido semelhante ao da palavra *mas*, objeta-se que a sinonímia é imperfeita, e tanto que se usam ou se podem usar, concomitante, com essa partícula. Parece antes acharem-se na fronteira indecisa que medeia entre o advérbio e a conjunção”. O outro aspecto tomado para distinguir conjunções de advérbios foi o fato de se considerar que os primeiros têm posição fixa na frase, enquanto os últimos, não. Quanto a *porém*, note-se ainda que o seu valor semântico inicial é de *por isso* e que só posteriormente passa a ter valor adversativo. Lobo (1992) atesta, em análise da sintaxe dos clíticos no século XVI, cinco ocorrências de *porém*, sempre com o valor de *por isso*.

Conforme anunciado em 3.1., na caracterização da gramática dos imigrantes portugueses na Bahia no século XIX, pretende-se dar conta de um conjunto de três questões, aqui retomadas:

1. A gramática dos imigrantes é conservadora ou inovadora?
2. Os indicadores sociais apontam para um comportamento lingüístico conservador ou inovador por parte da comunidade de imigrantes portugueses?
3. Qual a relevância da Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil?

No domínio das orações não-dependentes, os contextos de ordem variável do clítico na frase constituem o espaço privilegiado para a discussão de tais questões, na medida em que constituem o espaço onde, mais significativamente, se processou a mudança da ordem 'clítico-verbo' para a ordem 'verbo-clítico' na história do português europeu, do século XVI ao século XIX.

Como já se referiu no item 2.2.3 do Capítulo 2 deste Volume, observando, em contextos de ordem variável do clítico na frase, o progressivo aumento da ocorrência da ordem 'verbo-clítico', do século XVII ao século XIX, Martins (1994) atesta 68.4% de colocação pós-verbal em Antônio Vieira (1608-1697); 72.7%, em Luís Antônio Verney (1713-1792); 80.7%, em Almeida Garrett (1799-1854) e 97.6%, em Oliveira Martins (1845-1894).

Em João Pinto Leite (R. 25), nascido como Almeida Garrett em 1799, e, como Almeida Garrett, também natural do Porto, a frequência da colocação pós-verbal nos contextos de ordem variável do clítico na frase foi inferior tanto na média geral, quanto por cada contexto individualmente:

Na média geral: 45.2% de colocação pós-verbal⁵⁸.

Por cada contexto individualmente:

- Verbo precedido de conectivo de coordenação: 56% de colocação pós-verbal;
- Verbo precedido de sujeito : 18% de colocação pós-verbal;
- Verbo precedido de SP com função adverbial/de oblíquo: 50% de colocação pós-verbal;
- Verbo precedido de oração subordinada adverbial / de oblíquo: 78% de colocação pós-verbal.

Portanto, em contextos de ordem variável do clítico na frase, uma diferença de 35.5% na média geral da frequência da colocação pós-verbal distingue a gramática de João Pinto Leite (R. 25), imigrante português radicado no Brasil, da gramática de Almeida Garret.

Apesar de indicarem uma diferença quantitativamente expressiva, esses resultados não podem ser interpretados como mais que “indícios” de uma “reestruturação gramatical”, a partir da interferência da gramática do português brasileiro. Apenas como “indícios”, na medida em que, como se verá na conclusão desta análise, é de feição geral conservadora a gramática de João Pinto Leite (R. 25). Utiliza-se, aqui, propositalmente a expressão “reestruturação gramatical”, e não “mudança gramatical”, por se considerar, nos termos de Lightfoot (1999:80), que, embora seja indiscutível que a fala frequentemente mude ao longo da vida de um indivíduo, a mudança da gramática, enquanto gramática biológica, é uma

⁵⁸ Observe-se que, mesmo quando excluídas as ocorrências com verbo no imperativo e com verbo no futuro do indicativo, que, supostamente, poderiam estar “enviesando” os resultados, a média geral da colocação pós-verbal em contextos de regra variável de colocação do clítico na frase é de 42.3%, mantendo-se, portanto, praticamente inalterada.

possibilidade lógica, mas não evidente. Indiscutivelmente, porém, se se considerar apenas a definição social de gramática, pode-se falar sem restrições em mudança gramatical a partir de mudanças operadas por adultos, na medida em que, se uma gramática social se define como o *corpus* das expressões de uma língua, as mudanças operadas por adultos vão mudar o *corpus*. Lightfoot ainda acrescenta que as inovações adultas também interessam a quem adote uma definição biológica de gramática, na medida em que alteram os dados lingüísticos primários, o *input* para a próxima geração de aprendizes.

Se, então, a possibilidade de mudança na fala é indiscutível, sendo a sua profundidade determinada por fatores sociolingüísticos, em que medida os indicadores sociais que definiram o perfil da comunidade de imigrantes portugueses, relacionados aos resultados da análise lingüística, permitiriam especular sobre o grau de aproximação ou distanciamento entre a fala não apenas de um, mas do conjunto dos imigrantes portugueses e a fala dos brasileiros? Em outras palavras, os referidos indicadores sociais apontam para um comportamento lingüístico conservador ou inovador por parte da comunidade de imigrantes portugueses?

Da síntese da caracterização da comunidade de imigrantes portugueses, apresentada no item 3.1.1.6., destacam-se, como de maior relevância sociolingüística, os seguintes aspectos:

- Os imigrantes eram, basicamente, do sexo masculino;
- Os imigrantes chegavam ao Brasil extremamente jovens: cerca de 80% dos imigrantes não ultrapassava a idade de 25 anos e, destes 80%, aproximadamente a metade eram adolescentes, com idade entre 9 e 14 anos;
- Os imigrantes eram provenientes, em sua maioria – cerca de 70% –, de freguesias rurais situadas na zona dos dialetos

portugueses setentrionais, os quais não constituem a base da língua padrão.

Com base, portanto, nos indicadores sociais acima referidos, supostamente mais favorecedores de um comportamento lingüístico inovador e não conservador, não é temerário supor que os “indícios de mudança gramatical” identificados em um indivíduo possam ter tido maior extensão na comunidade de imigrantes de que fazia parte. Ou seja, é plausível supor que, se, entre comerciantes/negociantes – os falantes de maior prestígio em termos sócio-econômicos dentro da comunidade portuguesa –, o influxo da gramática brasileira se traduza apenas em “indícios”, à medida que se avança deste pólo do contínuo social ao pólo extremo, tal influxo cresça progressivamente. Assim, João Pinto Leite (R. 25) e o estrato sócio-econômico que representa – numericamente minoritário dentro da comunidade portuguesa – não inovariam ou pouco inovariam; já entre os falantes integrantes de estratos sócio-econômicos progressivamente desprestigiados – numericamente majoritários dentro da comunidade –, haveria uma progressiva aproximação em relação à gramática do português brasileiro. Vem corroborar esta hipótese o argumento de que, apesar de se ter utilizado sempre o termo “comunidade” quando se pretendeu englobar o conjunto dos imigrantes portugueses, tal comunidade não se caracterizou, na Salvador e na Bahia do século XIX, como um “enclave”. Portanto, ainda que se possa estabelecer uma correlação entre “comunidade de imigrantes” e “comunidade de fala”⁵⁹, certamente, um leque variável de soluções – das mais conservadoras às mais inovadoras – terá emergido a partir dos multifacetados contextos de

⁵⁹ Labov (1974:63) define uma comunidade de fala “como um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo”.

disputa entre variantes lingüísticas portuguesas e variantes lingüísticas brasileiras.

Finalmente, a última das três questões referidas: qual a relevância da Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil? Se a posição imediatamente pré-verbal é a forma normal de colocação do clítico no português vernáculo brasileiro contemporâneo, os dados lingüísticos fornecidos pela Gramática 2, ou “gramática da ênclise”, para a aquisição da língua portuguesa no Brasil não foram relevantes. A variante pós-verbal de colocação do clítico na frase não está ausente do português brasileiro contemporâneo, mas sua ocorrência limita-se aos registros formais da fala culta e à escrita, o que fundamentalmente se explica a partir da ação exercida pela norma padrão sobre os usos lingüísticos dos indivíduos escolarizados, e não a partir de um processo de aquisição lingüística natural. Como, porém, justificar a “irrelevância” da Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil se:

- Tal gramática se estruturou no século XVII e, portanto, por longo período, forneceu dados para a aquisição da língua portuguesa no Brasil?
- Tal gramática se estruturou a partir de mudanças sociolingüísticamente definidas como mudanças de ^{coisas de cima} “cima para baixo”, identificando-se à variedade normativa do português europeu?

Os dados demográficos constituem, sem dúvida, um aspecto fundamental – porém não exclusivo – de uma possível resposta à questão anterior. Ao longo do processo histórico de formação da população brasileira, os portugueses foram passando a corresponder a uma parcela cada vez menor do contingente branco da população, o qual, por sua vez, sempre foi minoritário (Cf. item 2.2.2 do Capítulo 1 do Volume I). Assim,

os falantes do português brasileiro, que paulatinamente se ia constituindo, ou de variedades do português como segunda língua, juntos, desde sempre, superaram, numericamente, os falantes do português europeu. Todavia, mesmo quando tal não se verificou – como, por exemplo, quando do episódio que trouxe ao Rio de Janeiro, em 1808, de 16 a 18 mil portugueses acompanhando a família real e fazendo dobrar a população da cidade, que, então, também era de 16 a 18 mil habitantes –, não se produziu, do ponto de vista da sintaxe dos clíticos, um resultado particular, distinto daquele apontado como geral para o português vernáculo brasileiro, em que a ordem pré-verbal é a ordem normal de colocação do clítico na frase. Dada a sua força numérica e o prestígio sociocultural de que gozavam, poder-se-ia esperar dos portugueses um papel mais determinante no sentido da emergência, no Rio de Janeiro, de uma sintaxe mais “enclítica”, se não no plano da norma vernácula, ao menos no plano da norma oral culta. Contudo, tal não ocorreu. Lobo (1992:196-199), ao analisar o grau de obediência/ desobediência dos falantes cultos brasileiros à norma padrão de sintaxe dos clíticos, pôde observar haver variação, a depender do local de origem do falantes, se Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo ou Porto Alegre. E quanto aos falantes do Rio de Janeiro, especificamente, concluiu não serem os que mais se aproximavam da norma padrão, mas, antes, os que mais se aproximavam da média geral obtida para o conjunto dos falantes, refletindo, assim, mais que os falantes das outras cidades, o que se identificou como um padrão geral do português brasileiro ^{oral} culto.

Fica, então, reforçada a hipótese, anteriormente apresentada, de que, entre os imigrantes portugueses integrantes dos estratos sócio-economicamente desprestigiados – numericamente majoritários dentro da comunidade –, teria havido, progressivamente, um movimento de aproximação em relação à gramática do português brasileiro, que, progressivamente, se foi constituindo e que, no século XIX, já seria

marcadamente diferenciada da gramática do português europeu. Contudo, o quadro sociolingüístico é ainda mais complexo. A possibilidade de um movimento de aproximação, por parte dos imigrantes portugueses, em relação à gramática do português brasileiro, não reforçando, portanto, nos contextos de aquisição, o *input* característico da Gramática 2, não descarta a possibilidade de um movimento em sentido contrário – o de aproximação, por parte de um estrato da população brasileira, em relação à gramática do português europeu. Este ponto será retomado quando da análise lingüística das cartas dos remetentes brasileiros (Cf. item 3.2.2.1.1 deste Volume).

3.1.2.1.2 ORAÇÕES DEPENDENTES

3.1.2.1.2.1 FINITAS

Em orações dependentes finitas – completivas, relativas, adverbiais e clivadas –, a colocação do clítico foi categoricamente pré-verbal. Descrições da sintaxe dos clíticos feitas com base em *corpora* de outras sincronias confirmam a invariabilidade do padrão de colocação dos clíticos em orações dependentes finitas em toda a história do português europeu (Cf. item 2.1.2.1. do Capítulo 2 deste Volume).

3.1.2.1.2.1.1 COMPLETIVAS (33):

- (1) Deus nos livre que | os meios judiciais o obriguem adalas JPL, I
- (2) com tudo, | podendosse conhecer essa mesma perca, será | bom que se tente qualquer meio, inda | que se deixe dipois, ao menos para que se | não diga, que se ingolio semelhante pilula JPL, II
- (3) Deus queira que tudo se | apromte em occazião que eu poça embar | cár JPL, VI
- (4) dipois de ler tudo, mande chamar o Senhor Lins: | e entreguelhe a minha carta mesmo [ab]erta, e peça | lhe que elle aleia na sua presença. JPL, X
- (5) erecomendelhe que amande porboa via se | gura, o quanto antes. JPL, X
- (6) Faça duas linhas ao Mello, remetendolhe acarta | adizer-lhe que lhe apparessa. JPL, XI

- (7) más eu creio que Vossa Excelencia não **me** faria essa | injustiça. JPL, XVI
- (8) Dito | Senhor Emigdio, nos pedio que por em quanto elle não | se retirava para fora, ehia falár com Vossa Senhoria arespeito | deste negocio nenhum paço se desse JPL, XXIX
- (9) Em fim: escrevo eu: efaço esta: más | sem esperança alguma de que alguma coiza sefaça JPL, XXIX
- (10) este anno creio que nada sefas, por que o João ||| Adão não tem vindo aBahia, por que esta encalacra | do com o Nogueira, o qual me disse apoucos dias | estar preparandosse paralá ir. Fortes ladrons!! JPL, XXXV
- (11) Denvo lhe digo que denada **lhedé** canceira, e | não se importe com oballaço qualquer, pois nada fará sem | falarmos JPL, XLI
- (12) Munto lhe rogo que **me** escreva logo, adizerme | se recebeo aquela minha carta. JPL, XLVI
- (13) Lembrolhe que há negocios que sedevem con[cl]u- | ir sem demora, e antes que appareção estorbos e arrepen | dementos, ou decedillos que não sefás. JPL, XLVII
- (14) eparecendome | impocivel que Vossa Excelencia **anão** recebesse, deixo de repetir o que | dizia, esperando alguma resposta arespeito, eaqi asim | paro porora. JPL, XLVI
- (15) se não foe já, [?] [?] | que amande procurár na loja, bem que eu daquidigo | que **lha** mandem JPL XIII
- (16) e eu espero que | odito meu amigo, **nos** ajude JPL, X
- (17) Dipois me apparecerão o | Mestre Pedreiro, eo meu Amigo Domingos JozedaSilva | Lima, adizerme que a obra segurança do muro | que divide a roça do mesmo com o Convento, se acha | va prompta JPL, XXXIV
- (18) quando eu lhe disse, que nada importa | va escrever respondendo ao Emigdio, em | resposta aque omesmo Senhor trouxe, bem sabia | que, comisso nada se fazia: eque omi- | lhor era esperarmos alguma coiza emres- | posta á que escreveo o Mello JPL, XXI
- (19) Eudigo | ao Mello que escreva acassar aprocuração que Vossa Excelencia | deu, tanto para ado Bom Jardim, como para ado Adão | e que **lhe** appareça paraconsertarem os meios JPL, XI
- (20) Veja se **me** manda os auttos deS. [?] | nestes dias JPL, XXVIII
- (21) Em vista de tudo isto, verá se **lhe** con | vem realizar esta divida asim, aqual como já disse não con | cidero boa pela complicação de herdeiros, elog[?] pecimos de | terras onde nada vallem. JPL, XLV

(22) com tudo, | podendosse conhecer essa mesma perca, será | bom que se tente
qualquer meio, inda | que se deixe dipois, ao menos para que se | não diga, que se
ingolio semelhante pilula JPL, II

(23) pois eu continuo | adovidar, que sefaça alguma coiza, antes que | as agoas deminuão
JPL, VII

(24) e obrariamos | o que quizessemos depois que elle falasse com Vossa Senhoria, | e
escrevesse o que com Vossa Senhoria paçou, por que diz, que | **lhe** parecia que Vossa
Senhoria annuiria agora ao que a | Madre Abbadeça queria JPL, XXIX

(25) em cujo conthi | udo reparo; que nada **me** fala na minha ultima que lhe | escrevi em
18 ou 19 deste, eque lhe inviei por hum rapás criou | lo de nome Lucas morador na
travessa de Maria País arua | de baixo que daqui sahio no domingo 28 para isso JPL,
XLVI

xxxxx

(26) consta | agora, que há obstaclo a impedir, o ajus | tado, e que esse obstaclo vem por
hum ho | mem que tem hua venda perto, eque | **lhe** não convem ali outra JPL, IV

(27) eprocurando dito seu favor para responder, não | foe pocivel achalo, mixendo tudo,
etendo eu serteza que não | tinha levado descaminho, eque **atinha** de mão, igno | rando
ou não me lembrando onde tinha JPL, XVI

(28) aqual quer respeito obrará como lhe orde | narem as Freiras, aquem tenho dito que
lhe tenho encarre | gado este negocio, eque Vossa Senhoria o ordenará como deve ser
JPL, XXVIII

(29) os dias paça | dos porem quis o Senhor Emigdio Cavalcante de Mello, falar | como
falou a Madre Abbadeça, efalou tão bem comigo; | más lhe contamos, o que se tinha
paçado com Vossa Senhoria | quando aqui esteve, eque **se** retirou sem nada con | cluir,
mesmo sem dizer nada arespeito. JPL, XXIX

(30) Heo que tenho adizerlhe; eque se espera a | realização deste negocio por todo mes
de Julho JPL, XXIX

xxxxx

(31) eu quase que tra | tei com elle, que se quizesse dar as letras vencidas com | os juros
[.], ficando hua letra de 1:163\$334 areceber | em Mar[ço], cujas vencidas com os juros
mo[n]ta em | 5:026\$663, etudo 6:194\$997, que **selhe** pa[çav]a escrip | tura de
aprovação. JPL, L

xxxxx

(32) Vejo o que **me** diz ter afinal tratado com | o Mello de ceder aos 20 por %: emfim vá JPL, XXII

(33) portanto como elle Salgueiro esta | com munta preça para que amanhãá se conclua | rogolhe de quando hoje não poça r[es]pon | derme afinal para meu governo, ofaça ama ||| amanhãá sedo, m[an]da[n]dome cá, para eu | saber o que devo fazer JPL, XXXVIII

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(1'') He verdade que eu ha | tempos recebi a carta da Illustrissima Senhora Abbadeça do Convento Do Desterro | que querendo lhe responder por sua via **me** dize o meu Caixeiro que Vossa Senhoria esta | vá fóra MJA, II

(2'') ora eu tenho estado á espera que aSenhora Dona Leonór **me** | trouxesse algum dinheiro para eu saptisfazer ao Convento pela filha da | quella Senhora, já que me comprometti á isso MJA, II

As orações completivas apresentaram-se maioritariamente introduzidas pelos complementadores *que* e *se*, conforme atestam os exemplos numerados de (1) a (31). Nas ocorrências (32) e (33), todavia, em lugar do complementador *que*, ocorreram, respectivamente, *o que* e *de*. Trata-se de casos isolados e, indubitavelmente, de equívocos do escriba.

(31) também exemplifica um tipo isolado de ocorrência, já não se tratando, porém, de um equívoco, que se caracteriza pela repetição do complementador *que*, fato que se pode atribuir à intercalação de um longo constituinte entre o complementador e o verbo, levando à repetição do primeiro, quase como uma estratégia a facilitar o processamento da informação. Note-se, porém, conforme (8) e (17), que a intercalação de um longo constituinte entre o complementador e o verbo não leva, obrigatoriamente, à repetição do complementador.

As ocorrências de (22) a (30) destacam-se pela pontuação. De (22) a (25), o complementador vem precedido por vírgula/ponto e vírgula e, de (26) a (30), a oração completiva apresenta-se coordenada e também precedida de vírgula/ponto e vírgula. Embora o tipo de pontuação que

caracteriza os exemplo de (22) a (25) seja de freqüência minoritária, sendo, portanto, mais freqüente que o complementador não venha precedido de qualquer sinal de pontuação, o que caracteriza as ocorrências de (26) a (30) é o mais freqüentemente observado quando há coordenação da oração completiva. Em seis ocorrências dessa natureza – (19) e (26) a (30) –, apenas na (19), a oração completiva coordenada não está precedida de vírgula/ponto e vírgula.

COMPLETIVAS COM A POSIÇÃO DO COMPLEMENTADOR NÃO PREENCHIDA LEXICALMENTE (10):

Nas ocorrências (34) a (43), a seguir, a posição do complementador não está preenchida lexicalmente e, ainda assim, a regra de colocação pré-verbal do clítico se mantém:

(34) portanto, devera Vossa Senhoria escrever ao Senhor | Guabirava apedir-lhe copia daquelas escripturas, e | pedirlhe **[COMPLEMENTADOR NULO]** lhe diga alguma coiza do que lhe pedio. JPL, XV

(35) otal Senhor Guabira | va talvez não mandasse as certidons que eu falava | **[COMPLEMENTADOR NULO]** sepedissem JPL, XVI

xxxxx

(36) dereia | Vossa Excelencia, que amesma Madre Abbadeça, me tem | querido encarregar desta cobrança por favor; | e **[COMPLEMENTADOR NULO]** afinal me pede para comprár esta devida JPL, XII

(37) más | essa carta não veio aqui, ecreio que viria á minha ca | za, e**[COMPLEMENTADOR NULO]**dali a inviassem aVossa Excelencia JPL, XIII

(38) Vejo que Nogueira não pagou aletro | do Frutoozo; e**[COMPLEMENTADOR NULO]**nem **lhe** fazia conta largar odinheiro JPL, XVI

(39) Denvo **lhe** digo que denada **lhedé** canceira, e | **[COMPLEMENTADOR NULO]** não **se** importe com oballanço qualquer, pois nada fará sem | falarmos JPL, XLI

(40) Como este ne | gocio, foe foe falado pelo antigo procurador Manoel Antonio ||| Coelho deSouza Guimarães, fiz que elle cuidasse nelle e[**COMPLEMENTADOR NULO**]se clariasse | com o Comprador JPL, XLV

xxxxx

(41) [**ORAÇÃO PRINCIPAL NULA**] [**COMPLEMENTADOR NULO**] Deus nos livre que | os meios judiciais o obriguem adalas JPL, I

(42) [**ORAÇÃO PRINCIPAL NULA**] [**COMPLEMENTADOR NULO**] isto lhe sirva de governo paracom oSenhor Novais | Lins, se elle lhe apparecer. JPL, XIII

(43) este recurço pouco | adiantou; e ameu ver, seria pior: antes | [**ORAÇÃO PRINCIPAL NULA**] [**COMPLEMENTADOR NULO**] se esperasse por ellas qualquer tempo mais JPL, I

Há, efetivamente, três conjuntos de construções que se podem interpretar como construções com complementador nulo. No primeiro – representado por (34) e (35) –, o complementador nulo introduz uma oração completiva diretamente ligada à principal. No segundo – representado de (36) a (40) –, o complementador nulo introduz uma oração completiva coordenada a uma outra oração completiva. Note-se que as observações anteriormente feitas acerca da pontuação das subordinadas coordenadas se confirmam nas ocorrências de (36) a (40), em que, apesar de o complementador estar nulo, a completiva coordenada está precedida de vírgula/ponto e vírgula, exceto apenas na ocorrência (40). Finalmente, no terceiro conjunto – representado de (41) a (43) –, o complementador nulo introduz uma oração completiva que se liga a uma oração principal nula, possível de se realizar como *Eu desejo/Eu desejaria*. Sobre o último tipo dos três conjuntos referidos, Cunha e Cintra (1985:465) chamam a atenção, quando dizem: “Cumpre distinguir das correspondentes do IMPERATIVO certas formas do PRESENTE DO SUBJUNTIVO empregadas sem a anteposição do *que*. O IMPERATIVO, no caso, exprime ordem ou exortação; o SUBJUNTIVO, desejo, ou anelo. Assim: **Caíam** de

bruços! (IMPERATIVO) **Caiam** sobre vós as bênçãos divinas! (SUBJUNTIVO).” As formas do subjuntivo empregam-se, pois, em orações dependentes, designadas pela tradição gramatical de orações optativas.

Uma aparente exceção à regra de colocação pré-verbal do clítico em oração completiva é apresentada pela ocorrência a seguir:

(44) e eu espero que | odito meu amigo, nos ajude: eVossa Excelencia appe | gueuse com elle, por que he munto bom Senhor, | e assim elle queira. JPL, X

Em tal ocorrência, não é óbvio se a oração *eVossa Excelencia appe | gueuse com elle* é uma completiva coordenada a uma outra oração dependente ou uma oração imperativa coordenada a toda a frase anterior e, portanto, necessariamente, uma oração não-dependente⁶⁰. Dois argumentos favorecem a interpretação de que seja uma oração imperativa. Em primeiro lugar, a observação feita anteriormente de que, nesse *corpus*, o imperativo parece favorecer a colocação pós-verbal do clítico: (44) seria mais um exemplo de colocação pós-verbal do clítico em contexto que admite variação. Em segundo lugar, a pontuação: a oração em causa está precedida de dois pontos, como nas ocorrências (5) e (6), do contexto *verbo em posição inicial absoluta*, e não vírgula/ponto e vírgula, como nas ocorrências (26) – (30) e (36) – (39). Um último argumento que, apesar de circular, não se pode deixar de referir é a própria posição do clítico, já que, em contexto de *oração não-dependente*, estando o *verbo precedido por sujeito*, a posição do clítico é variável, enquanto que, em contexto de *oração dependente finita*, a colocação do clítico sempre foi

⁶⁰ Conforme observam Cunha e Cintra (1985:465): “Tanto o IMPERATIVO AFIRMATIVO como o NEGATIVO usam-se somente em orações absolutas, em orações principais, ou em orações coordenadas.”

categoricamente pré-verbal em toda a história do português europeu, conforme todas as análises já realizadas têm sido unânimes em apontar.

As ocorrências (1'') e (2''), extraídas de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es), também apresentam o clítico em posição pré-verbal em orações completivas. A ocorrência (1''), abaixo retomada, é, do ponto de vista da estruturação sintática, incomum:

(1'') He verdade que eu ha | tempos recebi a carta da Illustrissima Senhora Abbadeça do Convento Do Desterro | que querendo lhe responder por sua via **me** dize o meu Caixeiro que Vossa Senhora esta | vá fóra MJA, II

Tal ocorrência foi, porém, incluída entre as completivas, julgando-se ser aceitável, para ela, uma interpretação como a seguinte:

(1'') He verdade que eu ha | tempos recebi a carta da Illustrissima Senhora Abbadeça do Convento Do Desterro | [**E É VERDADE**] que querendo lhe responder por sua via **me** dize o meu Caixeiro que Vossa Senhora esta | vá fóra MJA, II

3.1.2.1.2.1.2 RELATIVAS (79):

(45) Fue intregue do favor que ontem **me** diri | gio aque respondo. JPL, II

(46) remeto, acarta que ti | ve de Manoel Antonio Coelho Guimarães, | em resposta, e sapt[is]fazendo as prog[un] | tas que **lhe** fis, arespeito de todos [aque] | les negocio do Musteiro, a que me deu | logar proguntarlhe, porconsequencia de | sua correspondencia, que por ora fica | aqui. JPL, IV

(47) remeto, acarta que ti | ve de Manoel Antonio Coelho Guimarães, | em resposta, e sapt[is]fazendo as prog[un] | tas que lhe fis, arespeito de todos [aque] | les negocio do Musteiro, a que **me** deu | logar proguntarlhe, porconsequencia de | sua correspondencia, que por ora fica | aqui. JPL, IV

(48) Fico serto do que **mediz**, arespeito | do que setem pacado, oudo que dizem | terse paçado na Villa do Conde JPL, VI

- (49) Não temos mais | nada atemer, no recibimento da letra na | Inglaterra; odinheiro
estará dado a Joze Joaquim de | Carvalho de Lisboa, correspondente do Senhor Al |
meida no fim do mez paçado, pelo que **me** | dizem meus Irmans da Inglaterra. JPL, VII
- (50) entre essas diverças, foe aincluzá amunto tem | po que pedi aJacinto JozeRuas
deSão Felix para | remeter aVossa Excelencia: aqual apouco **ma** mandou | dizendome
que ninguem dava noticia desta | Senhora JPL, XII
- (51) pode | pois dar aresposta esuas ordens por quem est[a] | **lhe** entregar JPL, XII
- (52) Acabo de ler o favor que Vossa Excelencia me data | em 3 do corrente, pelo qual
estou cer[t]i[f]i[c]a[do] | que goza saude, o que munto **lhe** dezejo com | todas as venturas.
JPL, XIV
- (53) Fico certo dequanto | **mediz** JPL, XIV
- (54) este Senhor Mello não me deu resposta ahua | carta ultima, em que **lhe** pedia copia
das escriptu ||| ras da compra que fes aSenhora do Bom Jardim ao Emi | gdio, e daque
este fes ao Frutuozo JPL, XV
- (55) Aqui tem | Vossa Excelencia aresposta que elle deu ao Mello, | aqual **me** remeteo
hontem anoute JPL, XXI
- (56) há porem na preguiça quem **as** tenha | eque as venda, más quer 10\$000 porcada
cento JPL, XXII
- (57) há porem na preguiça quem as tenha | eque **as** venda, más quer 10\$000 porcada
cento JPL, XXII⁶¹
- (58) Fazemos de con | tas que appareceo hum ladrão, que **nos** roubou JPL, XXII
- (59) eu não intendo | o que **mediz** arespeito do debito da Cazado Corpo Santo JPL,
XXII
- (60) más condescendendo com o SenhorCapitam Emigdio ahi vai | : e então tenho
adizerlhe, que comquanto reconheca | a Madre Abbadeça, quanto **lhe** convenha por
interesse | o aumento de sua divida, efazer que tudo ficasse sem | effeito de quanto sefes,
com tudo annuiria no que | havia eu por ella preposto JPL, XXIX
- (61) más condescendendo com o SenhorCapitam Emigdio ahi vai | : e então tenho
adizerlhe, que comquanto reconheca | a Madre Abbadeça, quanto **lhe** convenha por

⁶¹ Na ocorrência *há porem na preguiça quem as tenha | eque as venda, más quer 10\$000 porcada cento JPL, XXII*, a oração *eque as venda* é uma relativa coordenada sindética, em que o pronome relativo vem expresso, embora fosse possível a sua omissão. Note-se ainda que o relativo expresso na relativa coordenada sindética não é o relativo *quem* da oração anterior, mas o relativo *que*.

interesse | o aumento de sua divida, efazer que tudo ficasse sem | efeito de quanto sefes,
com tudo annuiria no que | havia eu por ella preposto JPL, XXIX

(62) apreta que orecebeo da | mão de hum rapás, não sabe dizer quem | **mo** mandou JPL,
XXXIV

(63) querem atra | palhar mais o **negocio**, o qual em bem má figura | **mo** pintou o
Doutor Joze Antonio Peixoto de Lacerda JPL, XXXV

(64) Com esta achara Vossa Excelencia as duas | conciliaçons, que cá estavao feitas
com os filhos | do Rodrigo Brandão, pelo Senhor Lopes, as quais deo | em conta nas que
se juntavão, evão duas contas | que se tirarão para hua dellas seapresentar na con |
ciliação. JPL, XLIII

(65) Com mais saude, etempo, verei o que se fás ou deve | fazer, com adivida do finado
João Lopes, efinado Antonio Ono- | ffre de Pinho. JPL, XLV

(66) Como não me esquci da divida do | Lacerda, ou de seus herdeiros, asim pela qual
tinhão feito hua oferta, | da qual **lhe** dei parte; avizei este negocio, que detodos pela |
[?]dade de herdeiros a habilitar, he o mais complicado. JPL, XLV

(67) Hontem an[o]ute me foe | intregue, aque Vossa [Ex]celencia ho[n]t[e]m mesmo **me**
[.]tou JPL, XLVI

(68) em cujo conthi | udo reparo; que nada me fala na minha ultima que **lhe** | escrevi em
18 ou 19 deste, eque **lhe** inviei por hum rapás criou | lo de nome Lucas morador na
travessa de Maria País arua | de baixo que daqui sahio no domingo 28 para isso JPL,
XLVI

(69) e ex aqui a cauza por que não **me** procurarão para tartarmos | arespeito da divida
[d]o mesmo Engenho Parnaguá. JPL, XLVI

(70) Continuo adizer que porora não sepode | concluir o negocio da divida do Lacerda,
cuja conta **me** mandou | bem que eu estava ao alcance della com outra que cá tenho; e |
por que não devo cá ter aprocuração aqui ajunto, para seguardar | em seu poder,
equando for occazião denovo apedirei. JPL, XLVIII

ocorrência(s) de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(1') e | sim tão somente o que importa cada umma de | que abaixo **lheremeto** anota FJF.I

(2') o residuo ou sobejo a favor da Madre Angela | alcanço ser uns quarenta etantos
milreiz, quantia ainda su- | geita ao Sallario edespezas deprocuradores -, naparte que **lhe**
for | concernente. MJD, I

(3') Acabo de receber úma Carta do Illustrissimo Senhor Doutor Zacarias DeGoes | Vasconcellos em que **me** diz para no caso de não es- | tar na Cidade meo Irmão - João ler acarta quepara omesmo | vinhaemandar tudo aVossa Excelencia para resolver sobre | o que propoem, ou contratou MPL,I

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(3'') e | Reis 356\$000, resto do dote da Religioza Dona Leopoldina, filha de Dona | Theodora de Bittencourt, porquem **me** responsabilizei para com o | mesmo convento. MJA, I

(4'') Do mais contheudo de ditta sua estimada fico sciente, e agra | decendo-lhe a maneira attencioza com que **metarcta** Sou | De Vossa Merce | <Amigo eobrigado eCriado> MJA, I

Colocação pós-verbal (1)

(71) acabo agora | de receber asua de 8, acujo contheudo apreço **me** adi | zer respondendo, que não precisava recibo deminha Sobri | nha por 40\$000 JPL, XVII

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(5'') Remetto a conta que | produzio a caixa que conseguiu **me** Salvador Borges deBarros MJA, II

Em princípio, em um total de 79 ocorrências de orações relativas, em 78 ocorrências – 98.7% –, o clítico estaria em posição pré-verbal, conforme os exemplos de (45) a (70), e em 1 – 1.3% –, em posição pós-verbal, conforme o exemplo (71). Portanto, o exemplo (71) estaria atestando a possibilidade de ocorrência da colocação pós-verbal em estruturas relativas, o que estaria violando a regra, anteriormente enunciada, de que, em orações dependentes finitas, em toda a história do português europeu, a colocação dos clíticos foi sempre categoricamente pré-verbal.

Os exemplos (50) e (63), a seguir retomados, respectivamente, como exemplos (72) e (73), sugerem, porém, alguns argumentos a favor da

interpretação de que, em (71), não se esteja diante de uma ocorrência de oração relativa:

(72) entre essas diverças, foe aincluzá amunto tem | po que pedi aJacinto JozeRuas deSão Felix para | remeter aVossa Excelencia: aqual apouco **ma** mandou | dizendome que ninguem dava noticia desta | *Senhora* JPL, XII

(73) querem atra | palhar mais o negocio, o qual em bem má figura | **mo** pintou o *Doutor* Joze Antonio Peixoto de Lacerda JPL, XXXV

(72), aparentemente, exemplifica um tipo de construção com distância entre o pronome relativo (*aqual*) e o seu antecedente (não explícito no enunciado, *carta*). Veja-se o exmplo (72), retomado a seguir, a partir da sua atualização ortográfica:

Entre essas diversas [CARTAS], foi a [CARTA] inclusa. Há muito tempo que pedi a Jacinto José Ruas, de São Félix, para remeter a Vossa Excelência. A **qual** há pouco **ma** mandou, dizendo-me que ninguém dava notícia desta Senhora.

Construções relativas com distância entre o pronome relativo e o seu antecedente são atestadas já em textos do português antigo, conforme Mattos e Silva (1984). Note-se, porém, que, na oração supostamente relativa, o clítico acusativo de terceira pessoa *a* (em *me + a*) retoma *aqual*, cuja função sintática é de objeto direto, à semelhança do que se observa nas construções ditas de Deslocação à Esquerda Clítica, ou seja, construções em que um complemento subcategorizado pelo verbo é topicalizado, porém a posição argumental que lhe corresponde não é vazia, e sim preenchida por um clítico, havendo, entre o complemento verbal topicalizado e o clítico a ele indexado, propriedades de conectividade referencial, de traços sintáticos, casual e temática.

(73) já não exemplifica um tipo de construção com distância entre o pronome relativo (*o qual*) e o seu antecedente (explícito no enunciado, *negócio*). Contudo, tal como em (72), na oração supostamente relativa, o clítico acusativo de terceira pessoa *o* (em *me + o*) retoma *o qual*, cuja função sintática é de objeto direto.

Com base na análise de dados extraídos de um texto do século XV, editado por Leite de Vasconcellos sob o título de “Fabulário Português”, Lucchesi (1991:181) observa:

Em fases anteriores do português, os relativos – em particular o qual – tinham um comportamento bem semelhante ao dos demonstrativos. Tomemos este exemplo: “O cam maliçioso pressemtou testemunhas per diante o dicto corregedor, as quaaes eram falsas e de maa fama, s. o minhoto, o abuter e o lobo. As quaaes testemunhas depois que forom examinadas, visto ho dizer delas, foy dada a sentença comtra o carneyro.” Neste caso é muito difícil não interpretar o pronome destacado [em negrito] como um demonstrativo, ou seja, como ‘essas testemunhas’.

A mesma observação faz Barreto (1996:153) em sua análise das estruturas relativas na Carta de Caminha:

As formas o qual, a qual, os quaes e as quaes são ainda empregadas como pronomes adjetivos, especificadores do núcleo do sintagma nominal, equivalendo a um demonstrativo: “... e oficiada cõ aquela meesma voz pelos outros padres e sacerdotes que aly todos heram. / aqual misa seg^o meu parecer foy ouujda per todos cõ muijto prazer e devaçom ...” (...)

A este respeito, é ainda interessante notar que Jerônimo Soares Barbosa (1866:106-109) engloba, sob o rótulo de adjetivos determinativos demonstrativos, os pronomes demonstrativos e os pronomes relativos, aos quais chama, respectivamente, de *demonstrativos puros* e *demonstrativos conjuntivos*.

A partir das referidas observações, levantou-se a hipótese de que, nos exemplos (72) e (73), as orações *aqual há pouco ma mandou e o qual em bem má figura mo pintou o Doutor Joze Antonio Peixoto de Lacerda*, respectivamente, não seriam orações relativas, dependentes, e, sim, orações não-dependentes. Ou seja, (72) e (73) corresponderiam a construções como as apresentadas a seguir, com atualização ortográfica:

Entre essas diversas [CARTAS], foi a [CARTA] inclusa. Há muito tempo que pedi a Jacinto José Ruas, de São Félix, para remeter a Vossa Excelência. [ESSA (CARTA)] [,] há pouco **ma** mandou, dizendo-me que ninguém dava notícia desta Senhora.

Querem atrapalhar mais o **negocio**, [ESSE (NEGÓCIO)] [,] em bem má figura **mo** pintou o Doutor José Antônio Peixoto de Lacerda

Assim, em (72), a oração *aqual apouco ma mandou dizendome que ninguem dava noticia desta Senhora* corresponderia à oração [ESSA (CARTA)] [,] há pouco **ma** mandou, dizendo-me que ninguém dava notícia desta Senhora. Da mesma forma, em (73), a oração *o qual em bem má figura mo pintou o Doutor Joze Antonio Peixoto de Lacerda* corresponderia à oração [ESSE (NEGÓCIO)] [,] em bem má figura **mo** pintou o Doutor José Antônio Peixoto de Lacerda. Ou seja, em ambos os casos, portanto, o suposto pronome relativo seria um demonstrativo. Apesar de o núcleo do sintagma nominal especificado pelo demonstrativo não estar explícito em ambos os casos, julga-se que seriam gramaticais construções como *a qual carta, há pouco ma mandou, dizendo-me que ninguém dava notícia desta Senhora* e também *o qual negocio, em bem má figura mo pintou o Doutor Joze Antonio Peixoto de Lacerda*.

De fato, tal interpretação, ao menos quanto ao exemplo (72), parece ser a mais correta. Quando da análise do contexto *verbo em posição inicial*

absoluta, observou-se ser uma característica própria ao *usus scribendi* do remetente João Pinto Leite (R. 25) a larga utilização do sinal de pontuação dois pontos em contextos em que, hoje, a utilização do ponto seria a opção mais generalizada. Quanto à pontuação, note-se que (72) e (73) se distinguem pelo fato de, em (72), o pronome *aqual* estar precedido de dois pontos – daí, quando da atualização ortográfica de (72), se ter optado pelo ponto – e, em (73), o pronome *o qual* estar precedido de vírgula – daí, quando da atualização ortográfica de (73), se ter optado pela vírgula. Ou seja, a pontuação pode ser tomada como um indicador de que, ao menos em (72), o pronome *aqual* seja um demonstrativo, e não um relativo.

Do ponto de vista da ordem dos clíticos, independentemente de as orações *aqual há pouco ma mandou e o qual em bem má figura mo pintou o Doutor Joze Antonio Peixoto de Lacerda* serem classificadas como dependentes (relativas) ou como não-dependentes, precedidas por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica, não há o que estranhar. Sendo relativas, o clítico está em posição pré-verbal, tal como esperado em orações dependentes finitas. As ocorrências de *verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica* representam, na história do português europeu, um contexto de regra variável de colocação do clítico na frase (Cf. item 2.1.1 do Capítulo 2 deste Volume). Neste, como nos demais contextos de regra variável de colocação do clítico, fixou-se, no português europeu contemporâneo, a regra de colocação categoricamente pós-verbal. De acordo com o exemplo (104), a seguir retomado como (74), no *corpus* de cartas de remetentes portugueses, aqui analisado, a ordem categoricamente pós-verbal ainda não se tinha fixado e, portanto, a variação ainda seria possível:

(74) chame o *Senhor Simberto para fazer* | apresentar hua procuração, constituindome procurador pelo | fim somente em falta de outro, cuja procuração, deve conter ||| pouco

mais ou menos o seguinte – Procuração. cons | tituindo pro procurador – a João Pinto Leite (em falta de outro) para | poder assignar perante o Juizo Municipal da Cidade de Santo Amaro, | e Cartorio do Escrivão Estanslão Joze de Almeida, termo | de Seção na Excução que o Convento por sua Madre Abbadeça e | mais Senhoras do Governo do mesmo Convento, movem, contra Antonio Peixoto de Lacerda, e hoje seus herdeiros, na pessa do Capitão Manoel Antonio Coelho de Souza Guimarães, ou a outra | qualquer peço, a quem convenha paçar adita Seção, mediante | quantia por quanto mais se poderem justar, ereceber ao assignar | a mesma Seção; e a quem com o ajustado pagamento fique pertencendo a mesma excução, sem mais responsabilidade do convento, por isso | a quem quer que for o comprador, o constituem procurador em | rem proprio – Ex aqui o que a minha debil | cabeça ocorre JPL, XLV

Todavia, em (72) e em (73), o constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica não precede imediatamente o verbo. Em cada caso, o verbo vem imediatamente precedido por um sintagma de valor adverbial – *apouco* e *em bem má figura*, respectivamente – que, por sua vez, também permite a ordem variável do clítico na frase. Portanto, em (72) e em (73), o clítico poderia ocorrer em posição pré- ou pós-verbal.

A interpretação proposta, sobretudo para (72), de que o pronome *aqual* seja um demonstrativo, e não um relativo, tem conseqüências quanto à explicação da colocação pós-verbal do clítico no exemplo (71), a seguir retomado, com atualização ortográfica:

Acabo agora de receber a sua [CARTA] de 8, a cujo conteúdo, apresso-me a dizer, respondendo, que não precisava recibo de minha sobrinha por 40\$000

Com base em (72), propõe-se que, em (71), o pronome *cujo* seja interpretado como um demonstrativo e que, portanto, não esteja encabeçando uma oração dependente. (71) corresponderia a um tipo de construção como a apresentada a seguir, também atualizada ortograficamente:

Acabo agora de receber a sua [CARTA] de 8, [AO CONTEÚDO DESSA SUA CARTA], apresso-me a dizer, respondendo, que não precisava recibo de minha sobrinha por 40\$000

A oração *acujo contheudo apreço me adi | zer respondendo, que não precisava recibo deminha Sobri | nha por 40\$000* corresponderia à oração [AO CONTEÚDO DESSA SUA CARTA], *apresso-me a dizer, respondendo, que não precisava recibo de minha sobrinha por 40\$000*, sendo, portanto, uma oração não-dependente. Embora Lucchesi (1991) e Barreto (1996) apenas tenham feito referência ao uso das formas *o qual, a qual, os quais, as quais* como demonstrativos, não é de se estranhar que o mesmo tenha sido possível para *cujo, cuja, cujos, cujas*, sobretudo se se levar em conta que, do conjunto das formas tradicionalmente apresentadas como pronomes relativos, *o qual, a qual, os quais, as quais* e *cujo, cuja, cujos, cujas* são as únicas que apresentam flexão de número e de gênero. Sendo assim, aceitando-se a interpretação de *cujo* como um demonstrativo no exemplo (71), não se estaria diante de uma ocorrência de colocação pós-verbal do clítico em uma oração dependente.

Nas ocorrências de orações relativas extraídas de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es) – (1'), (2') e (3') –, o clítico ocupou a posição pré-verbal. Contudo, nas ocorrências de orações relativas extraídas de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es), em dois casos – (3'') e (4'') –, o clítico ocupou a posição pré-verbal e, em um – (5'') –, a posição pós-verbal. Para (5''), não se pode propor uma interpretação como a apresentada para (71), (72) e (73), anteriormente, na medida em que o pronome *que* não comporta uma interpretação como demonstrativo. De fato, não só não há atestações de *que* empregado como um pronome adjetivo especificador do núcleo do sintagma nominal, como também, diferentemente de *o qual, a qual, os*

quais, as quais e cujo, cuja, cujos, cujas, que não apresenta flexão de gênero e de número, o que permite propor que um exemplo como o seguinte terá sido sempre agramatical na história do português:

* Remeto a conta que produziu **a caixa**. **Que caixa**, conseguiu-me Salvador Borges de Barros.

Dada a inaceitabilidade de uma construção como a mencionada acima, está-se, portanto, efetivamente, diante de uma ocorrência de colocação pós-verbal do clítico em oração relativa.

3.1.2.1.2.1.3 ADVERBIAIS (37):

(75) com tudo, | podendosse conhecer essa mesma perca, será | bom que se tente qualquer meio, inda | que se deixe dipois, ao menos para que se | não diga, que se ingolio semelhante pilula JPL, II

(76) com tudo, | podendosse conhecer essa mesma perca, será | bom que se tente qualquer meio, inda | que se deixe dipois, ao menos para que se | não diga, que se ingolio semelhante pilula JPL, II

(77) Se | o Senhor Antonio **me** apparecer, denovo lhe | darei explicaçons JPL, II

(78) Hua sirconstancia | se offeresse dipois que **lhe** escrevi, que me impuciblita | de contár com serteza, com aminha ida ahi JPL, XIII

(79) E por que **me** pairesse que, aletra ou letras avencer, | em Janeiro, cujo pruduto deve ser recebido, Vossa Excelencia com | tempo mande saber se são pagas JPL, XV

(80) O Convento | justou com Vossa Merce dar pelo trabalho nessa cobrança | quer fosse Judicial, quer extrajudicial ou amigavel | aquantia de hum conto dereis; embora se não paçasse ||| papel algum JPL, XIX

(81) aqual quer respeito obrará como **lhe** orde | narem as Freiras, quem tenho dito que lhe tenho encarre | gado este negocio, eque Vossa Senhoria o ordenará como deve ser JPL, XXVIII

(82) Dito | Senhor Emigdio, nos pedio que por em quanto elle não | se retirava para fora, ehia falar com Vossa Senhoria arespeito | deste negocio nenhum paço se desse JPL, XXIX

- (83) logo que **o** tem provavelmente | sem render nada aVossa Senhoria, etalvez
rendendo afavor de | outre, nenhuma dó tenho deVossa Senhoria JPL, XXIX
- (84) he jus | tamente como acontece atodos os meus devedores, | que por mais que **me**
canse nada pagão JPL, XXXII
- (85) epor que | elle me tinha pedido por vezes aquantia, visto que | adezimbolçou, então
querendo eu que elle por mais | tempo sofresse seu embolço, pagueilhe JPL, XXXII
- (86) se com o exame **lhe** agradar | a obra, etiver darlhehá adita quantia de 57\$000 | ; ese
não tiver elle receberá demim. JPL, XXXIV
- (87) S[o]bre todos os | mais achaques, veerão-me huas febres, que já soffr[i]a quando
lhe | deitei aminha ultima JPL, XLV
- (88) Como não **me** esquici da divida do | Lacerda, ou de seus herdeiros, asim pela qual
tinhão feito hua oferta, | da qual lhe dei parte; avizei este negocio, que detodos pela |
[?]dade de herdeiros a habilitar, he o mais complicado. JPL, XLV
- (89) econto que hade tudo ficár melhor do que se o mesmo Pa | taca **o** fizesse JPL, LI

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

- (6'') porisso como ella se | acha nesta Cidade me entenderei árespeito e lhe darei
solução do que hover MJA, I
- (7'') ora eu tenho estado á espera que aSenhora Dona Leonór me | trouxesse algum
dinheiro para eu saptisfazer ao Convento pela filha da | quella Senhora, já que **me**
compremetti á isso MJA, II
- (8'') logo que eu possa, | saptisfarei o mais breve que **me** fór pocível. MJA, II

Em orações adverbiais, o clítico ocorreu categoricamente em posição pré-verbal.

Também nas ocorrências de orações adverbiais extraídas de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es) – (6''), (7'') e (8'') –, o clítico ocupou a posição pré-verbal.

3.1.2.1.2.1.4 CLIVADAS (1):

(90) Foe hontem | que, sem aprocurar a achei dentro em hum livro; por | cuja cauza amais tempo não respondi, serto de acha | la daforma que achei JPL, XVI

Na única ocorrência de oração clivada, manteve-se o padrão de colocação pré-verbal, típico das orações dependentes finitas.

3.1.2.1.2.2 NÃO-FINITAS

Em orações dependentes não-finitas, não se observou um padrão regular de colocação dos clíticos como se atestou para as dependentes finitas. Por um lado, distinguem-se as dependentes não-finitas não regidas por preposição das regidas por preposição e, por outro lado, no âmbito das regidas por preposição, há que se observar a sensibilidade do clítico a cada preposição individualmente.

3.1.2.1.2.2.1 INFINITIVAS (8):

(91) remeto, acarta que ti | ve de Manoel Antonio Coelho Guimarães, | em resposta, e sapt[is]fazendo as prog[un] | tas que lhe fis, arespeito de todos [aque] | les negocio do Musteiro, a que me deu | logar proguntarlhe, porconsequencia de | sua correspondencia, que por ora fica | aqui. JPL, IV

(92) Creio que acauza foe dizerse no | sobre escripto; – no seu Engenho Cachoeira – | enão falar no Iguape JPL, XII

(93) ao que sou adizer, que | sempre priocupado, edoente, não tenho podido di | zer alguma coiza; ao mesmo tempo aterrado com | o castigo que Deus foe servido darnos com aepidemia | reinante, que tem asulado essa Cidade JPL, XV

(94) eprocurando dito seu favor para responder, não | foe pocivel achalo, mixendo tudo, etendo eu serteza que não | tinha levado descaminho, eque atinha de mão, igno | rando ou não me lembrando onde tinha JPL, XVI

(95) epor que eu conto por todo | o Abril modarme para essa, so com aminha chegada | podemos falar nisso JPL, XVII

(96) eeu sem | vontade de procuralo, emenos aoNogueira, que he quem | oGuia, para não dezimbolçar odinheiro, que nenhum mal | lhe fás **telo** em si JPL, XXVII

(97) Verá ou irá vendo como | poder, esse papeis para vermos o que se fás com | odito Senhor Japi Assu, que diz ser**lhe** munto affei- | çoado, e delle já recebemos favores JPL, XXXIX

(98) respondilhe que não convinha darse menos de 2000\$reis | livre de qu[a]lquer despesa nesta transferencia, e athe mesmo de | dapiquena d[e]speza etrabalho que elle teve neste negocio como | se vê dos auttos. JPL, XLV

ocorrência(s) de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(4') cumpre | me dizer-**lhe** que eu não tenhos o espolio | que dis respeito acada uma das Cazas FJF, I

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(9'') porem emquanto á esta é me necessário entender **me** prim | eiramente com aquella Senhora Dona Theodora MJA, I

Neste grupo, foram incluídas orações dependentes infinitivas não regidas por preposição e não subcategorizadas por verbos causativos/perceptivos ou por verbos volitivos/optativos⁶². Em tais orações, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal, conforme as ocorrências acima apresentadas o atestam.

As ocorrências (4') e (9''), extraídas, respectivamente, de carta(s) autógrafa(s) e de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es) também apresentam o clítico em posição pós-verbal em orações dependentes infinitivas não regidas por preposição.

⁶² As ocorrências com orações dependentes infinitivas subcategorizadas por verbos causativos/perceptivos ou por verbos volitivos/optativos foram tratadas em Grupos Verbais, item 3.1.2.2.

3.1.2.1.2.2.2 INFINITIVAS REGIDAS POR PREPOSIÇÃO:

Em orações infinitivas regidas por preposição, distinguiram-se as que permitem um padrão variável de colocação do clítico na frase daquelas em que a posição do clítico é categoricamente pré- ou pós-verbal.

Ordem Variável

Admitiram um padrão variável de colocação do clítico na frase as infinitivas regidas pelas preposições **para**, **de** (ou pela locução prepositiva **a fim de**) e **em**:

PARA (20)

Colocação pré-verbal (14 – 70%)

(99) Fis acarta para Almeida, porver que | inda o não podia procurar paralhe falar JPL, III

(100) Com effeito tão bem cá veio o Mello; dando a | intender, que se devia annuir a algua perca mais para | se acabar com tal negocio JPL, XXII

(101) Deixe paçar mais huns dias aver se eu poço sa | ir, para se cuidar nas chitas que pede JPL, XXII

(102) queira escrever ao Senhor Guavirava, ou Joa | quim Joze dos Reis, adizerlhe, que deixe | dito onde se podem intregár as cartas quelhes | devem ser dirigidas, para selhe escrever eremeter | as mesmas instruçons. JPL, XXIV

(103) Fico intregue das sarjas, eu lá mandarei | hua peça para se tirár apreciza para anossa Freira, para | quando ella quizer. JPL, XXXIX

Colocação pós-verbal (6 – 30%)

(104) Fico certo de não ter o Tavares da | do contas; e agora sei de que foi chama | do a Juizo, para dallas JPL, I

(105) Eu creio que serão frustradas quais quer | deligencias, para alcancarsse qualquer perca que | rialmente se conheca pela conta JPL, II

(106) Para darse | andamento a esta obra veja sequer que mande | concluir o ajuste dellas, e em poucos dias arranjarei JPL, XXII

(107) pois | alem disto, precisasse de comprarse huas vigottas para Mou | rõns, e ripas ou caibros para amarralas. JPL, XXII

(108) Volte acarta do Adão | para responderlhe JPL, XXXII

DE/ AFIM DE (9)

Colocação pré-verbal (4 – 44.4%)

(109) eu creio que irei munto atem | po de se cuidar na fazenda que precisa. JPL, XVII

(110) Se por ahi for o Senhor Frei Macario, agradecolhe adeligencia | de me procurár, como ficou de fazer, esafousse: Hefrade! | e que taes são as Freiras? Héomesmo genero, ou não? JPL, XLV

(111) Eu intendo que he munto bom arranjo ||| este do Parnaguá com o Mello; o principal da divida | he 1:250\$000 a 5 ou 6 por %: ficou livre de demandas | e de se dár 20 por %, quanto pouco mais ou menos [?] | o abatimento. JPL, XLVII

(112) para organizar acarta ederetorio que se tem afazer | ao Reis, afim deselhe enviar JPL, XXV

Colocação pós-verbal (5 – 55.5%)

(113) eu lembrei a Vossa Senhoria | depedilas ao Senhor Guabirava JPL, XV

(114) Foe hontem | que, sem aprocurar a achei dentro em hum livro; por | cuja cauza amais tempo não respondi, serto de acha | la daforma que achei JPL, XVI

(115) pois | alem disto, precisasse de comprarse huas vigottas para Mou | rõns, e ripas ou caibros para amarralas. JPL, XXII

(116) eeu sem | vontade de procuralo, emenos aoNogueira, que he quem | oGuia, para não dezimbolçar odinheiro, que nenhum mal | lhe fás telo em si JPL, XXVII

(117) por estas razons, epor que otal pataca que | ria desdejá receber, enão sabiamos quando elle comessavaa | a obra, enão queria obrigarasse atempo serto de apromtala | intendo que temos feito munto melhor JPL, LI

EM (4)

Colocação pré-verbal (2 – 50%)

(118) e para elle ir contando em nos fa | zer o favor, na sua chegada do Rio JPL, XXI

(119) ODoutor Moreira levou bastantes dias | com seu conhado Honorato; emfim veio, e | não teve demora em **me** apparecer [a]converçar arespeito | da divida que veio a dever ahi ao Convento o outro conha | do Mello. JPL, XLVII

Colocação pós-verbal (2 – 50%)

(120) Fue intregue doseu favor de 26 | esem inda po[de]r por encom[od]ado porasua | ultima edizer o que tiver, apreço me | em mandar**lhe** aprocuração, constituin | o Senhor Manoel Lopes Roiz procurador JPL, IX

(121) tem cuidado em prepararse para | em poucos dias dar prencipio asua ação JPL, XXIX

Ordem Fixa

Atestou-se um padrão fixo de colocação do clítico na frase nas infinitivas regidas pelas preposições **a**, **senão**, **sem** e **por**. As regidas pelas preposições **a** e **senão** apresentaram o clítico categoricamente em posição pós-verbal, enquanto as regidas pelas preposições **sem** e **por** o apresentaram categoricamente em posição pré-verbal. No português europeu contemporâneo, a colocação pós-verbal é obrigatória nas infinitivas regidas pela preposição **a**. Do conjunto das infinitivas regidas por preposição em que o padrão de colocação do clítico na frase foi categórico, destacam-se, justamente, as infinitivas regidas pela preposição **a**, cujo número elevado de ocorrências permite concluir que, se este ainda não era um contexto de regra categoricamente pós-verbal do clítico no século XIX, já apresentava o processo de mudança bastante avançado neste sentido; nos demais casos, o número de ocorrências é baixo.

Ordem Fixa Pós-Verbal

A (15 – 100%)

(122) Deus nos livre que | os meios judiciaes o obriguem adalas JPL, I

- (123) Vou | escrever ao Mello, aroguntarlhe o que tem | feito; pois ficando de apparecerme inda onão | fes. JPL, VIII
- (124) Eu escrevo ||| ao Nogueira, adizer lhe, que escreva ao Frutuozo, | dizendo que veja com fás algum negocio, sem se intender com Vossa Excelencia | eConvento JPL, XI
- (125) Faça duas linhas ao Mello, remetendolhe acarta | adizer-lhe que lhe appressa. JPL, XI
- (126) portanto, devera Vossa Senhoria escrever ao Senhor | Guabirava apedir-lhe copia daquelas escripturas, e | pedirlhe lhe diga algua coiza do que lhe pedio. JPL, XV
- (127) pois | intendo que Vossa Excelencia esta rezulvida a intregarlhe aobra JPL, XXII
- (128) Recebendo seu recado hontem anoute, no | mesmo instante escrevi ao Mello apedirlhe | o tal borrão da Carta JPL, XXIV
- (129) queira escrever ao Senhor Guavirava, ou Joa | quim Joze dos Reis, adizerlhe, que deixe | dito onde se podem intregár as cartas quelhes | devem ser dirigidas, para selhe escrever eremeter | as mesmas instruçons. JPL, XXIV
- (130) Dipois me apparecerão o | Mestre Pedreiro, eo meu Amigo Domingos JozedaSilva | Lima, adizerme que a obra segurança do muro | que divide a roça do mesmo com o Convento, se acha | va prompta JPL, XXXIV
- (131) Não pude sahir hoje de caza como pre | tendia alearlhe o conto equinhentos mil | reis que recebi do João Joze de Azevedo Li | ma, visto que não quis dar juros alguns JPL, XL
- (132) Eu estou rezulvido, em vista do que me disse | já arespeito deste negocio, adallo, se Vossa Excelencia quizer pelos 2000\$000 | epor nada menos JPL, XLV
- (133) Antonio Honorato da Silva Rego, Senhor do | Engenho Parnagua, quebrou hua perna pela canella na 6a feira | 19. O Doutor Moreira seu conhado, sabendo deste dezastre | partio no sabbado 20, [?], aprestarlhe os socorros que estevessem ||| aseu alcansse JPL, XLVI
- (134) Munto lhe rogo que me escreva logo, adizerme | se recebeo aquela minha carta. JPL, XLVI
- (135) Quanto a este respeito, acabo de ordenár ao dito | Mello, que escreva ao Emidio, adizerlhe queVossa Excelencia recebeo sua | carta JPL, XLIX
- (136) Ahi encontrara | hua conta por duplicata, pela qual mostro aforma datranzação | apagarssse em Lisboa JPL, XLIX

ocorrência(s) de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(5') re | ceber já pela divida úm conto de reis avista ou | quinhentos milreis em duas iguaes letras, bem | garantidas, avenceremse em Janeiro de1850 e Janeiro | de1851. MPL, I

Também se confirmou na única ocorrência de infinitiva regida pela preposição **a** extraída de carta autógrafa de outro remetente português o padrão fixo pós-verbal de colocação do clítico na frase.

SENÃO (2 – 100%)

(137) Eu não tenho remedio senão conservar**me** | por aqui JPL, XV

(138) emfim não | há outro remedio senão contentar**nos** com avontade | de Deus, lutando em quanto elle quizer. JPL, XXXII

Ordem Fixa Pré-Verbal

SEM (5 – 100%)

(139) Eu escrevo ||| ao Nogueira, adizer lhe, que escreva ao Frutuozo, | dizendo que veja com fás algum negocio, sem **se** intender com Vossa Excelencia | eConvento JPL, XI

(140) porora não sei nada: e | mal se pode entrar em arranjos sem **sever** isto; emesmo | sem que o Senhor Guabirava lhediz arespeito do que Vossa Excelencia | lhe emcommendou JPL, XV

(141) Foe hontem | que, sem **aprocurar** a achei dentro em hum livro; por | cuja cauza amais tempo não respondi, serto de acha | la daforma que achei JPL, XVI

(142) e fiz atal figura | tratar tão Solenemente, efis que elle fi[ca]sse com tal fogo, que | parecia que não dormiria sem **o** concluir JPL, XXXI

(143) ese não poder fazer que elle vá embora sem | **o** concluir. JPL, XXXI

POR (2 – 100%)

(144) apreço me | em mandarlhe aprocuração, constituin | o Senhor Manoel Lopes Roiz procurador; cu | ja aprocuração não mandei por **me** | esquecer com aminha cahida nacama JPL, IX

(145) Hoje contavamos ir | ahi; não o fomos por **senos** dizer que | não podião falar ou que não ha | via grade JPL, XX

Para além dos casos anteriormente analisados em que a preposição ocorreu imediatamente em posição pré-verbal, atestaram-se ainda ocorrências de infinitivas regidas pela preposição **para**, nas quais, entre a preposição e o verbo, intercalaram-se constituintes de distinta natureza: sujeito, sintagma adverbial, sintagma preposicional com função adverbial e oração subordinada. Não há, para esse conjunto de ocorrências, nada de relevante a destacar, uma vez que, por um lado, as infinitivas regidas pela preposição **para** permitem a colocação variável do clítico na frase e, por outro, qualquer um dos referidos constituintes que ocorreram intercalados entre a preposição e o verbo também permite a colocação livre do clítico na frase (Cf. item 3.1.2.1.1.2 deste Capítulo). Vejam-se, a seguir, os exemplos com intercalação de sujeito:

para SUJEITO verbo:

Colocação pré-verbal

(146) Eu conto poder estar porhi com esta gente, por | estes 15 dias: no intanto remeto os auttos de excução do | Convento, contra os possuidores do Engenho Parnagoá, | para Vossa Excelencia **os** mandar ao Senhor Doutor Madoreira JPL, XVIII

Colocação pós-verbal

(147) antes | se esperasse por ellas qualquer tempo mais, | para elle **dalas** por bem. JPL, I

Uma oração infinitiva regida por preposição pode coordenar-se a outra sem que a preposição se realize no segundo membro do par coordenado. Assim se apresentaram orações infinitivas coordenadas regidas pelas preposições **para** e **a**:

PARA (3)

(148) Vai mais outra | carta separadamente daquela, que intendo Vossa Excelencia | dever assignar que he para elle so, e[PREPOSIÇÃO NULA (PARA)]não amostrar, pois | sigundo o que falei á dias com otal Nogueira | assim deve ir JPL, XXVI

(149) Tinha eu de fazer demonstração, mais limpa, como | fis, e aqui achará junto: hua della assignará o Senhor Lopes, pa | ra Vossa Excelencia ter, e[PREPOSIÇÃO NULA (PARA)]não se confundir com outro debito da escriptura | e outra que Vossa Excelencia terá de assignarlhe, para seu titelo; pois nada | se assignou de parte aparte. JPL, XLII

xxxxx

(150) já intre- | guei a nota ao meu adevogado, para formo | lar o bilhete da destribuição, e[PREPOSIÇÃO NULA (PARA)]por elle pa | carse a escriptura JPL, XXXVIII

A (1)

(151) portanto, devera Vossa Senhoria escrever ao Senhor | Guabirava apedir-lhe copia daquelas escripturas, e | [PREPOSIÇÃO NULA (A)] pedirlhe lhe diga alguma coiza do que lhe pedio. JPL, XV

Nas ocorrências de infinitivas coordenadas com a preposição *para* nula, entre a preposição nula e o verbo, houve a intercalação ora do advérbio de negação sentencial *não* – (148) e (149) –, ora de um SP com função adverbial – (150). A colocação do clítico foi pré-verbal nas duas ocorrências em que o verbo se apresentou precedido do advérbio de negação sentencial *não* e pós-verbal na ocorrência em que o verbo se apresentou precedido de SP com função adverbial. Portanto, não tendo havido ocorrências de coordenadas infinitivas com preposição *para* nula em posição imediatamente pré-verbal, não se pode afirmar se a variabilidade posicional do clítico, observada nas estruturas com realização lexical da preposição, seria ou não preservada. Na única ocorrência de infinitiva coordenada com a preposição *a* nula, a preposição nula precedeu imediatamente o verbo, e a colocação do clítico foi pós-verbal,

confirmando o padrão observado nas estruturas com realização lexical da preposição.

3.1.2.1.2.2.3 GERUNDIVAS (16):

(152) Pretendendo ir peçoal falar com Vossa Excelencia, não | lhe tenho escripto, scientificandoa do que | fis, epara vermos omais aseguir JPL, IV

(153) Faça duas linhas ao Mello, remetendolhe acarta | adizer-lhe que lhe apparessa. JPL, XI

(154) entre essas diverças, foe aincluzá amunto tem | po que pedi aJacinto JozeRuas deSão Felix para | remeter aVossa Excelencia: aqual apouco ma mandou | dizendome que ninguem dava noticia desta | Senhora JPL, XII

(155) Fue intregue deseu favor ultimo, que lhe esque | ceo datar: o qual prencia dizendome que não tem tido | cartas minhas a munto JPL, XV

(156) portanto como elle Salgueiro esta | com munta preça para que amanhãá se conclua | rogolhe de quando hoje não poça r[es]pon | derme afinal para meu governo, ofaça ama ||| amanhãá sedo, m[an]da[n]dome cá, para eu | saber o que devo fazer JPL, XXXVIII

(157) Deixo porem isso para | quando eu poder ahi voltar, e aDeus athe esse momento | tendome sempre por Compadre Criado Venerador JPL, XLII

(158) Se pois lhe convier, enão | tendo aqui outra peçoa que seja procurador desse convento, | o que estimaria tivéssemos, chame o Senhor Simberto para fazer | apresentar hua procuração, constituindome procurador pelo | fim somente em falta de outro JPL, XLV

(159) eparecendome | impocivel que Vossa Excelencia anão recebesse, deixo de repetir o que | dizia, esperando alguma resposta arespeito, equi asim | paro porora. JPL, XLVI

(160) Estimarei que vá p[aç]ando bem: eu vou indo como | Deus quer custandome a escrever, com o encomodo do dedo mi | nimo. JPL, XLVII

xxxxx

(161) Não me occorre por agora mais ||| nada, findo portanto asignandome JPL, XIII

(162) Nada mais occorre agora eentão fin | do asignandome JPL, XXVI

(163) e findo asignandome JPL, XXVIII

(164) Não me lembrando mais nada termino esta | asignandome JPL, XLI

(165) Em fim, estou ás ordens e | por que penço que não caresso dizer mais, termino asi | gndome | Compadre Criado Venerador | João Pinto Leite JPL, XLVII

(166) Não me ocorrendo mais nada, termino esta assignan | dome | Compadre Criado Venerador | João Pinto Leite JPL, XLVIII

(167) Nada mais ocorre: eporisso termi | no assignandome | DeVossa Excelencia | Compadre Criado Affectoozo munto obrigado | João Pinto Leite JPL, XLIX

ocorrência(s) de carta(s) autógrafa(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(6') tendo abater da | ditta quantia 17% menos, isto he pagandome | amim como Thezoureiro the Sabbado Corrente FJF, I

(7') Aqui mesmo respondo /oque Vossa Senhoria relevará/ que já pessoal foiVossa Senhoria por | mim individuadamente scientificado donegocio tocante | afallecida Madre Angela; restando-me levar só aqui ao | conhecimento deVossa Senhoria MJD, I

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) português(es)

(10'') Acabo de receber a sua estimada de | 17 do corrente incluindo uma Ordem da Madre Abbadeça do Convento do | Desterro, ordenando me que entregue a Vossa Merce Reis 675\$754 MJA, I

(11'') Do mais contheudo de ditta sua estimada fico sciente, e agra | decendo-lhe a maneira attencioza com que metarcta Sou | De Vossa Merce | <Amigo eobrigado eCriado> MJA,I

Em orações gerundivas não regidas por preposição⁶³, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal. O fato de um número expressivo de ocorrências de gerundivas – de (161) a (167) – estar representado através de uma fórmula cristalizada para a finalização de cartas – *findo/termino assinando-me* – não macula a regra, confirmada através de *corpora* representativos de diversas outras sincronias, de que, em orações gerundivas não regidas por preposição, a colocação do clítico foi sempre categoricamente pós-verbal na história do português europeu (Cf. item 2.1.2.2.3 do Capítulo 2 deste Volume).

⁶³ Não ocorreram orações gerundivas regidas por preposição.

As ocorrências 6’/7’ e 10’’/11’’ – extraídas, respectivamente, de cartas autógrafas e de cartas apógrafas de outros remetentes portugueses – mantiveram o padrão invariavelmente atestado de colocação pós-verbal do clítico em orações gerundivas não regidas por preposição.

A presença do advérbio de negação sentencial *não* em posição pré-verbal conduziu, todavia, à anteposição categórica do clítico, confirmando-se assim, o caráter “proclitizador” desse elemento negativo, já atestado antes, no âmbito das orações não dependentes:

(168) elá se foe com ella, não **me** apparecendo hontem nin | guem: JPL, XXXI

(169) Avis | ta disto, não **se** contando com tal recebimento | para dali sepagar acaçada ao Correia JPL, XXXII

(170) Não **me** lembrando mais nada termino esta | asignandome JPL, XLI

(171) Não **me** occorrendo mais nada, termino esta asignan | dome | Compadre Criado Venerador | João Pinto Leite JPL, XLVIII

(172) eprocurando dito seu favor para responder, não | foe pocivel achalo, mixendo tudo, etendo eu serteza que não | tinha levado descaminho, eque atinha de mão, igno | rando ou não **me** lembrando onde tinha JPL, XVI

Na ocorrência a seguir, porém, o clítico apresenta-se em posição pós-verbal em uma gerundiva modificada pelo advérbio *inda*, que, como se observou tanto nesse *corpus*, quanto em outros *corpora* que serviram de base para análises da sintaxe dos clíticos na história do português europeu (Cf. item 3.1.2.1.1.1. deste Capítulo), foi identificado como um elemento desencadeador da colocação pré-verbal do clítico em orações não-dependentes:

(173) Estimo que va vivendo, inda custando**lhe** aso | ffrer doenças. JPL, XLIV

Assim, se, em gerundivas negativas, a força “proclitizadora” do advérbio de negação sentencial se sobrepôs à força das gerundivas como estruturas desencadeadoras da posposição do clítico ao verbo, em gerundivas modificadas por advérbios como os do rol apresentado no item 3.1.2.1.1.1., a situação parece inverter-se, sendo, já agora, a própria gerundiva a determinar a posição do clítico na frase.

3.1.2.2 GRUPOS VERBAIS

Sob o título *grupos verbais*, será analisada, a seguir, a colocação dos clíticos em orações com dois verbos, divididas em três tipos – V finito + (I)nfinitivo, V finito + (G)erúndio e V finito + (P)articipio –, sendo o clítico, em todas elas, complemento do segundo verbo, o verbo não-finito. Está, pois, excluída deste item a análise da colocação dos clíticos em orações como as seguintes, em que os grupos verbais apresentam três verbos:

quero ver se | fico melhor, para então poder ir vella, elevar | lhe odinheiro que deu oSenhor Almeida JPL, VIII

Como tenho esta occasião dereia Vossa Excelencia, que amesma Madre Abbadeça, me tem querido encarregar desta cobrança por favor JPL, XII

se Deus quizer continuar adarme vida the | Abril; nesse mes pretendo que poçamos ir. JPL, XV

queira escrever ao Senhor Guavirava, ou Joa | quim Joze dos Reis, adizerlhe, que deixe | dito onde se podem intregár as cartas que lhes | devem ser dirigidas, para selhe escrever eremeter | as mesmas instruçons. JPL, XXIV

ecomo não | poço ir, queira tornár amandarme as letras do | Frutuozo, e as contas demonstrativas que deve o Emigdio JPL, XXV

não leva data, parapoder | mandar lançala no Trianno paçado se quizer JPL, XXVI

se *Vossa Excelencia* quizer mandar procuralo para realizar | onegocio como elles
querem, tão bem elle ofará JPL, XXVII

Como porem elle não pode concluir couza | algua sem hua procuração, se lhe parecer |
queira mandala apromtár com direção do *Senhor* | Simberto: ou esperemos que elle diga
delá algua | couza para então sefazer emandar Como qui- | zer. JPL, XLIII

Aresposta pode mandala intregar para [?] mandar | ao *Senhor* Antonio da Paz Furtado
JPL, XLV

Logo que eu poça irei arua do Tijolo | ver tudo aquilo; epretendo poder fazello na 2^afeira
JPL, LI

etalvez que tudo se | poça arranjar na Caza da officina delle, eir indo dep ||| pois
conforme sefor fazendo colocarsse na Igreja JPL, LI

Também se excluiu a ocorrência abaixo, em que o verbo *levar* está
coordenado à seqüência de auxiliares *poder ir*, formando, assim, um grupo
verbal também constituído de três verbos:

quero ver se | fico melhor, para então poder ir vella, e[PARA ENTÃO PODER IR]levar
lhe odinheiro que deu o*Senhor* Almeida JPL, VIII

Do ponto de vista sintático, os grupos verbais aqui analisadas serão
de três tipos:

- a) Grupos verbais em que o primeiro verbo é um auxiliar: auxiliar temporal (ter + P, haver + P, haver de⁶⁴ + I, ir + I, vir + I), auxiliar modal (poder, dever, ter a, ter de) ou auxiliar aspectual (deixar de + I, tornar a + I, estar + G, ir + G);
- b) Grupos verbais em que o primeiro verbo é um verbo volitivo (querer, pretender) ou causativo (deixar, fazer, mandar);
- c) Grupos verbais correspondentes a construções passivas.

No conjunto de dados que aqui constitui a base fundamental para a análise da sintaxe portuguesa dos clíticos – as cartas autógrafas do remetente João Pinto Leite (R. 25) –, em um total de 103 atestações de orações com grupos verbais, o clítico apresentou cinco variantes posicionais na frase, as quais vêm abaixo referidas, com as suas respectivas freqüências de ocorrência e com as suas respectivas variantes gráficas:

Variante 1 – 61.2% (63 ocorrências):

- a. O Jezuino lá iria hoje, para con | sultar finalmente, se amanhã^{el V V} se devia fazer ou | tra tentativa no esgoto do poço JPL, VII (84.1% - 53 ocorrências)
- b. eeu inda que tenha munta von- | vontade de ir ahi não o poço fazer antes do proximo | mes por todo elle com a familia JPL, XVI (14.3% - 09 ocorrências)
- c. foe falar com o Pa | taca; e o mesmo Pataca, ficou de vir aqui hoje, eo | estou esperando: direi do resultado. JPL, XXIII (1.6% - 01 ocorrência)

Variante 2 – 10.7% (11 ocorrências):

- a. Fico certo do que mediz, a respeito | do que setem pacado, oudo que dizem | terse paçado na Villa do Conde JPL, VI (72.7% - 08 ocorrências)

V-el V

⁶⁴ **Haver de** exprime sobretudo o tempo futuro, embora, simultaneamente, possa ter o valor modal de obrigatoriedade.

- b. Foe-me intregue asua de antehontem 22, em resposta á | minha, pela qual lhe fazia ver o que quaze tinha concluido | ou tratado com atal figura antes, eque Vossa Senhoria com esta aprova JPL, XXXI (27.3% - 03 ocorrências)

Variante 3 – 1.0% (01 ocorrência):

- a. Vejo atristeza em que tem estado e está | pela perda de 4 Irmans Religiozas: eu ácompanho no | justo Sentimento: vamos ~~nos~~ rezignando esperando | anossa ora, que talvez esteja bem proxima. JPL,XVI (100.0% - 01)

Variante 4 – 25.2% (26 ocorrências):

- a. O Senhor Antonio inda | menão appareceo dipois da primeira vez | que veio mostrarme a copia da conta. JPL, II (92.3% - 24 ocorrências)
- b. Receby asua de hoje: hontem não fue falar | lhe, por que era já tarde quando pasei aportaria JPL, XXXIX (7.7% - 02)

Variante 5 – 1.9% (02 ocorrências):

- a. Vai hua carta feita | segundo o que entendo para Vossa Senhoria assignár, edirigir | ao Senhor Joaquim Joze dos Reis, visto que sabe avia | de lha remeter JPL, XXVI (100.0% - 02)

A variante 1 e a variante 2 indicam elevação do clítico, que deixa de cliticizar-se ao verbo não-finito do qual é argumento, subindo para junto do verbo portador dos morfemas de concordância. As variantes 3, 4 e 5 caracterizam-se pela não elevação do clítico. Juntas, as variantes 1 e 2 somam 74 ocorrências, o que corresponde a uma frequência de 71.8% de construções com elevação do clítico.

Tendo-se pré-identificado, quando da análise da colocação dos clíticos em orações com verbos simples, contextos de ordem fixa pré- e pós-verbal do clítico na frase, selecionaram-se quatro contextos (dois de ordem fixa pré-verbal e dois de ordem fixa pós-verbal) para a apresentação

da análise da colocação dos clíticos em orações com grupos verbais, a fim de se demonstrar como se distribuem sintaticamente as cinco variantes posicionais do clítico anteriormente referidas.

CONTEXTOS PRÉ-IDENTIFICADOS COMO DE ORDEM FIXA PRÉ-VERBAL

a. Orações não-dependentes - verbo precedido por negação (4):

Variante 1 (3 – 75%)

(1) Pretendendo ir peçoal falar com Vossa Excelencia, não | **lhe** tenho escripto, scientificandoa do que | fis. epara vermos omais aseguir JPL, IV

(2) Por encomodado alguma couza não | **lhe** tenho escripto, epor ter esperado o Senhor Mello seu devedor, não | tendo apparecido athe o presente. JPL, XLVIII

(3) eeu inda que tenha munta von- | vontade de ir ahi não o poço fazer antes do proximo | mes por todo elle com afamilia JPL, XVI

Variante 4 (1 – 25%)

(4) Receby asua de hoje: hontem não fue falar | **lhe**, por que era já tarde quando pasei aportaria JPL, XXXIX

Em orações não-dependentes com o verbo precedido de negação, o clítico apresentou duas variantes posicionais na frase: a variante 1, com uma frequência de 75%, e a variante 4, com uma frequência de 25%. Assim, apesar do exíguo número de 4 ocorrências, a variante 1 desponta como a variante de ocorrência preferencial em contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal.

b. Orações dependentes finitas (61):

Variante 1 (46 – 75.4%)

(5) aqual quer respeito obrará como lhe orde | narem as Freiras, aquem tenho dito que **lhe** tenho encarre | gado este negocio, eque Vossa Senhoria o ordenará como deve ser JPL, XXVIII

(6) Fis acarta para Almeida, porver que | inda **o** não podia procurar paralhe falar JPL, III

(7) O Jezuino lá iria hoje, para con | sultar finalmente, se amanhãá **se** devia fazer ou | tra tentativa no esgoto do poço JPL, VII

(8) Com effeito tão bem cá veio o Mello; dando a | intender, que **se** devia annuir a alguma perca mais para | se acabar com tal negocio JPL, XXII

(9) más tão bem verá que **lhe** tor- | no acreditar: cujo a cento faço assim, atirar duvidas futu- | ras, e Vossa Excelencia dizer que nada deve disso JPL, XLI

(10) Aqui tão bem | tem a ordem do conto dereis, que **me** havia man | dado, aqual mandei apresentar ao Nogueira, depois | de se ter selado, egasto 500 porcautela, para o que **lhe** emen | dei as datas, para que o tempo de 30 dias havia paçado JPL, XI

(11) queira escrever ao Senhor Guavirava, ou Joa | quim Joze dos Reis, adizerlhe, que deixe | dito onde **se** podem intregár as cartas quelhes | devem ser dirigidas, para selhe escrever eremeter | as mesmas instruçons. JPL, XXIV

(12) para organizar acarta ederetorio que **se** tem afazer | ao Reis, afim deselhe enviar JPL, XXV

(13) Foe-me intregue asua de antehontem 22, em resposta á | minha, pela qual **lhe** fazia ver o que quaze tinha concluido | ou tratado com atal figura antes, eque Vossa Senhoria com esta aprova JPL, XXXI

(14) pois com historias | de ballanso que **se** está dando nem tenho quemmande; a | sim como do mais JPL, XXII

(15) Eu conto poder estar porhi com esta gente, por | estes 15 dias: no intanto remeto os auttos de excução do | Convento, contra os possuidores do Engenho Parnagoá, | para Vossa Excelencia os mandar ao Senhor Doutor Madoreira, afim do | mesmo Senhor, guiar o andamento desta excução, visto | que o Senhor Antonio Honorato daSilvaRego, não **se** tem | prestado a exigencias que **lhe** fis, o que peçoal farei | ver aVossa Excelencia JPL, XVIII

(16) e por que | elle **me** tinha pedido por vezes aquantia, visto que | adezimbolçou, não querendo eu que elle por mais | tempo soffesse seu embolço, pagueilhe JPL, XXXII

(17) Esta lhe será intregue pelo meu | amigo o Senhor Pedro Barboza Madoreira | que vai falarlhe a respeito do terreno | que asua Comonidade tem a Nossa Se | nhora da Ajuda, já que eu **me** te | nho esquecido em vezes que ahi tenho | hido falar JPL, XXXVII

(18) Vejo acarta do Pataca: antes que o mande | chamar, mandei já chamar o Henrique aver o que com elle | converçou JPL, XXII

(19) e abaixo tem [.] | ademostração do que tem afazerse, como se quis fazer. JPL, XXIX

(20) etalvez que tudo se | poça arranjar na Caza da officina delle, eir indo dep ||| pois conforme sefor fazendo collocarsse na Igreja JPL, LI

(21) reparo po | rem em hum debito de 46\$690 que vem em 7 de Setembro | de 1854, de que não tenho amenor ideia; por isso que **lhe** | devo fazer a pergunta a respeito, mandando copiar, ou mesmo | Vossa Excelencia copiando essa nota que tão bem aqui junto, em | papel separado. JPL, XLI

Variante 2 (1 – 1.6%)

(22) nada sefás, por que o filho do Frutoozo | que foe oportador, foe-**me** dizendo, que otal | Senhor Nogueira não queria que elle fizesse | negocio JPL, XXX

Variante 4 (13 – 21.3%)

(23) eaquem pedi | que fosse peçoalmente levala ahi, por que tinha obrigação | para isso. JPL, XLVI

(24) Tinha eu de fazer demostração, mais limpa, como | fis, e aqui achará junto: hua della assignará o Senhor Lopes, pa | ra Vossa Excelencia ter, não se confundir com outro debito da escriptura | e outra que Vossa Excelencia terá de assignarlhe, para seu titelo; pois nada | se assignou de parte aparte. JPL, XLII

(25) Tão bem verá o que elle dis | a respeito do Procurador Machado: eomesmo para com Vossa Excelencia; | eda resposta que pretende dar**lhe**, eque no intanto | tome esta minha porsua. JPL, XIII

(26) Vossa Excelencia tem areceber do lo pa | gamento vencido no ultimo deFevereiro 1:175\$363 | com os premios se Vossa Excelencia não quizer perdo | alos JPL, X

Variante 5 (1 – 1.6%)

(27) Vai hua carta feita | segundo o que entendo para Vossa Senhoria assignár, edirigir | ao Senhor Joaquim Joze dos Reis, visto que sabe avia | de **lha** remeter JPL, XXVI⁶⁵

Em orações dependentes finitas, o clítico apresentou quatro variantes posicionais na frase: a variante 1, com uma freqüência de 75.4%; a variante 2, com uma freqüência de 1.6%; a variante 4, com uma freqüência de 21.3%, e a variante 5, com uma freqüência de 1.6%. Portanto, em um universo, já agora bastante representativo, de 61 ocorrências, confirma-se a indicação anteriormente feita de que a variante 1 é a variante preferencial de colocação do clítico em contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal. Também se confirma a variante 4 como a segunda variante de ocorrência preferencial em contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal, porém com uma freqüência bastante inferior à da variante 1. Já as variantes 2 e 5, não atestadas anteriormente, ocorreram aqui com a inexpressiva freqüência de 1.6% cada.

CONTEXTOS PRÉ-IDENTIFICADOS COMO DE ORDEM FIXA PÓS-VERBAL

a. Orações não-dependentes - Verbo em posição inicial absoluta (3):

Variante 2 (1 – 33.3%)

(28) Foe-**me** intregue asua de antehontem 22, em resposta á | minha, pela qual lhe fazia ver o que quaze tinha concluido | ou tratado com atal figura antes, eque Vossa Senhoria com esta aprova JPL, XXXI

Variante 3 (1 – 33.3%)

(29) Vejo atristeza em que tem estado e está | pela perda de 4 Irmans Religiozas: eu ácompanho no | justo Sentimento: vamos **nos** rezignando esperando | anossa ora, que

⁶⁵ Nesta ocorrência, na oração dependente finita completiva, a posição do complementador não está preenchida lexicalmente.

talvez esteja bem proxima. JPL,XVI

Variante 4 (1 – 33.3%)

(30) Queira guardallas, athe que eu | poça pençar arespeito de poderse cuidar neste ne- | gocio, com o Barão deSão Francisco que esta obriga | do apagar esta divida, por estar deposee da | propriedade hipotecada. JPL, XLIII

Em orações não-dependentes com o verbo em posição inicial absoluta, o clítico apresentou três variantes posicionais na frase: a variante 2, com uma frequência de 33.3%, a variante 3, com uma frequência de 33.3%, e, finalmente, a variante 4, também com uma frequência de 33.3%. O número exíguo de 3 ocorrências, distribuídas igualmente entre três variantes, não aponta, a princípio, nenhuma das três variantes como a preferencial em contextos pré-identificados como de ordem fixa pós-verbal e também não permite afirmar serem as três igualmente características dos contextos em questão.

b. Orações dependentes não-finitas – infinitivas e gerundivas não regidas por preposição (8)

Variante 2 (6 – 75%)

(31) Fico certo do que mediz, arespeito | do que setem pacado, oudo que dizem | terse paçado na Villa do Conde JPL, VI

(32) evem aser, pelo | que consta, não sei ainda se com verdade, ter-se vendi | do acaza onde eu morava arua debaixo, e o compra | dor precisar ir para ella JPL, XIII

(33) se não aproveitar | desde já lhe digo, que tendosse dado tal principio, [?] | rá afinal, não deverá ser Senhor dessas terras JPL, XXIX

(34) porem tendome | dito Vossa Excelencia que não queria entrár nas | despezas, as quais são, importe da mesma Escri- | ptura; Ciza que monta em 15\$000; laudemio | que monta em 7\$500, afinal de couzas | disse que abateria o mesmo laudemio JPL, XXXVIII

(35) tendome medicado, já m[e] tem faltado á doces piriodos JPL, XLV

(36) com tudo, | podendosse conhecer essa mesma perca, será | bom que se tente qualquer meio, inda | que se deixe dipois, ao menos para que se | não diga, que se ingolio semelhante pilula JPL, II

Variante 4 (1 – 12.5%)

(37) este anno creio que nada sefas, por que o João ||| Adão não tem vindo aBahia, por que esta enalacra | do com o Nogueira, o qual me disse apoucos dias | estar preparandosse parala ir. Fortes ladrons!! JPL, XXXV

Variante 5 (1 – 12.5%)

(38) Na mesma vai copia daque Vossa Excelencia te- | ra de responder, pouco mais ou menos como intender no | mesmo sentido; não deixando de **lhe** estranhar odito | de dizer que eu soffri, como que estevesse algum dia com | a cabeça perdida JPL, XLI

Em orações dependentes não-finitas – infinitivas e gerundivas não regidas por preposição –, o clítico apresentou três variantes posicionais na frase: a variante 2, com uma frequência de 75%; a variante 4, com uma frequência de 12.5%, e a variante 5, com uma frequência de 12.5%. Aqui, portanto, a variante 2 desponta como a variante de ocorrência preferencial em contextos pré-identificados como de ordem fixa pós-verbal.

A análise da distribuição sintática das cinco variantes posicionais do clítico atestadas em orações com grupos verbais permite as seguintes conclusões. Nos contextos pré-identificados, quando da análise da colocação dos clíticos em orações com verbos simples, como contextos de ordem fixa pré-verbal, ocorreram as seguintes variantes posicionais do clítico em orações com grupos verbais: variante 1 (49 – 75.4%), variante 2 (1 – 1.5%), variante 4 (14 – 21.5%) e variante 5 (1 – 1.5%). Já nos contextos pré-identificados como contextos de ordem fixa pós-verbal, as variantes posicionais do clítico atestadas em orações com grupos verbais

foram as seguintes: variante 2 (7 – 63.6%), variante 3 (1 – 9.1%), variante 4 (2 – 18.1%) e variante 5 (1 – 9.1%).

Enquanto a variante 1 (75.4%) é característica dos contextos que determinavam a colocação categoricamente pré-verbal do clítico, a variante 2 (63.6%) é característica dos contextos que determinavam a colocação categoricamente pós-verbal.

Já a variante 4, a variante a seguir mais representativa, é, indistintamente, característica tanto de contextos pré-identificados como de colocação categoricamente pré-verbal, quanto de contextos pré-identificados como de colocação categoricamente pós-verbal, tendo apresentado as frequências de 21.5% e 18.1%, respectivamente. É relevante notar que a ocorrência da variante 4 está condicionada à natureza da forma nominal do verbo; assim, distinguindo-se os três tipos de construções analisadas – V finito + (P), V finito + (G) e V finito + ((PREP)) + (I) –, observa-se que:

a) Em 33 ocorrências de V finito + (P), a elevação do clítico foi categórica, do que se conclui pela impossibilidade de o clítico cliticizar-se ao participípio.

b) Em 06 ocorrências de V finito + (G), 04 (66.6%) apresentaram elevação do clítico e 02 (33.3%), não. As 2 ocorrências que não apresentaram elevação do clítico distribuíram-se entre 1 ocorrência da variante 3 e 1 ocorrência da variante 4⁶⁶.

⁶⁶ Variante 3: Vejo tristeza em que tem estado e está | pela perda de 4 Irmans Religiozas: eu ácompanho no | justo Sentimento: vamos **nos** rezignando esperando | anossa ora, que talvez esteja bem proxima. JPL,XVI; Variante 4: este anno creio que nada sefas, por que o João ||| Adão não tem vindo aBahia, por que esta encalacra | do com o Nogueira, o qual me disse apoucos dias | estar preparandosse paralá ir. Fortes ladrons!! JPL, XXXV.

c) Em 64 ocorrências de V finito + ((PREP)) + (I), 37 (57.8%) apresentaram elevação do clítico e 27 (42.2%), não. As 27 ocorrências que não apresentaram elevação do clítico distribuíram-se entre 25 ocorrências da variante 4 e 2 ocorrências da variante 5.

d) Portanto, para os dois tipos de construção em que a ocorrência da variante 4 é possível – V finito + (G) e V finito + ((PREP)) + (I) –, a frequência de ocorrência dessa variante foi de 37.1% (26/70).

A variante 5 pode ser considerada, assim como a 4, como de ocorrência livre tanto em contextos pré-identificados como de colocação categoricamente pré-verbal, quanto em contextos pré-identificados como de colocação categoricamente pós-verbal. Trata-se de uma variante cuja ocorrência se limita aos grupos verbais de estrutura V finito + PREP + (I). A sua frequência foi, porém, insignificante: em 13 ocorrências de grupos verbais de estrutura V finito + PREP + (I), apenas em duas, a variante 5 foi atestada. Tais ocorrências são abaixo retomadas:

(39) Vai hua carta feita | segundo o que entendo para Vossa Senhoria asignár, edirigir | ao Senhor Joaquim Joze dos Reis, visto que sabe avia | de **lha** remeter JPL, XXVI

(40) Na mesma vai copia daque Vossa Excelencia te- | ra de responder, pouco mais ou menos como intender no | mesmo sentido; não deixando de lhe estranhar odito | de dizer que eu soffri, como que estivesse algum dia com | a cabeça perdida JPL, XLI

Em ambos os casos, os contextos sintáticos relevantes para a determinação da posição do clítico, destacados por sublinhado, foram pré-identificados, quando da análise da colocação dos clíticos em orações com verbos simples, como contextos determinantes de ordem fixa pré-verbal: na

primeira ocorrência acima referida, uma oração completiva com a posição do complementador não preenchida lexicalmente e, na segunda, uma oração gerundiva negativa. Se, em contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal, a variante 1 desponta como a variante de ocorrência preferencial, vindo a seguir a variante 4, coloca-se, para os exemplos (39) e (40), uma questão quanto à direção da cliticização fonológica: estaria o clítico enclítico à preposição ou proclítico ao verbo não-finito? Se enclítico à preposição, seguindo o padrão de direção da cliticização da direita para a esquerda característico do português europeu, (39) e (40) estariam violando as regras de colocação em contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal, anteriormente enunciadas. Se proclítico ao verbo não-finito, (39) e (40) estariam apresentando o padrão de direção da cliticização da esquerda para a direita, não observado na história do português europeu, mas que se tornou característico do português brasileiro. A proposta que aqui se apresenta é que, em grupos verbais de estrutura V finito + PREP + (I), a preposição, o clítico e o verbo não-finito constituam um vocábulo fonológico e, portanto, uma espécie de variante neutra.

Sendo a variante 1 característica dos contextos que determinavam a colocação categoricamente pré-verbal do clítico, a variante 2 característica dos contextos que determinavam a colocação categoricamente pós-verbal e as variantes 4 e 5 de ocorrência livre em ambos, restam, então, dois casos a explicar: a atestação da variante 2 em contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal e a atestação da variante 3 em contextos pré-identificados como de ordem fixa pós-verbal.

Na ocorrência (22), retomada a seguir como (41), o clítico está posposto ao verbo portador dos morfemas de concordância, o que se definiu como variante 2 de posicionamento do clítico em orações com grupos verbais:

(41) nada sefás, por que o filho do Frutoozo | que foe oportador, foe-me dizendo, que otal | Senhor Nogueira não queria que elle fizesse | negocio JPL, XXX

Uma possível dúvida quanto à classificação da oração *por que o filho do Frutoozo (...) foe-me dizendo* como coordena explicativa ou subordinada adverbial causal se desfaz, em favor da segunda hipótese, na medida em que, sendo aceitável a inversão da ordem das orações, tal como se demonstra a seguir, a oração em causa se classifica como uma subordinada adverbial causal:

Por que o filho do Frutuoso, que foi o portador, *foi-me dizendo* que o tal Senhor Nogueira não queria que ele fizesse negócio, nada se faz.

Assim, (41) atesta, efetivamente, a ocorrência da variante 2 em contexto pré-identificado como de ordem fixa pré-verbal, o que aqui se interpreta como um acidente de performance.

Na ocorrência (29), retomada a seguir como (42), o clítico situa-se entre o verbo portador dos morfemas de concordância e o verbo não-finito, o que se definiu como variante 3 de posicionamento do clítico em orações com grupos verbais:

(42) Vejo tristeza em que tem estado e está | pela perda de 4 Irmans Religiozas: eu ácompanho no | justo Sentimento: vamos **nos** rezignando esperando | anossa ora, que talvez esteja bem proxima. JPL,XVI

Tanto na variante 2 quanto na variante 3, o clítico situa-se entre o verbo portador dos morfemas de concordância e o verbo não-finito; distinguem-se, contudo, as duas variantes pelo fato de, na 2, a direção da cliticização ser da direita para a esquerda, estando o clítico enclítico ao

verbo portador dos morfemas de concordância e, na 3, a direção da cliticização ser da esquerda para a direita, estando o clítico proclítico ao verbo não-finito. Porém, uma possível dúvida quanto à classificação da variante posicional do clítico em *vamos nos rezignando* como variante 2 ou variante 3 se desfaz, em favor da segunda hipótese, na medida em que não se observa a contração entre *vamos* e *nos*, conforme seria esperado. Ocorre, portanto, *vamos nos rezignando*, e não *vamo-nos rezignando*.

A variante 3 é, por excelência, a variante vernácula de colocação do clítico no português brasileiro, jamais tendo sido atestada em toda a história do português europeu. Contrariamente, no português vernáculo brasileiro, o clítico passou a ocorrer sempre anteposto e proclítico ao verbo não-finito, independentemente do contexto sintático:

V finito + CL-Verbo não-finito: Ex.: Estamos **nos**(-)]deliciando com a presença da Sylvinha (Pagotto 1993)

Qual, portanto, a interpretação para a atestação da variante 3 em amostra lingüística constituída por cartas de um imigrante português radicado na Bahia no século XIX? Considerando exclusivamente a inexpressiva freqüência de 1.0% de ocorrência dessa variante no conjunto dos dados, não se lhe poderia atribuir qualquer importância. Contudo, conjugando-se a atestação de uma ocorrência da variante 3 ao resultado da análise apresentada anteriormente no item 3.1.2.1.1.2. deste Capítulo, corrobora-se a hipótese de que essa amostra lingüística apresenta leves indícios de “reestruturação” da gramática de um imigrante português em direção à gramática do português brasileiro.

3.1.2.3 INTERPOLAÇÃO

Atestou-se a possibilidade de o clítico em posição pré-verbal não ocorrer adjacente ao verbo, o que se costuma designar de interpolação:

- (1) eparecendome | impocivel que Vossa Excelencia anão recebesse, deixo de repetir o que | dizia, esperando algua resposta arespeito, eaqui asim | paro porora. JPL, XLVI
- (2) consta | agora, que há obstaclo a impedir, o ajus | tado, e que esse obstaclo vem por hum ho | mem que tem hua venda perto, eque | **lhe não** convem ali outra JPL, IV
- (3) com tudo, | podendosse conhecer essa mesma perca, será | bom que se tente qualquer meio, inda | que se deixe dipois, ao menos para que se | não diga, que se ingolio semelhante pilula JPL, II
- (4) O Convento | justou com Vossa Merce dar pelo trabalho nessa cobrança | quer fosse Judicial, quer extrajudicial ou amigavel | aquantia de hum conto dereis; embora **se não** paçasse ||| papel algum JPL, XIX
- (5) Fis acarta para Almeida, porver que | inda **o não** podia procurar paralhe falar JPL, III
- (6) Eu por mim mesmo teria qualquer contem | plação com Vossa Senhoria, etomaria sobre mim qualquer sa | creficio, se Vossa Senhoria **me não** discesse tivesse dito que | tinha seu dinheiro prompto para acabár de qualquer forma | com este negocio JPL, XXIX
- xxxxx**
- (7) O Senhor Antonio inda | menão appareceo dipois da primeira vez | que veio mostrarme a copia da conta. JPL, II
- (8) Vou | escrever ao Mello, aproguntarlhe o que tem | feito; pois ficando de apparecerme inda onão | fes. JPL, VIII

O único elemento que ocorreu interpolado entre o clítico e o verbo foi o advérbio de negação sentencial *não*. A interpolação desse elemento foi observada em dois tipos de estrutura: *orações dependentes finitas*, conforme os exemplos de (1) a (6), e *orações não-dependentes modificadas por advérbios “proclitizadores”*, particularmente, o advérbio *inda*, conforme os exemplos (7) e (8).

Os exemplos de (9) a (19), abaixo referidos, atestam as estruturas passíveis de apresentar interpolação, mas sem a atualização do fenômeno:

- (9) más eu creio que Vossa Excelencia não **me** faria essa | injustiça. JPL, XVI
- (10) Lembrolhe que há negocios que sedevem con[cl]u- | ir sem demora, e antes que appareção estorbos e arrepen | dementos, ou decedillos que não **sefás**. JPL, XLVII

(11) e ex aqui a cauza por que não **me** procurarão para tartarmos | arespeito da divida [d]o mesmo Engenho Parnaguá. JPL, XLVI

(12) Dito | Senhor Emigdio, nos pedio que por em quanto elle não | **se** retirava para fora, ehia falár com Vossa Senhoria arespeito | deste negocio nenhum paço se desse JPL, XXIX

(13) Como não **me** esquici da divida do | Lacerda, ou de seus herdeiros, asim pela qual tinhão feito hua oferta, | da qual lhe dei parte; avizei este negocio, que detodos pela | [?]dade de herdeiros a habilitar, he o mais complicado. JPL, XLV

(14) Continuo adizer que porora não sepode | concluir o negocio da divida do Lacerda, cuja conta me mandou | bem que eu estava ao alcance della com outra que cá tenho; e | por que não devo cá ter aprocuração aqui ajunto, para seguardar | em seu poder, equando for occazião denovo apedirei. JPL, XLVIII

(15) Eu conto poder estar porhi com esta gente, por | estes 15 dias: no intanto remeto os auttos de excução do | Convento, contra os possuidores do Engenho Parnagoá, | para Vossa Excelencia os mandar ao Senhor Doutor Madoreira, afim do | mesmo Senhor, guiar o andamento desta excução, visto | que o Senhor Antonio Honorato daSilvaRego, não **se** tem | prestado a exigencias que lhe fis, o que peçoal farei | ver aVossa Excelencia JPL, XVIII

(16) e | talvez amanhãá se abra aterra, para se inficarem os | mourons, sem o que não sedeve conduzir as estacas. JPL, XXIII

(17) Emfim, eu farei por | apparecer lá hoje, e se não **o**poder fazer | hoje, ofarei amanhãá. JPL, XXX

(18) Leia como poder, visto | que o meu dedo não **me** deixa mover apena como quero. JPL, XLVI

~~xxxxx~~

(19) não sabendo que erros tenha elle achado em | contas, pelo menos inda não **me** perguntou arespei | to de nenhuma. JPL, XLI

A atualização da interpolação apresentou, portanto, uma freqüência de 37.5% (6/16) em orações dependentes e de 66.6% (2/3) em orações não-dependentes. Claro está que, apesar da expressiva diferença de freqüência da interpolação nos dois contextos referidos, são as orações dependentes, e

não as orações não-dependentes, as estruturas em que, com mais evidência, o fenômeno da interpolação se manifesta.

3.1.2.4 CONCLUSÃO

A análise lingüística das cartas dos remetentes de nacionalidade portuguesa teve em conta, separadamente, três conjuntos de dados: os que constituíram a base fundamental da descrição, extraídos das cartas autógrafas de João Pinto Leite (R. 25); os extraídos de cartas autógrafas de outros remetentes portugueses e, finalmente, os extraídos de cartas apógrafas de outros remetentes portugueses. Três foram os objetivos gerais que nortearam a análise: a) saber se a gramática dos imigrantes era inovadora ou conservadora em relação à Gramática 2 do português europeu transplantada para o Brasil; b) saber se os indicadores sociais extraídos da caracterização da comunidade de imigrantes portugueses apontavam para um comportamento conservador ou inovador por parte da comunidade de imigrantes e c) discutir a relevância da Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil. Além dos objetivos gerais, estabeleceram-se ainda, para os dois últimos conjuntos, por serem pouco expressivos quantitativamente, dois objetivos específicos: a) observar em que medida confirmavam ou não as regras inferidas a partir do primeiro conjunto de dados e b) quanto aos dados extraídos das cartas apógrafas, observar em que medida permitiam inferir se se tratava de cartas apógrafas de remetente português escritas por mão brasileira ou por mão portuguesa⁶⁷.

No domínio das orações não-dependentes, em contextos de ordem variável do clítico na frase, contextos em que, mais significativamente, se processou a mudança da ordem 'clítico-verbo' para a ordem 'verbo-clítico',

⁶⁷ O confronto entre os três conjuntos de dados só foi feito no âmbito da análise das orações com verbos simples.

na história do português europeu, entre o século XVI e o século XIX, atestou-se uma diferença de 35.5% na média geral da frequência da colocação pós-verbal entre João Pinto Leite (R. 25) e Almeida Garret. Esses resultados foram interpretados apenas como “indícios” de uma “reestruturação” gramatical, podendo-se afirmar que a gramática de João Pinto Leite (R. 25) é essencialmente conservadora em relação à Gramática 2 do português europeu, na medida em que não se atestou nenhuma violação das regras categóricas que definem a referida Gramática 2.

Os dados extraídos das cartas autógrafas de outros remetentes portugueses confirmaram as regras inferidas a partir da análise das cartas de João Pinto Leite (R. 25), não se tendo atestado qualquer divergência. Entre os dados extraídos das cartas apógrafas de outros remetentes portugueses e as regras inferidas a partir da análise das cartas de João Pinto Leite (R. 25), atestou-se divergência em uma única ocorrência – *Remetto a conta que | produzio a caixa que conseguiu me Salvador Borges deBarros MJA, II* –, com colocação pós-verbal do clítico em oração relativa. Sendo esta a única divergência atestada, é insuficiente para se poder afirmar que se trate de carta apógrafa de remetente português escrita por mão brasileira.

O *corpus* de cartas de remetentes de nacionalidade portuguesa representa um estrato da comunidade de imigrantes, os comerciantes/negociantes, o estrato de maior prestígio em termos sócio-econômicos e socioculturais. A maioria dos imigrantes não gozava do mesmo prestígio, chegava ao Brasil extremamente jovem e, certamente, quando não se tratava de analfabetos, tratava-se de indivíduos com baixo grau de letramento. Considerou-se plausível supor que, à medida que se avançasse de um pólo a outro do contínuo social, haveria progressivo aumento do influxo da gramática brasileira sobre a gramática dos imigrantes. Trata-se de hipótese a se verificar em *corpora* sociolinguisticamente distintos do que aqui se editou.

Finalmente, quanto à questão da relevância da Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil, concluiu-se que os dados fornecidos por tal gramática foram irrelevantes, apesar de tal gramática se ter estruturado no século XVII e, portanto, por longo período ter fornecido dados para a aquisição da língua e apesar também de tal gramática ter-se estruturado a partir de mudanças vindas de cima, identificando-se à variedade normativa do português europeu.

3.2 BRASILEIROS

3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA BAHIA NO SÉCULO XIX: A POSIÇÃO DOS REMETENTES PORTUGUESES E DOS REMETENTES BRASILEIROS

A caracterização da gramática dos imigrantes portugueses na Bahia no século XIX, feita com base em uma análise da sintaxe dos clíticos, não refletiu exatamente o perfil dessa comunidade de imigrantes; antes, tal caracterização deu conta de uma face dessa gramática social, representada pelos comerciantes/negociantes, ou seja, pelos falantes que integravam o estrato de maior prestígio em termos sócio-econômicos e culturais dentro da comunidade.

No século XIX, não apenas o topo da comunidade de imigrantes portugueses era composto por negociantes. No âmbito mais global da comunidade da própria cidade do Salvador, os negociantes – dentre os quais havia brasileiros, portugueses e estrangeiros de outras nacionalidades – ou se situavam entre os que compunham o grupo social definido como ‘elite’ ou se situavam entre os que compunham o grupo social imediatamente seguinte à elite, como se verá a seguir. Se é, portanto, a face lingüística da elite imigrante ou a face lingüística do grupo dela mais próximo na hierarquia social que a gramática portuguesa anteriormente caracterizada revela, qual será a contraparte social da gramática brasileira a ser caracterizada a seguir?

Conjugando ao critério econômico o critério de prestígio social e o de poder, Katia Mattoso (1992:596-599) propõe a distinção de quatro grupos sociais em Salvador no início do século XIX, os quais seriam assim caracterizados:

1º Grupo – Constituído por indivíduos cujos rendimentos líquidos anuais ultrapassavam um conto de réis:

- Altos funcionários graduados da administração real – governador geral, chanceler e desembargadores do Tribunal da Relação, ouvidor geral do crime, ouvidor geral do cível, tesoureiro geral da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, juizes de alçada, deputado da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, secretário de Estado e Governo, intendente geral do ouro, intendente da Marinha e provedor da Alfândega;
- Oficiais das patentes mais elevadas – coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores;
- O alto clero secular – arcebispo e membros do alto clero;
- Os grandes negociantes;
- Os grandes proprietários de terras – senhores de engenho ou pecuaristas.

Este primeiro grupo corresponderia à atualização do conceito de elite na cidade do Salvador, no início do século XIX.

2º Grupo - Constituído por indivíduos cujos rendimentos líquidos anuais variavam entre 500.000 réis e um conto de réis:

- Funcionários de nível médio – juiz e procurador da Coroa e Fazenda, escrivães de agravos e apelações, contadores da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, escrivães da Câmara Municipal, juizes de primeira instância, tabeliães, almoxarifes do Arsenal de Guerra, diretores da Casa da Moeda etc;
- Oficiais de nível médio – capitães, tenentes e suboficiais;
- Membros do baixo clero – párocos, vigários e capelães de confrarias religiosas;
- Lojistas – representantes de casas portuguesas, distribuidores de mercadorias importadas por negociantes baianos e os que intermediavam o envio de produtos para o interior;
- Alguns proprietários rurais – produtores de cana, de tabaco e de alimentos;
- Profissionais liberais – advogados e médicos diplomados, porém não oriundos dos estratos mais elevados;
- Pessoas que viviam de rendas;
- Mestres-artesãos em ofícios considerados nobres – pequenos empreiteiros, ourives, pintores, entalhadores de pedra, marmoristas, torneadores e escultores de madeira.

3º Grupo - Constituído por indivíduos cujos rendimentos líquidos anuais não ultrapassavam 500.000 réis:

- Funcionários públicos de baixo escalão;
- Militares de baixo escalão;
- Integrantes de profissões liberais secundárias (sangradores, barbeiros, pilotos de barcos, músicos, práticos de medicina);
- Artesãos e os que comerciavam frutas, legumes e doces nas ruas;
- Pescadores e marinheiros.

4º Grupo:

- Escravos;
- Mendigos e vagabundos.

Já a sociedade rural formada em torno da atividade açucareira – “o engenho” –, apesar de apresentar composição diversificada, seria, ainda segundo a mesma autora (1992: 592-595), muito menos complexa que a urbana:

1º Grupo:

- Senhores de engenho.

2º Grupo:

- Lavradores (freqüentemente, parentes dos senhores de engenho).

3º Grupo:

- Diversos grupos de assalariados: a) advogados, caixeiros da cidade, médicos e capelães; b) especialistas na fabricação de açúcar e feitores; c) artesãos e, finalmente, d) serventes.

4º Grupo:

- Escravos.

Comparando a estrutura social urbana à estrutura social rural, Katia Mattoso diz ser a urbana muito mais aberta que a rural, por duas razões fundamentais: por apresentar maior mobilidade social e por apresentar maior divisão da riqueza. Quanto à maior divisão da riqueza, destaca o caráter plural da elite urbana, do grupo dominante (1992: 600):

O senhor de engenho, personagem único [na sociedade rural], era aqui [na sociedade urbana] substituído por uma elite múltipla, um grupo de pessoas com autoridade análoga à sua.

E ainda observa (1992: 600):

essa característica plural da elite se repetia em todos os outros grupos e categorias da escala social [na sociedade urbana].

A despeito de ser esta proposta, como qualquer outra do gênero, passível de críticas e, principalmente, a despeito de as considerações sobre a estratificação social tanto urbana quanto rural serem feitas para o momento em torno de 1800, anterior, portanto, à Independência – que terá, certamente, promovido uma reorganização das estruturas sociais – e anterior, conseqüentemente, ao período abrangido pela documentação que fornece a base empírica para a análise lingüística, pode-se tomá-la aqui como referência, na medida em que as hierarquias sociais por ela apresentadas resistiram a se transformar com o tempo.

De acordo com o item 1.2.1.5.3.2. do Capítulo 1 do Vol. II, os remetentes de nacionalidade brasileira (identificada ou inferida) caracterizam-se, quanto à profissão, conforme a seguir:

Mulheres (7)	Homens (31) ⁶⁸
Senhoras de engenho (4)	Senhores de engenho (16)
	Negociantes (4)
	Profissionais liberais (3) ⁶⁹
Religiosas (3)	Religiosos (2)
	Militares (5) ⁷⁰
	Empregados do comércio (1)
	Profissão não identificada (7)

Considerando a proposta de representação da estratificação social de Salvador e da área rural do Recôncavo anteriormente apresentada, pode-se dizer que é, sobretudo, a face lingüística da elite ou a face lingüística do grupo dela mais próximo na hierarquia social que a gramática brasileira a ser caracterizada a seguir também revelará. Portanto, do ponto de vista sócio-econômico, o *corpus* apresenta uma certa homogeneidade, sendo minoritários os casos dos remetentes que pertenceriam ao terceiro dos quatro grupos sociais identificados por Kátia Mattoso no Recôncavo da Bahia no início do século XIX. Contudo, deve-se destacar que, do ponto de vista de outros indicadores sociolingüísticos, o *corpus* constituído para a análise da sintaxe “brasileira” dos clíticos na Bahia no século XIX, não apresenta o mesmo grau de homogeneidade que o *corpus* constituído para a análise da sintaxe “portuguesa”: há textos escritos por homens e mulheres, há textos escritos por indivíduos de distintas profissões e, finalmente, há textos escritos por indivíduos de distintos graus de escolarização. *e/ou de nível de escolaridade*

⁶⁸ Alguns dos remetentes homens têm mais de uma das profissões apresentadas abaixo.

⁶⁹ 1 médico, 1 advogado e 1 requerente de causas vitalício.

⁷⁰ 1 marechal, 2 coronéis, 1 tenente-coronel e 1 capitão/major.

3.2.2 ANÁLISE LINGÜÍSTICA

No item 2.2.3. do Capítulo 2 deste volume, propôs-se caracterizar sociolingüísticamente a mudança que definiu a atual sintaxe vernácula brasileira dos clíticos como uma “mudança vinda de baixo”, enquanto a mudança que definiu a atual sintaxe vernácula portuguesa dos clíticos como uma “mudança vinda de cima”. Em ambos os casos, porém, a mudança, iniciada no século XVII, já se teria difundido, no século XIX, entre os falantes de todos os estratos sócio-econômicos e culturais, estando, portanto, concluída para o conjunto da população.

As regras anteriormente depreendidas na caracterização da sintaxe portuguesa dos clíticos podem-se definir, se não exclusivamente, quase exclusivamente, como regras vernáculas⁷¹. Por outro lado, considera-se também que, para os portugueses, não haveria conflito, como hoje não há, entre a norma vernácula e a norma socialmente prestigiada. Considerando-se, todavia, que, no século XIX, a ordem imediatamente pré-verbal já era a ordem vernácula de colocação dos clíticos no português brasileiro, pode-se afirmar que as regras que emergem da caracterização da sintaxe brasileira dos clíticos que a seguir se apresentará são claramente não vernáculas. Assim, não sendo vernáculas, tais regras permitirão caracterizar, no plano da língua escrita, a norma lingüística que se pode definir como a socialmente mais prestigiada, na medida em que é a norma que emerge entre falantes, em sua maioria, integrantes dos estratos sócio-econômicos e culturais também mais prestigiados.

A análise da colocação dos clíticos nas cartas escritas pelos remetentes brasileiros será feita comparativamente à análise da colocação dos clíticos nas cartas escritas pelos remetentes portugueses, com o intuito

⁷¹ Tendo-se identificado um leve influxo da gramática brasileira sobre a gramática dos imigrantes portugueses, não se pode afirmar que tais regras fossem exclusivamente vernáculas.

de se averiguar em que medida são ou não convergentes na Bahia, no século XIX, a norma escrita socialmente prestigiada de colocação dos clíticos entre os brasileiros e a norma vernácula de colocação dos clíticos dos imigrantes portugueses.

3.2.2.1 VERBOS SIMPLES

3.2.2.1.1 NÃO-DEPENDENTES

a. Verbo em posição inicial absoluta (24)⁷²:

Colocação pós-verbal (23 – 95.8%):

- (1) Participo-**lhe** que minha Madrasta fez uma | perfiliação em meo favor, e desde já lhe | peço que não contrate negocio algum com outra | pessoa pois muito breve appareço para contra- | tarmos. AUC, I⁷³
- (2) Pedi-**lhe** licença para chamal-o a Juiso ECM, I
- (3) Dêo-**me**, pois, essa | carta para o Doutor Santos ECM, I
- (4) Foi-**me**, por tanto, forcôso, para ultimar com vantagem es- | te negocio, aproveitando-me d'ũa quadra tam favoravel, faser | eu mesmo compra da terra ECM, II
- (5) vejamos o que querem, e é is- | to; - dão-**me** um conto de reis pelo meu trabalho, 426\$ reis por metade | da Siza, e mais nada ECM, V
- (6) chovem-**lhe** dividas como o diabo | e umas querem preferir outras, por que os bens não chegão ECM, VII
- (7) foi-**me** tambem for- | çoso tratar da medição das terras, e posse Judicial, sem o que o Senhor Fructu- | oso já intimidado, se não queria arriscar a effectuar a compra, que ti- | nha com tanto empenho pretendido ECM, VII
- (8) Foi-**me** necessa | eu lançar mão de uma parte da minha porcentagem para muitas outras | dispezas que lá tive de fazer, e que endevidamente carrego com ellas ECM, VII
- (9) Remetto-**lhe** os | ga[.] JLL, I

⁷² Para cada contexto analisado, ou serão apresentadas todas as ocorrências identificadas, ou, quando forem em número bastante elevado, ao menos uma por cada remetente.

⁷³ Em cada contexto analisado, ou serão apresentadas todas as ocorrências identificadas, ou, quando forem em número bastante elevado, ao menos uma por cada remetente.

(10) Ficarão **me** dous filhos hū | macho com 50 annos meio doudo, que me obriga a | fazer inventario judicial, pois emmediatamente que mor= | reo aMai, se animou apassar duas cartas deliber | dade deminhas escravas sendo eu vivo, a outra he Senho| ra eja tem 40 annos he solteira, evirgem JLB, II

(11) tenho empuder de meo Cunha | do oSenhor Doutor Francisco de Assis 7:400\$reis; contando com | esses pagamentos fis tractos antes da morte de meo | Sogro, a pretexto das questoens que apparecerão | no Casal suspendeu elle os pagamentos: ultimarão- | se as questoens não os saptisfas, sem que dê para isso | rasão, e nem mesmo aos juro quer pagar JTB, I

(12) offereci do Coronel Manoel Josed'Araujo Borges, e Salvador Borges deBarros, recusou-se | tambem, não facilitando, e nem ajudando, ao dezejo que mostro de pagar. VPB, I

xxxxx

(13) D[i]ssolveo-se a Camara | e boa conta tenho de ser por ahi | candidato à deputação, | visto que nada quero d'esta ||| Provincia. ZGV, I

(14) Respon- | da-me. ZGV, I

(15) Recommende-me á Excelentissima Senhora | Dona Anna, e a toda a Familia. ZGV,I

(16) Metti- | **me** nisto, não sem timidez, mas animado do dese- | jo de ver o Convento livre de questões em Sergipe | e na posse do principal que lhe deve essa viuva ZGV, III

(17) João Lopes, fui aoseo Engenho eapresentei | lhe as suas Letras, respondeo-me, que depois doNatal é que po | dia dar algūas caixas, que asque tinha era para pagamento deBois e | Cavalos para poder moer JRN, I

(18) Reemvio-lhe as Procuраções por não virem | conforme por vir omeo nome errado JRN, I

xxxxx

(19) Remeto=lhe pelo seo portador, uma canada de | azeite doce que regula as dez garrafas, pois | a medida que é aqui, em todas as parte | é amesma couza sem alteração; ou deminui= | ção MJL, I

(20) Remeto=lhe | a canada de azeite doce pelo preço do ulti= | mo pois ainda não abaixo; e tal=vez | que breve elle [e]steja mais encontra MJL, III

xxxxx

(21) Desejo-**lhe** todas as felicidades etantos | annos devida. ACM, IV

(22) Bejo-**lhe** as mamus MAC, I

(23) dezejo**lhelhe** amais vigorosa Saude | eaSua Religioza Comonida[de] napas doSenhor Deus MAC, I

Colocação pré-verbal (01 – 4.2%):

(24) Quando, n'essa Cidade, o Senhor Mello m'encarregou es- | ta cobrança, e a do Adão, deixei de proceder a um previo ajus- | te do meu trabalho, não só por que estava, então, com pressa, co- | mo por que, **me** disse elle, Vossa Reverendissima gratificaria devidamente. ECM, II

Aparentemente, em contexto de *verbo em posição inicial absoluta*, a colocação dos clíticos, entre os remetentes brasileiros, não foi categoricamente pós-verbal, como entre os remetentes portugueses: a frequência da colocação pós-verbal foi de 95.8%, e a da pré-verbal de 4.2%. Os resultados quantitativos não refletem, porém, uma diferença em termos qualitativos.

Na ocorrência (24), a única em que o clítico está em posição pré-verbal, a oração relevante *me disse elle* é uma oração intercalada. De acordo com Cândido Jucá (filho) (1965 [1949], nesse tipo de oração, a ocorrência da colocação pré-verbal – designada de “próclise parentética” – não estaria apontando um uso tipicamente brasileiro, pois também se atesta em textos portugueses do século XVI ao século XIX:

A Próclise parentética literária é conhecida e praticada por Alencar, como em: “Eu nasci artista! me disse ela muitas vèzes sorrindo. Diva, p. 29. Ainda: Ib., p. 72, 89, 148, 159; Luc., p. 11, 159, 231. Isto se acha em inteira correspondência com o que se tem feito em todos os tempos: CAMÕES, Lírica, p. 367 (“E se acaso te culparem de larga e de pesada, ‘Não pode ser’ lhe dize ‘limitada a água do mar em tão pequeno vaso”); MELO, Familiares, p. 7 (Poderei, me parece, servir a V. M.); GARRET, Viagens, II, p. 151 (“onde tinha uma amiga, com quem ia estar até o dia terrível, e preparar-se para êle, me disse, longe de

mim. no seio da amizade"); ORTIGÃO, Farpas, I, p. 168 ("Oh maldito homem! me bradou êle, pois você não conhece"); DIAS, Segundos, p. 213 ("Oro, Senhor, lhe responde, por todos e mais por mi!"); MACHADO, Poesias, p. 412 ("Vamos, lhe diz, a cercear-lhe o gôsto do triunfo").

Note-se que o referido autor considera a chamada próclise parentética uma variante estilisticamente marcada de colocação do clítico, própria da língua literária. Como, na única ocorrência de *verbo em posição inicial absoluta* com colocação pré-verbal do clítico, a oração relevante é uma intercalada, tal ocorrência será interpretada não como uma ocorrência em que a regra vernácula de colocação do clítico estaria emergindo entre os remetentes brasileiros, e, assim, violando a norma lingüística socialmente prestigiada, mas como uma ocorrência que, como as demais apresentadas de (1) a (23), estaria revelando uma atitude de obediência às regras que caracterizam uma norma histórico-literária prestigiada de colocação dos clíticos na frase. O autor da ocorrência (24) é o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), que, como se verá ao longo da análise, se destacará como um dos remetentes mais obedientes à norma lingüística socialmente prestigiada.

Discriminando-se os autores de cada uma das ocorrências apresentadas no contexto *verbo em posição inicial absoluta*, observa-se, a partir de um conjunto de quatro variáveis clássicas adotadas em análises sociolingüísticas – a) sexo, b) profissão, c) grupo sócio-econômico, d) escolarização –, que a referida atitude de obediência é generalizada:

- a. Está presente entre homens – ocorrências (1) a (20) – e também entre mulheres – ocorrências (21) a (23);
- b. Está presente entre senhores de engenho – ocorrências (1) a (12); profissionais liberais – um advogado, ocorrências (13) a (16), e um requerente de causas vitalício, ocorrências (17) e (18); empregados do

comércio – ocorrências (19) e (20) – e religiosas – ocorrências (21) a (23);

- c. Está presente entre indivíduos pertencentes a estratos sócio-econômicos bastante distintos. Por exemplo, o Visconde da Pedra (R. 51), de riquíssima família de senhores de engenho – ocorrência (12) –, e Manuel José Lopes Aguiar (R. 39), empregado do comércio – ocorrências (19) e (20);
- d. Finalmente, também está presente entre brasileiros com baixo e com alto grau de letramento. Por exemplo, as mulheres – ocorrências (20) a (23) –, as quais, dado o momento histórico em questão, muito provavelmente, não terão tido acesso a qualquer espaço institucional de escolarização, tendo-se alfabetizado nos limites do espaço doméstico, e os que integravam uma elite com instrução superior, tais como o já referido Visconde da Pedra Branca (R. 51), Bacharel em Filosofia (Coimbra) – ocorrência (12) – e também Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), Bacharel em Direito (Olinda) – ocorrências (13) a (16).

b. Verbo precedido por negação (10):

(25) Não **me** embarassei | com estas patacoadas ECM, I

(26) Ainda não **lhe** escrevi | depois que cheguei do Conde, por que o devia fazer | por proprio, e Jose Baptista cahio doente, e apenas me- | lhorou, deitei-o atraz dum negro fugido. ECM, III

(27) Se eu não | estivesse auctorizado pelas Procuções para faser essas, e ou- | tras transações, que julgasse conveniente, de certo não **me** | arriscaria ao que fiz ECM, V

(28) não **me** foi possivel à | vista de tão infausto accidente cumprir | com o que tinha tractado JJJ, II

(29) tenho empuder de meo Cunha | do oSenhor Doutor Francisco de Assis 7:400\$reis; contando com | esses pagamentos fis tractos antes da morte de meo | Sogro, a pretexto das questoens que apparecerão | no Casal suspendeu elle os pagamentos: ultimarão- | se

as questoens não **os** saptisfas, sem que dê para isso | rasão, e nem mesmo aos juros quer pagar JTB, I

(30) Não **lhe** remeto a canada de azeite porque no | armazem do meo amo não tem já aque **lhe** | mandei da outra vez MJL, II

(31) porem eu não **me**fio nisso ees- | tou alerta para na primeira ocasião faser-**lhe** pinhora. JRN, I

(32) pois ella apesar de dizer | que é duente, eu não **a** | forraria por menos de um | conto e quinhentos LEO, I

(33) porque minha Senhora seeu | tivesse abundancia desse genero não **me** falta | ria dinheiro para pagar a Vossa Senhoria. SEB, I

xxxxx

(34) Apesar do Fructuoso ter feito a molequeira de ceder||| ao Adão uma porção de terras, e eu perder n'ellas o in- | teresse, que elle me tinha promettido, visto que eu não era | seu criado d'elle, para estar-**lhe** comprando terras, medindo, e faser- | do mil outros sacrificios, sem compensação algũa, nem por isso | **me** dei por achado ECM, VI

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(1'') Se hoje pudese | satisfaser a Vossa Senhoria, de certo que não **me** exporia a | receber igual carta MJE, VIII

(2'') Eu já não **lhe** Rispondi amais tempo por ter tido von- | tade de hir pessoal **lhe** fallar atal respeito FAP, I

Nas orações negativas não-dependentes, ocorreram os advérbios de negação sentencial *não* – ocorrências (25) a (33) – e *nem* – ocorrência (34). Em domínios não-dependentes em contexto de *verbo precedido de negação*, a colocação dos clíticos, entre os remetentes brasileiros, foi categoricamente pré-verbal, tal como entre os remetentes portugueses.

As ocorrências (1'') e (2''), extraídas de cartas apógrafas de remetentes brasileiros, também apresentaram o clítico em posição pré-verbal em orações negativas não-dependentes.

c. Verbo precedido por sintagma quantificado em posição de sujeito ou por sintagma focalizado:

(35) *Aminha Família toda* **lhe** | beija a Mão e agradece suas recomendações JTB, I

(36) ora do meu tempo nada **se** perdeu LGL, I

(37) Mande Procuração para mandar | ajuizar sua Letra. e Você queixa-se de mim, sem razão | por que eu nada **lhe** pedi a respeito, e nem eu lá estava quando | Você agarantio. ECM, VII

(38) Avista do que, voltei em busca do Piloto, e ainda depois | de lá estar, mil dúvidas **se** oferecerão ECM, VI

xxxxxx

(39) Saúde e felicidades **lhe** deseja o | De Vossa Senhoria | Muito atencioso Venerador Criado JLL, III

(40) Saúde e muitas felicidades **lhe** deseja o | De Vossa Senhoria | Muito atencioso venerador Criado JLL, IV

(41) Isto propuz-**lhe** ZGV, III

Nas cartas dos remetentes portugueses, sintagmas quantificados em posição de sujeito ou sintagmas focalizados foram identificados como constituintes desencadeadores da colocação pré-verbal do clítico. As ocorrências (35), (36), (37) e (38), acima, que também apresentam sintagmas quantificados em posição de sujeito – *Aminha Família toda*, *nada*, *nada* e *mil dúvidas*, respectivamente –, revelam, para o contexto em causa, o mesmo padrão de colocação dos clíticos nas cartas dos remetentes brasileiros. As ocorrências (39), (40) e (41) apresentam sintagmas acusativos em posição pré-verbal; contudo, diferentemente do observado entre os portugueses, houve, entre os brasileiros, variação na colocação do clítico.

d. Verbo precedido por locativos, advérbios e adverbais qualificadores

(12):

AQUI (3)

(42) Aqui **metem** sempri muito pronta MJE, III

(43) Aqui **me** tem muito prompta | para o que poder prestar MAA, IV

(44) e no mais | estimarei esteje gozando Prefeita Saude e aqui **me** | tem para oque For doSeo Serviço FAP, III

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(3'') Aqui **me** tem prompta aprovar a estima, e amizade | com que prizo ser | De Vossa Reverendissima | <Sua amiga muito Veneranda eobrigada doCoração> | <Dona Maria Joaquina Epifania deSão Jose eAragão> MJE, V

(4'') Aqui **me** tem sempre prompta ao seu | servisso MJE, VI

(5'') pois aqui **me**acho | prompto para oServiço de Vossa Senhoria FAP. I

AINDA (2)

(45) ainda **me** custou arranjar-me | com elle ECM, VII

(46) e com quanto | tenha para alli passado procuração ao Senhor Doutor | Bento Jose Fernandez de Almeida, pessôa muito qua- | lificada, toda via tambem por seos grandes | afaseres ainda **se** não poz bem ao facto | do onus, a que estão sujeitas as rendas da | mesma Fazenda. JGS, II

ASSIM (1)

(47) Era meu desvello, e assim **o** exprimi aVossa Excelencia, pagar em seu Triennio adivida | de meu casal, porem ohomem poem e Deos dispoem VPB, II

TALVEZ (1)

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(6'') torno a fallar com | oGoveia, sobre isso, e que fizesse ponderar aVossa Reverendissima | as minhas circumstancias atúaes: talvés por ocupaçõens | delle **se** discuidasse de lá ir MJE, II

JÁ (3)

(48) Diz Você | que eu tive 2\$ reis de lucro em cada braça; já **lhe** disse que isso era | falso, e muito falso ECM, V

(49) Já **lhe** escrevi por intermedio do Senhor No= | gueira; por se ter demorado o Senhor Major | Emigdio, que oje aqui appareceu, á quem | communiquei nosso ultimo tracto JLL, III

(50) pois ja | **Le** esCrevi ataL respeito dando parte que nem francisco Ignácio | enem adonana quis me em tregar as teras digo as duzentas | eSetenta eito brassas que de taL tera não Sabe que Le as- | vendeu FAP, V

MUITO (2)

(51) Muito **me** alegrou em saber que | as Senhoras Freiras, fizerão a Excelente escôlha que Vossa Senhora meresse. AOP, I

(52) e muito **me** | admira Você dizer-me que não sabe por que eu me conspirei con- | tra elle ECM, VI

DESDE JÁ (1)

(53) Participo-lhe que minha Madrasta fez uma | perfiliação em meo favor, e desde já **lhe** | peço que não contrate negocio algum com outra | pessoa pois muito breve appareço para contra- | tarmos. AUC, I

Nas cartas dos remetentes brasileiros, o locativo *aqui*, os advérbios *ainda*, *assim*, *já* e *muito* e a locução adverbial *desde já* determinaram a colocação categoricamente pré-verbal do clítico, tal como se observou nas cartas dos remetentes portugueses. Considerando-se cartas autógrafas e apógrafas conjuntamente, também se destaca, entre os brasileiros, uma frequência maior de *aqui* em relação às demais formas, o que mais uma vez se explica pelo fato de *aqui* estar figurando em fórmulas cristalizadas para início ou finalização de cartas. Destaca-se também, entre os brasileiros, tal como entre os portugueses, o advérbio *inda* co-ocorrendo, em uma das suas atestações, com o advérbio de negação sentencial *não*, o qual se apresenta interpolado entre o clítico e o verbo.

Na ocorrência (6''), extraída de carta apógrafa de remetente brasileiro, a presença do advérbio *talvez*, ainda que em posição não imediatamente pré-verbal, determina a colocação pré-verbal do clítico, estando, portanto, em consonância com o que também se observou nas cartas dos remetentes portugueses.

Quanto ao domínio das orações não-dependentes, feito o confronto entre portugueses e brasileiros, pode-se afirmar em síntese:

Entre os **remetentes portugueses**, no domínio das **orações não-dependentes**, o clítico apresentou um padrão de **ordem fixa pós-verbal quando o verbo ocorreu em posição inicial absoluta** e de **ordem fixa pré-verbal quando o verbo ocorreu precedido de negação, de sintagma quantificado em posição de sujeito, de sintagma focalizado ou de certas formas englobadas sob o rótulo genérico de “advérbios”**. Observou-se, assim, que os contextos de ordem fixa do clítico depreendidos em cartas de imigrantes portugueses radicados na Bahia corresponderam exatamente a contextos identificados como de ordem fixa do clítico em toda a história do português europeu. Entre os **remetentes brasileiros**, nos contextos acima referidos, o clítico apresentou **os mesmos padrões de colocação atestados entre os portugueses**.

Nos contextos a seguir – *verbo precedido por conectivo de coordenação, por sujeito, por SP com função adverbial/com função de oblíquo ou por oração subordinada adverbial* –, a colocação dos clíticos, entre os remetentes portugueses, apresentou-se variável:

a. Verbo precedido por conectivo de coordenação (16):

Colocação pré-verbal (8 – 50.0% %)

(54) examine isso, e **me** respon- | da a final o que devo faser ECM, I

(55) tudo levei ao conhecimento do | Senhor Mello pela carta da referida copia junta, onde tambem eu | exigia ordem para poder contratar os pagamentos com o Fruc- | tuoso, que offerecia pagamentos de 2:000\$ reis annuaes, e dois logo, | isto é, um de corpo presente e outro em Abbril, mas que **me** não | era possivel tanto faser, sem convir a Vossa Reverendissima para ir de | acôrdo com a sua vontade ECM, II

(56) com estes lucros pague eu 1:000\$ reis [a]o | Doutor Justino, 100\$ reis ao Procurador da viuva, 426\$ reis metade da Siza, | 5\$ reis de sellos das lettras, e **me** ficará de lucro pela algibeira fóra cen-||| cento e tantos milreis! ECM, V

(57) ora partesipoLe que vi serirar porSertidaõ toudos | osdeComentos destes negocios eseremeteu para as ferra | ou a O Leite enada mais poso deCalra FAP, V

(58) mais Sendo não posa vir em- | taõ eu eirei portoudo estes quinze dias pois **me**axo em resgo[ar] | do depurga FAP, V

(59) mas **menão** ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que anão quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occazi= | ão ase murmurar demim, que por efeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme della. JLB, II

(60) não me foi possivel à | vista de tão infausto accidente comprir | com o que tinha tractado, por quanto **me** vejo for= | çado passar a inda uma letra a déz meses | nesta dacta daquantia dequinhentos mil reis | aodito seo Procurador que não desconhece o sacrif[icio] | que fiz para arranjar o mais. JLL, II

(61) mandei | tambem chamar o Mascarenhas, e **lhe** dice que | dos 500\$ reis, pertencentes ao Convento, que em si tem, | dar-lhe-ia algum abatimento ZGV, II

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(7") Na verdade muito | sencivel me tem sido, **me** será o falecimento de meu | amado mano oVisconde daTorre MJE, VI

Colocação pós-verbal (8 – 50.0%):

(62) e portei-**me** com maneiras tão | doceis, que a viuva nem uma duvida pôz em reconhe- | cer o debite como proprio, e offereceo-se logo a pagar com | uma porção de terras ECM, I

- (63) fiz depois vir o Escrivam, tomei o Conhecimento ao Collector com | minha firma, e lavrou-se a Escriptura no dia 25 de Agosto ECM, II
- (64) e cumpre-me faser algũas obser- | vações a meu respeito tambem. ECM, II
- (65) e não convindo assim, então o meu trabalho já tido, fi- | cará por coisa nem uma, e encarregue-se outro de ir que- | brar-se com o Adão, e verão os tropeços, que encontrão ECM, II
- (66) Quanto ao negocio do Convento tenho a diser-lhe | que outro dia aqui veio ter um Senhor Reis, encarregado de | arranjar taes negocios, e segundo a conferencia, que tivemos, e | minucioso exame dos mesmos negocios, chegamo-nos a um accor- | do que elle mesmo julgou de vantagem ás Reverendissimas Freiras, e asse- | gurou-me de concluir por ùa vêz d'aquella maneira o nego- | cio. ECM, V
- (67) e lem- | bre-se que se hoje estão esses negocios desembaraçados, como es- | tão, devem aos meus esforços ECM, V
- (68) e fiz-lhe interesse de 1:000\$ reis para elle annuir em tudo, e con- | correr para a conclusam d'este malfadado negocio ECM, VII
- (69) João Lopes, fui aoseo Engenho eapresentei | lhe as suas Letras, respondeo-me, que depois doNatal é que po | dia dar algũas caixas, que asque tinha era para pagamento deBois e | Cavalos para poder moer JRN, I

Nas cartas dos remetentes brasileiros, estando o *verbo precedido de conectivo de coordenação*, a colocação dos clíticos apresentou-se variável, tal como nas cartas dos remetentes portugueses. Aqui, contudo, os índices de frequência da colocação pré-verbal e da colocação pós-verbal do clítico foram de 50.0%, não havendo preferência pela colocação pós-verbal do clítico⁷⁴. 12 das 16 atestações de orações com verbo precedido por conectivo de coordenação apresentaram o conectivo *e*; para além deste conectivo, ocorreram ainda, com apenas uma atestação cada, *mas*, *mas que*, *pois* e *por quanto*. Assim, em contexto de *verbo precedido por conectivo*

⁷⁴ Note-se, porém, que, na análise das cartas dos remetentes portugueses, quando se excluíram as ocorrências com verbo no imperativo do contexto *verbo precedido por conectivo de coordenação*, a frequência da variante pré-verbal de colocação do clítico foi superior à da variante pós-verbal.

de coordenação, a variabilidade posicional do clítico só foi efetivamente atestada para as coordenadas introduzidas por *e*. Atentando-se para os remetentes autores de cada uma das ocorrências acima referidas, constata-se que 7 das 8 ocorrências de colocação pós-verbal foram retiradas das cartas de um mesmo remetente, Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), o que poderia estar enviesando os resultados quantitativos, que possivelmente revelariam uma preferência ainda maior pela variante pré-verbal, se excluído o referido remetente. De fato, quando se excluem as ocorrências do remetente em questão, o índice de colocação pré-verbal eleva-se para 83.3%. Deve-se notar, porém, que, para o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), o contexto *verbo precedido por conectivo de coordenação* não é um contexto de regra categoricamente pós-verbal de colocação do clítico, mas, sim, um contexto em que, em 7 (70.0%) das 10 ocorrências que lhe correspondem, o clítico se apresentou em posição pós-verbal. Ainda assim, há um contraste entre a sua média individual de 70.0% de preferência pela colocação pós-verbal e a média geral de 50.0% de frequência da colocação pré-verbal atestada para o referido contexto.

No item 1.2.1.5.1. do Capítulo 1 do Volume II, afirmou-se que o critério para se indicar a nacionalidade de um remetente foi a localização de fonte documental em que constasse tal informação. Contudo para um conjunto de remetentes, dentre os quais se inclui Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), a indicação da nacionalidade como brasileira fez-se por inferência. Assim, a partir do contraste acima apontado, põe-se agora a questão de saber se, de fato, a inferência da nacionalidade do referido remetente foi feita corretamente ou não. Tal questão será retomada posteriormente, com base em argumentos sociolingüísticos.

b. Verbo precedido por sujeito (24):

Colocação pré-verbal (14 – 58.3%):

(70) Minhas despesas | não diminuem ao contrario com o augmento | da familia que tenho ellas **se** augmentão JTB, I

(71) M[?] **lhe** beija | a mão e com migo pedimos | o mimo de sua benção LEO, I

(72) eu **lhe**pedi que não nos de | xase porem esta constante noSeu progeto MAC, I

(73) Como Vossa Senhoria está pelo partido que **lhe** enderecei | a essa Digna Commonidade, por isso tenho | a **lhe** expôr que pode mandar buscar no | dia primeiro do p vindouro mez, em diante, | os generos que precizos **lhe** fôr, no arma= | zem dos Senhores Antonio José Fernandes | Lima [?] Ca., independente de ordem algu= | ma; por quanto o meo genro s'acha no ditto | todos os dias uteis MAA, IV

(74) Elle respeitozamente **le** | fas Vizitas MJE, IV

(75) e co | mo o mesmo Lial seja hũ bom ehonrado ho- | mem, etrabalhador do Arsenal de Guer | ra eu **me** offereço aVossaExcelencia para exigir | delle as mençaes athe saptisfazer odebi- | to PAS, I

(76) Hé certo que estou responsavel | por essa Joaquina Roza, e que por ella | tenho pago mais dessa quantia que Vossa Senhoria indica | na sua dita carta, o que não tenho sa- | tisfeito porque menão tem sido possivel, | eDeos **o** sabe. SEB, I

(77) eu **lhe** agradeço tanto favôr VRV, I

(78) hũa molestia prolongada, e pregui | sos mui graves, **me** conduziram aes= | ta impocibilidade VRV, IV

(79) Vossa Excelencia **me** dirá quanto permite que por | equidade se **lhe** releve, para do restante elle pas- | sar letras. ZGV, IV

(80) Vossa Excelencia **me** dirá se recebeo promptamente o | 1:000\$000, que tinha de ser pago à vista. ZGV, IV

(81) mas Vossa Excelencia **me** dirá o que quer que se faça certa de | que em tudo desejo servir-a, e obedêcer aos seos pre- | ceitos. ZGV, IV

xxxxx

(82) mas a viuva, que estava já inteiramente ao facto | das intenções d'elle, e do Adão, **se** conservou sempre fir- | me ECM, I

(83) O portador d' esta o Illustrissimo Senhor Joaquim José dos Reis | **me** fez a honra tocar aqui, de caminho para essa Ci- | dade, e fallar-me, a cêrca dos negocios do

Convento de | Vossa Reverendissima, que me fôrão recommendados, relativamente ao |
Casal do Matta Barcelar ECM, IV

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(87) Alguma rasão tem na queixa que fás | pela falta do pagamento aque estou obrigada
ao | seu Convento, porem se attender que, não há | quem deva podendo pagar, Vossa
Senhoria **me** desculparia d' | essa falta MJE, VII

Colocação pós-verbal/intra-verbal (10 – 41.7%):

(84) Minha Senhora apézár de ter passado esta divida do Con- | vento aoutro Herdeiro
que ficou com a Propriedade de que | manóu aditta divida... Com tudo; o bom
conportamento | de Vossa Senhora, obrigame acoidár em pagár o que me for possivel, |
tendo principio o pagamento de hoje a sessenta dias AOP, I

(85) O ditto Senhor ouvio-**me** | e examinou todos os papeis, que dizem respeito a | este
negocio, e ficou inteirado de tudo ECM, IV

(86) Quanto a divida do Adão elle disse-**me** muito positi- | vamente, que não pagava em
quanto as Freiras não firmassem | um contráto, que tinhão feito com elle ECM, I

(87) Pedi-lhe licença para chamal-o a Juiso, | e elle disse-**me**, que seria bom primeiro
saber se as Frei- | ras já tinhão assignado esse contrato ECM, I

(88) Mande Procuraçam para mandar | ajuisar sua Lettra, e Você queixa-**se** de mim, sem
rasão | por que eu nada lhe pedi a respeito, e nem eu lá estava quando | Você agarantio.
ECM, VII

(89) e Eu axo**me** taõ bem em Comodado das minhas moLestia | proiso he que não poso
ir ate La FAP, V

(90) O mestre da Leopoldina entregou-**me** | o fato, que lhe encommendei, o qual | veio
todo muito bom, não só nas fasendas. | como no feitio. ZGV, I

xxxxx

(91) mas elle | que tambem é outro pateta, intimidou-**se** com arrufos | do Adão e Justino
ECM, VI

(92) O Mascarenhas que ficou certis- | simo de dar hoje cem milreis para serem
enviados | a Madre Abbadeça, tirou-**se** hontem dos seos cuidados | remetendo-**me** a
carta inclusa, que far-**me**-ia rir, | se o negocio não fosse tão serio. ZGV, III

xxxxx

(93) Portanto, | eu sujeitar-**me**-hei a carregar com toda a importancia da Si- | za, por que fui eu que fiz a compra ECM, V

Nas cartas dos remetentes brasileiros, estando o *verbo precedido por sujeito*, a colocação dos clíticos apresentou-se variável com preferência pela colocação pré-verbal, tal como nas cartas dos remetentes portugueses. Todavia, enquanto aqui se atestou apenas uma leve preferência de 58.3% pela colocação pré-verbal, nas cartas dos remetentes portugueses a preferência pela colocação pré-verbal foi amplamente maioritária, atingindo uma frequência de 82.0%. Mais uma vez, aqui se pode destacar o peso exercido por um único remetente, Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), autor de 6 das 10 ocorrências de colocação pós-verbal/intraverbal do clítico no contexto *verbo precedido por sujeito*. Excluindo-se as ocorrências do remetente em questão, o índice de colocação pré-verbal eleva-se significativamente para 75.0%. Note-se que os exemplos (82) e (83), por um lado, e (91) e (92), por outro, indicam ainda que a variabilidade posicional do clítico é também atestada mesmo quando está o *verbo precedido por sujeito + constituinte adjunto*. (93) apresenta a única ocorrência da variante intraverbal de colocação do clítico atestada entre os remetentes brasileiros no domínio das orações não-dependentes. Posteriormente, será considerado todo conjunto de ocorrências com verbos no futuro do indicativo, a fim de se observar a efetiva representatividade dessa variante de colocação do clítico entre os remetentes brasileiros.

c. Verbo precedido por SP com função adverbial / com função de oblíquo (20):

Colocação pré-verbal (17 – 85.0%):

(94) vizito aminha afilhada, epor | mim**lh**edeite aminha benção ACM, VI

(95) D'aqui da Vila onde me acho dando tes- | temunhas na Denuncia contra o Felisberto, **lhe** fa- | ço esta, aproveitando o favor do Senhor Tenente Ignacio | Garcia Mendes. ECM, III

(96) mas, como não conheço em | Você algũa superioridade, que me impêça de **lhe** respon- | der tambem com a mesma pectulancia, se o quizesse, po- | nho de parte essas bravatas, e somente por tudo **lhe** res- | pondo que amim me é indifferente estarmos ligados por | muito ou pouco tempo ECM, VI

(97) ora o Fructuoso, e outros ac- | ceitárão a Cessão, e eu então como Procurador **lhes** dei a | desobriga. ECM, VI

(98) e se eu podesse prever tantos compromettementos, e difficuldades, de certo | que por interesse algum **me** encarregaria d'elles. ECM, VII

(99) Portanto, se nem Você, e nem minhas constitas ficarem contentes | com o expediente, que tomei, menos ainda ficarião, estou certo, se eu | o deixasse de tomar, por que então com rasão **me** accusarião de | não ter empregado os meios, unicos, e necessarios hoje em dia, para | se conseguir a justiça ECM, VII

(100) e SeaSim Vossa Senhoria | vi que não estara Legar emtaõ por Favor **me** delebere o | que Eu eide Fazer ataL respeito para poder de tremi- | nar aospagamento dasLetras ao dito Comvento FAP, III

(101) Aresebi aSua estimada Carta de 17 deste Corente | emque repiLca a ofexe do negocio das freras e nesta **Le** | arespondo que Eu não poso corer risCo aminha Vida por | emteresses deste mundo inganozo FAP, VI

(102) Com | a maior consideração e respeito **me** | assigno JBS, I

(103) Para quanto for de seu serviço **metem** sempre prompto JTB, I

(104) Em tal apuro **me** força o Céu a soffrer opezar de adiar ainda omeu | empenho, e nem sei n'este anno o que poderei fazer, pois que oproducto da | Lavoira nem tem chegado até hoje, para osustento da fabrica. VPB, II

(105) Minha Senhora que muito respeito: a carta com | que abundade de Vossa Senhoria quiz honrar-me, em extre= | mo **me** lizongeu VRV, I

(106) Conheço que Vossa Senhoria tem razão, po- | rem talvez ignore as minhas circuns- | tancias, e por isso **me** considere culpa- | do. SEB, I

(107) Com muito prazer recebi a s[ua] | cartinha pois nella **me** sertifica | o seu bem passar LEO, I

xxxxx

(108) Ultimei tambem a cobrança do Adão, e remetto a Lettra||| d' elle tambem para ser recebida no devido tempo, no que não ha falta | e por tudo **me** comprometto ECM, VII

(109) com rasão de mim exige e com rasão de mim | **se** queixará por lhe haver assim faltado JTB, I

(110) Dos 400\$000. que | fica devendo o Mascarenhas **me** parece de jus- | tiça, que Vossa Excelencia abata 100\$000. que vem a ser | a remuneração de 20 por %, que o Convento offereceo- | lhe pela cobrança que fizesse ZGV, IV

Colocação pós-verbal (3 – 15.0%):

(111) finalmente, depois de | 33 dias depenoso trabalho concluiu-se esse malfadado negocio ECM, VI

(112) e com orece- | bimento dellas entregue-**me** aminha letra JLB. I

(113) Minha vida, por desgraça, errante, fes comque meus bens fossem por largo tempo | entregues a mãos alheias, e por descuidos ou negligencia dos que os adminis= | trarão, e dos que devião ser exigentes para com elles, amontuarão-se os | juros da divida ao Imperial Mosteiro, que tem adita de ser governado | por Vossa Excelencia demodo, que me vim achar máu pagador sem osaber VPB, I

Enquanto, entre os remetentes portugueses, em contexto de *verbo precedido por SP com função adverbial / com função de oblíquo*, não houve indicação de preferência por nenhuma das duas variantes de colocação do clítico na frase, ocorrendo ambas com uma frequência de 50.0%, entre os remetentes brasileiros, atestou-se uma preferência amplamente maioritária pela colocação pré-verbal, cuja frequência foi de 85.0%. Diferentemente do que se observou para os contextos de *verbo precedido por conectivo de coordenação e verbo precedido por sujeito*, aqui o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) apresentou uma maior frequência de ocorrências da variante pré-verbal, e não da variante pós-verbal de colocação do clítico na frase: em 6 (85.7%) das 7 ocorrências que lhe correspondem, o clítico se apresentou em posição pré-verbal. Excluindo-se as ocorrências do remetente em questão, conforme se fez para

os contextos anteriores, nota-se, todavia, que a frequência da colocação pré-verbal praticamente não se altera, reduzindo-se apenas de 85.0% para 84.6%.

d. Verbo precedido por oração subordinada adverbial (19):

Colocação pré-verbal (10 – 52.6%):

(114) Eu estou com | vistas de realizar certo negocio; se elle | tiver o effeito esperado, **me** dirigirei a Vossa Merce | com o quantitativo que me for possivel, para | restar-me o praser de diser, que em parte | concorri para minha respeitavel Tia e Senhora | ter, senão ||| senão o desenvolvimento preciso, porem um | respiro que le resultou algum bem, para assim | melhor lembrado eu ser nas orações que | Vossa Merce empregar a Nossa Mãe de Deus. ANT, I

(115) Agora porem depois que d'aqui voltar **lhe** | escreverei, dando-lhe conta do resultado | de todos os negocios, que me estavam encarrega- | do. ECM, III

(116) porem | nada disse, e quando me dispuz a dar-lhes Escriptura **me** respon- | derão, que só depois que eu dêsse as terras medidas, e demarcadas, | e tudo desembelecado ECM, VI

(117) Depois de agradecer aVossa Senhoria as | expreçoens obzequiozas, com, que, por sua bon-| dade, me quiz honrar, na sua estimadissi- | ma de 3 do mez proximo passado, que hontem recebí, **se** | **me** offerece aresponder, que ao tempo do in- | ventario, que se procedeo, dos | bens dafinada | minha Tia a Senhora Dona Anna Maria Francisca Ro- | mana de | Albuquerque, oseu cazal nada | devia a esse Convento, como mostrão os for- | maes de partilhas. IPA, II

(118) Não tenho respondido ahonroza car- | ta deVossa Senhoria datada a 24 de Fevereiro por | tela recebido em dias de Maio | emeser necessario obter esclarecimentos demeo sobrinho Doutor Gomes, e | sua Mãe o que pude ter nodia 11 doCorrente e como mefoi nesce- | rio sahir para fora nodia 12 **me**privou deofazer neste mesmo dia | adar cumprimento ao meo dever atanto tempo demorado. JCS, I

(119) pois tendo defazer inventario, epartilhas | com meos filhos, **me** he indispensavel essa con | ta. JLB, II

(120) Ficarão me dous filhos hũ | macho com 50 annos meio doudo, que me obriga a | fazer inventario judicial, pois emmediatamente que mor= | reo aMai, **se** animou apassar

duas cartas deliber | dade deminhas escravas sendo eu vivo, a outra he Senho | ra eja tem
40 annos he solteira, evirgem JLB, II

(121) pois estando nadeligencia de fazer moer | deagua hum de meos engenhos com
grandes despezas, etra | balhos pessoaes, sua morte alem de mecauzar grande | pena, **me**
obrigou a novas despezas em tempo em que | me achava bastante implicado. JLB, II

(122) nesta quantia entra um concer | to que fez o Ferras - sequiser | **lhe** remetterei
aconta LGL, I

(123) Vou escrever ao Goveia sobri [?] pa | gamento pois tendo mevisto Veixada pela
pou | ca Safra que fis **le** dei a devida do Senhor Inocencio | Marques para applicala para
ese pagamento que devi fazelo | Com prontidão MJE, IV

Colocação pós-verbal (9 – 47.4%):

(124) Ainda não **lhe** escrevi | depois que cheguei do Conde, por que o devia fazer | por
proprio, e Jose Baptista cahio doente, e apenas me- | lhorou, deitei-o atraz dum negro
fugido. ECM, III

(125) e eu não | só por servil-o, como pelo interesse que me elle fazia, ex- | forcei-**me**
quanto pude para o conseguir. ECM, VI

(126) Como sempre appello da injuridica sentença, | rogo-**lhe** muito tenha a bondade de
noticiar-me a subida d'ella | para o tribunal competente, e os Ministros, á quem vai
destri- | buida ECM, V

(127) quando | elle se empenhou fortemente comigo para eu **lhe** conse- | guir a compra
d'essas terras, por intrigas, que tinha com | o Adão, prometteo-**me** que se eu lh'as
comprasse me | faria o interesse de 1\$ real em cada braça ECM, VI

(128) Depois de **lhe** ter assim explicado todo esse caviloso a- | malgama, para Você
ficar bem inteirado, e convencido da na- | tureza do dólo, cumpre-**me** a final dizer-**lhe**
por conclusam, | que Você manda na minha vontade, e que jamais tive intenções de o
com- | prometter ECM, VI

(129) Magoadado com tão inexperado quanto desusado rigor da parte de | Pessoa tanto de
meu respeito, e de quem esperava melhor tratamento, | resta-**me** a resignação VPB, I

(130) Mande vir á minha | presença o Mascarenhas, ex-procurador | do Convento, e
perguntando-**lhe** por que | não dava conta de huns 500\$ que arre- | cadou, e metteo em
si, respondeo-**me** | que pela razão de haver feito as despezas cons- | tantes do papel
incluso. ZGV, I

- (131) Depois de ter respondido à carta de Vossa Senhoria de 28 de Maio | ultimo, disendo-lhe, entre outras cousas, que não pa- | recia conveniente aceitar-se a proposta que o Senhor | Novaes Lins fisera á Reverendissima Madre Abbadeça de dar pe- | la divida de Dona Lourença ao Convento [d]o Disterro | a quantia de 1:000\$000 à vista; appareceo-**me** o genro | daquella Dona Lourença, Barnabe Francisco Telles ZGV, III
- (132) Com effeito, depois de faltar mui- | tas vezes ao promettido, trouxe-**me** cincoenta pata- | cões ZGV, IV

Nas cartas dos remetentes brasileiros, estando o *verbo precedido por oração subordinada adverbial*, a colocação dos clíticos apresentou-se variável com preferência pela colocação pré-verbal, tal como nas cartas dos remetentes portugueses. Todavia, enquanto aqui se atestou apenas uma leve preferência de 52.6% pela colocação pré-verbal, nas cartas dos remetentes portugueses, a preferência pela colocação pré-verbal foi bem mais ampla, atingindo uma frequência de 78.0%. Mais uma vez, aqui se destaca o peso das ocorrências de um mesmo remetente, Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), tanto por ser autor de 7 das 19 ocorrências do contexto em causa, quanto por uma marcante preferência pela variante pós-verbal de colocação do clítico. Excluídas as suas ocorrências, o índice de preferência pela colocação pré-verbal eleva-se para 66.6%

Nos dois contextos a seguir, *verbo precedido por certos advérbios e verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica*, o número de ocorrências foi, para ambos, bastante reduzido. Ainda assim, pôde-se atestar a variabilidade posicional do clítico em contexto de *verbo precedido por certos advérbios*, como também se atestaria entre portugueses, no século XIX. Julga-se que, para o contexto de *verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica*, a variabilidade posicional dos clíticos só não foi atestada

entre os remetentes brasileiros, em virtude do fato de não ter havido mais que uma ocorrência deste tipo.

e. Verbo precedido por certos advérbios (03):

PORÉM (03)

Colocação pré-verbal (02 – 66.6%)

(133) Ago- | ra, porem, **me** anuncia elle, que se me pretende dar uma quantia, | que, na verdade, nada satisfaz, e nem ao menos em parte corres- | ponde a minha expectativa. ECM, II

(134) porem **me** assiste | ainda as mesmas razoes que aodito Senhor expúz eacresce a | impossibilidade de pagar oque Vossa Senhoria exige pela mortandade, | que sofri no meo gado IPA, I

Colocação pós-verbal (01 – 33.3%)

(135) n`esta occasião porem | faltam-**me** os meios quanto a primeira par= | te VRV, IV

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(9'') porem refiro-**me** a antes | deste MJE, VIII

f. Verbo precedido por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica (01):

(136) Amorte deminha mulher sucedida a 3 deproximopassado D[ez]embro | da occazião aisso, para ella foi felicidade pois vivia muito | doente eamuitos annos, mas para mim **mecaizou** muito | grande transtorno JLB, II

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(10'') equando neste anno não possa resgatar | todo o debito, metade ofarei, por que tenho fé em | vista do que tenho a faser na proxima saffra. MJE, VIII

A ocorrência (10''), extraída de carta apógrafa de remetente brasileiro, apresenta um exemplo pouco usual de construção com Deslocação à Esquerda Clítica. Nela, o clítico acusativo *o* retoma a oração

completiva objetiva direta *resgatar metade do débito*. Desta oração, todos os constituintes foram apagados, exceto o quantificador *metade*: não se resgatará *todo* o débito; resgatar-se-á *metade* do débito.

Para os remetentes portugueses, observou-se que, em contextos de regra variável, o imperativo parecia favorecer a colocação pós-verbal do clítico. Observou-se também que, na presença do futuro do indicativo, a preferência era amplamente maioritária pela colocação pré-verbal, o que se interpretou como uma estratégia para se evitar a colocação intraverbal. A seguir, apresentam-se as ocorrências de frases imperativas e de frases com futuro do indicativo extraídas das cartas dos remetentes brasileiros:

Frases imperativas (05):

Colocação pré-verbal (02 – 40.0%):

(137) examine isso, e **me** respon- | da a final o que devo faser ECM, I

(138) e SeaSim Vossa Senhoria | vi que naõ estara Legar emtaõ por Favor **me** deLebere
o | que Eu eide Fazer ataL respeito para poder de tremi- | nar aospagamento dasLetras
ao dito Comvento FAP, III

Colocação pós-verbal (60.0%):

(138) e não convindo assim, então o meu trabalho já tido, fi- | cará por coisa nem uma, e
encarregue-se outro de ir que- | brar-se com o Adão, e verão os tropeços, que encontram
ECM, II

(139) e lem- | bre-se que se hoje estão esses negocios desembaraçados, como es- | tão,
devem aos meus esforços ECM, V

(141) e com orece- | bimento dellas entregue-**me** aminha letra JLB, I

Em contexto de regra variável, houve apenas 5 ocorrências de frases imperativas, o que não permite conclusões mais definitivas. Contudo, deve-se destacar que, enquanto entre os remetentes portugueses, em contextos de

regra variável, sendo o verbo uma forma imperativa, o clítico se apresentou categoricamente em posição pós-verbal, entre os remetentes brasileiros, a sua posição na frase foi variável, tendo havido apenas uma leve preferência pela colocação pós-verbal.

Frases com futuro do indicativo (11):

Colocação pré-verbal (10 – 90.9%)

(142) Eu estou com | vistas de realizar certo negocio; se elle | tiver o effeito esperado, **me** dirigirei a Vossa Merce | com o quantitativo que me for possivel, para | restar-me o praser de diser, que em parte | concorri para minha respeitavel Tia e Senhora | ter, senão ||| senão o desenvolvimento preciso, porem um | respiro que le resultou algum bem, para assim | melhor lembrado eu ser nas orações que | Vossa Merce empregar a Nossa Mãe de Deus. ANT, I

(143) Agora porem depois que d'aqui voltar **lhe** | escreverei, dando-lhe conta do resultado | de todos os negocios, que me estavam encarrega- | do. ECM, III

(144) com estes lucros pague eu 1:000\$*reis [a]o | Doutor Justino, 100\$ reis ao Procurador da viuva, 426\$ reis metade da Siza, | 5\$ reis de sellos das lettras, e **me** ficará de lucro pela algibeira fóra cen-||| cento e tantos milreis! ECM, V

(145) e se eu pudesse prever tantos comprometementos, e difficuldades, de certo | que por interesse algum **me** encarregaria d'elles. ECM, VII

(146) Portanto, se nem Você, e nem minhas constitas ficarem contentes | com o expediente, que tomei, menos ainda ficarião, estou certo, se eu | o deixasse de tomar, por que então com rasão **me** accusarião de | não ter empregado os meios, unicos, e necessarios hoje em dia, para | se conseguir a justiça ECM, VII

(147) com rasão de mim exige e com rasão de mim | **se** queixará por lhe haver assim faltado JTB, I

(148) nesta quantia entra um concer | to que fez o Ferras - sequiser | **lhe** remetterei aconta LGL, I

(149) Vossa Excelencia **me** dirá quanto permite que por | equidade se lhe releve, para do restante elle pas- | sar lettras. ZGV, IV

(150) Vossa Excelencia **me** dirá se recebeo promptamente o | 1:000\$000, que tinha de ser pago à vista. ZGV, IV

(151) mas Vossa Excelencia **me** dirá o que quer que se faça certa de | que em tudo desejo servil-a, e obedecer aos seus pre- | ceitos. ZGV, IV

Colocação intraverbal (1 – 9.1 %):

(152) Portanto, | eu sujeitar-**me**-hei a carregar com toda a importancia da Si- | za, por que fui eu **que** fiz a compra ECM, V

Em contextos de regra variável, sendo o verbo uma forma do futuro do indicativo, houve, tanto entre remetentes portugueses, quanto entre remetentes brasileiros, uma ampla preferência pela colocação pré-verbal: entre os portugueses, de 87.5% e, entre os brasileiros, de 90.9%.

Entre os **remetentes portugueses**, no domínio das **orações não-dependentes**, o clítico apresentou um padrão de **ordem variável quando o verbo ocorreu precedido por conectivo de coordenação, por sujeito, por SP com função adverbial/com função de oblíquo ou por oração subordinada adverbial**⁷⁵. Observou-se, assim, que os contextos de ordem variável do clítico depreendidos em cartas de imigrantes portugueses radicados na Bahia corresponderam exatamente a contextos identificados como de ordem variável do clítico em toda a história do português europeu. Entre os **remetentes brasileiros**, nos contextos acima referidos, o clítico apresentou **os mesmos padrões de colocação atestados entre os portugueses**.

Em síntese, portanto, é relevante destacar que, **no domínio das orações não-dependentes, os contextos de regra categórica e de regra**

⁷⁵ Quando o verbo ocorreu precedido *por certos advérbios* ou *por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica*, não se atestou regra variável de colocação do clítico, o que se interpretou como sendo decorrente do baixíssimo número de ocorrências atestadas.

variável de colocação do clítico na frase **foram os mesmos entre os remetentes portugueses e os remetentes brasileiros.**

Finalizando, para o domínio das orações não-dependentes, esta análise comparativa da sintaxe dos clíticos entre portugueses e brasileiros, considerem-se, a seguir, em particular, os contextos de regra variável. Quando da análise das cartas dos remetentes portugueses, observou-se que, em contextos de regra variável – o espaço onde, mais significativamente, se processou a mudança da ordem ‘clítico-verbo’ para a ordem ‘verbo-clítico’ na história do português europeu –, enquanto João Pinto Leite (R. 25), imigrante português radicado na Bahia, apresentou uma frequência de 45.2% da variante pós-verbal de colocação do clítico na frase, Almeida Garrett, tal como João Pinto Leite (R. 25), natural do Porto e nascido no ano de 1799, apresentou uma frequência de 80.7%. Interpretou-se esta significativa diferença de 35.5% na média geral da frequência da ordem ‘verbo-clítico’ entre ambos como um indício de “reestruturação” da gramática de um indivíduo em direção à gramática do português brasileiro, “reestruturação” esta que, inferiu-se, seria ainda mais acentuada entre os falantes pertencentes aos estratos socioculturais menos privilegiados da comunidade de imigrantes portugueses. Os resultados da análise da sintaxe dos clíticos nas cartas dos remetentes brasileiros vêm apontar favoravelmente à hipótese referida: enquanto, em Almeida Garrett e em João Pinto Leite (R. 25), se atestaram frequências de 80.7% e 45.2%, respectivamente, da ordem ‘verbo-clítico’, entre os remetentes brasileiros, a frequência da variante pós-verbal de colocação do clítico foi de 37.3% (31/83). Houve, portanto, muito mais proximidade entre João Pinto Leite (R. 25) e os remetentes brasileiros que entre João Pinto Leite (R. 25) e Almeida Garrett. Note-se que, se excluídas as ocorrências extraídas das cartas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), que, conforme se apontou ao longo da análise, estaria com peso desigual em face dos demais

remetentes, a frequência da variante pós-verbal de colocação do clítico entre os brasileiros reduz-se ainda para 24.0% (12/50).

Resta ainda considerar a questão anteriormente levantada acerca do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), ou seja: se, considerando-se esse remetente em particular, a frequência da ordem 'verbo-clítico' em contextos de regra variável foi de 60.6%⁷⁶, estando acima, portanto, da média atestada para o conjunto dos remetentes brasileiros e, principalmente, estando acima da frequência atestada para o remetente português João Pinto Leite (R. 25), seria sustentável a inferência da sua nacionalidade como brasileira?

No conjunto dos remetentes brasileiros homens, 4 tinham, comprovadamente, instrução superior: José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) – Bacharel em Filosofia (Coimbra); Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe (R. 46) – Médico (Coimbra); o Visconde da Pedra Branca (R. 51) – também Bacharel em Filosofia (Coimbra) e, finalmente, Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) – Advogado (Olinda). Considerando-se apenas este subconjunto dos remetentes brasileiros homens com instrução superior, observou-se que a frequência da ordem 'verbo-clítico' em contextos de regra variável foi de 53.9%⁷⁷. Portanto, entre homens brasileiros com instrução superior, nos contextos de regra variável de colocação do clítico, a frequência da colocação pós-verbal foi maior que em um imigrante português pertencente ao mais alto estrato sócio-econômico da comunidade de imigrantes portugueses. Assim, se estes resultados põem em dúvida a inferência da nacionalidade de Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) como brasileira, também não dão prova de que seja portuguesa. Todavia indicam

⁷⁶ 33 ocorrências foram extraídas das cartas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), havendo 13 (39.4%) de colocação pré-verbal e 20 (60.6%) de colocação pós-verbal.

⁷⁷ 13 ocorrências foram extraídas das cartas dos remetentes brasileiros homens com instrução superior, havendo 06 (46.1%) de colocação pré-verbal e 07 (53.9%) de colocação pós-verbal.

um aspecto da realidade sociolingüística que importa destacar: não apenas a nacionalidade, mas também o grau de literatização do indivíduo, têm fundamental importância em investigações de viés comparatista entre o português brasileiro e o português europeu, podendo-se indicar como padrão geral que, quanto maior for o grau de literatização de um indivíduo de nacionalidade brasileira, menos marcadamente brasileira será a sua escrita.

Na conclusão da análise da sintaxe dos clíticos em orações não-dependentes em cartas de remetentes portugueses, levantou-se a hipótese de que, entre os imigrantes portugueses integrantes dos estratos sócio-economicamente desprestigiados teria havido um movimento de aproximação em relação à gramática do português brasileiro, não se reforçando, portanto, nos contextos de aquisição o *input* característico da Gramática 2. Na conclusão da análise da sintaxe dos clíticos em orações não-dependentes em cartas de remetentes brasileiros, observa-se um movimento em sentido contrário – o de aproximação em relação à gramática do português europeu. Enquanto, entre os portugueses, o movimento de aproximação seria tipicamente característico dos indivíduos integrantes dos estratos sócio-economicamente desprestigiados, entre os brasileiros, vai afetar, justamente, os integrantes da elite e aumentar na proporção em que aumente o grau de literatização do indivíduo.

3.2.2.1.2 ORAÇÕES DEPENDENTES

3.2.2.1.2.1 FINITAS

Em *orações dependentes finitas*, a colocação dos clíticos, entre os remetentes brasileiros, não foi categoricamente pré-verbal, distinguindo-se, assim, do que se observou para os remetentes portugueses. Em um total de

217 ocorrências de *orações dependentes finitas*, a frequência da colocação pré-verbal foi de 94.9% (206) e a da pós-verbal/intraverbal de 5.1% (11)⁷⁸.

Anteriormente, considerando que, no século XIX, a ordem imediatamente pré-verbal já era a ordem vernácula de colocação dos clíticos no português brasileiro, afirmou-se que o conjunto de regras a ser depreendido na caracterização da sintaxe brasileira dos clíticos, aqui apresentada, iria caracterizar uma sintaxe não vernácula. Complementarmente, pode-se afirmar também que a emergência, entre os remetentes brasileiros, de ordem pós-verbal em contexto, para os remetentes portugueses, de regra categoricamente pré-verbal será interpretada como indício de atitude de hipercorreção. As *orações dependentes finitas* apresentam-se, portanto, como contextos em que a hipercorreção, ainda que com baixa frequência, pela primeira vez se revela entre os remetentes brasileiros.

3.2.2.1.2.1.1.1 COMPLETIVAS (43)

Colocação pré-verbal (38 – 88.4%):

(1) P.S. | Rogo mais a Vossa Senhoria que **me** remeta - | uma conta Circunstanciada - ||| tanto dos Capitaes de 1:600\$, e 2:000\$, como dos | respectivos juros, contados desde que meo finado | Sogro deixou de os pagar BAC, II

(2) Remeto a Vossa Excelencia os cincoenta e cinco mil reis do alug[uer] | de sua Casa e muito sinto que Vossa Excelencia **me** tache de f[altar] [.] | verdade e claresa BBL, I

(3) Mas a culpa é minha, e por isso bom | é que Você **me** ponha á curta, e diga o que eu não esperava, como | o tem feito, segundo disse o genro do Senhor Fructuoso ECM, V

(4) e muito me | admira Você dizer-me que não sabe por que eu **me** conspirei con- | tra elle ECM, VI

(5) achei duas cartas suas | e na ultima, pedindo-me solução dos negocios do convento, diz que em outra não | sabia, por que as Freiras **o** perseguição ECM, VII

⁷⁸ Excluíram-se deste cômputo as orações dependentes finitas com a posição do complementador ou do pronome relativo não preenchida lexicalmente.

(6) pois tendo o Convento | perdido alguns juros e despesas é de justiça | que **se lhe** pague. FPA, I

(7) Determina OExcelentissimo Senhor Vis= | conde da Pedra branca, que eu **me** entenda com Vossa Senhoria | para leperdoár os juros que tem vencido o dinheiro que deve | a esse Convento, e isto pela empocebilidade em que S[e] [a]= | cha de puder Satisfazer JGF, I

(8) Em quanto ás novas e repetidas exigencias das Freiras mal | sabem ellas que o estar esse negocio oje concluido da | maneira em que está o devem mais á amizade e affeição | que Vossa Senhoria me cauzou, do que as ameaças judiciais com | que ousarão insultar-me JLL, I

(9) mas menão ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que **anão** quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occasi= | ão a se murmurar de mim, que por effeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme della. JLB, II

(10) pelo | que vê Vossa Excelencia, e reconhecerá, que abran- | gendo o mal a todas as classes, e condicções | **me** poem na impossibilidade | de satisfazer presentemente meo debito: JGS, II

(11) Rogo por ultimo a Vossa Excelencia | me mande a conta dos juros vencidos, e que | **me** empregue em seu serviço JGS, II

(12) reconheci deprompto o seu debito | e consenti que **se** desse bens ao inventariante para | esse pagamento JTB, I

(13) e | para servir a Vossa Senhoria fui no ditto arma= | zem que da outra vez comprei quer ||| cinco mil reis pela canada, e diz que pelo preço | que Vossa Senhoria, diz, que **se** perde MJL, II

(14) eu lhe pedi que não **nos** de | xase porem esta constante no seu projeto MAC, I

(15) tenho de dizer a Vossa Excelencia que en | caminhando me a Euzebio Ferreira Lial | este **me** disse achar se a dever a esse Imperi- | al Convento cincoenta milreis de dez me | zes vencidos no ultimo de Fevereiro PAS, I

(16) Desejarei que Vossa Excelencia continue a passar bem, | e que **me** dê occasioens do seu serviço RBS, I

(17) Desejo a Vossa Senhoria a me= | lhor saude e que Deos **a** guarde VRV, II

(18) e lhe dice que | dos 500\$ reis, pertencentes ao Convento, que em si tem, | dar-lhe-ia algum abatimento, se, antes de tudo me | apresentasse alguma quantia, que eu fizesse en- | tregar ao Procurador Jose Manoel Machado de | Araujo para enviar a Madre

Abbadeça: que então ||| eu **lhe** concederia huma espera e hum abatimento | rasoavel.
ZGV, II

(19) N. B. | Mandeï tirar huma copia das letras, que inclusa | remetto, para Vossa
Senhoria ver que n'ellas se não estipulão | juro. ZGV, III

(20) Se o Convento soubesse quanto esse | homem he onerado de familia e pobre, julgo |
que, apezar da nenhuma probidade, de que deo | provas no desempenho do seo
contracto, **lhe** perdoa- | ria por equidade de 100\$ ate 150\$, exigindo d'el- | le letras do
restante com boa firma. ZGV, IV

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(1'') espero que Vossa Senhoria **merespond**a atal respei | to para mesaber determinar
FAP, IV

(2'') contudo, longe deser pertina- | cia minha, respondo a Vossa Senhoria, que este
anno **menão** hé possivel pagarmais doque | os juro vencidos MAJ, I

(3'') Tive opraser de receber ade Vossa Reverendissima, e saber que | **se** axa com saude,
que le desejo vigorosa. MJE, II

(4'') Accuso recebida a carta que me deregio em 18 de Desem- | bro do anno proximo
passado acompanhando a conta corrente do meu | debito a esse Convento de capital e
juro vencidos até | 31 de Desembro proximo passado segundo creio, na impotancia de |
= Reis 1:101\$160 = que a examinarei, pedindo Vossa Senhoria que eu | **a** salde quanto
antes MJE, IX

(5'') Desejo que Vossa Senhoria tivesse | festas felises, e que o novo anno **lhe** traga todas
as prosperidades | que cordialmente **lhe** almejo, e as mais Senhoras Religiosas. MJE, IX

(6'') necessito que Vossa Senhoria **me** remetta, quanto | antes, huma Conta do que **lhe**
ficou á dever o mesmo | finado, como fiador de Luisa Maria de Araujo MAA, I

Colocação pós-verbal/intraverbal (5 – 11.6%):

(21) Ora, tendo eu me entendido com a viuva, e estando el- | la disposta a pagar com
aquele terreno, em que tinha o Adão | empregado suas vistas, fez com que o Justino, e o
mesmo Adão ||| desesperassem de raiva, e tratou logo elle de empregar todos | os meios
para desviar a viuva de similhante procedimento, por que assim, | dizia elle, cavava ella
a sua ruina, quando ia pagar um debito | de 8:000\$ reis, cujas credoras tinhão tratado de
o vender ao | Adão por 3:000\$ reis: que oppossem-se à esta cobrança, que havia |
muito que dizer ECM, I

(22) Estimadísimo Senhor partesipo a Vossa Senhoria que | axase Oltimado osnegosios da Eboteca do Con- | Vento do destero ademetidos por o Capitam Emygidio | Como proCorador do dito Convento FAP, III

(23) e | nada mais tendo accrescentar á minha | ultima remato esta confirmando tudo | quanto levo dito, ficando certo Vossa Senhoria que tudo | ultimar-se ha de confôrmdade com o que tr[acta-] | mos. JYL, III

(24) Tenho a manifestar a Vossa Senhoria, que deliberando=me | hoje a expôr a meo genro sobre o seo embolso, este | respondeo=me, que commonicasse a Vossa Senhoria, se | quer alguns generos, dando=lhe da melhor qua= | lidade, sendo que assim não seja poderá recam= | bial=os MAA, III

(25) mandei | tambem chamar o Mascarenhas, e lhe dice que | dos 500\$ reis, pertencentes ao Convento, que em si tem, | dar-lhe-ia algum abatimento ZGV, II

Em orações completivas, a frequência da colocação pré-verbal foi de 88.4%, e a da colocação pós-verbal/intraverbal de 11.6%. Portanto, em orações completivas, a frequência de 11.6% de colocação pós-verbal/intraverbal do clítico superou a média de 5.1% atestada para o conjunto das *orações dependentes finitas*.

Discriminando-se os cinco remetentes autores das ocorrências de completivas em que se verificou a colocação pós-verbal/intraverbal do clítico – a saber, Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), João José de Azevedo Lima (R. 23), Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), observa-se que atitudes de hipercorreção ocorrem tanto entre indivíduos pouco escolarizados, como é o caso de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) – o remetente brasileiro cujas cartas revelam a mais intensa presença de marcas de uma linguagem não padrão –, quanto entre indivíduos com instrução superior, como é o caso de Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), Bacharel em Direito (Olinda). Destaque-se também a presença do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), cujo grau de escolarização é

desconhecido, mas cujo comportamento lingüístico foi apontado como semelhante ao comportamento dos remetentes com instrução superior.

As completivas apresentaram-se majoritariamente introduzidas pelo complementador *que*, excetuando-se apenas as ocorrências (4) e (5), que apresentaram o complementador *por que*. Tal como entre os remetentes portugueses, é minoritária a freqüência das ocorrências em que o complementador vem precedido de vírgula, também se podendo identificar, em um mesmo remetente, a alternância entre um e outro modo de pontuar, conforme (4) e (5). Excepcionalmente, nos exemplos (18) e (21), o complementador vem precedido de dois pontos. Em (18), o complementador introduz uma oração completiva coordenada já bastante distante do verbo *dizer*, a que se liga, o que, talvez, explique a pontuação pouco usual. Em (21), o complementador introduz uma oração completiva que se liga a uma oração principal nula, possível de se realizar como *Eu desejaria*; nesse exemplo, portanto, os dois pontos não causam estranheza e poderiam ser substituídos por ponto e vírgula ou por ponto. Tal como também se observou para os portugueses, quando a oração completiva é coordenada, o mais freqüente é vir precedida de vírgula: em três atestações de orações completivas coordenadas – ocorrências (11), (16) e (17) –, a completiva coordenada apresenta-se duas vezes precedida de vírgula.

COMPLETIVAS COM A POSIÇÃO DO COMPLEMENTADOR NÃO PREENCHIDA LEXICALMENTE (11):

As ocorrências (26) a (36), a seguir, apresentam orações completivas em que a posição do complementador não está preenchida lexicalmente:

(26) Rogo por ultimo a Vossa Excelencia | [COMPLEMENTADOR NULO] me mande aconta dos juros vencidos, e que | me empregue em seo serviço JGS, II

(27) Como Vossa Senhoria tem tido | tanta paciencia athe agora espero na | sua bondade, ehonra [COMPLEMENTADOR NULO] meespere maisal | gum tempo, que eu lhe ficarei assás | obrigado. SEB, I

xxxxx

(28) Os Procuradores d'esta cõta quem | o Justino está interessado, requerêrão, que a viuva não fizesse pagamento | a algum credor, sem que os bens não fossem rateados, e [COMPLEMENTADOR NULO] não se attendesse | primeiro aos credores da preferida ECM, VII

(29) Diga ao Senhor JoãoPinto | Le, que chamei emmediatamente o Jose | Manoel Machado, e [COMPLEMENTADOR NULO] lhe dice que res- | pondesse á Abbadeça do Desterro. ZGV, I

(30) Quanto ao negocio do Convento tenho a diser-lhe | que outro dia aqui veio ter um Senhor Reis, encarregado de | arranjar taes negocios, e [COMPLEMENTADOR NULO] segundo a conferencia, que tivemos, e | minucioso exame dos mesmos negocios, chegamo-nos a um accor- | do que elle mesmo julgou de vantagem ás Reverendissimas Freiras, e asse- | gurou-me de concluir por ùa vêz d'aquella maneira o nego- | cio. ECM, V

(31) Quanto ao negocio do Convento tenho a diser-lhe | que outro dia aqui veio ter um Senhor Reis, encarregado de | arranjar taes negocios, e segundo a conferencia, que tivemos, e | minucioso exame dos mesmos negocios, chegamo-nos a um accor- | do que elle mesmo julgou de vantagem ás Reverendissimas Freiras, e [COMPLEMENTADOR NULO] asse- | gurou-me de concluir por ùa vêz d'aquella maneira o nego- | cio. ECM, V

xxxxx

(32) [ORAÇÃO PRINCIPAL NULA] [COMPLEMENTADOR NULO] Deos lhe conso- | le, elhedé muitos annos devida, para lhefaser muitos sofragios. ACM,V

(33) [ORAÇÃO PRINCIPAL NULA] [COMPLEMENTADOR NULO] Deos mede paciencia. ACM, VI

(34) [ORAÇÃO PRINCIPAL NULA] [COMPLEMENTADOR NULO] Deus afaça felis ACM, VI

(35) [ORAÇÃO PRINCIPAL NULA] [COMPLEMENTADOR NULO] Vossa Senhoria mefasa ofavor de dizer aoseo Procu- | rador que podi, vir oreceber neste dia sem aver falta alguma RAS, I

xxxxx

(36) [ORAÇÃO PRINCIPAL NULA] [COMPLEMENTADOR NULO] Deos lhe conso- | le, e[COMPLEMENTADOR NULO]lhedé muitos annos devida, para lhefaser muitos sofragios. ACM, V

As ocorrências (26) e (27) representam construções em que o complementador nulo introduz uma oração completiva diretamente ligada à principal; as ocorrências (28), (29), (30) e (31) representam construções em que o complementador nulo introduz uma oração completiva coordenada a uma outra oração completiva; as ocorrências (32), (33), (34) e (35) representam construções em que o complementador nulo introduz uma oração completiva que se liga a uma oração principal nula; finalmente, a ocorrência (36) representa uma construção em que o complementador nulo introduz uma oração completiva coordenada a uma outra oração completiva, que, por sua vez, é também introduzida por um complementador nulo. Os três primeiros tipos de construções com complementador nulo foram também atestados entre os remetentes portugueses; em todos três, manteve-se a regra categórica de colocação pré-verbal do clítico, observada para as ocorrências em que a posição do complementador estava preenchida lexicalmente. Entre os remetentes brasileiros, no segundo conjunto de construções, aquelas em que o complementador nulo introduz uma oração completiva coordenada a uma outra oração completiva, a colocação do clítico apresentou-se variável. Foi o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) o autor das ocorrências com colocação pós-verbal do clítico em oração completiva coordenada a outra oração completiva.

3.2.2.1.2.1.2 RELATIVAS (132)

Colocação pré-verbal (127 – 96.2%)

(37) Ao Senhor Joaquim Rodrigues Nobrega, entregará Vossa Merce os | 227\$820 reis, do resto, que ficou do ajustes das nosas Contas |, e Conoseu recibo nesta mesmo ficará saldada as nosas | Contas, tão bem entregara, aomesmo todos os meos pa- | peis, que seachão no seu poder, Procuração, e auctos | do Broge, e Lacerda. ACM, IV

(38) e reconhecendo [...] Vossa Excelencia como é publico e notorio os sentimentos religiosos que ornão a pessoa de Vossa Excelencia e ainda mais a bondade com que Vossa Excelencia se digna de coadjurar á todos quanto procurão render cultos e louvores á Maria Santissima AMB, I

(39) Eu estou com | vistas de realisar certo negocio; se elle | tiver o effeito esperado, me dirigirei a Vossa Merce | com o quantitativo que me for possivel, para | restar-me o praser de diser, que em parte | concorri para minha respeitavel Tia e Senhora | ter, senão ||| senão o desenvolvimento preciso, porem um | respiro que le resultou algum bem, para assim | melhor lembrado eu ser nas orações que | Vossa Merce empregar a Nossa Mãe de Deus. ANT, I

(40) Minha Senhora apezár de ter passado esta divida do Con- | vento aoutro Herdeiro que ficou com a Propriedade de que | manóu aditta divida... Com tudo; o bom conportamento | de Vossa Senhoria, obrigame acoidár em pagár o que me for possivel, | tendo principio co pagamento de hoje a sessenta dias AOP, I

(41) Não sei o motivo por que sempre me che- | gam retardadas as cartas d[e] Vossa Senhoria BAC, III

(42) Logo, que aqui cheguei, fis entrega das cartas, que | Vossa Excelencia, me encarregou BAP, I

(43) A inclusa é cópia da que em 28 de Setembro, tambem proximo passado, | escrevi ao Senhor Mello, que me encarregou os negocios de Vossa Reverendissima, em | que lhe dei conta da maneira, por que consegui, sem maiores in- | convenientes, a cobrança da divida do casal do Bomjardim ao | Convento de Vossa Reverendissima ECM, II

(44) e eu não | só por servil-o, como pelo interesse que me elle fazia, ex- | forcei-me quanto pude para o conseguir. ECM, VI

(45) evi oque medis de estar | em carregado acobra adevida, que o cazal de Parna | guà, era devedor adito Comvento FSM, I

(46) Resposta das duas Carta areSebidas avista doque **medeCaL-** | raõ Soubre osnegosios que Vossa Senhoria fes Commigo pois toudos atrazos | não tem Sido pormim porque taõ bem tenho Sofrido aLguns | **prejoizos FAP, V**

(47) Depois de agradecer aVossa Senhoria as | **expreçoens obzequiozas, com, que,** por sua bon-| dade, me quiz honrar, na sua estimadissi- | ma de 3 do mez proximo passado, que hontem recebí, se | me offerece aresponder, **que** ao tempo do in- | ventario, **que se** procedeo, dos | bens dafinada | minha Tia a Senhora Dona Anna Maria Francisca Ro- | mana de | Albuquerque, oseu cazal nada | devia a esse Convento, como mostrão os for- | maes de partilhas. **IPA, II**

(48) tenho recebido | mais alguma vez cartas de Vossa Excelencia | tractando do mesmo negocio isto é do | pagamento dos juro a que **me** acho obri- | gado por um capital, que esta nosa | caza deve ao Imperial Convento do | **Desterro JBS, I**

(49) Sou [ad]jizer aVossa Senhoria ponha em ação asua | **cobransa [us]ando dos direitos** que **lhe** permite a lei **JCS, I**

(50) Determina OExcelentissimo Senhor Vis= | conde daPedra branca, que eu meentenda comVossa Senhoria | para leperdoár osjuros que tem vencido odinheiro que deve | aesse Convento, eisto pela empocebidade emque **S[e]** [a]= | cha depuder Satisfazer **JGF, I**

(51) Não me deve esperar na semana que **lhe** dice | pois a moagem excede muito dos dias que tinhamos cal- | culado **JJL, I**

(52) Ficarão me dous filhos hũ | macho com 50 annos meio doudo, que **me** obriga a | fazer inventario judicial, pois emmediatamente que mor= | reo aMai, se animou apassar duas cartas deliber | dade deminhas escravas sendo eu vivo, a outra he Senho| ra eja tem 40 annos he solteira, evirgem **JLB, II**

(53) An- | tonio Onofre, agora sahio com hũa emvasiva, aqual he | que como o **Engenho Callogi** passou aofilho, que delle devo eu ir | cobrar hũa ves que o Engenho passou com seos encargos, oque me ||| **me** pairesse hũa grande asneira **JRN, I**

(54) não cabe nas minhas attribuições | revogar os despachos, ou quaes quer ordens expedidas | pelo mesmo Excelentissimo Senhor; e muito menos esta, de que | **setrata,** que foi emanada da Delegação Apos- | tolica á requisição do mesmo Excelentissimo Prelado. **JOM, I**

(55) Recebi tanto a que vossa merce **me** dirigio | com dacta de 9, como a primeira, | que accusa **JGS, I**

- (56) fico sente | sobre tudo que Vossa Merce **me** diz LEO, I
- (57) Agora he que necessito os arran- | jos para oBaptisado do filho do meo Primo | que vem aser; duas Salvas, um Cabo, duas | Toalhas e duas bandeijas; espero não dei- | xará de mandar pelo nosso escravo, | pois he para servir quartafeira - do que **lhe** | ficarei assas obrigado. LGL, I
- (58) Eu não fiquei de lhe mandar oazeite doce, o que | **lhe** disse foi que o meo amo não estava ahi, | e que o armazem estava dessortido e que não | tinha azeite doce, e nem eu tinha dinheiro para ir | comprar fora, foi o que justamente | **lhe** commoniquei. MJL, III
- (59) Recebi asua Carta que muito estimei por | saber goza perfeita saude bem que Sempre led[e]z[e] | jo em grasa do noso bom Deos. MJE, III
- (60) tanto assim que vendo elle tal procidimento, fez pinhora | em alguns trastes velhos; sem valimento nenhum; os cujos | se achão em meo poder, a excepção de alguns, que tenho deita= | do no fogo para me livrar de semelhante empademia, que tan= | to veicha a uma caza MAA, II
- (61) Em resposta amui respeitavel carta que | VossaExcelencia **me** enderessou em 27 do mez proxi- | mo findo PAS, I
- (62) como tudo isto que esponho aVossa Senhoria hé publico, hotro sim | oseo dinheiro não poço pagaraVossa Senhoria sinão seis mezes, por conta dos dez | que **lhe**çou devedor, sinão no dia quatro do Mez de Julho, | imperterivelmente RAS, I
- (63) e até suppunha ja concluido por que essa | mesma pessoa, disendo que não chegava a mais da | quantia promettida, que **me** não lembra, disse que |que um outro interessado daria, ou faria o ne- | gocio. RBS, I
- (64) a quem acevero que quanto | antes me for possivel heide indenizar ||| do que **lhe** hé devedora aminha afiançada, | de quem não tenho recebido vintem para | seo embolso, ebem sabe Vossa Senhoria que muito cus- | ta ápagar por outrem. SEB, I
- (65) Minha vida, por desgraça, errante, fes comque meus bens fossem por largo tempo | entregues a mãos alheias, e por descuidos ou negligencia dos que **os** adminis= | trarão, e dos que devião ser exigentes para com elles, amontuarão-se os | juros da divida ao Imperial Mosteiro, que tem adita de ser governado | por Vossa Excelencia demodo, que me vim achar máu pagador sem osaber VPB, I
- (66) Accuso a recepção da Carta, que Vossa Senhoria **me** dirigio, ac- | companhada de uma conta de principal, e juros, que | ainda deve ao seu Convento o Casal da fallecida minha | Avó aSenhora Dona Izabel Joaquina de Aragão, persuadida | de que esteja

obrigado á esse pagamento o Casal da fal- | lecida minha Mãe a Senhora Dona Anna
Maria de | São José e Aragão VTA, I

(67) N'este estio por on | de **me** conduzio, e a **minha** Molher, nosso | mau estado de
saude, a fim de fazer | uzo de banhos de Mar, me foi entre | gue a carta de Vossa
Senhoria VRV, IV

(68) Metti- | me nisto, não sem timidez, mas animado do dese- | jo de ver o Convento
livre de questões em Sergipe | e na posse do principal que **lhe** deve essa viuva ZGV, III
xxxxx

(69) eu Cones- | ta *Senhora* pouça amizade *tenho* só por cá vir ver | ostios, e por iso acho
que pouco valera, eff[i]s | um sacrificio, *que* só por **lh**eservir ofis ACM, VII

(70) Cheguei do Conde com 33 dias de estada *por ali*, tendo um grande encomodo n'ũa |
perna, *que* quaze **a** vi quebrada nas mactas do Rio azul, tendo-lhe sobre- | vindo ãa forte
erysipella. *que* muito me molestou ECM, VII

ocorrências de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(7'') e **lh**e vou rogar o | favo[r] mandar pagar o que á Vossa Senhoria pertence, á | fim de
não continuar tão antigo pleito, que bem | á meo pesar farei agitar pelas precizões,
emque | actualmente **se** acha este Convento. ACM, I/II/III

(8'') Recebi aestimadissima de Vossa Senhoria de 22 do preterito, em resposta a minha,
e vejo | quanto **me** pondera MAJ, I

(9'') e como quanto fique muito persuadida dos justos motivos, que | tem Vossa Senhoria
para anova exigencia, que **me** faz MAJ, I

(10'') acresc[e] mais a total perda da fabrica vaccum deste Engenho, como já | mandei
dizer a Vossa Senhoria, por cauza da epidemia quazi geral decarrapatos, que | aqui grassou
em toda a sua extensão, cujo prejuizo **se** faz mais pondero- | zo, não só porque para
oremidiar hé preciso huma grande despeza (...) | co- | mo p[e]lo pouco adiant[a]mento,
que pode ter amoagem esta Safra sendo ne- | cessario f[a]zer de[to]do huma fabrica
nova. MAJ, I

(11'') Hé quanto **seme-** | offerece nesta occasião dizer a Vossa Senhoria a cuja Pessoa
dezejo todobem, e que Deos | guarde com Saude por muitos annos. MAJ, I

(12'') Accuzo recebida a prezada carta de Vossa Senhoria de 8 de Ju- |
nhoproximopassado que **me** cauzou muito prazer MJE, I

(13'') Tive opraser de receber ade Vossa Reverendissima, e saber que | se axa com saude, que **le** desejo vigorosa. MJE, II

(14'') Ora des de a primeira Carta que Vossa Reverendissima **me** derigio | mandei logo que o Senhor Goveia, lá fosse falar a respeito | o estado da nossa Caza MJE, II

(15'') este o motivo que **me** priva de não puder | concordar com asua vontade, e cumprir ogosto que tenho em | ver acabada aobra da nossa Igreja. MJE, V

(16'') Nesta datta escre- | vo a Antonio José deSouza Gouvea com quem Vossa Senhoria **se** | intenderá a respeito do seu pagamento, pois aelle em- | carrego. MJE, VI

(17'') Hoje me foi ent[re]- | gue sua carta de 27 do passado mêz, que **me** | deu praser pela continuação de sua p[r]eci[osa] | saude, que a desejo continuada. MJE, VII

(18'') Vossa Senhoria é | justa, e sabe apreciar as rasões que lhe acabo | de expor, não attribuindo a má vontade, nem | humilha-la em pedir oque **se** deve ao seu Con- | vento MJE, VII

(19'') Accuso recebida a carta de VossaSenhoria de 2 do corrente | que bem magoada **me** deixa por ver nella | expreções que por nem-uma forma as merecia MJE, VIII

(20'') fosse qual a fosse a face por que **a**. encare MJE, VIII

(21'') e nem para | chamar-me ao cumprimento de meu dever, qual se- | ja satisfaser meus debitos, precisava VossaSenhoria [oem] | prego de taes expreções, que as não uso, nem | usarei com aquelles que **me** devem. MJE, VIII

(22'') Se paço | de saffra à saffra, como rifão, a promeça de sa- | tiser o resto que sou obrigada a esse Convento, | é por que essa é á sorte triste de lavoura, rasão que | na minha ultima dei a Vossa Senhoria, que **as** não admitte, | e escusado é continual-as. MJE, VIII

(23'') Accuso recebida a carta que **me** deregio em 18 de Desem- | bro do anno proximo passado MJE, IX

(24'') mas fi- | que sarta a minha Amiga que é do meu enterece saldar es- | ta conta que **me** merece a maior attenção mesmo pela quali- | dade de sua origem. MJE, IX

(25'') Desejo que VossaSenhoria tivesse | festas felises, eque o novo anno lhe traga todas as prosperidades | que cordialmente **lhe** almejo, e as mais Senhoras Religiosas. MJE, IX

(26'') Por meus encomodos de saude foi retardada a | presente resposta, do que **lhe** pesso desculpa. MJE, IX

(27'') Tendo dado começo ao Inventario dos bens, que **me** ficá- | rão, por óbito de meo Marido, o Senhor Sílvio de Araujo | e Almeida MAA, I

XXXXX

(28'') Passo a responder ao | conteúdo da mesma carta, na qual exige *Vossa Senhoria* o em- | bolso de 160\$ *reis*, juros de dous annos vencidos ao ul- | mo do *proximopassado* mêz a que somos obrigados apagar, que | o não fis pela pouca safra que tive MJE, I

(29'') Hoje me foi ent[re]- | gue sua carta de 27 do passado mêz, que me | deu praser pela continuação de sua p[r]eci[osa] | saude, que a desejo continuada. MJE, VII

(30'') Muito soffri o | [in]ve[r]no passado, e por *minha* conservação vim passal-o | nesta Cidade, apressando a vinda a grave molestia | de *minha* Sobrinha Thetesinha que, por conselho dos Medicos, | a trouxe para aqui, onde felismente desvaneeo-se | a febre que tinha á 40 dias. MJE, VII

(31'') Accuso recebida a carta de *Vossa Senhoria* de 2 do corrente | que bem magoada me deixa por ver nella | expreções que por nem-uma forma as merecia MJE, VIII

(32'') e nem para | chamar-me ao cumprimento de meu dever, qual se- | ja satisfaser meus debitos, precisava *Vossa Senhoria* [oem] | prego de taes expreções, que as não uso, nem | usarei com aquelles que me devem. MJE, VIII

(33'') Accuso recebida a carta que me deregio em 18 de Desem- | bro do anno *proximo passado* acompanhando a conta corrente do meu | debito a esse Convento de capital e juros vencidos até | 31 de Desembro *proximo passado* segundo creio, na impotancia de | = *Reis* 1:101\$160 = que a examinarei, pedindo *Vossa Senhoria* que eu | a salde quanto antes MJE, IX

Colocação pós-verbal (05 – 3.8%):

(71) Recebi a presadissima carta de *Vossa Merce* de 22 do | corrente, a qual encheo-me do mais vivo pra- | zer, pois d'ella concluo achar-se *Vossa Merce* bôa. ANT, I

(72) Recebi apresada | carta de *Vossa Excelencia* de 9 do passado que muito estimei | por saber gosa saude bem esse que sempre appeteo-lhe. JTB, I

(73) Vejo quanto dis-me *Vossa Excelencia* sobre o que lhe estou | a dever JTB, I

(74) Dos 400\$000, que | fica devendo o Mascarenhas me parece de jus- | tiça, que *Vossa Excelencia* abata 100\$000, que vem a ser | a remuneração de 20 por %, que o Convento offereceo- | lhe pela cobrança que fizesse ZGV, IV

XXXXX

(75) desejava faser meos pro= | testos contra algumas palavras menos polidas que | no calor dos nossos negocios apparecerão, o que não | cabendo nos limites d'uma carta para não me tornar | prolixo, reservo-os para a nossa proxima vista. JLL, I

ocorrência(s) ce carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(34'') Muito soffri o | [in]ve[r]no passado, e por minha conservação vim passal-o | nesta Cidade, apressando a vinda a grave molestia | de minha Sobrinha Thetesinha que, por conselho dos Medicos, | a trouxe para aqui, onde felismente desvaneceo-se | a febre que tinha á 40 dias. MJE, VII

Em orações relativas, a frequência da colocação pré-verbal foi de 96.2%, e a da colocação pós-verbal de 3.2%. Portanto, também se atesta atitude de hipercorreção em contexto de orações relativas, porém com uma frequência menor que a de 11.6% atestada nas completivas e também menor que a média de 5.1% atestada no conjunto das *orações dependentes finitas*.

Nas ocorrências de relativas extraídas de cartas apógrafas de remetentes brasileiros – ocorrências (7'') a (34'') –, também foi variável a colocação do clítico na frase: 27 ocorrências (96.4%) apresentaram o clítico em posição pré-verbal e 1 (3.6%), em posição pós-verbal.

Discriminando-se os cinco remetentes autores das ocorrências de relativas em que se verificou a colocação pós-verbal do clítico – a saber, Antônio (R. 03), João José de Azevedo Lima (R. 23), José Teodoro Sá Barreto (R. 31) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) –, destaca-se a presença de um remetente com instrução superior, mais uma vez o remetente Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), Bacharel em Direito (Olinda).

Do conjunto dos exemplos de orações relativas acima apresentados, os exemplos (69) e (70) destacam-se por apresentarem um clítico acusativo de terceira pessoa (*o* e *a*, respectivamente) retomando o pronome relativo

que, cuja função sintática é de objeto direto. Trata-se de uma estratégia de relativização que se poderia designar de *relativa com clítico lembrete*, paralela, assim, à rotulada por Tarallo (1983) como *relativa com pronome lembrete*, uma das três estratégias de relativização do português brasileiro, juntamente com a *relativa com lacuna* e a *relativa cortadora*⁷⁹. Tarallo (1983) aponta a *relativa cortadora* como uma estratégia inovadora no português brasileiro, que, até o final do século XIX, contaria apenas com as duas outras estratégias referidas, a *relativa com lacuna* e a *relativa com pronome lembrete*. Quanto à *relativa com pronome lembrete*, ainda segundo o mesmo autor, seria uma estratégia menor, que não diferenciaria as línguas, variando apenas em nível de quantidade e produtividade.

Nas cartas dos remetentes brasileiros, ambas as estratégias, a *relativa com clítico lembrete* e a *relativa com pronome lembrete*, são atestadas, conforme se pode ver pelo exemplo a seguir, com *pronome lembrete*:

(76) e Vossa Excelencia pode ficar muito certa de | que eu darei não só elle como outro qual quer que Vossa Excelencia | exija e queira pois que o maior fiador que eu podia dar | a Vossa Excelencia era o meo estabelicimento que já mais mepodia | delle des faser sem que Vossa Excelencia o soubese BBL, I

A análise estrutural proposta por Tarallo para as três estratégias acima referidas distingue, por um lado, a estratégia da *relativa com lacuna* e, por outro, as estratégias da *relativa com pronome lembrete* e da *relativa cortadora*. Segundo ele, enquanto, na primeira, haveria, de fato, um pronome relativo, nas duas últimas, haveria um complementador, idêntico ao das completivas, e a posição relativizada seria ocupada por um pronome

⁷⁹ Além de (69) e (70), (75), aparentemente, também apresenta a estratégia da *relativa com clítico lembrete*. Trata-se, porém, de uma ocorrência sobre cuja gramaticalidade põe-se dúvida, por ser uma relativa introduzida por *o que*, e não por *que*, *o qual*, como nas demais em que se atestou a estratégia da *relativa com clítico lembrete*. Não há co-indexação possível entre *os*, que claramente, na ocorrência em questão, está retomando o antecedente *meos protestos e o que*.

lexical ou por um pronome nulo. Seguindo, então, o mesmo raciocínio, na estratégia aqui identificada como *relativa com clítico lembrete*, também haveria um complementador, sendo, porém, a posição relativizada ocupada por um clítico.

Kato (1993) propõe uma análise estrutural alternativa à proposta por Tarallo, discordando da idéia de que, na *relativa com pronome lembrete* e na *relativa cortadora*, haveria um complementador idêntico ao das completivas. Segundo a sua proposta (1993: 227):

o processo de relativização subjacente [à relativa com lacuna, à relativa com pronome lembrete e à relativa cortadora] é sintaticamente o mesmo, havendo sempre a ligação do operador relativo-Q com uma posição vazia v – variável – na sentença:

a diferença entre as estratégias [com pronome lembrete e cortadora] de um lado e a estratégia [com lacuna], de outro, tem a ver com a posição da variável e não com a natureza categorial do COMP, sendo as mesmas posições universalmente disponíveis;

a GU (Gramática Universal) permite que o operador relativo-Q esteja ligado a elementos que se encontram no interior do IP (=S) e também a elementos que se encontram fora do IP, em deslocamento à esquerda [Left Dislocation = LD], comumente referido como Tópico.

(...) LD é caracterizado por ter um pronome co-referente no interior de IP:

- a. *Eu falei com essa moça ontem.*
- b. *(_{LD} Essa moça_i), (_{IP} eu falei com ela_i ontem).*

Se a relativização se dá a partir de LD e não da posição de objeto, de sujeito ou de adjunto, fica explicado por que temos pronomes dentro das relativas. Contrastem-se as duas possibilidades (...):

- a'. *A moça (_{CP} com quem_i (_{IP} eu falei (_{PP} t_i) ontem).*
- b'. *A moça (_{CP} que_i (_{LD} t_i) (eu falei com ela_i) ontem).*

Julga-se que a análise proposta por Kato (1993) seja mais coerente que a de Tarallo e que também dê conta do processo de relativização observado na estratégia *com clítico lembrete*, identificada nos exemplos

(69) e (70), anteriormente referidos. Sendo assim, a questão que agora se coloca é por que não se adotou a mesma análise para as seguintes ocorrências, extraídas das cartas dos remetentes portugueses; ou seja, por que as seguintes ocorrências não foram tratadas como *relativas com clítico lembrete*:

(77) entre essas diverças, foe aincluzá amunto tem | po que pedi aJacinto JozeRuas deSão Felix para | remeter aVossa Excelencia: aqual apouco **ma** mandou | dizendome que ninguem dava noticia desta | *Senhora* JPL, XII

(78) querem atra | palhar mais o negócio, o qual em bem má figura | **mo** pintou o Doutor Joze Antonio Peixoto de Lacerda JPL, XXXV

De fato, segundo a análise apresentada no item 3.1.2.1.2.1. deste Capítulo, propôs-se que, em ambos os casos, não se estaria diante de orações dependentes relativas, e, sim, de orações não-dependentes, precedidas por constituinte topicalizado através de Deslocação à Esquerda Clítica, considerando-se que *aqual* e *o qual* seriam pronomes demonstrativos, e não relativos. Além de tal análise se apoiar no fato de o uso de *o qual*, *a qual*, *os quais*, *as quais* como demonstrativos já ter sido atestado por outros autores, levantou-se, especificamente para o exemplo (77), um argumento baseado na pontuação: o pronome *aqual* está precedido de dois pontos e pôde-se observar ser uma característica própria ao *usus scribendi* do remetente João Pinto Leite (R. 25) a larga utilização do sinal de pontuação dois pontos em contextos em que, hoje, a utilização do ponto seria a opção mais generalizada.

Considere-se, a seguir, o exemplo (60) anteriormente referido e aqui retomado como (79):

(79) tanto assim que vendo elle tal procidimento, fez pinhora | em alguns trastes velhos; sem valimento nenhum; os cujos | se achão em meo poder, a excepção de alguns, que

tenho deita= | do no fogo para me livrar de semelhante empedemia, que tan= | to veicha a uma caza MAA, II

Entre os remetentes brasileiros, o exemplo (79) foi o único em que um (suposto) pronome relativo, quando precedido de sinal de pontuação, ocorreu precedido de ponto e vírgula, e não de vírgula. Note-se que tal pronome, *os cujos*, é, no contexto em questão, substituível por *os quais*. Julga-se que *os cujos*, no exemplo (79), é, de fato, um pronome demonstrativo, e não um relativo, e que, embora o núcleo do sintagma nominal por ele especificado não esteja explícito, seria gramatical uma construção como *os cujos trastes velhos se achão em meo poder*, da mesma forma que também o seria uma construção como *os quais trastes velhos se achão em meo poder*. O exemplo (79) permite, então, concluir que a pontuação, apesar de nem sempre sistemática, parece ser um indicador do uso de um pronome como demonstrativo, e não como relativo, e confirmar que os pronomes que alternam entre uma e outra situação são, justamente, *o qual, a qual, os quais, as quais* e *cujo, cuja, cujos, cujas*, o que, inclusive, possibilitou o surgimento do pronome demonstrativo *o cujo, a cuja, os cujos, as cujas*.

RELATIVAS COM A POSIÇÃO DO PRONOME RELATIVO NÃO PREENCHIDA LEXICALMENTE (2):

Colocação pré-verbal (1 – 50.0%)

(80) Depois de agradecer os obzequiosos cortejos, que | se dignou faser-me, e a toda minha Fami[lia], | que muito, e muito agradece, e [PRONOME RELATIVO NULO] com mig[o] os | retribue, respondo ao prezado favor de | Vossa Excelencia JGS, II

Colocação pós-verbal (1 – 50.0%)

(81) pude ganhar a benevolencia | d'estes, que logo me attendêrão, e [PRONOME RELATIVO NULO] offerecerão-me em pagamento | essas terras, que pretendia o

As ocorrências (80) e (81), acima, representam construções em que o pronome relativo nulo introduz uma oração relativa coordenada a uma outra oração relativa. As relativas coordenadas, assim como as completivas coordenadas, conforme observado anteriormente, apresentaram regra variável de colocação do clítico na frase. Foi o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) o autor da ocorrência com colocação pós-verbal do clítico em oração relativa coordenada.

3.2.2.1.2.1.3 ADVERBIAIS (37)

Colocação pré-verbal (36 – 97.3%):

(82) eu sei dos seos [?]dos encomodos | mais seVossa Senhoria quizer iso não é nada para quem tem tanto Co- | mo Deos **lh**edeo, sem filhos ACM, V

(83) remeto a ordem in- | cluça de quatro centos mil reis, pedindo-lhe | de acreditar-me que seria mais amplo se as | miserias da Lavoura **me** não impedissem. BAC, II

(84) e Vossa Excelencia pode ficar muito certa de | que eu darei não só elle como outro qual quer que Vossa Excelência | exija e queira pois que o maior fiador que eu podia dar | a Vossa Excelencia era o meo estabelicimento que já mais mepodia | delle des faser sem que Vossa Excelencia **o** soubese BBL, I

(85) mas não posso carregar | com o abatimento que fiz ao devedor, e gratificação ao Pro- | curador em beneficio da causa, e tam pouco com a porcen- | tagem de 20 por %, conforme sempre **lhe** preveni ECM, V

(86) O Casal do Matta ainda | não concluiu [...] inventario, por muitos embarassos, que hão apparecido, e não | é tam sêdo, que aquele angú **se** desenvolva ECM, VII

(87) não poso anoir fazer N[ovo] | Com trato Com outra peSoa So Sim Sendo que Vossa SSenhoria **me** fas[a] | bom odito Conto dereis FAP, II

(88) Não tenho respondido ahonroza car- | ta deVossa Senhoria datada a 24 de Fevereiro por | tela recebido em dias de Maio | emeser necessario obter esclarecimentos demeo sobrinho Doutor Gomes, e | sua Mãe o que pude ter nodia 11 doCorrente e como **me**foi nesce- | rio sahir para fora nodia 12 meprivou deofazer neste mesmo dia | adar comprimento ao meo dever atanto tempo demorado. JCS, I

(89) Vôu lembrar aVossa Senhoria | Ofavor demandar extrahir AConta do
Excelentissimo Senhor Visconde | daPedra branca, Sendo Separadas, do Engenho São
Jo= | ão, da do Engenho São Pedro, explicando-se, ou a= | bonando-se naconta do ditto
Engenho São | Pedro, todo o [dinheiro] [que] | Setem dado empagamento, oque pesso
aVossa Senhoria por que o [.] | Senhor , insta Com migo para que eu lea presente JGF,
II

(90) e sobre o Pedroso nada mais se pode faser | por ter elle já sido embolçado do que
aqui ganhou, | como Vossa Senhoria o sabe JLL, I

(91) mas menão ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que anão quero | em
minha Companhia, como mesmo para não dar occasi= | ão ase murmurar demim, que
por effeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro |
[vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme
della. JLB, II

(92) A divida do Disterro é ||| de um conto e quatrocentos mil reis, | seis centos mil reis,
segundo | me parece JGS, I

(93) iquando asim onão | pratique, Vossa Senhoria antam tera lugar, demidispegar RAS,
I

(94) a quem acevero que quanto | antes me for possivel heide indenizar ||| do que lhe hé
devedora aminha afiançada, | de quem não tenho recebido vintem para | seo embolso,
ebem sabe Vossa Senhoria que muito cus- | ta ápagar por outrem. SEB, I

(95) epelo que toca ao Ca ||| Capital, logo que o permitam minhas | circunstancias, será
seu Convento embolça= | do d' elle. VRV, IV

(96) tive para mim | que o Convento fasia o melhor negocio possivel re- | cebendo esse
principal independentemente de ques- | tões, que em toda a parte são prejudiciaes, e
mui- | to mais em Sergipe, onde Justiça, com poucas | excepções, he hum escandalo,
huma vez que o | dito Barnabe se obrigasse pelas despesas que | o Procurador do
Convento tem feito com cita- ||| ções, Libello, etc. ZGV, III

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(35'') delle não herdei, nem o valôr de 2 patacas, | o que puderia conhecer o Senhor
Procuradôr | desse Convento se melhor se enformace BAF, I

(36'') e como desde que | Recebi, athe o fazer desta me acho doente de hua Carrega- |
ção de Olhos, epor isso heque lhe Rispondo por Escripta FAP, I

(37'') Estimo, que Vossa Excelencia continue apas | sar, com bôa saúde, como sempre
lhe | desejo, com todas as mais felicidades. FPA, I

(38'') remetto por meu filho Ladisláo dAzevedo Pereira quatro | Letras de 957\$372 cada
humã, que serão endoçadas | pelo Senhor Nogueira; e ordem para o mesmo Nogueira
pagar em dinheiro | 3000\$ reis a fim de ficar eu em meu socego, e tranquill- | dade e
Vossa Senhora intervir para que as Freiras me passem os papeis para | minha segurança
FAP, VII

(39'') Muita satis- | fação terei se me der occasiões em que mostre | que sou com muita
consideração | DeVossa Senhora | Amiga muito obrigada e affectuosa MJE, VII

Colocação pós-verbal (1 – 2.7%):

(97) o ter figurado na Cessão o Adão, e não | apresentar eu o dinheiro, ou lettras d'elle,
foi por que lettras não | queria-as eu para o Convento ECM, VI

Em orações adverbiais, a freqüência da colocação pré-verbal foi de 97.3%, e a da colocação pós-verbal de 2.7%. A freqüência da hipercorreção em contexto de orações adverbiais aproximou-se, portanto, da freqüência de 3.2% atestada nas orações relativas sendo, conseqüentemente, inferior à freqüência de 11.6% atestada nas completivas e à média de 5.1% atestada no conjunto das orações dependentes finitas.

O autor da ocorrência de oração adverbial em que se verificou a colocação pós-verbal do clítico foi o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11). Observe-se que em (97), o referido remetente hipercorrige-se duplamente: por se tratar de oração dependente finita e por estar o verbo precedido de advérbio de negação sentencial.

ADVERBIAIS COM A POSIÇÃO DO COMPLEMENTADOR NÃO PREENCHIDA LEXICALMENTE (03):

Colocação pré-verbal (01):

(98) Hoje, em dia, sabem todos, por | que é coisa muito stabelicida, dar-se a um
Procurador de cobranças cá ||| por fóra vinte por cento, que ninguem por menos

s'encarre- | ga d'ellas, e [COMPLEMENTADOR NULO] muitos nem com isto se satisfasem ECM, II

Colocação pós-verbal (02):

(99) e portei-me com maneiras tão | doces, que a viuva nem uma duvida pôz em reconhe- | cer o debito, como proprio, e [COMPLEMENTADOR NULO] offereceo-se logo a pagar com | uma porção de terras ECM, I

(100) ex aqui o interesse que elle | deo a testamentaria, por isso he que elle não gosta | de mim por que lheestou descobrindo as masellas, | de sorte que outro dia fui acasa delle, e [COMPLEMENTADOR NULO] dice-lhe | que elle era o responsavel por estas dividas LGL, I

As ocorrências (98), (99) e (100), acima, representam construções em que o complementador nulo introduz uma oração adverbial coordenada a uma outra oração adverbial. As adverbiais coordenadas, assim como as completivas e relativas coordenadas, conforme observado anteriormente, apresentaram regra variável de colocação do clítico na frase.

Foram os remetentes Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) e Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35) os autores das ocorrências com colocação pós-verbal do clítico em oração adverbial coordenada.

3.2.2.1.2.1.4 CLIVADAS (5)

(101) Só agora, ha 3 dias, é que **me** chegou ás mãos a estimada carta | de Vossa Reverendissima datada em 7 de Agosto proximo passado ECM, II

(102) e só de-||| pois demuitas bajulações, é que **se** convencionárão, menos o | Justino, que só depois de se lhe fazer aquele interesse. ECM, VI

(103) e como desde que | Recebi, athe o fazer desta me acho doente de hua Carrega- | ção de Olhos, epor isso heque **lhe** Rispondo por Escripta FAP, I

(104) não aceitaria | nada por ella mas as sercontan- ||| cias é que **me** obriga a pra- | ticar por esta forma LEO, I

(105) Ora o recibo que Vossa Senhoria, passar hade | ser que recebeo por mão do ditto meo genro (| Manoel José Lopes de Aguiar) pois elle | é quem **me** faz este favor MAA.

III

No conjunto das orações dependentes finitas, as clivadas foram as únicas que não apresentaram padrão variável de colocação do clítico na frase. Todavia, dadas as observações feitas anteriormente acerca das completivas, relativas e adverbiais, considera-se que a variabilidade posicional do clítico só não foi atestada nas clivadas, devido ao baixo número de ocorrências deste tipo de estrutura.

Entre os **remetentes portugueses**, no domínio das **orações dependentes**, o clítico apresentou um padrão de **ordem categoricamente pré-verbal**. Observou-se, assim, que, entre os imigrantes portugueses radicados na Bahia, se confirmou o padrão de invariabilidade de colocação do clítico atestado em orações dependentes finitas em toda a história do português europeu. Entre os **remetentes brasileiros**, no contexto acima referido, atestou-se, todavia, um padrão de **variabilidade de colocação do clítico**, embora com **preferência largamente maioritária**, de 94.9% (206 ocorrências), **pela colocação pré-verbal**. As 11 (5.1%) ocorrências que apresentaram colocação pós-verbal do clítico no domínio das orações dependentes distribuíram-se entre os seguintes remetentes: Antônio (R. 3) – 1 ocorrência; Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) – 2 ocorrências; Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) – 1 ocorrência; João José de Azevedo Lima (R. 23) – 2 ocorrências; José Teodoro Sá Barreto (R. 31) – 2 ocorrências; Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) – 1 ocorrência e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) – 2 ocorrências⁸⁰. À exceção de Matildes de Araújo e

⁸⁰ Não estão sendo consideradas aqui as ocorrências em que a posição do complementador ou do pronome relativo não está preenchida lexicalmente, sobretudo porque, nos casos dos contextos de coordenação, haverá sempre a possibilidade de se considerar que a oração dependente não esteja coordenada a uma outra oração dependente, e, sim, à frase (Cf. item 2.1.2.1. do Capítulo 2 deste Volume).

Almeida (R. 44) e de Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), são os demais remetentes senhores de engenho. Não houve, dentre os remetentes que apresentaram ocorrências com colocação pós-verbal do clítico no domínio das orações dependentes, um que se tenha destacado dos demais com um número particularmente elevado de ocorrências desta natureza. Finalmente, destaca-se também que ocorrências com colocação pós-verbal do clítico no domínio das orações dependentes tanto foram identificadas em remetentes com baixo grau de escolarização, como é o caso de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), quanto em remetentes com instrução superior, como é o caso de Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54).

Ao final da análise das orações não-dependentes, discutiu-se se seria sustentável a inferência da nacionalidade do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) como brasileira, já que, em contextos de regra variável de colocação do clítico na frase, esse remetente apresentou uma frequência de 60.6% da ordem 'verbo-clítico', estando acima, portanto, da média atestada para o conjunto dos remetentes brasileiros e, principalmente, estando acima da frequência de 45.2%, atestada para o remetente português João Pinto Leite (R. 25). Considerando-se que, no subconjunto dos remetentes brasileiros homens com instrução superior, a frequência da ordem 'verbo-clítico' em contextos de regra variável foi de 53.9%, concluiu-se que, se os resultados punham em dúvida a inferência da nacionalidade de Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) como brasileira, também não davam prova cabal de que fosse portuguesa.

De acordo com o item 2.1.2.1. do Capítulo 2 deste Volume, no conjunto das orações dependentes finitas, apenas em completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e em consecutivas, se verificaria a posposição do clítico ao verbo na história do português europeu. Abaixo, retomam-se as ocorrências (21) e (97), correspondentes às atestações de colocação pós-verbal do clítico em contexto de orações dependentes finitas,

em cartas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11). Conforme se pode observar, não se trata de completivas ou de consecutivas com verbo no indicativo:

Emídio Cavalcante de Melo (R. 11)

(21) Ora, tendo eu me entendido com a viuva, e estando el- | la disposta a pagar com aquele terreno, em que tinha o Adão | empregado suas vistas, fez com que o Justino, e o mesmo Adão ||| desesperassem de raiva, e tratou logo elle de empregar todos | os meios para desviar a viuva de similhante procedimento, por que assim, | dizia elle, cavava ella a sua ruina, quando ia pagar um debito | de 8:000\$ reis, cujas credoras tinhão tratado de o vender ao | Adão por 3:000\$ reis: que oppossem-se à esta cobrança, que havia | muito que dizer ECM, I

(97) o ter figurado na Cessão o Adão, e não | apresentar eu o dinheiro, ou lettras d'elle, foi por que lettras não | queria-as eu para o Convento ECM, VI

Note-se também que, para o remetente José Teodoro Sá Barreto (R. 31), cuja nacionalidade foi inferida como brasileira, e para o remetente João José de Azevedo Lima (R. 23), cuja nacionalidade indicada como brasileira foi considerada passível de dúvida, as atestações de colocação pós-verbal do clítico em contexto de orações dependentes finitas não foram observadas em completivas ou consecutivas com verbo no indicativo:

José Teodoro Sá Barreto (R. 31):

(72) Recebi apresada | carta de Vossa Excelencia de 9 do passado que muito estimei | por saber gosa saude bem esse que sempre appetço-lhe. JTB, I

(73) Vejo quanto dis-me Vossa Excelencia sobre o que lhe estou | a dever JTB, I

João José de Azevedo Lima (R. 23)

(23) e | nada mais tendo accrescentar á minha | ultima remato esta confirmando tudo | quanto levo dito, ficando certo Vossa Senhoria que tudo | ultimar-se ha de confôrmiidade com o que tr[acta-] | mos. JLL, III

(75) desejava faser meos pro= | testos contra algumas palavras menos polidas que | no calor dos nossos negocios apparecerão, o que não | cabendo nos limites d'uma carta para não me tornar | prolixo, reservo-**os** para a nossa proxima vista. JLL, I

Apesar de poucos, esses dados indicam no sentido de que a nacionalidade dos referidos remetentes seja, de fato, brasileira. Caso contrário, outra hipótese terá de ser considerada: não apenas em completivas e consecutivas com verbo no indicativo, se verificaria a posposição do clítico ao verbo na história do português europeu.

3.2.2.1.2.2 NÃO-FINITAS

3.2.2.1.2.2.1 INFINITIVAS (17)⁸¹

(106) Recebi a presadissima carta de Vossa Merce de 22 do | corrente, a qual encheo-me do mais vivo pra- | zer, pois d'ella concluo achar-**se** Vossa Merce bôa. ANT, I

(107) Hoje, em dia, sabem todos, por | que é coisa muito stabelicida, dar-**se** a um Procurador de cobranças cá ||| por fóra vinte por cento, que ninguem por menos s'encarre- | ga d'ellas, e muitos nem com isto se satisfasem ECM, II

(108) De **sahida** para Sergipe recebi a sua, vinda pelo Capitam Joao Marques; | e com a minha chegada achei outra, que diz remethida pelo | genro do Fructuoso, e em que só falta Você **cantar-me** o sirve- | nite ECM, VI

(109) etenho ahonra assignar-**me** | De Vossa Senhora | Attento Respeitador e Venerador e Criado FAP, I

(110) A Abbadeça do Disterro já es- | creveo a minha Mãe em o mesmo sen- | tido, e respondi, que por agora | não era possivel pagar-**se** o prin- | cipal JGS, I

(111) tenho de dizer aVossaExcelencia que en | caminhando me aEuzebio FerreiraLial | este me disse achar **se** a dever a esse Imperi- | al Convento cincoenta milreis de dez me | zes vencidos no ultimo de Fevereiro PAS, I

(112) sobreisso | direi que sendo genero hoje de grande | **sahida** nenhum favor era elle rece- | **berme** pelo preço corrente SEB, I

⁸¹ Na análise das orações infinitivas, regidas ou não por preposição, não se considerou o fato de ser o infinitivo flexionado ou não, já que foi baixíssimo o número de ocorrências com infinitivo flexionado.

(113) N'esta franca exposição conhecerá Vossa Excelencia meusentimento, e achará que não | he preciso lembrar-**me** o que mais tenho em memoria tanto por dever, como por | gosto de concorrer para o desempenho das obrigaçoens de seu cargo, esatisfação em | seu feliz e sabio governo. VPB, II

(114) não hé de | agora que tenho muito em vista desobrigar-**me** d'es= | ta quantia VRV, II

(115) Depois de ter respondido à carta de Vossa Senhoria de 28 de Maio | ultimo, disendo-lhe, entre outras cousas, que não pa- | recia conveniente aceitar-**se** a proposta que o Senhor | Novaes Lins fisera á Reverendissima Madre Abbadeça de dar pe- | la divida de Dona Lourença ao Convento [d]o Disterro | a quantia de 1:000\$000 à vista; appareceo-me o genro | daquela Dona Lourença, Barnabe Francisco Telles ZGV, III

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiros(s)

(40'') Logo que me | lhore minhas circumstancias cumprirei com o meu d[ever] | em pagar, e por isso fica a meu cuidado fase**l-o** quando possa. MJE, V

(41'') Se paço | de saffra à saffra, como rifão, a promeça de sa- | tisfazer o resto que sou obrigada a esse Convento, | é por que essa é á sorte triste de lavoura, rasão que | na minha ultima dei a Vossa Senhoria, que as não admite, | e escusado é continual-**as**. MJE, VIII

Tal como observado entre os remetentes portugueses, entre os remetentes brasileiros, nas orações dependentes infinitivas não introduzidas por preposição e não subcategorizadas por verbos causativos/perceptivos ou por verbos volitivos/optativos, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal.

As ocorrências (40'') e (41''), extraídas de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s) também apresentaram, nas infinitivas não regidas por preposição, o mesmo padrão de colocação pós-verbal do clítico .

Na ocorrência a seguir, a oração infinitiva apresenta-se em coordenação disjuntiva e, mesmo assim, mantém-se a colocação pós-verbal do clítico:

(116) e | eu só tinha a escolher um de dois partidos, ou abandonar ao arbi- | trio d'aquela gente este particular, sacrificando os interesses, que me tinham sido | confiados, ou resignar-**me** de paciência, e contemporisar com | elles, por que nada absolutamente ali se póde faser, sem sacrificios, maiores | ou menores ECM, VII

3.2.2.1.2.2.2 INFINITIVAS REGIDAS POR PREPOSIÇÃO

Em orações infinitivas regidas por preposição, os remetentes brasileiros apresentaram um padrão variável de colocação do clítico na frase. Apenas para as infinitivas regidas pela preposição *em* não se pode fazer tal afirmação, pelo fato de ter havido uma única ocorrência:

EM (1)

(117) Tambem d[ev]o | notar a Vossa Senhoria que ouve omissão em | creditarse-**me** na conta em ques- ||| questão, a quantia de 200\$, que em | 28 de A[b]ril de 1841 paguei a esse | Convento BAC, III

Conforme os exemplos a seguir o atestam, em infinitivas regidas pelas preposições/locuções prepositivas *para, de/depois de/além de, a, sem* e *por*, a ordem do clítico na frase não era fixa:

PARA (32)

Colocação pré-verbal (26 – 81.25%):

(118) remeto o piqueno asento, que | achei no livro, evejo, que sempre pagou 2\$000 reis, iso è muito anti- | go, epor tanto fomos buscar sarnas para **nos** Cosar, enada Consegui- | mos ACM, VIII

(119) e | não precisava, para **se** concertar o que por ventura estivesse | desconcertado, que Você se fizesse tam catonico, sem estar | inteiramente informado de todas as

circunstancias, pois que sem- | pre me conheceo com docilidade para o justo e razoavel.
ECM, VI

(120) assim | que ficar melhor, lá vou para **nos** emtender-mos, dama- | neira que se hade
emdireitar tal negocio FAP, I

(121) Determina OExcelentissimo Senhor Vis= | conde daPedra branca, que eu
meentenda comVossa Senhoria | para **le**perdoár osjuros que tem vencido odinheiro que
deve | aesse Convento, eisto pela empocebabilidade emque S[e] [a]= | cha depuder
Satisfazer JGF, I

(122) Aqui fico, como quem oestima, muito pronto | para **lhe** servir noque couber em
minhas forças JLB, I

(123) Sobre a sua alforria | é verdade que dei ella a Vossa Merce | para **lhe** servir em
quanto viva LEO, I

(124) mas | Vossa Merce quer forrala, e eu quero | comcordar com Vossa Merce para
lhe não | na dezagradar LEO, I

(125) tanto assim que vendo elle tal procidimento, fez pinhora | em alguns trastes
velhos; sem valimento nenhum; os cujos | se achão em meo poder, a excepção de
alguns, que tenho deita= | do no fogo para **me** livrar de semelhante empedemia, que
tan= | to veicha a uma caza MAA, II

(126) e não cessarei de pôr em pratica todos | os exforços para **o** conseguir. VRV, II

(127) faltas de safra, e outras desculpas | sempre tem os Senhores de engenho | para se
esquivar ao exacto cum- | primento de suas palavras. ZGV, I

(128) desejo servir a Vossa Senhoria, | e prestar à Madre Abbadeça esse pequeno |
favor, pedindo a Vossa Senhoria que a ella apresente, se | for preciso, esta carta, pois
que para **lhe** não | tomar tempo deixo de escrever-lhe directamente. ZGV, II

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(42'') acresc[e] mais atotal perda da fabrica vaccum deste Engenho, como já | mandei
dizer aVossa Senhoria, porcauza daepidimia quazi geral decarrapatos, que | aqui grassou
emtoda asua extenção, cujo prejuizo se faz mais pondero- | zo, não só porque para
oremediar hé preciso huma grande despeza (...) | co- | mo p[e]llo pouco adiant[a]mento,
que pode ter amoagem esta Safra sendo ne- | cessario f[a]zer de[to]do huma fabrica
nova. MAJ, I

Colocação pós-verbal (6 – 18.75%):

(129) Eu estou com | vistas de realizar certo negocio: se elle | tiver o effeito esperado, me dirigirei a Vossa Merce | com o quantitativo que me for possivel, para | restar-me o praser de diser, que em parte | concorri para minha respeitavel Tia e Senhora | ter, senão ||| senão o desenvolvimento preciso, porem um | respiro que le resultou algum bem, para assim | melhor lembrado eu ser nas orações que | Vossa Merce empregar a Nossa Mãe de Deus. ANT, I

(130) Aproveito esta mesma occasiam para | felicitar a Vossa Senhoria pela bem merecida es- | colha que de si fiseram, para o importante em- | prego em que o seu merito, e virtudes a | collocaram, e para assegural-a da vene- | ração, e estima com que sou ||| DeVossa Senhoria | O mais attencioso Criado, e Respeitador BAC, I

(131) Pedi-lhe licença para chamal-o a Juiso ECM, I

(132) Ontem meaprezentou aMadre Geral Abbadeça alincença para | retirarçe para o Convento de Vossa Excelencia que muito Sinto este apartamento pois | he boa epronta naSuas obrigações MAC, I

(133) Vou escrever ao Goveia sobri [?] pa | gamento pois tendo mevisto Veixada pela pou | ca Safra que fis le dei a devida do Senhor Inocencio | Marques para applicala para ese pagamento que devi fazelo | Com prontidão MJE, IV

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiros(s)

(43'') e nem para | chamar-me ao cumprimento de meu dever, qual se- | ja satisfaser meus debitos, precisava VossaSenhoria [oem] | prego de taes expreções, que as não uso, nem | usarei com aquelles que me devem. MJE, VIII

DE /DEPOIS DE/ ALÉM DE (22)

Colocação pré-verbal (13 – 59.1%):

(134) Conheço a rasão que assiste a Vossa Merce | para exigir de mim algũa cousa da divi- | da a que estou sujeito pagar ao Convento de | Nossa Senhora do Desterro; porém, minha Tia, minhas atra | palhações tem sido taes, que só a mesma Senhora | será capás de me desculpar ANT, I

(135) uma porção de terras, que possuia o casal apartadas do | Engenho, e que eu me sugeitei a receber, não só por que havia | quem tivesse grandes dezejos de as comprar,

como por não sacrifi- | car o direito das Senhoras Freiras no infame fôro da Vila do |
Conde ECM, I

(136) Não tenho respondido ahonroza car- | ta deVossa Senhoria datada a 24 de
Fevereiro por | tela recebido em dias de Maio | emeser necessario obter esclarecimentos
demeo sobrinho Doutor Gomes, e | sua Mãe o que pude ter nodia 11 doCorrente e como
mefoi nesce- | rio sahir para fora nodia 12 meprivou deofazer neste mesmo dia | adar
comprimento ao meo dever atanto tempo demorado. JCS, I

(137) não posso dar uma certeza fisica de **lhe** pa= | gar no tempo que na minha ultima
citei a Vossa Senhoria, pois | tambem me prometerão de pagar=me certa | quantia no
mencionado tempo MAA, III

(138) iquando asim onão | pratique, Vossa Senhoria antam tera lugar, demidispegar
RAS, I

(139) e depois de **se** apanharem donos de todas as | dividas, levarem então a propriedade
á praça, e arrema- | tarem ECM, I

(140) pois estando nadeligencia de fazer moer | deagua hum de meos engenhos com
grandes despesas, etra | balhos pessoases, sua morte alem de **meca**uzar grande | pena, me
obrigou a novas despesas em tempo em que | me achava bastante implicado. JLB, II

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiros(s)

(44'') Aproveito esta ocasião de | **me** oferecer ao serviço de Vossa Senhoria dequem
sou | com toda aconciderão | Muito atenciosaVeneradora eobrigada | <Baronêza deSão
Francisco > BAF, I

Colocação pós-verbal (9 – 40.9%):

(141) remeto a ordem in- | clusa de quatro centos mil reis, pedindo-lhe | de acreditar-**me**
que seria mais amplo se as | miserias da Lavoura me não impedissem. BAC, II

(142) Como sempre appellou da injuridica sentença, | rogo-lhe muito tenha a bondade de
noticiar-**me** a subida d'ella | para o tribunal competente, e os Ministros, á quem vai
destri- | buida ECM, V

(143) Tão | bem dezejo merecer-le aGraça dedizer-**me**, Se Vossa Senhoria | esta
Concorde nõque tratou, dereceber todos os An= | nos quatro Centos milreis por Conta
dos juros venci= | dos, e espero daSua bondade, tanto aConta, como | Resposta aoque
levo ditto. JGF, II

(144) Inda não remetti as ordens para o Custodio por | ter deliberado ser mesmo o portador afim de vêr se consigo | que elle na occasião de recebel-as passe recibo ge= | ral conforme da sua minuta JLL, I

(145) Estimo que VossaSenhoria continue apassar vigo | rosa para assim dar-me sempre occasiões deobedeçer- | lhe por ser contodo respeito | DeVossa Senhoria | Attencioso Servo | Joaquim Rodriguez Nobrega JRN, I

(146) não posso dar uma certeza fisica de lhe pa= | gar no tempo que na minha ultima citei a Vossa Senhoria, pois | tambem me prometerão de pagar=me certa | quantia no mencionado tempo MAA, III

(147) Uma vés no conhecimento dessa falta, tenho tratado de remedia-la, e constantemente, | não obstante as desgraças de nossa Provincia, e maior ainda da miseravel | nossa lavoira, fui pagando segundo hia podendo. VPB, I

(148) Para o que for do Serviço deVossa Senhoria terei muita sa- | tisfação de prestar-me VTA,I

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiros(s)

(45'') po | dendo afirmár aVossa Senhoria, que eu realmente de | vece por outro algum principio cuidaria | de pagár, oude convencionarme com Vossa Senhoria | sem que fõce perciso | lansar mão demeios | Judiciaes. BAF, I

A (7)

Colocação pré-verbal (2 – 28.6%):

(149) Antes de lá chegar, já estava eu informado, que o Doutor Jus- | tino, e mais herdeiros do casal do Bomjardim, estavam dispos- | tos a se oppõem á cobrança do debito do Convento, ou pelo menos a | pagarem depois de Sentença final, com o que me achei embara- | çado ECM, I

(150) mas menão ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que anão quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occazi= | ão ase murmurar demim, que por effeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme della. JLB, II

Colocação pós-verbal (5 – 71.4%):

(151) porem | nada disse, e quando me dispuz a dar-**lhes** Escriptura me respon- | derão, que só depois que eu dêsse as terras medidas, e demarcadas, | e tudo desembelecado ECM, VI

(152) tudo convergia a desanimar-**me** ECM, VII

(153) mas menão ani | mo a falar-**lhe** nisso para que não prezuma que anão quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occazi= | ão ase murmurar demim, que por effeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme della. JLB, II

(154) appareceo-me o genro | daquella Dona Lourença, Barnabe Francisco Telles, | muito sentido da propositura da acção, e pedindo- | me que puzesse termo á questão, que elle estava dis- | posto a **terminal-a** do modo que eu julgasse raso- | vel. ZGV, III

(155) concordei em que passasse tres letras huma | de 1:000\$000, que o Senhor Novaes Lins hade pagar á vis- | ta, e duas de 250\$ cada huma, sendo huma a ven- | cer-**se** no ultimo de Janeiro de 1850, e outra em igual | dia do mesmo mez de 1851 ZGV, III

SEM (3)

Colocação pré-verbal (2 – 66.6%):

(156) tudo isto, porem, é coisa, que tem de desenvol- | ver comigo, sem **se** embarçar com quem comigo contractou. ECM, VI

(157) Minha vida, por desgraça, errante, fes comque meus bens fossem por largo tempo | entregues a mãos alheias, e por descuidos ou negligencia dos que os adminis= | trarão, e dos que devião ser exigentes para com elles, amontuarão-se os | juros da divida ao Imperial Mosteiro, que tem adita de ser governado | por Vossa Excelencia demodo, que me vim achar máu pagador sem **osaber** VPB, I

ocorrência(s) de carta(s) apógrafa(s) de outro(s) remetente(s) brasileiros(s)

(46'') este | anno não posso nada fazêr por que meo Primo toda | Safra deitou fóra, e eu della nenhuma Caixa tive, | e continua a sacrificar a sua Caza, sem **se lem=** | brar aquem já deve MJE, II

Colocação pós-verbal (1 – 33.3%):

(158) isto mesmo | deve communicar immediatamente para con- | tinuar a acção, relevando n'este caso a delibe- | ração, que tomei sem achar-**me** para tanto | authorisado. ZGV, III

POR (5)

Colocação pré-verbal (3 – 60%):

(159) eu Cones- | ta Senhora pouça amizade tenho só por cá vir ver | ostios, epor iso acho que pouco valera, eff[i]s | um sacrificio, que só por **lhes**servir ofis ACM, VII

(160) O portador desta hé Augusto a quem te- | rá a bondade de ouvir visto achar- | me eu com minha Mulher de partida | para a Pindobeira por **se** achar meo Ma | no Luis perigosissimo. ANT, II

(161) Não tenho podido hir pa- | gar-lhe, por **me** faltar o tempo, | tendo já a dias o importe de úma | conta prompto em puder da Excelentissima | Senhora Abbadessa, portanto lhe com- | monico a fim de ver se pode dár | úma chegada até aqui, para | receber. FPA, II

Colocação pós-verbal (2 – 40%):

(162) e eu não | só por servil-**o**, como pelo interesse que me elle fazia, ex- | forcei-me quanto pude para o conseguir. ECM, VI

(163) e pessoalmente terei a satisfação não só de dar a | Vossa Senhoria meus cordeáes parabens por tão justifica= | da escolha, como por apresentar-**lhe** meus res= | peitos, e cumprimentos. VRV, I

Comparando-se os resultados anteriormente apresentados com os depreendidos na análise das cartas portuguesas, pode-se observar que:

- As **infinitivas regidas por *para*** (com 20 ocorrências entre os portugueses e com 32 ocorrências entre os brasileiros) e por ***de*** (com 9 ocorrências entre os portugueses e com 22 ocorrências entre os

brasileiros) apresentaram um **padrão variável de colocação do clítico** na frase tanto **nas cartas portuguesas**, quanto **nas brasileiras**;

- As **infinitivas regidas por *a*** (com 15 ocorrências entre os portugueses e com 7 ocorrências entre os brasileiros) apresentaram um **padrão categoricamente pós-verbal de colocação do clítico** na frase **nas cartas portuguesas**, porém, **nas brasileiras**, apresentaram um **padrão variável**;
- As infinitivas regidas por *sem* (com 5 ocorrências entre os portugueses e com 3 ocorrências entre os brasileiros) e por *por* (com 2 ocorrências entre os portugueses e com 5 ocorrências entre os brasileiros) apresentaram um padrão pós-verbal de colocação do clítico na frase nas cartas portuguesas, porém, nas brasileiras, apresentaram um padrão variável. O baixo número de ocorrências dessas estruturas entre os portugueses não permite afirmar tratar-se de contextos de regra categórica.

Da comparação dos resultados, e considerando as estruturas com um número significativo de ocorrências, o destaque deve ser dado às infinitivas regidas por *a*, que, entre os portugueses, apresentaram um padrão categoricamente pós-verbal de colocação do clítico na frase, mas, entre os brasileiros, não. Foram os remetentes, Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) e João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho (R. 24) – dois senhores de engenho – os autores das ocorrências de infinitivas regidas por *a* com colocação pré-verbal do clítico.

No item 1.2. do Capítulo 1 deste Volume, quando se tratou das divergências entre a norma vernácula e a norma oral culta brasileira contemporâneas, afirmou-se que, enquanto, na norma vernácula, o clítico ocorre categoricamente em posição pré-verbal, na norma culta, o padrão de colocação do clítico na frase é marcado pela variabilidade, com apenas uma

exceção: diante de infinitivo não flexionado, o clítico acusativo de terceira pessoa ocorre categoricamente em posição pós-verbal. De acordo com os resultados obtidos a partir das cartas de remetentes brasileiros, pode-se afirmar que, no século XIX, a regra de colocação fixamente pós-verbal do clítico acusativo de terceira pessoa diante de infinitivo não flexionado ainda não se tinha estabelecido na norma escrita culta brasileira: em um total de 19 ocorrências atestadas em cartas autógrafas, em 9 (47.4%), a colocação do clítico foi pré-verbal e em 10 (52.6%), pós-verbal. Também entre os portugueses, a colocação do clítico acusativo de terceira pessoa diante de infinitivo não flexionado não era categoricamente pós-verbal, como, aliás, ainda hoje, não o é.

Nas ocorrências a seguir, orações infinitivas regidas pelas preposições *para*, *de* e *por* apresentam-se com constituintes de distinta natureza intercalados entre a preposição e o verbo:

PARA

(164) foi mister aba-||| ter a favor do herdeiro Doutor Justino a quantia de 1:000\$ reis de que lhe | mandei o competente recibo, assim como de 100\$ reis ao Procurador | da viuva para não se oppôr á confissão, que eu consegui da di- | vida no inventario ECM, V

(165) desejava faser meos pro= | testos contra algumas palavras menos polidas que | no calor dos nossos negocios apparecerão, o que não | cabendo nos limites d'uma carta para não **me** tornar | prolixo, reservo-os para a nossa proxima vista. J.J.L. I

xxxxx

(166) Estimo que VossaSenhoria continue apassar vigo | rosa para assim dar-**me** sempre ocasiões deobedecer- | lhe por ser contodo respeito | DeVossa Senhoria | Attencioso Servo | Joaquim Rodriguez Nobrega JRN, I

xxxxx

(167) quando | elle se empenhou fortemente comigo para eu **lhe** conse- | guir a compra d'essas terras, por intrigas, que tinha com | o Adão, prometteo-me que se eu lh'as comprasse me | faria o interesse de 1\$ real em cada braça ECM, VI

(168) Espero que Vossa Senhoria terá abondade atender ao expos= | to, eque ASua Resposta Seja Coherente com osde= | zejos doditto Senhor, mesmo para eu **meprevinir**, eultimar | este particular. JGF, I

xxxxx

(169) e sinto muito Os seos em^ocomodos tanto por dezi- | -jar aSua boa Saude Como para Com aSua Vis- | ta **Se oLtimar** isto e ter o prazer de Vossa Senhoria mesmo | vir tanto para Se Oltimar estes negocios emtudo | que he presizo FAP, VI

(170) porem eu não me fio nisso ees- | tou alerta para na primeira ocasião faser-**lhe** pinhora. JRN, I

(171) farei não quanto dezejo, mas quanto ser possa parade algum | modo persuadi-**la** de meu empenho VPB, I

xxxxx

(172) Acabo de perder o Barco Mondego; que á 15 dias ti= | nha comprado por dois contos de reis, e hia com | caixas quasi todas minhas para quando vendidas, **se** **ulti=** | mar o negocio das Freiras JLL, IV

DE

(173) Mas, como tivemos a | fortuna de eu encontral-**o** desharmonisado com a viuva | cabeça do casal, e mais herdeiros ECM, II

POR

(174) Recebi a sua estimada Carta que su- | mamente me encheo de prazer por nella | **me** affiançar ficava bôa. ANT, II

(175) eComo onegosio ~~foi~~ | digo onegosio que EuFis daCompra das teras foi ao dito Ejmigdio po- | -r ELe apresentarse Como Porcorador deSe Convento eEuja | ter dado hum Conto dereis eter pago aSiza eter ja paSado | asLetras detouda adezobriga não poso anoir fazer N[ovo] | Com trato Com outra peSoa FAP, II

Não há nada de relevante a se destacar sobre o posicionamento dos clíticos nas ocorrências (167) a (175), por serem contextos de regra variável: tanto as infinitivas regidas pelas preposições *para*, *de* e *por*, quanto os constituintes que se apresentaram intercalados entre a preposição

e o verbo – sujeito, SP com função adverbial e oração subordinada adverbial – permitem um livre posicionamento do clítico na frase. Nas ocorrências (164), (165) e (166), todavia, os constituintes intercalados entre a preposição e o verbo foram os advérbios *não* e *assim*, constituintes, portanto, que, no âmbito das orações não-dependentes, desencadeiam a anteposição categórica do clítico ao verbo. Considerando que, em (164) e em (165), o clítico está em posição pré-verbal mas, em (166), não, parece, então, confirmar-se o caráter “proclitizador” do advérbio de negação sentencial *não* e, pelo contrário, esvaziar-se a força de advérbios como *assim*. É, contudo, baixo o número de ocorrências, não permitindo conclusões definitivas.

Nas ocorrências a seguir, orações infinitivas regidas pelas preposições *para*, *de* e *por* apresentam-se coordenadas, mas a preposição não se realiza no segundo membro do par coordenado:

PARA (1)

(176) Tenho ahorra deregirme aVossa Senhoria, para Saber da= |Sua Saude, e[**PREPOSIÇÃO NULA (PARA)**]apetecer-le todo Obem. Ofrecendo= | le Omeufraco prestimo. JGF, I

DE (2)

(177) Ajustárão, pois, elles | ambos de se faserem Senhores de todo o casal, transigindo to- | dos os debitos por metade, ou menos de metade, e os que não | podessem transigir, [**PREPOSIÇÃO NULA (DE)**] se oppõem á solução d'elles, mesmo com | frivolos pretextos, a fim de obrigarem os credores á uma | transigencia ECM, I

(178) O portador d'esta o Illustrissimo Senhor Joaquim José dos Reis | me fez a honra tocar aqui, de caminho para essa Ci- | dade, e [**PREPOSIÇÃO NULA (DE)**] fallar-me, a cêrca dos negocios do Convento de | Vossa Reverendissima, que me fôrão recommendados, relativamente ao | Casal do Matta Barcelar ECM, IV

(179) Não querem me levar em||| conta a importancia da Siza, depois de lhe ter eu prevenido, e [LOCUÇÃO PREPOSITIVA NULA (DEPOIS DE)] Você res- | ponder-
me que davão por bem feito ECM, VI

POR (2)

(180) Não tenho respondido ahonroza car- | ta deVossa Senhoria datada a 24 de
Fevereiro por | tela recebido em dias de Maio | e[PREPOSIÇÃO NULA (POR)]meser
necessario obter esclarecimentos demeo sobrinho Doutor Gomes, e | sua Mãe o que pude
ter nodia 11 doCorrente e como mefoi nesce- | rio sahir para fora nodia 12 meprivou
deofazer neste mesmo dia | adar comprimento ao meo dever atanto tempo demorado.
JCS, I

(181) tinha ||| vontade que ella fosse viver naCompanhia deVossa Excelencia edas mais |
Senhoras que Compoem essa Comonidade, inda mesmo | que não professasse, tanto por
que vivia em mais Sociedade. | como por eu ser homem e [PREPOSIÇÃO NULA
(POR)] me ser precizo sahir muitas | vezes anegocios, eella não ficar só JLB, II

Nas 6 ocorrências em que orações infinitivas regidas pelas preposições *para*, *de* e *por* se apresentaram coordenadas, estando a preposição nula no segundo membro do par coordenado, em 3 (50%), o clítico ocorreu em posição pré-verbal e, em 3 (50%), em posição pós-verbal. Confirma-se, assim, o padrão de colocação variável, atestado nas estruturas com realização lexical das referidas preposições.

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(47'') Vossa Senhoria é | justa, e sabe apreciar as rasões que lhe acabo | de expor, não
attribuindo a má vontade. nem | humilha-la em pedir oque se deve ao seu Con- | vento
MJE, VII

3.2.2.1.2.2.3 GERUNDIVAS (26)

Em **orações gerundivas** não regidas por preposição⁸², a colocação dos clíticos foi **categoricamente pós-verbal entre os remetentes portugueses**, mas, **entre os brasileiros, variável**:

Colocação pré-verbal (2 – 7.7%):

(182) mais seique não pode deixar de estar ainda muito [?]idada | pelo falecimento do Excelentissimo Senhor Vis Conde, Mano deVossa Senhoria pois [na]ver- | dade muito pesar tive, emuito mais **me**lembrando de Jaya Naninha | Contantos filhos ACM, V

(183) Aresebi acarta deVossa SSenhoria pormaõ do Senhor Joaquim Joze dos Reys | **me** apéLicando ComOdito Senhor ofexe donegoSio que foi emca- | regado Ao Ejmigidio FAP, II

Colocação pós-verbal (24 – 92.3%):

(184) remeto a ordem in- | clusa de quatro ceñtos mil reis, pedindo-**lhe** | de acreditar-me que seria mais amplo se as | miserias da Lavoura me não impedissem. BAC, II

(185) Agora porem depois que d'aqui voltar lhe | escreverei, dando-**lhe** conta do resultado | de todos os negocios, que me estavão encarrega- | do. ECM, III

(186) entretanto que Você quando me escrevia | era queixando-**se** da grande demora, que ia tendo o negocio. ECM

(187) dizen | do, que tractando o Convento de execuutar | aquelle casal, pela quantia maior de | úm conto e dusentos mil reis, que ofallecido | meo Tio Ignacio Pires, mandou por mim | tractar com Vossa Excelencia o pagamento da divida | e deo logo metade, ficando de pagar | nesta safra 600\$000 por saldo da exec | cução, e que Vossa Excelencia fiando **se** no tracto, es | perando ser cumprido, mandou parar | com a execução FPA, I

(188) odito Ejmigidio foi Comprador das teras obrigando**Se** a | dezobriga FAP, III

(189) Vôu lembrar aVossa Senhoria | Ofavor demandar extrahir AConta do Excelentissimo Senhor Visconde | daPedra branca, Sendo Separadas, ado Engenho São

⁸² Não ocorreram orações gerundivas regidas por preposição.

Jo= | ão, da do Engenho São Pedro, explicando-se, ou a= | bonando-se na conta do ditto Engenho São | Pedro, todo o [dinheiro] [que] | Setem dado empagamento, o que pesso a Vossa Senhoria por que o [...] | Senhor, insta Com migo para que eu lea presente. JGF, II

(190) Recebi a de Vossa Excelencia de 18 do preterito Dezembro quando eu esta= | va a escrever a Vossa Excelencia pedindo **lhe** a conta do meu | debito a esse seu Convento JLB, II

(191) faltan- | do-**me** esses recursos com que contava como minha | Senhora cumprir exactamente com os meus deveres | tenho sido pois obrigado a faltar a todos a quem devo JTB, I

(192) aceito o [?] que ||| [...] [?] Vossa Merce mandandome para **lhe** | passar a carta por sua conta | e risco LEO, I

(193) Tenho a manifestar a Vossa Senhoria, que deliberando=**me** | hoje a expôr a meo genro sobre o seu embolso, este | respondeo=**me**, que communicasse a Vossa Senhoria, se | quer alguns generos, dando=**lhe** da melhor qua= | lidade, sendo que assim não seja poderá recam= | bial=os MAA, III

(194) tenho de dizer a Vossa Excelencia que en | caminhando **me** a Euzebio Ferreira Lial | este me disse achar se a dever a esse Imperi- | al Convento cincoenta milreis de dez me | zes vencidos no ultimo de Fevereiro PAS, I

(195) Repito a Vossa Senhoria os protes- | tos de minha singela consideração, assi- | gnando-**me** VRV, I

(196) Mandei vir á minha | presença o Mascarenhas, ex-procurador | do Convento, e perguntando-**lhe** por que | não dava conta de huns 500\$ que arre- | cadou, e metteo em si, respondeo-me | que pela razão de haver feito as despesas cons- | tantes do papel incluso. ZGV, I

(197) O Mascarenhas que ficou certis- | simo de dar hoje cem milreis para serem enviados | a Madre Abbadeça, tirou-se hontem dos seus cuidados | remetendo-**me** a carta inclusa, que far-me-ia rir, | se o negocio não fosse tão serio. ZGV, III

ocorrência(s) de carta(s) apógrafo(s) de outro(s) remetente(s) brasileiro(s)

(48'') Recebi a estimadissima carta de Vossa Senhoria exigindo o | pagamento de húa devida antiga do casál do | falecido meu Tio Gar[c]ia de Avilla Pereira ares | peito da qual estou em perfeita ignorancia, | limitan[do]**me** tão somente a responder a Vossa

Senhoria, | que nem húa obrigação eu tenho de pagar | nem húa divida desse meu Tio
BAF, I

(49'') as atencções cômigo havidas, sou grata a | Vossa Senhoria, afirmando-lhe, a vista
do que espero, na ||| nova saffra satisfazer-lhe meu debito, ou ao menos | amortisal-o em
metade. MJE, VII

A frequência da colocação pré-verbal – 7.7% – apesar de bastante inferior à frequência da colocação pós-verbal – 92.3% –, é bastante significativa. Considerando-se o fato de que, em orações gerundivas, a colocação do clítico foi sempre categoricamente pós-verbal na história do português europeu, pode-se interpretar a ocorrência da colocação pré-verbal do clítico em orações gerundivas como o primeiro momento em que, entre os remetentes brasileiros, as regras da norma vernácula efetivamente subvertem as regras da norma socialmente prestigiada.

Discriminando-se os dois remetentes autores das ocorrências de gerundivas em que se verificou a colocação pré-verbal do clítico – a saber, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) e Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) –, observa-se que ambos estão entre os remetentes brasileiros com mais baixo grau de escolarização. Assim, esses resultados parecem indicar que a emergência das regras vernáculas de colocação do clítico ocorre, caracteristicamente, na escrita dos remetentes pouco escolarizados.

Anteriormente, observou-se que as infinitivas regidas pela preposição *a* apresentaram um padrão de colocação categoricamente pós-verbal do clítico nas cartas portuguesas, porém, nas brasileiras, apresentaram um padrão variável. Todavia, não se considerou, naquele caso, que as regras da norma vernácula estivessem subvertendo as regras da norma socialmente prestigiada, como agora se está considerando para as ocorrências em que se atestou a colocação pré-verbal do clítico em orações gerundivas. No português antigo, as infinitivas regidas pela preposição *a*

apresentavam um padrão variável de colocação do clítico na frase, porém, no século XVI, apresentavam o clítico categoricamente em posição pré-verbal (Cf. item 2.1.2.2.2. do Capítulo 2 deste Volume). A colocação dos clíticos em infinitivas regidas pela preposição *a* é, portanto, distinta no português clássico e no português europeu atual, já que, neste último, nas referidas estruturas, o clítico ocorre categoricamente em posição pós-verbal. Não se dispondo de informações relativas ao período posterior ao século XVI sobre a datação da mudança, não se pode descartar a possibilidade de que, no século XIX, ainda houvesse variação, mesmo não tendo sido atestada nas cartas dos remetentes portugueses aqui analisadas.

Nas ocorrências a seguir, as orações gerundivas apresentam-se em coordenação aditiva e disjuntiva e, mesmo assim, mantém-se a colocação pós-verbal do clítico:

(198) tenho | de pedir [...] o obsequio, de mandar ex- | [t]ra[h]ir nova conta té 31 de
Desembro | de 1843, afim de fixarmos uma e- | poca annual, em que eu va amor- |
tizando os juros pontualmente, em | quanto não posso tratar dos Capitaes, o | que muito
dezejo, calculando-se o ju[ro] | [n]a rasão de 5 por % conforme as bases | do [d]ebito, e
creditando-se não mais | aquela somma de 200\$. BAC, III

(199) Vôu lembrar aVossa Senhora | Ofavor demandar extrahir AConta do
Excelentissimo Senhor Visconde | daPedra branca, Sendo Separadas, ado Engenho São
Jo= | ão, da do Engenho São Pedro, explicando-se, ou a= | bonando-se naconta doditto
Engenho São | Pedro. todo o [dinheiro] [que] | Setem dado empagamento, oque pesso
aVossa Senhora por que o [...] | Senhor , insta Com migo para que eu leaprezente. JGF,
II

3.2.2.2 GRUPOS VERBAIS

Nas cartas brasileiras, em um total de 146 orações com grupos verbais⁸³, o clítico apresentou seis variantes posicionais na frase, as quais vêm abaixo referidas, com as suas respectivas frequências de ocorrência e com as suas respectivas variantes gráficas:

Variante 1 – 52.7% (77 ocorrências):

- a. Ant' hontem **me** foi entregue a sua de 11 do corrente, que ac- | acompanhou outra do Illustrissimo Senhor João Pinto Leite, a cerca dos | negocios do Convento do Desterro ECM, V (70.1% – 54 ocorrências)
- b. estou tão precizada para a Cabar anosa | Jgreja, que amais de 15 annos, que seestar consertando, sem | poder seaCabar, por falta dos meos. ACM, V (29.9% – 23 ocorrências)
- c. Sem ocorrências⁸⁴

Variante 2 – 5.5% (8 ocorrências):

- a. Não tenho respondido ahonroza car- | ta de Vossa Senhoria datada a 24 de Fevereiro por tela recebido em dias de Maio | emeser necessario obter esclarecimentos de meo sobrinho Doutor Gomes JCS. I (12.5% – 01 ocorrência)
- b. mas como as presoens | que me rodeam tenham-**me** embaraça- | do a 3 meses o intento de ir a Cidade, e | assim obrigado-me a uma falta, alias | involluntaria, vou por este meio dar a | Vossa Senhoria uma satisfação da minha falta BAC, I (87.5% – 07 ocorrências)

Variante 3 – 8.9% (13 ocorrências):

- a. pois ja | Le esCrevi ataL respeito dando parte que nem francisco Ignácio | enem adonana quis **me** em tregar as teras FAP, V (46.1% – 06 ocorrências)

⁸³ Foram consideradas apenas as orações com grupos verbais como os definidos em 3.1.2.1.2.

⁸⁴ A variante gráfica c, atestada nas cartas dos remetentes portugueses, não ocorreu nas cartas dos remetentes brasileiros.

- b. Vou escrever ao Goveia sobri [?] pa | gamento pois tendo **me**visto Veixada pela pou | ca Safra *que* fis le dei a devida do *Senhor* Inocencio | Marques *para* aplicala *para* ese pagamento *que* devi fazelo Com prontidão MJE, IV (38.5% – 05 ocorrências)
- c. etendo *Deos* **nos** da- | ão Conque seposa a Cabar, esta tudo enmão dos devedores | sem ter *vontade* [de] paga[ar] ACM, V (15.4% – 02 ocorrências)

Variante 4 – 26% (38 ocorrências):

- a. *mas* | *Vossa Merce* quer forrala, e eu quero | comcordar com *Vossa Merce* *para* **lhe** não | **na** dezagradar LEO, I (15.8% – 06 ocorrências)
- b. Sem ocorrências⁸⁵
- c. Logo *que* finalize oinven | tario, epartilhas de meos bens, eu procurarei *aVossa Excelencia* tractando arespeito dopagamento *que* poder fazer-**lhe** JLB, II (84.2% – 32 ocorrências)

Variante 5 – 6.2% (9 ocorrências):

- a. Eu não fiquei de **lhe** mandar oazeite doce, o *que* | **lhe** disse foi que o meo amo não estava ahi, | e *que* o armazem estava dessortido e que não tinha azeite doce, e nem eu tinha *dinheiro* *para* ir comprar fora, foi o que justamente **lhe** commoniquei. MJL, III (88.8% – 08 ocorrências)
- b. *nomais Vossa Senhoria* haia demeperduar, eu ser tam es- | tenço RAS, I (11.1% – 01 ocorrência)

Variante 6 – 0.7% (1 ocorrência):

- a. Entregue **me**foi ade *Vossa Senhoria* FSM, I

A Tabela 19, abaixo, resume os resultados da análise da colocação dos clíticos em orações com grupos verbais, confrontando-se remetentes portugueses e remetentes brasileiros:

⁸⁵ A variante gráfica **b**, atestada nas cartas dos remetentes portugueses, não ocorreu nas cartas dos remetentes brasileiros.

Coleção dos clíticos em orações com grupos verbais – Portugueses X Brasileiros

Variante Posicionais	Portugueses	Brasileiros
Variante 1 a	84.1% – 53	70.1% – 54
Variante 1 b	14.3% – 09	29.9% – 23
Variante 1 c	1.6% – 01	–
Total	61.2% – 63	52.7% – 77
Variante 2 a	72.7% – 08	12.5% – 01
Variante 2 b	27.3% – 03	87.5% – 07
Total	10.7% – 11	5.5% – 08
Variante 3 a	100.0% – 01	46.1% – 06
Variante 3 b	–	38.5% – 05
Variante 3 c	–	15.4% – 02
Total	1.0% – 01	8.9% – 13
Variante 4 a	92.3% – 24	15.8% – 06
Variante 4 b	7.7% – 02	–
Variante 4 c	–	84.2% – 32
Total	25.2% – 26	26.0% – 38
Variante 5 a	100.0% – 02	88.8% – 08
Variante 5 b	–	11.1% – 01
Total	1.9% – 02	6.2% – 09
Variante 6 a	–	100.0% – 01
Total	–	0.7% – 01

Tabela 19

Da leitura da Tabela 19, destacam-se os seguintes comentários:

Nas cartas dos remetentes brasileiros, as variantes 1 e 2 somam 85 ocorrências, o que corresponde a uma frequência de 58.2% de construções com elevação do clítico; **nas cartas dos remetentes brasileiros, portanto, embora as construções com elevação do clítico tenham superado as construções sem elevação do clítico, ocorreram com uma frequência**

razoavelmente inferior que nas cartas dos remetentes portugueses, onde alcançaram um índice de 71.8%.

As variantes 3, 4, 5 e 6 caracterizam-se pela não elevação do clítico. Destas, a 6 foi atestada apenas nas cartas dos remetentes brasileiros, através de uma única ocorrência. Caracteriza-se tal variante pela elevação do verbo não-finito e pela não elevação do clítico, que ocorre anteposto e proclítico ao verbo finito. A variante 6 é, claramente, uma variante estilisticamente marcada, podendo ser considerada de ocorrência marginal, mesmo na norma escrita socialmente prestigiada do português brasileiro do século XIX. Observando-se, então, o comportamento de portugueses e brasileiros quanto às variantes 3, 4 e 5, destaca-se, inicialmente, que **as frequências de ocorrência da variante 4 são praticamente as mesmas** em ambos os casos – de **25.2% entre os portugueses** e de **26.0% entre os brasileiros**. Contudo, no que respeita às variantes 3 e 5, há distintas frequências de ocorrência: a frequência de ocorrência da variante 3 é de 1.0% entre os portugueses e de 8.9% entre os brasileiros, e a frequência de ocorrência da variante 5 é de 1.9% entre os portugueses e de 6.2% entre os brasileiros. Quanto à variante 5, propõe-se, tal como para os portugueses, que a preposição, o clítico e o verbo não-finito constituam um vocábulo fonológico; assim, a variante 5 seria neutra não apenas por poder ocorrer livremente em qualquer contexto sintático, como também por neutralizar as diferenças concernentes à direção da cliticização fonológica observadas na sintaxe dos clíticos na história do português brasileiro e do português europeu. As diferenças de frequência de ocorrência dessa variante entre portugueses e brasileiros, acima referidas, não têm, pois, relevância quanto à definição de uma sintaxe brasileira ou portuguesa para a ordem dos clíticos. Já a variante 3, como se disse quando da análise das cartas dos remetentes portugueses, é a variante vernácula de colocação do clítico do português brasileiro em orações com grupos verbais. A sua ocorrência em

carta de imigrante português, ainda que com uma frequência de apenas 1.0%, foi interpretada como um leve indício de aproximação em relação à gramática do português brasileiro. **Entre os remetentes brasileiros, a variante 3 ocorreu com uma frequência bem mais expressiva que entre os remetentes portugueses**, porém, se se considerar que, no século XIX, esta já era a variante vernácula, pode-se concluir que a frequência de 8.9% é ainda baixa e assim, a análise da sintaxe dos clíticos em orações com grupos verbais vem, mais uma vez, revelar que os padrões de escrita brasileiros se regiam basicamente por padrões de escrita portugueses.

A seguir, referem-se todas as 13 ocorrências da variante 3 de colocação do clítico atestadas entre os remetentes brasileiros, distinguindo-se os três grupos de variantes gráficas:

Variante gráfica a:

(1) pois ja | le esCrevi atal respeito dando* parte *que* nem francisco Ignação | enem adonana quis **me** em tregar as teras digo as duzentas | esetenta oito brassas *que* de tal tera não Sabe *que* le as- | vendeu FAP, V

(2) em quanto o preço é a cinco mil e du= | zentos reis como estive mostrado os assentos ao | seo portador porquanto tem **se** vendido MJL, I

(3) Não querem **me** levar em||| conta a importancia da Siza, depois de lhe ter eu prevenido, e *Você* res- | ponder-me *que* davão por bem feito ECM, VI

(4) não querem **me** dar a porcentagem de um | debito, *que* de vacilante, e mal parado *que* era passou a ser segu- | ro, e real ECM, VI

(5) Hontem cheguei da Vila do Conde, por onde me demorei 12 | dias, e vou **lhe** dar solução dos negocios, de *que* me encarregou. ECM, I

(6) Recebi a Precatoria, e vou **lhe** | dar o andamento devido ECM, VII

Variante gráfica b:

(7) ora partesipoLe *que* vi serirar porSertidaõ toudos | osdeComentos destes negocios eseremeteu para as ferra | ou a O Leite enada mais poso deCaLra FAP, V

(8) eportanto Sa as | freras naõ tem aresebido ja alguns pagamentos | eLas pode Sequexar desi pois odinheiro tem estado e | esta em ma~u doSenhor Nogueira adois annos Como | depositario FAP, VI

(9) tudo é vontade de Deos e por isso Vossa Senhoria dev[e] [se]con- | formar Conavontade deDeos, que nada fas para noso mal. ACM, V

(10) estou tão precizada para a Cabar anosa | Jgreja, que amais de15 annos, que seestar consertando, sem | poder seaCabar, por falta dos meos ACM, V

(11) Vou escrever ao Goveia sobri [?] pa | gamento pois tendo mevisto Veixada pela pou | ca Safra que fis le dei a devida do Senhor Inocencio | Marques para applicala para ese pagamento que devi fazelo | Com prontidão MJE, IV

Variante gráfica c:

(12) etendo Deos nos da- | do Conque seposa a Cabar, esta tudo enmão dos devedores | sem ter vontade [de] pag[ar] ACM, V

(13) Ora, tendo eu me entendido com a viuva, e estando el- | la disposta a pagar com aquele terreno, em que tinha o Adão | empregado suas vistas, fez com que o Justino, e o mesmo Adão ||| desesperassem de raiva ECM, I

Discriminando-se os cinco remetentes autores das ocorrências com a variante 3 de colocação do clítico – a saber, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) –, observa-se que os quatro primeiros estão entre os remetentes brasileiros com mais baixo grau de escolarização, enquanto o último, conforme já se destacou anteriormente (Cf. item 3.2.2.1.1. deste Capítulo), apresenta comportamento que o aproxima dos remetentes com instrução superior. Assim, tal como observado quando da análise das gerundivas, esses resultados parecem indicar que a emergência das regras vernáculas de colocação do clítico ocorre, caracteristicamente, na escrita dos remetentes pouco escolarizados.

A variante 3 de colocação do clítico em orações com grupos verbais apresentou três variantes gráficas entre os remetentes brasileiros. Para as ocorrências da variante gráfica **a**, põe-se a questão de saber por que foram analisadas como ocorrências da variante 3 – em que a direção da cliticização fonológica é da esquerda para a direita –, e não da variante 2 – em que a direção da cliticização fonológica é da direita para a esquerda. Os exemplos (1) e (2) da variante gráfica **a** foram extraídos de cartas de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), respectivamente, remetentes com baixo grau de escolarização. Considerando-se a variante **b**, a variante que efetivamente estaria refletindo, em termos gráficos, o fato de o clítico estar anteposto e proclítico ao verbo não-finito, destaca-se que todas as ocorrências que a representam – numeradas (7), (8), (9), (10) e (11) – foram também, e apenas, extraídas de cartas de remetentes com baixo grau de escolarização: o já referido Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e ainda Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43). Portanto, como os autores dos exemplos (7), (8), (9), (10) e (11) foram sempre remetentes com baixo grau de escolarização, considerou-se que o fato de os autores dos exemplos (1) e (2) também serem remetentes com baixo grau de escolarização permitiria concluir serem (1) e (2) ocorrências de uma outra variante gráfica da variante 3. Porém, para além dos exemplos (1) e (2), extraídos de cartas de remetentes com baixo grau de escolarização, há também, na variante gráfica **a**, os exemplos (3), (4), (5) e (6), extraídos de cartas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), cujo grau de escolarização é desconhecido, mas cujo comportamento é semelhante ao dos remetentes com instrução superior. (3) e (4) são exemplos de orações negativas. Embora, dentre as ocorrências de orações negativas extraídas das cartas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) se tenha atestado uma ocorrência de colocação

pós-verbal do clítico, conforme o exemplo (14), abaixo, a regra generalizadamente atestada é a da colocação pré-verbal, conforme, por exemplo, os exemplos (15) a (18), abaixo:

(14) o ter figurado na Cessão o Adão, e não | apresentar eu o dinheiro, ou lettras d'elle, foi por que lettras não | queria-as eu para o Convento ECM, VI

xxxxx

(15) Não **me** embarassei | com estas patacoadas ECM, I

(16) Ainda não **lhe** escrevi | depois que cheguei do Conde, por que o devia fazer | por proprio, e Jose Baptista cahio doente, e apenas me- | lhorou, deitei-o atraz dum negro fugido. ECM, III

(17) Se eu não | estivesse auctorisado pelas Procurações para faser essas, e ou- | tras transações, que julgasse conveniente, de certo não **me** | arriscaria ao que fiz ECM, V

(18) Apesar do Fructuoso ter feito a molequeira de ceder||| ao Adão uma porção de terras, e eu perder n'ellas o in- | teresse, que elle me tinha promettido, visto que eu não era | seu criado d'elle, para estar-lhe comprando terras, medindo, e fassen- | do mil outros sacrificios, sem compensação algũa, nem por isso | **me** dei por achado ECM, VI

Assim, em (3) e (4), concluiu-se que o clítico não estaria enclítico ao verbo finito. Finalmente, resta justificar a inclusão dos exemplos (5) e (6) entre a variante 3; trata-se de exemplos em que o verbo está precedido por conectivo de coordenação, contexto, portanto, de regra variável de colocação do clítico na frase. Conforme observado quando da análise das orações com verbos simples, no item 3.2.2.1.1., no referido contexto, o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) foi autor de 9 ocorrências. Como, em 7 das 10 ocorrências que *lhe* corresponderam, o clítico ocorreu em posição pós-verbal, poder-se-ia pensar que, em (5) e (6), o clítico estaria enclítico ao verbo finito, e não proclítico ao verbo não-finito. Contudo, conforme os exemplos a seguir o atestam, em orações com verbos simples, o referido remetente usou categoricamente o hífen em todas as

ocorrências em que, em contexto de verbo imediatamente precedido de conectivo de coordenação, a colocação do clítico foi pós-verbal:

(19) e portei-**me** com maneiras tão | docéis, que a viuva nem uma duvida pôz em reconhe- | cer o debito, como proprio, e offereceo-se logo a pagar com | uma porção de terras ECM, I

(20) fiz depois vir o Escrivam, tomei o Conhecimento ao Collector com | minha firma, e lavrou-se a Escripura no dia 25 de Agosto ECM, II

(21) e cumpre-**me** faser algũas obser- | vações a meu respeito tambem. ECM, II

(22) e não convindo assim, então o meu trabalho já tido, fi- | cará por coisa nem uma, e encarregue-se outro de ir que- | brar-se com o Adão, e verão os tropeços, que encontrão ECM, II

(23) Quanto ao negocio do Convento tenho a diser-lhe | que outro dia aqui veio ter um Senhor Reis, encarregado de | arranjar taes negocios, e segundo a conferencia, que tivemos, e | minucioso exame dos mesmos negocios, chegamo-nos a um accor- | do que elle mesmo julgou de vantagem ás Reverendissimas Freiras, e asse- | gurou-**me** de concluir por ãa vêz d'aquella maneira o nego- | cio. ECM, V

(24) e lem- | bre-se que se hoje estão esses negocios desembaraçados, como es- | tão, devem aos meus exforços ECM, V

(25) e fiz-**lhe** interesse de 1:000\$ reis para elle annuir em tudo, e con- | correr para a conclusam d'este malfadado negocio ECM, VII

Observou-se, anteriormente, que as frequências de ocorrência da variante 4 foram praticamente as mesmas entre portugueses e brasileiros – 25.2% e 26.0%, respectivamente. Na análise das cartas dos remetentes portugueses, também se observou que a ocorrência dessa variante estava condicionada à natureza da forma nominal do verbo; assim, distinguindo-se os três tipos de construções analisadas – V finito + (P), V finito + (G) e V finito + ((PREP)) + (I) –, pôde-se notar que o clítico jamais se cliticizava ao participío, tendo sido a variante 4 atestada apenas em construções de V

finito + (G) e V finito + ((PREP)) + (I) e, sobretudo, nesta última. Nas cartas dos remetentes brasileiros, os resultados obtidos foram distintos⁸⁶:

a) Em 36 ocorrências de V finito + (P), 31 (86.1%) apresentaram elevação do clítico e 5 (13.9%), não. Portanto, **diferentemente do que se concluiu quando da análise das cartas dos remetentes portugueses, é possível, entre brasileiros, o clítico cliticizar-se ao particípio**. Abaixo referem-se as ocorrências com cliticização ao particípio:

Variante 3:

(26) Vou escrever ao Goveia sobri [?] pa | gamento pois tendo **me**visto Veixada pela pou | ca Safra *que* fis le dei a devida do *Senhor* Inocencio | Marques para aplicala para ese pagamento *que* devi fazelo | Com prontidão MJE, IV

(27) etendo *Deos* **nos** da- | do Conque seposa a Cabar, esta tudo enmão dos devedores | sem ter *vontade* [de] pag[ar] ACM, V

(28) Ora, tendo eu **me** entendido com a viuva, e estando el- | la disposta a pagar com *aquele* terreno, em *que* tinha o Adão | empregado suas vistas, fez com *que* o Justino, e o mesmo Adão ||| desesperassem de raiva ECM, I

Variante 4:

(29) *mas* como as presoens | *que* me rodeam tenham-me embaraça- | do a 3 meses o intento de ir a *Cidade*, e | assim obrigado-**me** a uma falta, alias | *involluntaria*, vou por este meio dar a | *Vossa Senhoria* uma satisfação da *minha* falta BAC, I

(30) *Aminha Familia* toda lhe | beija a Mao e agradece suas recomendaçoens | hoje se acha ella augmentada com *mais* um | Menino tendo *minha* Mulher dado-o a luz no dia | 2 *doproximo passado* mes JTB, I

Portanto, não apenas se dá a cliticização ao particípio, como também, conforme os exemplos (26)-(28) e (29)-(30), respectivamente, o atestam, o

⁸⁶ Excluiu-se do cômputo a seguir apresentado a ocorrência Entregue **me**foi ade *Vossa Senhoria* FSM, I.

clítico pode estar proclítico ou enclítico ao particípio. As construções com ênclise ao particípio, além de não vernáculas, definem um tipo particular de hipercorreção, já que não se inserem na definição apresentada anteriormente, segundo a qual hipercorreção seria a emergência, entre os remetentes brasileiros, de ordem pós-verbal em contextos, para os portugueses, de regra categoricamente pré-verbal. Os autores das ocorrências com ênclise ao particípio foram o Barão da Cajaíba (R. 7) e José Teodoro Sá Barreto (R. 31), ambos senhores de engenho. Tendo sido a nacionalidade de José Teodoro Sá Barreto (R. 31) inferida como brasileira, a ocorrência de construção com ênclise ao particípio em suas cartas é um indício de que tal inferência seja correta.

Do ponto de vista sintático, os grupos verbais com particípio, aqui analisados, foram de dois tipos (Cf. item 3.1.2.2. deste Capítulo): grupos verbais em que o primeiro verbo é um auxiliar temporal *ter* ou *haver* e o verbo principal está no particípio, com 28 ocorrências, e grupos verbais correspondentes a construções passivas, com 8 ocorrências. De acordo com os exemplos (26)-(30), a cliticização ao particípio só ocorreu em grupos verbais do tipo V auxiliar temporal + (P).

De fato, conforme os exemplos a seguir o atestam, não houve ocorrências de cliticização ao particípio quando este integrava uma construção passiva:

(31) O *portador* d'esta o *Illustrissimo Senhor Joaquim José dos Reis* | me fez a honra tocar aqui. de *caminho para essa Ci-* | *dade*, e fallar-me, a *cêrca dos negocios do Convento de* | *Vossa Reverendissima, que me* fôrão recommendados, *relativamente ao* | *Casal do Matta Barcelar* ECM, IV

(32) Ant' hontem *me* foi entregue a sua de 11 do *corrente, que ac-* | *companhou outra do Illustrissimo Senhor João Pinto Leite*, a *cerca dos* | *negocios do Convento do Desterro* ECM, V

(33) agora porem tenho | asaptisfação de responder aVossa Senhoria que pelo Senhor Joaquim Joze | deCastro, seu digno Procurador Geral, **me** foi ponderado quan- | to Vossa Senhoria agora me faz amerce de lembrar IPA, I

(34) Hei de fazer adeligencia | para **meser** lancada essa divida JLB, II

(35) N'este estio per on | de me conduzio, e a *minha* Mo:her, nosso | mau estado de saude, a fim de fazer | uzo de banhos de Mar, **me** foi entre | gue a carta de Vossa Senhoria VRV, IV

A obrigatoriedade de *que*, numa construção passiva, o clítico se cliticize ao verbo finito é ainda bastante visível através do exemplo (36), abaixo, o único em que não houve subida de clítico em oração com grupo verbal correspondente a construção passiva, justamente porque o verbo não-finito, o particípio, se elevou:

(24) Entregue **me**foi ade Vossa Senhoria FSM, I

Portanto, a regra de *que*, no português brasileiro, em orações com grupos verbais o clítico passou a ocorrer sempre anteposto e proclítico ao verbo não-finito não se estendeu às construções passivas. No século XIX, seriam agramaticais, assim como hoje o são, os seguintes exemplos:

(37) * O portador desta, o ilustríssimo Senhor Joaquim José dos Reis, me fez a honra [de] tocar aqui, de caminho para essa cidade e falar-me acerca dos negócios do Convento de Vossa Reverendíssima, que foram **me[-]**recomendados, relativamente ao Casal do Mata Barcelar.

(38) * Anteontem, foi **me[-]**entregue a sua de 11 do corrente, que acompanhou outra do ilustríssimo Senhor João Pinto Leite, acerca dos negócios do Convento do Desterro.

(39) * agora, porém, tenho a satisfação de responder a Vossa Senhoria que pelo Senhor Joaquim José de Castro, seu digno Procurador Geral, foi **me[-]**ponderado quanto Vossa Senhoria agora me faz a mercê de lembrar.

(40) * Hei de fazer a diligência para ser **me[-]**lançada essa dívida.

(41) * Neste estio, por onde me conduziu, e a minha mulher, nosso mau estado de saúde, a fim de fazer uso de banhos de mar, foi **me[-]**entregue a carta de Vossa Senhoria.

Da mesma forma, mesmo em registros de escrita formal, em que os falantes tenderiam a se hipercorrigir com mais frequência, não seriam aceitas, assim como hoje também não o são, construções como a seguir:

(42) * O portador desta, o ilustríssimo Senhor Joaquim José dos Reis, me fez a honra [de] tocar aqui, de caminho para essa cidade e falar-me acerca dos negócios do Convento de Vossa Reverendíssima, que foram recomendados-**me**, relativamente ao Casal do Mata Barcelar.

(43) * Anteontem, foi entregue-**me** a sua de 11 do corrente, que acompanhou outra do ilustríssimo Senhor João Pinto Leite, acerca dos negócios do Convento do Desterro.

(44) * agora, porém, tenho a satisfação de responder a Vossa Senhoria que pelo Senhor Joaquim José de Castro, seu digno Procurador Geral, foi ponderado-**me** quanto Vossa Senhoria agora me faz a mercê de lembrar.

(45) * Hei de fazer a diligência para ser lançada-**me** essa dívida.

(46) * Neste estio, por onde me conduziu, e a minha mulher, nosso mau estado de saúde, a fim de fazer uso de banhos de mar, foi entregue-**me** a carta de Vossa Senhoria.

- **b)** Em 07 ocorrências de V finito + (G), todas apresentaram elevação do clítico:

(47) estou tão precizada para a Cabar anosa | Jgreja, que amais de 15 annos, que seestar consertando, sem | poder seaCabar, por falta dos meos, ACM, V

(48) Como a minha ida a Cidade se vai demorando, | e não quero passar por esquecido dos meus deveres | na opinião de Vossa Excelencia BAC, II

(49) e vendo que as coisas cada vez se ião complicando mais, e que a final o | resultado era pessimo, fui forçado a entrar em convenções com | o Justino ECM, VII

(50) por isso he que elle não gosta | de mim por que **lhe**estou descobrindo as masellas LGL, I

(51) iomais **que** **lhe**fico restando⁸⁷ fica aomeo cuidado aprontar ores- | to *para* saldar anosa conta, *para* ficar em dia RAS, I

(52) Apezar do Fructuoso ter feito a molequeira de ceder||| ao Adão uma porção de terras, e eu perder n'ellas o in- | teresse, *que* elle me tinha prometido, visto *que* eu não era | seu criado d'elle, *para* estar-**lhe** comprando terras, medindo, e fasen· | do mil outros sacrificios, sem compensação algũa, nem *por* isso | me dei *por* achado ECM, VI

(53) Cheguei do Conde com 33 dias de estada *por* ali, tendo um grande encomodo n'ũa | perna, *que* quaze a vi quebrada nas mactas do Rio azul, tendo-**lhe** sobre- | vindo ãa forte erysipella, *que* muito me molestou ECM, VII

Julga-se, todavia, que, no século XIX, seriam gramaticais, assim como hoje o são, exemplos como os seguintes:

(54) estou tão precisada para acabar a nossa igreja, que há mais de 15 anos, que está **se[-]**]consertando, sem poder se acabar, por falta dos meios.

(55) Como a minha ida à cidade vai **se[-]**demorando e não quero passar por esquecido dos meus deveres na opinião de Vossa Excelencia (...)

(56) e vendo que as coisas cada vez iam **se[-]**complicando mais e que, afinal, o resultado era péssimo, fui forçado a entrar em convenções com o Justino.

(57) por isso é que ele não gosta de mim, por que estou **lhe[-]**descobrimdo as maselas.

(58) e o mais que fico **lhe[-]**restando, fica ao meu cuidado aprontar o resto para saldar a nossa conta, para ficar em dia.

(59) Apesar do Frutuoso ter feito a molequeira de ceder ao Adão uma porção de terras e eu perder nelas o interesse que ele me tinha prometido, visto que eu não era seu criado dele para estar **lhe[-]**comprando terras, medindo e fazendo mil outros sacrificios, sem compensação alguma, nem por isso me dei por achado.

(60) Cheguei do Conde com 33 dias de estada por ali, tendo um grande incômodo numa perna, que quase a vi quebrada nas matas do Rio Azul, tendo **lhe[-]**sobrevindo uma forte erisipela, que muito me molestou.

⁸⁷ Restar com o sentido de dever.

Da mesma forma, em registros de escrita formal, seriam aceitas, assim como hoje também o são, apesar de não serem vernáculas e de não corresponderem ao padrão prescritivo gramatical, construções como a seguir:

(61) estou tão precisada para acabar a nossa igreja, que há mais de 15 anos, que está consertando-**se**, sem poder se acabar, por falta dos meios.

(62) Como a minha ida à cidade vai demorando-**se** e não quero passar por esquecido dos meus deveres na opinião de Vossa Excelencia (...)

(63) e vendo que as coisas cada vez iam complicando-**se** mais e que, afinal, o resultado era péssimo, fui forçado a entrar em convenções com o Justino.

(64) por isso é que ele não gosta de mim, por que estou descobrindo-**lhe** as maselas.

(65) e o mais que fico restando-**lhe**, fica ao meu cuidado aprontar o resto para saldar a nossa conta, para ficar em dia.

(66) Apesar do Frutuoso ter feito a molequeira de ceder ao Adão uma porção de terras e eu perder nelas o interesse que ele me tinha prometido, visto que eu não era seu criado dele para estar comprando-**lhe** terras, medindo e fazendo mil outros sacrifícios, sem compensação alguma, nem por isso me dei por achado.

(67) Cheguei do Conde com 33 dias de estada por ali, tendo um grande incômodo numa perna, que quase a vi quebrada nas matas do Rio Azul, tendo sobrevindo-**lhe** uma forte erisipela, que muito me molestou.

Portanto, a não ocorrência da variante 4 de colocação do clítico em orações com grupos verbais do tipo V finito + (G) não será interpretada como resultante de qualquer impedimento derivado do tipo de grupo verbal em questão, mas, simplesmente, como uma particularidade do *corpus* analisado.

c) Em 102 ocorrências de V finito + ((PREP)) + (I), 49 (48.1%) apresentaram elevação do clítico e 53 (variante 4 e variante 5) (51.9%), não.

d) Portanto, nos três tipos de grupos verbais em que a ocorrência da variante 4 é possível entre os remetentes brasileiros – V auxiliar temporal + (P), V finito + (G) e V finito + ((PREP)) + (I) –, a sua frequência foi de 27.7% (38/137). Já nos dois tipos de grupos verbais em que a ocorrência da variante 4 é possível entre os remetentes portugueses – V finito + (G) e V finito + ((PREP)) + (I) –, a sua frequência foi de 37.1% (26/70).

Finalmente, restam ainda algumas considerações acerca da distribuição sintática das variantes posicionais do clítico. Na análise das cartas dos remetentes portugueses, tendo-se pré-identificado, quando da análise da colocação dos clíticos em orações com verbos simples, contextos de ordem fixa pré- e pós-verbal do clítico na frase, selecionaram-se quatro contextos (dois de ordem fixa pré-verbal – *orações não-dependentes, verbo precedido por negação e orações dependentes finitas* – e dois de ordem fixa pós-verbal – *orações não-dependentes, verbo em posição inicial absoluta e orações dependentes não-finitas, infinitas e gerundivas não regidas por preposição*) para a apresentação da análise da colocação dos clíticos em orações com grupos verbais, a fim de se demonstrar como se distribuíam sintaticamente as cinco variantes posicionais do clítico anteriormente referidas. Basicamente, concluiu-se que enquanto a variante 1 era característica dos contextos que determinavam a colocação categoricamente pré-verbal do clítico, a variante 2 era característica dos contextos que determinavam a colocação categoricamente pós-verbal. Já a variante 4, a variante a seguir mais representativa, era, indistintamente, característica tanto de contextos pré-identificados como de colocação categoricamente pré-verbal, quanto de contextos pré-identificados como de colocação categoricamente pós-verbal.

Nas cartas dos remetentes brasileiros, a distribuição sintática das variantes posicionais do clítico foi a seguinte:

a) Contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal (75):

- Variante 1 – 69.3% (52 ocorrências);
- Variante 2 – 2.7% (02 ocorrências);
- Variante 3 – 6.7% (05 ocorrências);
- Variante 4 – 21.3% (16 ocorrências).

b) Contextos pré-identificados como de ordem fixa pós-verbal (08):

- Variante 2 – 25% (02 ocorrências);
- Variante 3 – 37.5% (03 ocorrências);
- Variante 4 – 37.5% (03 ocorrências).

Assim, tal como entre os remetentes portugueses, entre os remetentes brasileiros, nos contextos pré-identificados como de ordem fixa pré-verbal, a variante 1 apresentou-se como a mais essencialmente característica, vindo a seguir, porém com uma frequência bastante inferior, a variante 4. Nos contextos pré-identificados como de ordem fixa pós-verbal, todavia, os resultados obtidos para os remetentes brasileiros foram bastante distantes dos obtidos para os remetentes portugueses: não só a variante 2 não se apresentou como a mais essencialmente característica, como, inclusive, ocorreu com frequência inferior à frequência da variante 3 e da variante 4. É preciso destacar, porém, que é baixo o número de ocorrências sobre as quais se baseiam as observações feitas sobre a distribuição sintática das variantes em contextos pré-identificados como de ordem fixa pós-verbal.

Para concluir, uma observação de caráter sociolinguístico. Anteriormente, ao se discriminarem os cinco remetentes autores das ocorrências com a variante 3 de colocação do clítico, pôde-se observar, confirmando-se observação já anteriormente feita, que a emergência de regras vernáculas ocorria, caracteristicamente, na escrita dos remetentes

pouco escolarizados. Apresentam-se, a seguir, as duas ocorrências com a variante 2 de colocação do clítico, atestadas em contexto pré-identificado como de ordem fixa pré-verbal, ocorrências, portanto, que caracterizam comportamento de hipercorreção:

(68) O Mascarenhas que ficou certis- | simo de dar hoje cem milreis para serem enviados | a Madre Abbadeça, tirou-se hontem dos seos cuidados | remetendo-me a carta inclusa, que far-me-ia rir, | se o negocio não fosse tão serio. ZGV, III

(69) mas como as presoens | que me rodeam tenham-me embaraça- | do a 3 meses o intento de ir a Cidade, e | assim obrigado-me a uma falta, alias | involluntaria, vou por este meio dar a | Vossa Senhoria uma satisfação da minha falta BAC, I

Discriminando-se os remetentes autores das duas ocorrências acima referidas – o Barão da Cajaíba (R. 7) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) –, nota-se serem ambos integrantes da elite – o primeiro, um senhor de enegenho e o segundo, um grande político do Império. Do primeiro, não se sabe qual o grau de escolarização, mas o segundo é Bacharel em Direito (Olinda); possui, portanto, instrução superior.

3.2.2.3 INTERPOLAÇÃO

Como para os portugueses, também se atestou, para os brasileiros, a possibilidade de o clítico em posição pré-verbal não ocorrer adjacente ao verbo:

(1) mas menão ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que anão quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occazi= | ão ase murmurar demim, que por effeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho. pro | curo des onerarme della. JLB, II

(2) N. B. | Mandei tirar huma copia das letras, que inclusa | remetto, para Vossa Senhoria ver que n'ellas se não estipulão | juros. ZGV, III

(3) e eu não | só por servil-o. como pelo interesse que **me elle** fazia, ex- | forcei-me quanto pude para o conseguir. ECM, VI

(4) foi-me tambem for- | çoso tratar da medição das terras, e posse Judicial, sem o *que* o *Senhor Fructu-* | oso já intimidado, se não queria arriscar a effectuar a compra, *que* ti- | nha com tanto *empenho* pretendido ECM, VII

(5) e até *suppunha* ja concluido por que essa | mesma pessoa, disendo que não chegava a mais da | quantia promettida, que **me não** lembra, disse que | que um outro interessado daria, ou faria o ne- | gocio. RBS, I

(6) Para mais promptamente pagar offereci aVossa Excelencia valores ganhando premio, em | pagamento de juros que onão vence VPB, I

(7) remeto a ordem in- | clusa de quatro centos mil reis, pedindo-lhe | de acreditar-me que seria mais amplo se as | miserias da Lavoura **me não** impedissem. BAC, II

(8) mas menão ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que anão quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occasi= | ão ase murmurar demim, que por effectos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme della. JLB, II

(9) iquando asim onão | pratique, Vossa Senhoria antam tera lugar, demidispegar RAS, I

(10) Hé certo que estou responsavel | por essa Joaquina Roza, e que por ella | tenho pago mais dessa quantia que Vossa Senhoria indica | na sua dita carta, o que não tenho sa- | tisfeito porque menão tem sido possivel, | eDeos o sabe. SEB, I

(11) Pelo | que respeita os juros, põde *Vossa Senhoria* contar com o recebi= | mento d'elles athe o fim do corrente, ou mesmo an= | tes se receber dinheiros com que devo contar; e quan= | to ao Capital, posto que comtanta brevidade o não pos= | sa faser em rasão do estado gerál de penuria, que | tem abalado todas as fortunas, todavia não hé de | agora que tenho muito em vista desobrigar-me d'es= | ta quantia VRV, II

XXXXX

(12) mas | *Vossa Merce* quer forrala, e eu quero | comcordar com *Vossa Merce* para **lhe não** | na dezagradar LEO, I

(13) desejo servir a Vossa Senhoria, | e prestar à Madre Abbadeça esse pequeno | favor, pedindo a Vossa Senhoria que a ella apresente, se | for preciso, esta carta, pois que para **lhe não** | tomar tempo deixo de escrever-lhe directamente. ZGV, II

XXXXX

(14) e com quanto | tenha para alli passado procuração ao Senhor Doutor | Bento Jose Fernandez de Almeida, pessoa muito qua- | lificada, toda via tambem por seos grandes | afaseres ainda se não poz bem ao facto | do onus, a que estão sujeitas as rendas da | mesma Fazenda. JGS, II

(15) tudo levei ao conhecimento do | Senhor Mello pela carta da referida copia junta. onde tambem eu | exigia ordem para poder contratar os pagamentos com o Fruc- | tuoso, que offerencia pagamentos de 2:000\$ reis annuaes, e dois logo, | isto é, um de corpo presente e outro em Abbril, mas que me não | era possivel tanto faser, sem convir a Vossa Reverendissima para ir de | acôrdo com a sua vontade ECM, II

(16) mas menão ani | mo a falar-lhe nisso para que não prezuma que anão quero | em minha Companhia, como mesmo para não dar occazi= | ão ase murmurar demim, que por effeitos de ambi= | ção para ficar com o que houver de lhe pertencer, que pro | [vave]lmente sera hum engenho, por que dinheiro onão tenho, pro | curo des onerarme della. JLB, II

Nas cartas portuguesas, o único constituinte que ocorreu interpolado entre o clítico e o verbo foi o advérbio de negação sentencial *não*. Nas cartas brasileiras, porém, embora o *não* tenha sido o constituinte mais frequentemente interpolado, também se atestou a possibilidade de interpolação de sujeito. Em 16 ocorrências de estruturas com interpolação, 15 (93.75%) apresentaram o advérbio de negação sentencial interpolado e apenas 1 (6.25%) – a ocorrência (3) –, o sujeito. A ocorrência com interpolação de sujeito foi extraída de carta do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11). Enquanto a interpolação do *não* é generalizadamente atestada no século XIX, apesar de apresentar frequência muito variável entre os diversos escritores, a interpolação do sujeito é de ocorrência extremamente marginal, quase inexistente.

Entre os portugueses, a interpolação foi observada em dois tipos de estrutura: orações dependentes finitas e orações não-dependentes modificadas por advérbios “proclitizadores”, particularmente, o advérbio *inda*. Já entre brasileiros a interpolação foi observada em um leque pouco

mais variado de estruturas: orações dependentes finitas, conforme os exemplos de (1) a (11), orações dependentes não-finitas regidas por preposição, tendo ocorrido, especificamente, as infinitivas regidas por *para*, conforme os exemplos (12) e (13) e orações não-dependentes, modificadas ou não por advérbios proclisadores, conforme os exemplos (14) e (16), respectivamente. O leque pouco mais variado de estruturas em que se atestou a interpolação entre brasileiros certamente tem a ver apenas com fato de as cartas brasileiras serem escritas por vários remetentes e as cartas portuguesas por, basicamente, um único remetente.

Os exemplos de (17) a (55), a seguir referidos, atestam as estruturas passíveis de apresentar interpolação, mas sem a atualização do fenômeno. Considerando-se que a interpolação do sujeito foi atestada em apenas um remetente, será, portanto, aqui interpretada como um traço peculiar da sua escrita; conseqüentemente, a freqüência da atualização da interpolação do sujeito será calculada levando-se em conta apenas os dados extraídos das cartas do remetente em questão. Já a atualização da freqüência da interpolação do *não* será calculada com base no conjunto dos dados extraídos das cartas de todos os remetentes brasileiros, pois foi atestada em cartas de 11 remetentes, dentre os quais nenhum se destacou por apresentar um número particularmente mais elevado de ocorrências em relação aos demais: Barão da Cajaíba (R. 7) – 1 ocorrência; Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) – 3 ocorrências; João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho (R. 24) – 3 ocorrências; José Gomes da Silva (R. 29) – 1 ocorrência; Lepoldina (R. 34) – 1 ocorrência; Raimundo Alves de Sousa (R. 47) – 1 ocorrência; Raimundo Barroso de Sousa (R. 48) – 1 ocorrência; Salvador Estêvão Barbosa (R. 49) – 1 ocorrência; Visconde da Pedra Branca (R.) – 1 ocorrência; Visconde do Rio Vermelho (R.) – 1 ocorrência e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) – 3 ocorrências.

ESTRUTURAS PASSÍVEIS DE APRESENTAR INTERPOLAÇÃO DE SUJEITO:

(17) alem d'isso sabia que o Adão para perseguir | a um vizinho, trasia grandes intentos n'esse terreno, que ella dava | em pagamento, e que por isso mesmo não levava a bem que elle o pos- | suisse. ECM, I

(18) e eu muito desejaria, que Vossa merce tambem se esforçasse para que elle | fosse servido, por que o Adão tem protestado ficar com o | terreno para o atropellar. ECM, I

(19) mas este com mê- | do Justino, e receiando barulhos com elle, jamais se quiz su- | geitar a faser compra d'ellas à viuva, e sim a mim, por que en- ||| tendia elle (e entendia bem) que cômigo o Justino não se avançava. ECM, II

(20) e lem- | brarei, por ultimo, a Vossa Reverendissima, que eu me acho por Letra respon- | savel ao Collector da Vila do Conde, Custodio d'Oliveira Cam- | pos, pela importancia da decima da compra da terra. ECM, II

(21) Mas a culpa é minha, e por isso bom | é que Você me ponha á curta, e diga o que eu não esperava, como | o tem feito, segundo disse o genro do Senhor Fructuoso ECM, V

(22) e muito me | admira Você dizer-me que não sabe por que eu me conspirei con- | tra elle ECM, VI

(23) e | não precisava, para se concertar o que por ventura estivesse | desconcertado, que Você se fizesse tam catonico, sem estar | inteiramente informado de todas as circunstancias, poi que sem- | pre me conheceo com docilidade para o justo e rasoavel. ECM, VI

(24) achei duas cartas suas | e na ultima, pedindo-me solução dos negocios do convento, diz que em outra não | sabia, por que as Freiras o perseguião ECM, VII

(25) a acção, que eu devia propôr, segundo o Libelo, que vossa merce me | entregou, irá contra os herdeiros, e viuva de Feliciano Teixeira | da Matta Barcelar ECM, I

(26) uma porção de terras, que possuia o casal apartadas do | Engenho, e que eu me sugitei a receber, não só por que havia | quem tivesse grandes dezejos de as comprar, como por não sacrifi- | car o direito das Senhoras Freiras no infame fôro da Vila do | Conde ECM, I

(27) e acceitei a venda que a viuva me fez | do dito terreno, com assistencia de seu Procurador, e mais herdeiros, | e já tenho quem os compre ECM, I

- (28) o que, talvez, eu não devesse mais | faser, a vista da maneira ameaçadôra, picante. e
vaído- | sa, com que Você se exprime ECM, VI
- (29) Quando, n'essa Cidade, o Senhor Mello m' encarregou es- | ta cobrança, e a do
Adão, deixei de proceder a um previo ajus- | te do meu trabalho, não só por que estava,
então, com pressa, co- | mo por que, me disse elle, Vossa Reverendissima gratificaria
devidamente. ECM, II
- (30) Hoje, em dia, sabem todos, por | que é coisa muito stabelicida, dar-se a um
Procurador de cobranças cá ||| por fóra vinte por cento, que ninguem por menos
s'encarre- | ga d'ellas, e muitos nem com isto se satisfasem ECM, II
- (31) e se | Vossa Reverendissima se dignar a faser, ao menos, a meu favor a de- | ducção
de 20 por %, tratarei ainda da cobrança do Adão ECM, II
- (32) ao Ma- | ximo offereceo Você 2:000\$ reis para tratar d'esta cobrança, segundo elle
| m'o afirma ECM, V
- (33) quando | elle se empenhou fortemente comigo para eu lhe conse- | guir a compra
d'essas terras, por intrigas, que tinha com | o Adão, prometteo-me que se eu lh'as
comprasse me | faria o interesse de 1\$ real em cada braça ECM, VI
- (34) quando | elle se empenhou fortemente comigo para eu lhe conse- | guir a compra
d'essas terras, por intrigas, que tinha com | o Adão, prometteo-me que se eu lh'as
comprasse me | faria o interesse de 1\$ real em cada braça ECM, VI
- (35) O Casal do Matta ainda | não concluiu [...] inventario, por muitos embarassos, que
hão apparecido, e não | é tam sêdo, que aquele angú se desenvolva ECM, VII
- (36) Mande Procuraçam para mandar | ajuisar sua Lettra, e Você queixa-se de mim, sem
ração | por que eu nada lhe pedi a respeito, e nem eu lá estava quando | Você agarantio.
ECM, VII
- (37) quando | elle se empenhou fortemente comigo para eu lhe conse- | guir a compra
d'essas terras, por intrigas, que tinha com | o Adão, prometteo-me que se eu lh'as
comprasse me | faria o interesse de 1\$ real em cada braça ECM, VI
- (38) Apezar do Fructuoso ter feito a molequeira de ceder ||| ao Adão uma porção de
terras, e eu perder n'ellas o in- | teresse, que elle me tinha promettido, visto que eu não
era | seu criado d'elle, para estar-lhe comprando terras, medindo, e fassen- | do mil
outros sacrificios, sem compensação algũa, nem por isso me dei por achado ECM, VI
- (39) as terras forão compradas por mim, | como pessoa extranha, bem como outra qual
quer pessoa as po- | dia comprar ECM, VI

(40) Não querem me levar em ||| conta a importancia da Siza, depois de **lhe** ter eu prevenido, e *Você* res- | ponder-me *que* davão por bem feito ECM, VI

(41) e vendo *que as coisas* cada vez **se** ião complicando mais, e *que* a final o | resultado era pessimo, fui forçado a entrar em convenções com | o Justino ECM, VII

(42) *Portanto*, se nem *Você*, e nem *minhas* constit^{as} ficarem contentes | com o expediente, *que* tomei, menos ainda ficarião, estou certo, se eu | o deixasse de tomar, por *que* então com rasão me accusarião de | não ter empregado os meios, unicos, e necessarios hoje em dia, *para* | se conseguir a justiça ECM, VII

ESTRUTURAS PASSÍVEIS DE APRESENTAR INTERPOLAÇÃO DE NÃO:

(43) mas este com mê- | do Justino, e receiando barulhos com elle, jamais se quiz su- | geitar a faser compra d'ellas à viuva, e sim a mim, por que en- ||| tendia elle (e entendia bem) que cômigo o Justino não se avançava. ECM, II

(44) eu lhepedi que não nos de | xase porem esta constante noSeu progeto MAC, I

(45) e como *Vossa Senhoria*, não | ignora, *que* estamos em uma época, *que não se* | pode confiar em pessoa alguma; com tu= | do cazo recebo será *Vossa Senhoria*, uma das primei= | ras MAA, III

(46) Não ha tractante | mais qualificado, pois bem vê que | havendo contractado [a]rrecadar certo debito do Mosteiro com a vantagem ||| só de 20 por %, não lhe podia jamais | ser licito apresentar conta de despeza | feita com viagens, e outros artigos. ZGV, I

(47) Mas creio que o JoseManoel | não se descuidará. ZGV, I

(48) Eu asseguro a *Vossa Senhoria* que não me | descuidarei d'esse negocio. ZGV, II

(49) oque ate ofazer desta ainda naõ Se | oLtimou motivo por Seter Cansado de esCrever aodito Ejmigidio FAP, II

(50) e foi preciso fazer outra gastand[o] [dob]ra | do eperdendo o tempo de muer que não mepois [e]mp[e] | quena tortura por ter dasatisfazer aquem devo MJE, III

(51) a divida he de hum conto e quinhentos mil reis | de principal, sendo o mais que se pede resul- | tado de juros, que nas letras não se estipularão ZGV, III

(52) foi mister aba-||| ter a favor do herdeiro Doutor Justino a quantia de 1:000\$ reis de que **lhe** | mandei o competente recibo, assim como de 100\$ reis ao Procurador | da viuva para não se oppôr á confissão, que eu consegui da di- | vida no inventario ECM, V

(53) desejava faser meos pro= | testos contra algumas palavras menos polidas que | no calor dos nossos negocios apparecerão, o que não | cabendo nos limites d'uma carta para não me tornar | prolixo, reservo-os para a nossa proxima vista. J JL, I

XXXXX

(54) Recebi a sua Carta, *que* trouxe o *Senhor* Joze, *que quer* ser escreturario deste | Convento eu não oqueria aseitar sem primeiro falar ConVossaSenhoria ACM, I

(55) eos me | os devedoris tambem não me querem ajudar | connada MJE, III

A atualização da interpolação do sujeito apresentou uma frequência de apenas 3.7% (1/27). A atualização da interpolação do *não* apresentou uma frequência de 52.2% (12/23) em orações dependentes e de 60% (3/5) em orações não-dependentes.

3.2.2.4 CONCLUSÃO

O objetivo fundamental desta análise foi averiguar em que medida eram ou não convergentes no Recôncavo da Bahia, no século XIX, a norma escrita socialmente prestigiada de colocação dos clíticos entre brasileiros e a norma vernácula de colocação dos clíticos dos imigrantes portugueses.

Os resultados fundamentais da análise são, a seguir, sintetizados, considerando-se, separadamente, as ocorrências de orações com verbos simples, as ocorrências de orações com grupos verbais e as ocorrências com interpolação:

1 Verbos simples:

- No domínio das **orações não-dependentes**, os contextos de regra categórica e de regra variável do clítico foram os mesmos entre portugueses e brasileiros. Considerando-se, especificamente, os contextos de regra variável, a frequência da variante pós-verbal de colocação do clítico foi de 45.2% entre imigrantes portugueses e de 37.3% entre brasileiros. Contrastando-se essas frequências com a

frequência de 80.7% de ocorrência da variante pós-verbal também atestada em contextos de regra variável em Almeida Garrett, destacou-se a maior proximidade entre imigrantes portugueses e brasileiros que entre imigrantes portugueses e Almeida Garrett. Também se destacou que, entre brasileiros com instrução superior, a frequência da variante pós-verbal de colocação do clítico em contextos de regra variável foi de 53.9%, superando, portanto, a atestada entre os imigrantes portugueses. O remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), que se supôs ser de nacionalidade brasileira, apresentou frequência de 60.6% da ordem 'verbo-clítico' em contextos de regra variável, estando acima, portanto, da média atestada para o conjunto dos remetentes brasileiros, estando acima da frequência atestada para o remetente português João Pinto Leite (R. 25) e também estando acima da frequência atestada entre brasileiros com instrução superior. Concluiu-se, porém, que se estes resultados põem em dúvida a inferência da nacionalidade de Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) como brasileira, também não dão prova de que seja portuguesa. Indicam, porém, um aspecto da realidade sociolinguística que importa destacar: não apenas a nacionalidade, mas também o grau de literatização do indivíduo, têm fundamental importância em investigações de viés comparatista entre o português brasileiro e o português europeu.

- No domínio das **orações dependentes finitas**, os clíticos apresentaram um padrão de ordem categoricamente pré-verbal entre portugueses, mas, entre brasileiros, um padrão de ordem variável, embora com preferência largamente majoritária, de 94.9%, pela ordem pré-verbal. Entre os brasileiros, no conjunto das orações dependentes finitas, atestaram-se ocorrências com colocação pós-verbal do clítico não apenas em completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e em

consecutivas, mas também em outros tipos de orações dependentes. Ocorrências com colocação pós-verbal do clítico no domínio das orações dependentes, caracterizadas como ocorrências de hipercorreção, tanto foram identificadas em remetentes com baixo grau de escolarização e/ou letramento, como é o caso de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), quanto em remetentes com instrução superior, como é o caso de Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54). Também se atestaram ocorrências de colocação pós-verbal do clítico em contexto de orações dependentes finitas (não completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e não consecutivas) em cartas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11). Essas ocorrências, poucas, ou indicariam no sentido de que a nacionalidade do referido remetente seja, de fato, brasileira ou indicariam que, não apenas em completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e em consecutivas, se verificaria a posposição do clítico ao verbo na história do português europeu.

- No domínio das **orações dependentes não-finitas**, distinguem-se por um lado, infinitivas e gerundivas não regidas por preposição e infinitivas regidas por preposição. Nas infinitivas não regidas por preposição, entre portugueses e brasileiros, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal. Já nas gerundivas não regidas por preposição, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal entre portugueses e variável entre brasileiros, embora com preferência largamente maioritária, de 92.3%, pela ordem pós-verbal. Em orações gerundivas, a colocação do clítico foi sempre categoricamente pós-verbal na história do português europeu, daí se ter caracterizado as ocorrências com colocação pré-verbal como ocorrências em que regras vernáculas se sobrepõem a regras da norma socialmente prestigiada. Apenas na escrita de dois remetentes pouco escolarizados e/ou com baixo grau de letramento – Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) e

Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) –, foram atestadas ocorrências em que regras vernáculas se sobrepõem a regras da norma socialmente prestigiada. Nas infinitivas regidas pelas preposições *para* e *de*, a colocação do clítico foi variável entre portugueses e brasileiros; todavia, nas infinitivas regidas pela preposição *a*, enquanto, entre os portugueses, a colocação do clítico foi categoricamente pós-verbal, entre os brasileiros foi variável. Porém, não se considerou, nas infinitivas regidas pela preposição *a*, que as regras da norma vernácula estivessem subvertendo as regras da norma socialmente prestigiada. No século XVI, as infinitivas regidas pela preposição *a* apresentavam o clítico categoricamente em posição pré-verbal, havendo, portanto, distinção entre o português clássico e no português europeu atual, que, nas referidas estruturas, apresenta o clítico sempre em posição pós-verbal. Não se dispondo de informações relativas ao período posterior ao século XVI sobre a datação da mudança, não se pode descartar a possibilidade de que, no século XIX, ainda houvesse variação, mesmo não tendo sido atestada nas cartas dos remetentes portugueses aqui analisadas.

2 Grupos verbais:

- Em orações com grupos verbais, atestou-se, tanto para os portugueses, quanto para os brasileiros, o predomínio da ocorrência de construções com elevação do clítico, e não o predomínio da ocorrência de construções sem elevação do clítico; porém, enquanto, entre os portugueses, a frequência de construções com elevação do clítico foi de 71.8%, entre os brasileiros foi de 58.2%. Nas construções em que não se atestou elevação do clítico, predominou, tanto entre portugueses, quanto entre brasileiros, a ocorrência da variante em que o clítico vem posposto e enclítico ao verbo não-finito, dita variante 4: entre portugueses, tal

variante apresentou uma frequência de 25.2% e, entre brasileiros, de 26.0%. Todavia, se, entre portugueses, na quase totalidade das ocorrências de orações com grupos verbais, se deu ou a elevação do clítico ou a sua posposição ao verbo não-finito, entre remetentes brasileiros, ainda ocorreu, com frequência de 8.9%, uma outra variante posicional do clítico, que, como a 4, também se caracteriza pela não elevação do clítico, que, entretanto, ocorre anteposto e proclítico ao verbo não-finito, dita variante 3, a variante vernácula do português brasileiro. A ocorrência da variante 3 não se limitou aos grupos verbais em que a forma não-finita do verbo correspondeu a infinitivo ou gerúndio, do que resulta mais uma diferença a se destacar: entre os brasileiros, é possível o clítico cliticizar-se ao particípio; entre portugueses, não. Verificou-se ainda que, entre brasileiros, a norma escrita socialmente prestigiada passou a admitir, inclusive, a ocorrência de clítico posposto e enclítico a particípio nas seqüências V auxiliar temporal + (P). A variante 3, com o clítico anteposto e proclítico ao particípio, foi atestada em cartas de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e Emídio Cavalcante de Melo (R. 11); portanto, à exceção de Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), ocorreu, caracteristicamente, em remetentes pouco escolarizados e/ou com baixo grau de letramento. Já a variante 3, com o clítico posposto e enclítico ao particípio, foi atestada em cartas do Barão da Cajaíba (R. 7) e José Teodoro Sá Barreto (R. 31), remetentes cujo grau de escolaridade é desconhecido, mas que não apresentam marcas de uma escrita não padrão como as observadas entre as mulheres ou entre Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39).

3 Interpolação:

- A possibilidade de o clítico, em posição pré-verbal, não ocorrer adjacente ao verbo foi atestada entre portugueses e brasileiros. Enquanto, nas cartas portuguesas, o único constituinte que ocorreu interpolado entre o clítico e o verbo foi o advérbio de negação sentencial *não*, nas cartas brasileiras, embora o *não* tenha sido o constituinte mais freqüentemente interpolado, também se atestou a possibilidade de interpolação de sujeito. A única ocorrência com interpolação de sujeito foi extraída de carta do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11). Entre os portugueses, a interpolação foi observada em dois tipos de estrutura em orações dependentes finitas e orações não-dependentes modificadas por advérbios “proclitizadores”, particularmente, o advérbio *inda*; já entre brasileiros, foi observada em um leque pouco mais variado de estruturas: orações dependentes finitas, orações dependentes não-finitas regidas por preposição e orações não-dependentes, modificadas ou não por advérbios proclisadores,

3.3 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Há, hoje, divergências marcantes entre o português europeu e o português brasileiro, quanto à sintaxe dos clíticos. Também no âmbito interno do português brasileiro, observam-se divergências entre a norma vernácula e a norma oral culta e entre a norma oral culta e a norma padrão, destacando-se a tendência de que o processo de constituição da norma oral culta se faça cada vez mais sob o influxo da norma vernácula que sob o influxo da norma padrão.

No Recôncavo da Bahia, em momento imediatamente posterior à Independência, destaca-se uma grande convergência entre a norma vernácula de colocação dos clíticos de imigrantes portugueses pertencentes à elite da comunidade de imigrantes e a norma escrita socialmente

prestigiada de colocação dos clíticos de brasileiros maioritariamente pertencentes ou à elite ou ao grupo social que lhe é imediatamente inferior na hierarquia sócio-econômica.

De acordo com Reis (1999:34), Salvador, no ano de 1836, teria cerca de 66 mil habitantes⁸⁸, dos quais 42% seriam escravos e os demais seriam livres e forros. Quanto à cor, 72% seriam mestiços e negros. Dividiam-se ainda esses habitantes entre os nascidos no Brasil e os estrangeiros, sendo os estrangeiros brancos, cujo número o referido autor não conseguiu precisar, predominantemente portugueses. Ainda segundo Reis (1999:37), “Kátia Mattoso estima que cerca de 90% da população de Salvador no século XIX vivia “no limiar da pobreza””.

Segundo Houaiss (1985), do século XVI ao século XIX, o percentual de letrados, no Brasil, variou entre 0.5% e 1.0% da população. No ano de 1872, segundo Boris Fausto (1995:237), 99.9% dos escravos seriam analfabetos; entre a população livre, o índice de analfabetismo seria de 80%, mas beiraria os 90%, se se considerassem apenas as mulheres. De acordo com Fernandes (1966), entre 1900 e 1920, os que sabiam ler e escrever chegavam a 35% da população. Considerou-se que, enquanto na primeira fase da sócio-história lingüística do Brasil – marcada pela não-escolarização e pela não-estandarização lingüística –, não se poderia indicar uma real interferência de uma norma padrão (difundida por um sistema formal de educação) sobre o português vernáculo brasileiro, na segunda fase, tal interferência, ainda que baixa, já se verificaria.

Os resultados da análise aqui feita revelaram, na primeira fase da sócio-história lingüística do Brasil, uma grande convergência entre a norma vernácula de colocação dos clíticos de imigrantes portugueses pertencentes

⁸⁸ Menciona-se esta estimativa por ser a que se localizou com data mais próxima das décadas de 40 e 50. período em que fundamentalmente se concentra a documentação aqui utilizada para a análise lingüística.

à elite da comunidade de imigrantes e a norma escrita socialmente prestigiada de colocação dos clíticos de brasileiros maioritariamente pertencentes ou à elite ou ao grupo social que lhe é imediatamente inferior na hierarquia sócio-econômica. Esses resultados corroboram, portanto a visão já anteriormente expressa de que tratar da escrita no Brasil Colonial e Imperial é tratar, necessariamente, de um dos aspectos da história das elites, tanto no sentido previsível de que os que escreviam, em sua esmagadora maioria, integravam estratos sócio-economicamente privilegiados, quanto no sentido de que o próprio domínio da escrita inseria o indivíduo no diminuto grupo dos que sabiam escrever, distinguindo-o, assim, dos demais. O indivíduo que escrevia, necessariamente, fazia parte de uma elite, a elite dos que escreviam, e moldava-se aos modos de escrever da elite. No Brasil recém-saído de um passado colonial, a tradição escrita está, ainda, inequivocamente marcada pela tradição escrita portuguesa.

Quadro 5: Remetentes e respectivas siglas para a identificação da autoria das ocorrências lingüísticas analisadas

Remetentes	Siglas
1. Ana Constança do Coração de Maria	ACM
2. Ana Maria das Dores Barata	AMB
3. Antônio	ANT
4. Antônio José de Sousa Gouveia	
5. Antônio Onofre de Pinho	AOP
6. Augusto Calmon	AUC
7. Barão da Cajaíba	BAC
8. Barão de Passé	BAP
9. Baronesa de São Francisco	BAF
10. Bernardino Barbosa Lisboa	BBL
11. Emídio Cavalcante de Melo	ECM
12. Felizardo José de Faria	FJF
13. Francisco da Silva Melo	FSM
14. Francisco Maria de Castro	
15. Francisco Pires de Carvalho Aragão	FPA
16. Frutuoso de Azevedo Pereira	FAP
17. Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque	IPA
18. João Batista Pinto Sanches	JBS
19. João Calisto Gomes da Silva	JCS
20. João da Costa Carneiro de Meireles	
21. João Gonçalves Ferreira	JGF
22. João Gualberto Mascarenhas	
23. João José de Azevedo Lima	JJL
24. João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho	JLB
25. João Pinto Leite	JPL
26. Joaquim Carvalho da Fonseca	
27. Joaquim Rodrigues Nóbrega	JRN
28. José Cardoso Pereira de Melo	JOM
29. José Gomes da Silva	JGS

30.	José Joaquim de Melo	
31.	José Teodoro Sá Barreto	JTB
32.	Justina Florinda do Amor Divino	
33.	Justino Gustavo Dourado	
34.	Leopoldina	LEO
35.	Luís Gonzaga dos Santos Lima	LGL
36.	Manuel de Vargas Leal	
37.	Manuel José de Almeida	MJA
38.	Manuel José Dias	MJD
39.	Manuel José Lopes de Aguiar	MJL
40.	Manuel Pinto Leite	MPL
41.	Maria da Conceição	MAC
42.	Maria Joaquina de Aragão	MAJ
43.	Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão	MJE
44.	Matildes de Araújo e Almeida	MAA
45.	Pedro Antônio Veloso da Silveira	PAS
46.	Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe	PJC
47.	Raimundo Alves de Sousa	RAS
48.	Raimundo Barroso de Sousa	RBS
49.	Salvador Estêvão Barbosa	SEB
50.	Tomás Gomes de Azevedo	
51.	Visconde da Pedra Branca	VPB
52.	Visconde da Torre de Garcia d'Ávila	VTA
53.	Visconde do Rio Vermelho	VRV
54.	Zacarias de Góis e Vasconcelos	ZGV

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. (1994). *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFPE-Editora Universitária, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- AZEVEDO, T. de. (1969). *Povoamento da cidade do Salvador*. 3. ed. Bahia: Itapuã.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. (1866). *Grammatica philosophica da lingua portugueza* ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. 4. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BAXTER, Alan N. (1995). Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras, *Revista internacional de língua portuguesa*, n. 14, p. 72-90.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil, *Estudos lingüísticos e literários*, n. 19, p. 65-84.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; GUIMARÃES, Maximiliano. (1997). Gender agreement as a ‘decreolizing’ feature of an Afro-Brazilian dialect, *Journal of pidgin and creole languages*, n. 12(1), p. 1-57.
- BECHARA, Evanildo. (1996). A tradição gramatical luso-brasileira”. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Orgs.). *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Colibri.
- BENINCÀ, Paola. (1990). Complement clitics in medieval romance: the Tobler-Mussafia law, *Medioevo romanzo*, v. 15.
- BEVILÁQUA, Clóvis. (1927). *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BINZER, Ina von. (1994). *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 6. ed. rev. e bilingüe. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1902). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 7v.

- BLECUA, Alberto. (1987). *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. (1985). *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BORTONI, Stella Maris. (1989). A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (1996). Rede de localidades para a elaboração de um atlas lingüístico nacional: considerações iniciais. *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística na Brasil*. Salvador: UFBA. Inédito.
- BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. (1945). *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. 3 v.
- _____. (1946). Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, ano 2, n. 2.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. (1979). *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- CAMBRAIA, César. (1997). Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos lingüísticos. São Paulo: USP. Inédito.
- CAMBRAIA, César e LOBO, Tânia. (1995). Edição diplomático-interpretativa d'A Vida do Cativo Monge Confesso. São Paulo: USP. Inédito.
- CARVALHO, Rómulo. (1986). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. (1996). *Mentalidade e estética na Bahia colonial: a venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1992). O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática.
- _____. (1995). O Brasil na América Latina: o papel dos lingüistas, *I Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul*. Florianópolis: UFSC.

_____. (Org.). (1998). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; SILVA, Giselle Machline de Oliveira; LUCCHESI, Dante. (1995). Informatização de acervos da língua portuguesa. *Boletim da ABRALIN*, n. 17, p. 143-154.

CASTRO, Ivo. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta. 2 v.

_____. (1992). *História da língua portuguesa*. Relatório, programa e manual da cadeira, apresentados a provas de agregação no 2º grupo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição do autor.

_____. (1996). Para uma história do português clássico. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Orgs.). *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Colibri.

CASTRO, Y. P. de. (1980). Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia, *Série Centro de Estudos Baianos*, n. 89. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos.

_____. (1981). A presença cultural negro-africana no Brasil – mito e realidade, *Ensaios/Pesquisas*, n. 10. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais.

CHARTIER, Roger. (1991). As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras. v. 3.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. (1983). *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. (1997). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL.

_____. (1990). O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica? São Paulo: UNICAMP. Inédito.

_____. (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

CUNHA, A. G. da. (1989). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela; FARIA, Isabel. (2000). Specificity of European Portuguese clitics within romance. Lisboa: Universidade de Lisboa. Inédito.

ELIZAINCÍN, Adolfo. (1998). Historia social del español de América: perspectivas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

FARACO, Carlos Alberto. (1996). O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. Curitiba. No prelo.

FARIAS, Gelásio de Abreu, MENEZES, Francisco da Conceição. (1937). *Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia 1837-1937*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.

FAUSTO, B. (1995). *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, Fundação de Desenvolvimento da Educação.

FERNANDES, Florestan. (1966). *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, Editora da USP; *apud* RIBEIRO, Maria Luísa Santos. (1995). *História da educação brasileira: a organização escolar*. 14. ed. Campinas: Autores Associados.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. (1991). *Abreviaturas: manuscritos dos século XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: UNESP, Edições Arquivo do Estado de São Paulo.

FREIRE, Ana Maria Araújo. (1993). *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez.

GALVES, Charlotte. (1998). A gramática do português brasileiro, *Línguas e instrumentos lingüísticos*, p. 79-96.

_____. (1997). Do português clássico ao português europeu moderno: uma análise minimalista, *Estudos lingüísticos e literários*, n. 19, p. 105-128.

_____. La syntaxe pronominale du portugais brésilien et la typologie des pronoms. In: ZRIBI-HERTZ, Anne. (Org.). *Les pronoms*. St. Denis: Presses Universitaires de Vincennes.

_____. (1993). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

INVENTÁRIO de Proteção ao Acervo Cultural. (1976). v. 2: Monumentos e Sítios do Recôncavo. Parte 1. Salvador: Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Indústria e Comércio, IPAC/BA.

GUIMARÃES, Eduardo. (1997). História da gramática no Brasil e ensino. *Relatos*, n. 5, p. 7-13.

_____. (1996). Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.) (1996). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes.

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.) (1996). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes.

GUY, G. R. (1989). On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre el español de América y lingüística afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 227-245.

HALPERN, Aaron L. e ZWICKY, Arnold M. (Eds.) (1996). *Approaching second*. Second position clitics and related phenomena. CSLI.

HALPERN, Aaron L. (1997). Clitics. In: SPENCER, Andrew and ZWICKY, Arnold M. *The handbook of morphology*. Blackwell.

HALPERN, Aaron L. (1995). *On the placement and morphology of clitics*. CSLI.

HOLM, John. (1992). Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: ANDRADE, E.; KIHM, A. (Orgs.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri.

HOUAISS, Antônio. (1985). *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE.

JUCÁ (FILHO), Cândido. (1965 [1949]). Uma obra clássica brasileira: Iracema, de José de Alencar. Vocabulário, morfologia, taxionomia, sintaxe, fraseologia. In: PROENÇA, M. Cavalcanti. (Ed.). *Iracema*. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

KATO, Mary A. (1996). Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Orgs.). *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Colibri.

_____. (1993). Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

KATO, M.; ROBERTS, Ian. (Orgs.) (1993). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

LABOV, William. (1966). *The social stratification of english in New York City*. Washington, DC.: Center for Applied Linguistics.

_____. (1972). *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell.

_____. (1974). Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado.

_____. (1995). *Principles of linguistic change: internal factors*. Blackwell.

LIGHTFOOT, David W. (1983 [1979]). *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1999). *The development of language: acquisition, change, and evolution*. Maryland: Blackwell.

LIVRO de matrícula dos engenhos da Capitania da Bahia pelos dízimos reais administrados pela Junta da Real Fazenda. 1807 – 1874. Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial – Livro 632.

LOBATO, Antonio José dos Reis. (1770). *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

LOBO, Tânia. (1993). *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

_____. A sintaxe dos clíticos. (1996). In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Edufba.

_____. (1998). Depoimento sobre a constituição de um *corpus* diacrônico do português brasileiro – Bahia. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para*

a história do português brasileiro: primeiras idéias. São Paulo: Humanitas. v. 1.

_____. (1991). Observações sobre a sínclise pronominal no século XV e nas variantes européia e brasileira do português contemporâneo. In: *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*.

_____. (1997). *Projeto de pesquisa das fontes para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil*. Salvador: UFBA. Inédito.

_____. (1991). *Projeto de pesquisa das fontes para o estudo sócio-histórico do português do Brasil*. Salvador: UFBA. Inédito.

LOURO, Guacira Lopes. (1997). Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. (1996). A variação na concordância de gênero em dialetos despigginizantes e descrioulizantes do português do Brasil. In: ZIMMERMAN, Klaus (Org.). *Actas del Congreso Internacional sobre Lenguas Criollas de Base Española y Portuguesa*. Berlin: Instituto Ibero-Americano. No prelo.

LUCCHESI, Dante. (1991). Considerações sobre a análise das relativas no português contemporâneo e algumas incursões na história dessas estruturas. In: *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*.

_____. (1996). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil, *Revista internacional de língua portuguesa*, n. 12.

MACIEL, Maximino de Araújo. *Grammatica analytica*. Sem folha de rosto.

_____. (1922). *Grammatica descriptiva*. 8. ed. aumentada e refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves, Paulo de Azevedo e Cia.

_____. (1925). *Lições elementares de língua portuguesa*. 11. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Francisco Alves.

MARQUILHAS, Rita. (1997). Importância das fontes judiciais no conhecimento do português seiscentista, *Estudos lingüísticos e literários*, n. 19. p. 163-178.

MARTINS, Ana Maria. (1992). Clitic placement from old to modern Portuguese. Maryland: University of Maryland at College Park. Texto. Inédito.
_____. (1994). *Clíticos na história do português*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Doutorado.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. (1989). *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). (1996). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Edufba.

_____. (1995). A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões, *Boletim da ABRALIN*, n. 17.

_____. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____. (1993). Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história), *Discursos – estudos de língua e cultura portuguesa*, n. 3 (Revista da Universidade Aberta).

_____. (1998). Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

_____. (2001). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas. v. 2.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. (1992). *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. (1990). *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.

MENEZES, Jayme de Sá. (1968). Família Calmon, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 16, n. 16.

MONTEIRO, Tânia Penido. (1982). *Portugueses na Bahia na segunda metade do Século XIX: imigração e comércio*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.

MUSSA, Alberto Baeta Neves. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado.

NARO, A. e SCHERRE, M. M. P. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil, *D.E.L.T.A.*, n. 9 (Número especial), p. 437-454.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. (1994). *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura.

NOVAIS, Fernando A. (1995). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. 6. ed. São Paulo: Hucitec.

NUNES, Antonietta de Aguiar. (1997). Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 93.

NUNES, Jairo. (1993). Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

NUNES, Maria José Rosado. (1997). Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. (1994). *A última fronteira: a língua portuguesa no Brasil meridional, 1680 – 1809 – Problemas e perspectivas para uma história social do português brasileiro*. Florianópolis: UFSC. Inédito.

_____. (1998). Última fronteira: a língua portuguesa no Brasil meridional – Reflexões sobre um *corpus* lingüístico diacrônico. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

OLIVEIRA, Klebson. (2001). À escuta de novas vozes no português escrito no Brasil: os caminhos de uma edição de atas baianas oitocentistas. Comunicação apresentada ao *IV Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro*. Teresópolis. Inédito.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1997). O Estado, a gramática, a autoria, *Relatos*, n. 4, p. 5-12.

OTT, Carlos. (1996). *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1536-1888*. Salvador: Bigraf. 2 v.

PACHECO DA SILVA JR.; LAMEIRA DE ANDREDE. (1894). *Grammatica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C.

PAGOTTO, Emílio. (1992). *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

_____. (1993). Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. Gramatização e normatização – entre o discurso polêmico e o científico. Texto fotocopiado.

_____. Norma e condescendência; ciência e pureza. Texto fotocopiado.

_____. Nem a fala de todo mundo nem a língua de ninguém – um estudo das constituições brasileiras. Texto fotocopiado.

PEREIRA, Eduardo Carlos. (1907). *Grammatica expositiva: adaptada ao 1º, 2º e 3º anno dos gymnasios*. São Paulo: Weiszflog.

_____. (1956). *Gramática expositiva: curso superior*. 98. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1934). *Gramática expositiva: curso elementar*. 61. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

PERES, Fernando da Rocha. (1987). Gregório de Mattos e a Inquisição. *Publicação 128*. Salvador: Centro de Estudos Baianos.

PESSOA, Marlos de Barros. (1997). *Formação de uma variedade urbana e semioralidade na primeira metade do século XIX*. O caso do Recife, Brasil. Neuphilologischen Fakultät der Universität Tübingen. Tese de Doutorado.

PINHO, Wanderley. (1982). *História de um engenho do Recôncavo: Matoim. Novo, Caboto, Freguesia, 1552-1944*. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL. Fundação Nacional Pró-Memória. v. 374. Coleção Brasileira.

RAMOS, Jânia. (1998). História social do português brasileiro: perspectivas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

_____. (1998). Um plano para a sintaxe diacrônica do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

_____. (2001). Seleção do *corpus* para o estudo da língua portuguesa na Capitania de Minas Gerais no século XVIII. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas. v. 2.

REIS, Adriana Dantas. (1998). *Um tratado para a educação de Cora: novos critérios de conduta social para a elite feminina na Bahia oitocentista*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.

REIS, João José. (1999). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. (1932). *Elementos de grammatica portugueza*. 7. ed. cuidadosamente revista e refundida por Ernesto Carneiro Ribeiro Filho. Bahia: Catilina.

RIBEIRO, Ilza. (1998). A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. v. 1.

RIBEIRO, João. (1901). *Grammatica portugueza: curso superior, 3º anno de portuguez*. 10. ed. refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo: Classica.

_____. (1903). *Grammatica portugueza: curso medio, 2º anno de portuguez*. 13. ed. corrigida e muito melhorada. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves.

RIBEIRO, Júlio. (1885). *Grammatica portugueza*. 2. ed., refundida e muito augmentada. São Paulo: Teixeira e Irmão.

ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (Orgs.). (1993). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

ROMAINE, Suzanne. 1985 [1982]. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. (Org.). (1996). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp.

SAID ALI, M. (1964). Gramática histórica da língua portuguesa. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos.

SALVI, Giampaolo. (1997). From latin weak pronouns to romance clitics. *Estudos lingüísticos e literários*, n. 19, p. 85-104.

_____. La posizione dei pronomi personali clitici in galego-portoghese. In: *XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, p. 309-319.

_____. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica, *Medioevo romanzo*, n. 15, p. 177-210.

_____. Ordine delle parole e struttura della frase nelle lingue romanze antiche. Conferenza tenuta presso la Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus de Araraquara, nel 23 Settembre 1992.

SAMPAIO, Teodoro. (1955). *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Salvador.

SCWARTZ, Stuart B. (1989 [1985]). *Sugar plantations in the formation of brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, S. C. B. de M.; LEÃO, S. de O.; SILVA, B-C. N. (1989). *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial da UFBA.

SILVA NETO, Serafim da. (1979 [1957]). *História da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, Instituto Nacional do Livro.

_____. (1986 [1950]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

SPINA, Segismundo. (1994). *Introdução à edótica*. 2. ed rev. e aum. São Paulo: Ars Poética, Edusp.

SPINA, Segismundo. (Org.). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. (1997). *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

TARALLO, Fernando. (1993). Diagnosticando uma gramática do português brasileiro: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: KATO, M.; ROBERTS, Ian (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. (Org.). (1989). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes.

_____. (1983). *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. University of Pennsylvania. Ph. D. Dissertation.

_____. (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. (1990). *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.

TEYSSIER, Paul. (1984). *História da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa.

THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. (1988). *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley / Los Angeles / London: University of California Press.

VERGER, P. (1987). *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. (1996). *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, Companhia das Letras.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. (1994). *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

WEINBERG, Maria Beatriz Fontanella de. (1992). *El español de América*. Madrid: Mapfre.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Orgs.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press.

RÉSUMÉ

Édition diplomatique de lettres à caractère privé écrites dans le *Recôncavo* bahianais au XIX^{ème} siècle. Recherche historique ayant pour but l'identification de la nationalité, de la profession et du degré de scolarité des expéditeurs des lettres editées. Analyse de la syntaxe des pronoms clitiques, à partir de la confrontation entre lettres d'expéditeurs de nationalité portugaise et celles des expéditeurs de nationalité brésilienne.